

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

BÓRIS RIBEIRO DE MAGALHÃES

RISCO, SAÚDE E OBESIDADE NA PRÁTICA DE TRABALHO
DE POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Marília

2014

BÓRIS RIBEIRO DE MAGALHÃES

RISCO SAÚDE E OBESIDADE NA PRÁTICA DE TRABALHO
DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título de Doutor - Área de Concentração: Pensamento Social e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza.

Marília

2014

Magalhães, Bóris Ribeiro de.
M188r Risco, saúde e obesidade na prática de trabalho dos policiais militares do Estado de São Paulo / Bóris Ribeiro de Magalhães. – Marília, 2014.
172 f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2014.

Bibliografia: f. 166-172.

Orientador: Luís Antônio Francisco de Souza.

1. Policiais militares – São Paulo (Estado). 2. Obesidade. 3. Fatores de risco. 4. Biopolítica. 5. Corpo. 6. Poder (Ciências sociais).
I. Título.

CDD 306.461

BÓRIS RIBEIRO DE MAGALHÃES

**RISCO, SAUDE OBESIDADE NA PRÁTICA DE TRABALHO DOS POLICIAIS
MILITARES DO ESTADAO DE SÃO PAULO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título de Doutor - Área de Concentração: Pensamento Social e Políticas Públicas.

Data da defesa: 06 de agosto de 2014.

Banca examinadora

Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza – Orientador –
UNESP/MARILIA

Prof. Dr. André Rosemberg - USP

Prof. Dr. Alessandra Teixeira - UNESP/MARILIA

Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira - UNESP/MARILIA

Prof. Dr. Rivail Carvalho Rolim - Universidade Estadual de Maringá

Agradecimentos

Seria difícil agradecer a todos as pessoas que incentivaram a realização deste trabalho. Principalmente nominar cada policial que tornou possível a sua realização, especialmente quando nos pautamos por critérios éticos que inviabilizam, mesmo em forma de agradecimento, citar nomes de pessoas envolvidas.

Mas, contudo, sem a colaboração desses anônimos policiais não seria possível descrever a saga das vivências e as lutas cotidianas no interior da instituição observada. Desta maneira, agradeço aos praças e oficiais que se dispuseram a conversar comigo durante a minha passagem pelo Batalhão. E, aos inúmeros amigos que fiz e que se colocaram a falar sempre em tom de confidências, das tristezas e alegrias que compuseram parte de suas vidas no trabalho durante a prática diária de se fazer policial. Bem como, agradeço a generosidade do comandante e do subcomandante que me receberam e colocaram a instituição policial a minha disposição para pesquisas.

Agradeço as bibliotecárias e ao conjunto de funcionárias que trabalham na pós-graduação da Unesp/Marília, que sempre se dispuseram a solucionar dúvidas e organizar a vida acadêmica sempre cheia de sobressaltos e ao Observatório de Segurança Pública da Unesp/Marília.

Aqui não posso deixar de agradecer a Lúcia e a Edna secretárias dos departamentos de Sociologia e Política da UNESP/Marília, pessoas sempre dispostas a ouvir, a aconselhar e ajudar quando necessário. Também agradeço a CAPES e a Fundação de Amparo à Pesquisa Estado de São Paulo - FAPESP que financiaram a pesquisa possibilitando a incursão no território do Batalhão de Polícia Militar.

Amplio os agradecimentos ao meu orientador Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza, que sempre entusiasmado conseguiu elevar meu ânimo em momentos que tudo parecia muito nebuloso.

Agradeço aos meus familiares e amigos que me ajudaram com apoio e durante esse percurso.

RESUMO

A presente investigação parte de levantamento institucional de 2007, realizado entre Policiais Militares do Estado do São Paulo, que aponta sobrepeso e obesidade com elevados Índices de Massa Corporal (IMC) no efetivo. O intento é investigar os impactos das experiências laborais cotidianas, acionadas na subjetivação das expectativas, dos riscos e interações na prática profissional, sobre a saúde e condução do corpo do policial militar. Submetidos às normas que asseguram a produtividade para o uso da força e para o controle da ordem social, os policiais na prática profissional têm seu IMC aumentado, adoecem e contrariam as normatividades presentes no gerenciamento institucional e nos discursos sociais. Diferentes abordagens metodológicas de viés qualitativo operacionalizadas pelo conceito de biopolítica de Michel Foucault permitiram entender os fatores de adoecimento e a dinâmica do aumento de peso entre policiais, as relações de poder voltadas para o controle dessas anormalidades, e seus perigos para a instituição, em busca de uma vida saudável. A observação proposta tem como base empírica um Batalhão de Polícia Militar do Interior do estado de São Paulo, que mensurou incidências de obesidade entre seus policiais, e desenvolveu uma ação de enfrentamento da doença a partir do ano de 2011, com o “Programa de Redução de Peso e Melhoria de Qualidade de Vida da PM”.

Palavras Chave: Risco. Obesidade. Polícia. Biopolítica. Corpo. Poder.

ABSTRACT

This investigation comes from an institutional survey made in 2007, performed between Military Police from the State of São Paulo which points overweight and obesity with high body mass index (BMI) in the effective. The intent is to investigate the impacts of the daily work experience, triggered in the subjectivity of expectations, risks and interactions in the professional practice about health and conduction of the military police body. Submitted to the rules that ensure the productivity for the use of strength and to the control of social order, the policemen have their BMI increased in professional practice, get sick and contradict the normativities present in the institutional management and social speeches. Different methodological approaches of qualitative bias operationalized by the biopolitics concept of Michel Foucault will allow us to understand the disease factors and the dynamic of the increase of weight among policemen, the power relations focused on the control of these abnormalities, and its dangers to the institution, in search for a healthy life. The observation proposed has as an empirical basis the Military Police Battalion from the country – state São Paulo, that measured incidences of obesity among their policemen, and develops an action of facing the disease since 2011 with a program of “Weight Reduction & Improvement of Quality of Life” for the Military Police.

Keywords: Risk. Obesity. Police. Biopolitics. Body. Power.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1- Quadro de unidades policiais que compõem o Batalhão	32
Quadro 2- Histórico de qualidade do Batalhão	79
Quadro 3- Quadro das principais funções exercidas no Batalhão	85
Quadro 4- Media de idade entre os profissionais do Btl/PM	95

LISTA DE ABREVIATURAS

Btl/PM – Batalhão de Polícia Militar

Cia/PM – Companhia de Polícia Militar

Pel/PM – Pelotão de Polícia Militar

Gru/PM – Grupamento de Polícia Militar

COPOM – Centro de Operações da Polícia Militar

QSA – alimentação

RP – Rádio Patrulha

UIS - Unidade Intensiva de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 TEORIA, OBESIDADE E O CORPO EXIGIDO	32
1.1 Discussão teórica e conceitos fundamentais (como governar a polícia?)	32
1.1.1 Breve história do debate sobre polícia	47
1.2 Obesidade como questão de saúde e do corpo	49
1.3 As exigências para o corpo policial	58
1.3.1 O exame psicológico	63
1.3.2 O exame físico	64
1.3.3 A investigação social	66
1.4 A fabricação do corpo do soldado após a admissão	69
2 O BATALHÃO, O PROGRAMA MODELADOR E SEUS RESULTADOS	75
2.1 A situação da polícia na região estudada	75
2.1.1. Descrição mais detida do campo	83
2.2. Descrição dos problemas do corpo e dos programas de controle do peso	93
2.2.1 Práticas interventivas e manipulação do corpo do policial	97
2.1.2 A interação com a mídia e os resultados do programa	104
3 CULTURA POLICIAL E SUAS DINÂMICAS: VIOLÊNCIA E COTIDIANO	109
3.1 Cultura policial: hierarquia, disciplina, trabalho, problemas interativos	109
3.1.1. Pasta azul (processo administrativo)	113
3.1.2 Hierarquia, bico, obesidade	115
3.1.3 O ciúme de homem	118
3.1.4 O Recolhimento das armas	120
3.1.5 Riscos e mortes no dia a dia de trabalho	122
3.2. Cultura policial: violência e relação com o outros	125
3.3. Cultural policial: o cotidiano institucional	129

3.3.1. Na hora do Rancho	129
3.3.2 Uma vida desqualificada	137
4 O CORPO DO POLICIAL E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO	139
4.1. Cultura policial: hierarquia, disciplina, trabalho, problemas interativos	139
4.1.1. Controle sobre o corpo (corpo sem ação)	139
4.1.2. Peixe e tubarão no aquário administrativo	142
4.2. Estratégias de subjetivação do corpo do policial (o corpo em ação)	150
4.2.1. O corpo como espelho, a farda como imagem	150
4.2.2 O corpo disciplinado	152
4.2.3 A transformação do personagem policial	154
4.2.4 A farda como elemento de identificação	156
4.3 Estratégias de subjetivação do corpo do policial (o corpo rebelado)	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS	168

INTRODUÇÃO

Esta tese investiga os impactos das experiências laborais cotidianas, sobre a saúde e condução do corpo do policial militar, acionadas na subjetivação das expectativas, dos riscos e interações na prática profissional. A atenção recai sobre o corpo com o IMC alterado indicando sobrepeso graus 25/29 e obesidade nos graus 30, 35, 40 e acima desses marcadores, enquanto reconhecimento do corpo com excesso de peso na experiência subjetiva dos policiais militares, explorando os significados atribuídos ao aumento de peso nas experiências das vivências cotidianas e nas interações durante o trabalho.

Assim, observa como a obesidade enquanto categoria afeta os policiais militares do Estado de São Paulo, e os impactos das relações de poder sobre o corpo no contexto de suas interações profissionais. Para tanto, analisa as intervenções das políticas da instituição direcionadas para a regulação sobre o corpo, identificando suas práticas de gerenciamento voltadas para a construção da corporalidade do policial, bem como as diretrizes de saúde dedicadas a obesidade e as prescrições sobre a doença.

Na instituição da polícia militar e na sociedade, os regulamentos, as injunções estéticas que valorizam os corpos magros, fortes e esbeltos informam as concepções de corpo entre os policiais, bem como, os prognósticos médicos identificam a patologia obesidade e reafirmam no conjunto corporativo processos de estigmatização somatizadores de sofrimentos e dor. Pesquisas realizadas na Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMSP) informam a contabilização institucional da obesidade desde 2005 evidenciando o problema entre a tropa (CALAMITA, 2007; MERINO, 2007). Neste contexto, a partir da preocupação de um Batalhão de polícia militar situado no interior do Estado de São Paulo, a pesquisa procurou compreender os efeitos dos discursos sociais e institucionais definidores de medidas antropométricas normalizadas e experimentadas pelos policiais nos cuidados ao corpo.

A idealização da imagem do corpo policial representada com corpos viris e saudáveis, em boa condição física encobrem as rotinas sedentárias e admoestadoras que recortam o cotidiano na instituição e revelam as dificuldades com o envelhecimento dos corpos e dos males ocasionados com o desgaste físico, as doenças e as enfermidades adquiridas no percurso do tempo de trabalho (DURÃO, 2006, p. 131).

As investigações sobre o estado de saúde dos policiais revelam as formas de adoecimento e sofrimento. São recorrentes dores nas costas; defeitos de visão; dores de cabeça, enxaquecas; torção ou luxação de articulação; deficiências auditivas; rinite alérgica e sinusites; hipertensão arterial; problemas de pele, artrites e reumatismos. As aflições

subjetivas se traduzem em nervoso; tristeza; cansaço constante; frequência de dores de cabeça; dificuldade e insatisfação na prática de atividades físicas; falta de apetite; má digestão; falta de interesse pelas coisas; dificuldade de pensar com clareza e para tomar decisões; dificuldade no serviço (o trabalho é penoso e causa sofrimento); sentimento de vida inútil; tremores na mão; e pensamentos em acabar com a própria vida (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

O aumento de gordura corporal observado entre os policiais militares reforça os riscos à saúde, associados aos estilos de vida e a qualidade da dieta alimentar desses trabalhadores. Minayo, Souza e Constantino (2008) apontaram em concomitância a elevados índices de sobrepeso, entre policiais civis e militares do Rio de Janeiro, uma rotina alimentar baseada na ingestão hipercalórica e hiperlipídica, contribuindo para os distúrbios gastrintestinais, sintomas psicossomáticos, assim como a precária frequência de atividade física, que predispõe o policial à morte por hipertensão, ao aumento do colesterol e do açúcar sanguíneo comprometendo danosamente sua energia, a qualidade de vida e eficiência profissional demonstrando a fragilidade no gerenciamento e condução da saúde corporal dos policiais.

A despeito das pesquisas nacionais apontarem o crescimento da epidemia de obesidade no país, e revelarem alguns aspectos de comportamentos e atitudes alimentares (IBGE, 2004; BRASIL, 2006; IBGE, 2011), pouco se sabe sobre os impactos que a obesidade traz no cotidiano dos policiais militares. Para compreender os efeitos dos discursos institucionais e sociais que definem medidas para a condução de si e dos outros experimentados pelos policiais no cuidado do corpo. Questionam-se as ações de enfrentamento da obesidade realizadas na Polícia Militar de São Paulo, que desde 2005 vem averiguando a doença (MERINO, 2007), mas a partir da observação de um Batalhão localizado no interior do estado que contabilizou a obesidade e o sobrepeso em pesquisa sobre fatores de risco coronários (CALAMITA, 2007).

Para admissão na polícia militar, os corpos devem ser sadios e considerados aptos para a atividade. A instituição distingue hierarquicamente os profissionais em concursos de seleção e submete o indivíduo ao exame de conhecimentos gerais, de conduta com investigação moral, e rigoroso teste de aptidão física e mental, realizadas por médicos, psicólogos e profissionais da instituição. Embora, contrariando as regras, após a admissão e a submissão às normas disciplinares que atuam para reformar e aumentar as capacidades de uso do corpo para a prática profissional, alguns corpos adoecem, e tornam flagrantes seus desempenhos frente às expectativas da função profissional, principalmente quando se opta pelo uso da força em diligências.

Como instituição fundamentada no direito e no poder consentido pelo cidadão através de mandato legal para o uso da força em diligências, a polícia atende ao chamado social para manutenção da ordem pública e garantir a segurança social (BITTNER, 2003; MONJARDET, 2003, BAYLEY, 2006). E com uma imagem cultivada de maneira “cínica” e “eufemista”, as atividades desses profissionais a priori observadas como corruptas e discricionárias realizadas por homens com baixa formação educacional e contratados para atuar em lugares onde a sociedade se recusa intervir, e se aventurarem em lugares onde o resto de nós não teria estomago (BITTNER, 2003, p. 99), indicam o paradoxo acerca da interação entre população e o dever da polícia e reafirmam formas de estigmas que se justificam com os riscos gerados quando se avalia a necessidade de intervenção sobre algo (BITTNER, 2003, p. 237). Neste momento busca-se a polícia para fazer o trabalho sujo de equilibrar e distribuir a força, efetuar socorros transportando feridos e corpos sem vida (MONJARDET, 2003, p.192).

Essa característica acerca do trabalho de polícia, em relação ao uso da força na resolução de contendas sociais e ao chamado para onde ninguém mais quer estar indica um corpo exposto aos mais diversos riscos físicos e emocionais. E reforçam o interesse da pesquisa sobre os riscos vivenciados na rotina do trabalho policial e seus efeitos a partir da perspectiva dos sujeitos, nas experiências conflitantes que tangenciam as suas práticas laborais expressas no corpo e nos déficits que resultam desse impacto na construção da saúde e qualidade de vida.

O risco, mais que um dispositivo técnico ou medida de exposição, é um conceito estruturante da realidade policial, particularmente afetada pelos embates travados em busca da ordem social caracterizada pela violência, sobretudo no Brasil com realidade social deflagrada com a insegurança e altos índices de violência traduzidos nos conflitos sociais cotidianos. Esses embates se traduzem no sofrimento corporal e mental ao se associarem às condições de trabalho e estilos de vidas adotados durante o exercício da profissão, demonstrando incompatibilidades no uso e na condução do corpo (SOUZA; MINAYO, 2005; MINAYO; SOUZA, CONSTANTINO, 2008).

Durante o turno de trabalho o policial está sempre sozinho em suas diligências, e depende da sua atuação intuitiva e, não há uma orientação institucional contínua sobre os procedimentos para suas intervenções de fato, possibilitando sustentabilidade durante uma ocorrência de vulto, ou até mesmo as mais corriqueiras. E mesmo que tenha previamente a seu favor somente o reconhecimento mental da área de atuação, o policial não hesita em atuar sobre as mais diversas e extraordinárias ocorrências do chamado social, seja para perseguir um assaltante, salvar uma vida em afogamento, proteger o desorientado para que não se

machuque fisicamente, intervir em incêndios salvando pessoas, evitar desastres em tubulações de gás e condutores de água, tirar o revólver da mão do suicida antes que puxe o gatilho, agir sobre um sequestro ou dispersar multidões revoltosas, quase não há limites para a intervenção policial sobre “*algo que não deveria acontecer e sobre o que seria bom alguém fazer alguma coisa imediatamente!*” (BITTNER, 2003, p. 234), e em sentido oposto, também não há um escopo que delimite seu campo de ação.

Na organização da polícia militar, os responsáveis pelo serviço de segurança, também estão expostos a riscos como o sedentarismo organizacional e tarefas que giram num ritmo lento e enfadonho, bem como a angústia na lida diária com os superiores, a promoção, o remanejamento e as políticas salariais que reforçam os sinais de hierarquia e disciplina, que atravessados por conflitos internos de poder e rivalidades crônicas colaboram com os riscos às doenças físicas e subjetivas, e podem expressar aumento de peso.

Em uma sociedade movida, como diz Foucault, pela cultura do risco (2008a), a polícia enquanto governo dos vivos mostra as faces ao perigo. E mesmo que, as atividades enfadonhas como tomar conta do trânsito, auxiliar uma criança perdida, ou atuar na saída de escolas possam extrapolar uma ideia de vocação para o risco, ainda assim, colaboram com o amplo leque que perfazem as exposições ao perigo de maneira diferenciada na instituição policial, onde alguns policiais experimentam o risco cotidianamente e outros podem passar seu turno sem essa preocupação (REINNER, 2004).

Embora no país, a tendência para viver no risco que se observa entre os policiais, sobretudo jovens, ansiosos para experimentar aventuras heroicas na rotina dos confrontos cotidianos, corrobore ao acelerado índice de criminalidade urbana e ao protesto social por segurança, e encoraje as representações e usos da força (MUNIZ, 1999). Em sentido contrário reforça uma aptidão ao risco que encontra seu contraponto na fraqueza subjetiva, nas expressões do sofrimento, nos problemas emocionais e de saúde ilustrados nas estatísticas, cujo ápice espelha-se nos altos índices de mortes tanto de policiais como de civis em diligências, bem como de ferimentos, de danos diversos ao corpo nas interações cotidianas que repercutem nos problemas psicossociais (pânico, estresse, esquizofrenias), e muitas vezes no suicídio entre policiais (MINAYO; SOUZA, CONSTANTINO, 2008).

Na realidade da sociedade brasileira constata-se que a atuação policial está ligada a um grande número de situações delicadas e controversas relacionadas à nossa organização social, e quando as pessoas chamam a polícia para intervir no cotidiano, o reconhecimento do risco subjetivado é acionado, e os resultados imediatos do conflito podem envolver o cumprimento da lei, por meio pacífico, como também sua desmedida, revelando tensões na garantia dos

direitos civis seja para salvar vidas ou desencadear mortes com o uso legítimo ou abusivo da força (NEVES, 2002; BITTNER, 2003, MUNIZ, 1999).

Essa diversidade de experiências no decorrer dos atendimentos às chamadas da sociedade possuem faces reversas que podem ou não indicar riscos a saúde dos policiais. Nesta direção o olhar da investigação focou o risco como toda ação humana que exige uma decisão imediata, cujo aleatório e não presumido irrompem obrigando a uma condução diferenciada na representação da ação, frente à situação que pode acontecer sem estar previamente encadeada, conceituação utilizada por Goffman (1999), para ilustrar uma ruptura na cena durante uma interação cotidiana.

Aqui estas rupturas que perfazem o risco estão diretamente ligadas à interação entre a ação policial, seja nos níveis hierárquicos, entre comandantes e comandados (oficiais e praças), ou nas diligências no trato com a população em busca de diminuir a incidência de crimes ou de intervenções que visam incidir sobre o bem comum. E viabiliza a observação da experiência do risco ativado no cotidiano interativo do trabalho policial ilustrado pelo *poder* como forma de intermediação das relações sociais, e princípio causal de inúmeras manifestações somáticas construtivas da corporalidade do policial.

Para saber como o poder através dos impactos das intervenções e das prescrições institucionais age sobre a saúde do policial obeso e sobre a construção do corpo utilizou-se como referencial teórico os dispositivos biopolíticos e disciplinares, conceitos evidenciados nas pesquisas de Michel Foucault sobre o desenvolvimento da modernidade e das dinâmicas do poder no governo da população, possibilitando observar esses dispositivos enquanto um conjunto heterogêneo de práticas de gerenciamento da instituição e modos de subjetivação profissional.

Segundo Foucault, a biopolítica enquanto exercício de poder atua sobre uma população, estabelecendo mecanismos de saber que contabilizam os fenômenos que atingem o conjunto dos homens enquanto espécie viva, definindo as áreas de atuações e meios de controle, como a contenção das endemias, pestes, fomes, ou na produção de saúde decidindo quem deve morrer ou viver. Esta dimensão não descarta os mecanismos disciplinares que atuam sobre a singularidade do homem-corpo, por meio de estratégias de poder que constroem e moldam o sujeito, criando um saber especificado acerca dos indivíduos. Esses mecanismos disciplinares e biopolíticos não se excluem antes se entrecruzam viabilizados com os exames, as vigilâncias e as normas aplicadas sobre o corpo e, cuja repercussão atinge a população que se busca regulamentar (FOUCAULT, 2002, 2008a, 2008b).

O dispositivo biopolítico observa, ainda, as estratégias que atuam na contabilização dos fenômenos coletivos, auxiliando o gerenciamento, e caracterizam as múltiplas relações dos indivíduos em conjunto, norteando focos de intervenções da instituição na gestão do corpo e da saúde; e a disciplina possibilita a descrição das relações cotidianas estabelecidas pelos controles e vigilâncias sobre o corpo e seus efeitos de individuação e normalização (FOUCAULT, 2002, 2008a, 2008b).

Para o intento de descrever as dinâmicas relacionadas aos embates das experiências laborais cotidianas, sobre a saúde e condução do corpo do policial militar, perpetradas na subjetivação das expectativas, dos riscos e interações na prática profissional, duas direções foram exploradas: (1) as narrativas dos sujeitos que lidam diretamente com a produção do corpo normalizado na instituição, com ações reguladoras que visam minimizar aspectos expressos com o aumento do número de casos de obesidade na corporação, e cuja produção está diretamente ligada a prática de gestão dos policiais afetados pela doença; (2) e das narrativas dos policiais interpelados pelos diversos discursos normativos sobre os riscos e a obesidade na prática cotidiana da instituição para entender, como os processos de subjetivação da identidade corporal atuam sobre estes estilos de vida. Essa forma de captação dos discursos e descrições interativas permite, no contexto da biopolítica, uma análise que se intercrucza dando espaço à interpretação dos contextos e das maneiras que se compõem o cotidiano dos policiais no âmbito institucional.

Na última década, observa-se que os discursos sobre a obesidade povoaram as preocupações do cotidiano em todos os âmbitos da vida: trabalho, saúde, sexualidade e estética que ritualizaram o culto ao corpo, e possibilitaram a emergência de pesquisas, que acenaram para a contabilização da obesidade em escala mundial (VIGARELO, 2012). Pesquisa do Ministério da Saúde realizada através do Vigitel (Vigilância de Fatores de Riscos e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico) divulgou que em 2011, o percentual de brasileiros com excesso de peso (sobrepeso) contabilizava 48,5%, e frequência de 17,4% de obesidade na população adulta do país (BRASIL, 2013).

No Batalhão da polícia militar observado confirmando os crescentes índices de obesidade do país foram constatados 18% de casos de obesidade, e 50% de sobrepeso entre essa população de profissionais, corroborando para implantação de estratégias de governo que visasse à transformação da conduta do policial através do manuseio da sua experiência corporal (CALAMITA, 2007).

A opção de observar uma unidade administrativa representada pelo Batalhão permitiu isolar as práticas de governo que caracterizam a organização institucional e suas intervenções

nos corpos em conjunto, especificando os cuidados da instituição com a obesidade¹. E se, de um lado, buscou observar como a obesidade afeta a população deste Batalhão, de outro, tratou das articulações que se estabelecem nas questões relativas à saúde e em específico ao aumento de peso no plano da organização neste lócus pesquisado, dimensão que parte do ponto de vista da experiência dos policiais em situação de risco, e que indicam as políticas da instituição, os usos dos serviços de saúde e seus impactos na gestão da obesidade.

As estatísticas produzidas em relatórios sobre a saúde dos policiais demonstram os perigos e os riscos cotidianos ao corpo, e as variadas formas de adoecimento correlacionadas ao aumento do peso, como as diabetes, cardiopatias, dislipidemias, cânceres, insônias, estresses, problemas ósseos que podem resultar no afastamento do trabalho para os cuidados médicos e prejudicar as dinâmicas internas de trabalho ao sobrecarregar a corporação com excesso de trabalho (CALAMITA, 2007; CALAMITA; SILVA FILHO; CAPPUTTI, 2010; GODOI, 2012).

Na instituição as estratégias de gestão populacional funcionam efetivamente a partir de pontos de apoios locais expressos em regulamentos, e de relações de poder hierarquizado que atuam diretamente nos corpos dos indivíduos. A polícia militar constitui os corpos com base em investimentos que visam aumentar as forças e delinear a fisionomia do soldado. Neste contexto, o corpo é o ponto referencial de intersecções que permitiu acessar as duas técnicas de governo, de um lado a (1) biopolítica com os fenômenos globais e as características da massa policial em conjunto, em seus riscos, na qualidade de sua alimentação e de saúde; de outro, a (2) disciplina demonstra a realização de um exame minucioso dentro de espaços específicos de vigilância que singularizam as condutas e classificam em função de um modelo de corporalidade normal e anormal.

A estratégia tecnológica do dispositivo de poder disciplinar possibilitou a pesquisa observar o cotidiano dos policiais no trabalho em suas rotinas prescritas pela instituição, enfatizando a regulamentação da conduta, os cuidados com o corpo em atividades esportivas, os cuidados com a alimentação, além dos riscos que perfazem o cotidiano institucional vivenciado pela ritualística do poder seja, no trato hierárquico dentro da instituição ou fora dela na ostentação de poder com a sociedade, assim como os investimentos voltados para a construção do corpo disciplinado, e um conjunto de técnicas adjacentes que circunscrevem os

¹Cabe ressaltar que em relação ao atendimento à saúde, a Polícia Militar do Estado de São Paulo possui no seu quadro médicos, dentistas, psicólogos e enfermeiros e outros profissionais da saúde encarregados do cuidado cotidiano nos Batalhões de polícia, e mantém, além disso, sob a coordenação da Diretoria de Saúde, um sistema de saúde de referência, com hospital e centros de reabilitação física, e serviços de saúde externos públicos e privados concorrem no atendimento aos policiais.

corpos inaptos ao aplicar prescrições a fim de reformar os hábitos dentro dos parâmetros normativos.

No caso da obesidade, enunciada pelo saber médico como um problema de saúde que repercute em vários outros tipos de doenças, os relatórios de pesquisa e programa de emagrecimento realizadas no Batalhão constata os duplos efeitos de poder que evocam a biopolítica institucional, com a contabilização de casos da doença e intervenção no conjunto populacional, e os mecanismos disciplinares que em escala microscópica atuam sobre a singularidade do corpo com a reforma dos hábitos alimentares, exercícios físicos e outras prescrições para o cuidado com a saúde corporal no cotidiano do policial.

Às técnicas interpretativas, descritas através da biopolítica, somou-se a observação participante junto ao efetivo do Batalhão, a fim de realizar etnografias das interações cotidianas dos policiais no ambiente de trabalho. Essa técnica adiciona possibilidades para capturar o impacto da obesidade nas interações e representações sociais em momentos de trabalho.

Goffman (1999, p. 23-29) definiu a “interação social” como a “influência recíproca dos indivíduos sobre as ações um dos outros”, quando em presença física imediata, e a “representação social” como “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência”, esses conceitos estruturaram a compreensão das dinâmicas do poder em âmbito das experiências cotidianas representadas pelo corpo em concomitância a sua narrativa interativa e permitiram na reflexividade das cenas, descrever a participação e a vivência entre polícias desse Batalhão.

Para avaliação dos dados envolvidos na leitura dos documentos institucionais, das entrevistas e etnografia foi utilizada a análise das práticas e dos discursos, em busca de identificar indícios da adesão do profissional a maneiras de se conduzir discursada institucionalmente através da regulação dos mecanismos de poder expressos nos documentos e em saberes produzidos pela instituição sobre os policiais (as estatísticas, as biografias profissionais e pesquisas médicas, e programas de saúde), e nas narrativas a partir dos sujeitos como meio de observar os mecanismos de subjetivação das normas regulamentadas na prática do cotidiano da polícia.

Com a análise da prática discursiva pode-se entender que “as práticas discursivas não são pura e simplesmente modos de fabricação de discursos. Ganham corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquemas de comportamento, em tipos de transmissão e difusão,

em formas pedagógicas, que ao mesmo tempo as impõem e as mantêm.” (FOUCAULT, 1997, p. 12).

A análise dos discursos dos policiais aliada à etnografia de suas interações sociais em âmbito de trabalho possibilita traçar uma diagonal entre as investigações de Foucault e Goffman, operacionalizando a compreensão entre as injunções do gerenciamento institucional, e as capilaridades das relações de poder nas representações dos sujeitos através da interação face-a-face no interior das unidades de polícia que fazem parte da área de responsabilidade de segurança do Batalhão.

Esta solução não escapa a discussão sobre as evidências de um saber hierarquizado profissionalmente como quer Bittner (2003), ou dos traços que a cultura do trabalho salienta como identificadores da prática policial (REINER, 2004), também atende as questões acerca do saber prático cultivado no cotidiano questionado por Monjardet (2003) e, muitas vezes, escamoteado quando na hora da orientação para a prática profissional como evidencia Broudeur (2003). Mas, antes atende as especificidades de uma prática engendrada, frente a um problema de saúde, reconhecida em todos os níveis hierárquicos através de um olhar interpretativo, partindo dos discursos dos policiais em suas experiências e interpretações de seu cotidiano institucional.

Neste contexto, traça o perfil do policial militar obeso de diferentes níveis hierárquicos, com enfoque na descrição das características dos estilos de vida, das interações profissionais e vulnerabilidades associadas a condições de saúde desses trabalhadores.

Bem como, verifica os efeitos de poder na reflexão de si do profissional e nos processos de subjetivação/naturalização das relações de poder; em suas ressonâncias no descontrole de si frente ao prazer alimentar; e nos riscos a saúde que envolve estas crises, e suas repercussões na experiência da doença.

Para realizar a pesquisa, durante a coleta de dados em campo, a primeira constatação foi em relação à abordagem dos policiais em relação às siglas e as abreviações referentes aos ordenamentos discursivos que instituíam as práticas profissionais. Os policiais falavam das portarias reguladoras do trabalho, dos ganhos, férias e dos códigos disciplinares, das leis de maneira abreviada, sem falar nos inúmeros QSL (sem novidade) que revelam a cultura linguística da polícia na comunicação cotidiana de trabalho.

A maneira de comunicação sintetizada e padronizada em siglas, comum para o policial em seu dia a dia, indicava a pertença ao grupo e revelava o conhecimento sobre as diretrizes expressas nos documentos. Esse modo de abreviar as referências sobre os códigos da

instituição, por sua vez, dinamizavam os diálogos e regulavam o que era dito, agindo como forma de proteção ao ocultar os segredos da instituição para estranhos.

Algumas vezes, ouvia as abreviações e perguntava a quem falava sobre o seu significado e origem, constatei que eram repetidas e reconhecidas mesmo que às vezes houvesse confusão da procedência se em um manual ou em outro se era lei ou decreto, mas eram compreendidas e praticadas pelos policiais como parte integrante de seu cotidiano. Entre as abreviações que ouvia grande parte estão contidas nas Diretrizes que compõem o “Sistema de Gestão da Polícia Militar do Estado de São Paulo - GESPOL”. Esse documento tem por base o “pensamento sistêmico” que descreve os principais processos que envolvem as ações gerenciais da polícia, bem como, serve “de suporte doutrinário, que está internalizado em todas as partes componentes do sistema.” (SÃO PAULO, 2010, p. 09).

O pensamento sistêmico na instituição da Polícia Militar do Estado de São Paulo reflete a gestão de “um conjunto de partes independentes, dispostas de maneira a produzir um todo unificado”, representando a “visão holística da administração” e, qualquer impacto em uma de suas partes, acaba gerando alterações substanciais no todo e impactando nos resultados do conjunto organizacional² (SÃO PAULO, 2010, p.10).

Em um universo uniformizado é problemático, à primeira vista, entender os aspectos que caracterizavam as hierarquias e principalmente reconhecer as pessoas sob a farda. Não distinguia o oficial ou praça, homem ou mulher, todos estavam mascarados pelo uniforme, revelando uma sinergia que parecia cingir uma imensa rede de relações pessoais. Onde cada ponto de intersecção da trama uma pessoa posicionava e conectava-se à outra compondo a interdependência do sistema único e padronizado, interligados por relações pessoais que se apresentavam de maneira dinâmica, ou com rupturas tornando-se recrudescendo para depois se realinhar novamente.

O contato com vários policiais no interior institucional de imediato produz uma sensação de perda de referência à pessoa de fora, nos bastidores a corporação se deixa ver, a princípio sem face única como uma representação do leviatã hobbesiano em uníssono e de acordo com o conceito de “ordem unida” caracterizado por uma “disposição consciente altamente motivada para a obtenção de determinados padrões coletivos de uniformidade, sincronização e garbo militar.” (BRASIL, 2010, p. 1-2). Essa padronização e sincronização dos gestos e maneiras, enunciada pelo manual de “ordem unida” tornam difícil o

² Segundo a Fundação Nacional de Qualidade - FNQ, o Pensamento Sistêmico refere-se ao ‘entendimento das relações de *interdependência* entre os diversos componentes de uma organização, bem como entre a organização e o ambiente externo. Esse conceito é colocado em prática ao se criar um ambiente propício para a disseminação de conhecimentos e experiências que inclua as redes informais. (SÃO PAULO, 2010, p.10).

reconhecimento de imediato de algum policial e revelam o sentido da instituição como um corpo coeso que dificulta reconhecimento individual durante as ações em conjunto.

Mas, a própria corporação com o passar do tempo permitiu-se reconhecer ao demonstrar ostentado nos uniformes as cores que avisavam as graduações de praças e postos de oficiais, com essas cores era possível localizar visualmente o interlocutor fardado através do: verde limão para soldados e cabos, vermelho para os sargentos e subtenentes, e do dourado aos oficiais.

Para realizar a pesquisa participante na Sede do Batalhão chegava de manhã junto com os policiais e acompanhava a apresentação diária da “ordem unida” e só saía no final do expediente às dezoito horas. Quando estava nas Companhias (Cias/PM), onde o atendimento é de 24 horas entrava em diversos horários, de segunda a segunda. Essa estratégia de não fixar horários permitiu uma maior flexibilidade durante as locomoções de uma cidade a outra durante as observações realizadas nas Companhias (Cia/PM), Pelotões (Pel/PM) e Grupamentos (Gru/PM), fora da cidade Sede do Batalhão.

Na polícia militar o horário de trabalho do setor administrativo começava às nove horas da manhã e terminava às dezoito horas, com o intervalo para o almoço, segue neste aspecto o horário comercial, e todas as quartas feiras, os policiais que realizam trabalhos internos participavam de um revezamento para que metade dos policiais trabalhasse de manhã e a outra metade durante o turno da tarde, essa estratégia servia para que a jornada de trabalho não ultrapassasse o estabelecido na Lei nº 10.261/68 (SÃO PAULO, 1968), que rege o funcionalismo público. Da mesma forma a regulação dos horários é estipulada para quem trabalha na administração das Cia/PM ou Pel/PM.

Os policiais do patrulhamento de rua iniciavam as 05h30min da manhã e terminavam às 17h30min, e eram obrigados a estarem no trabalho as 04h45min para a troca de turnos que iniciava as 05h00min e permanecia até as 18h00min, o tempo adicional de trinta minutos servia para o repasse de turno aos trabalhadores do noturno, esse adicional em horas trabalhadas não eram contabilizados como trabalho executado.

Neste espaço de tempo entre a entrada ou saída, durante as trocas de turnos era possível ter algum acesso aos policiais que executavam trabalho de rua. A partir desse horário ficava junto ao balcão de atendimento para as ocorrências de trânsito ouvindo as histórias que os policiais alocados no interno contavam.

Em algumas Cia/PM, ultrapassava-se o turno de 12 horas. Chegava de madrugada e saía as dez, onze, meia noite. As Cia/PM serviam como referência aos patrulheiros e sempre aparecia algum policial para rápidas conversas. Para o registro das cenas interativas e dos

diálogos, fazia anotações de maneira discreta para não romper as cenas que ocorriam no calor do acontecimento. No dia seguinte, voltava às trocas de turnos. Mas, não eram todas as unidades de policiamento do Batalhão que obedeciam a esse horário de troca de turnos, em algumas unidades de policiamento de área onde a população era pequena as trocas eram realizadas às 06h00min.

Nos primeiros dias na Sede do Batalhão, fiquei o dia todo na P5, ou seja, na seção de relações públicas da polícia militar e saía do posto de observação apenas na hora do almoço. Ali na P5, a todo o momento, vinha algum policial para saber sobre os desenvolvimentos de processos administrativos, férias, congratulações, ou para tomar um cafezinho, entre outros.

Nesta seção eram realizados os trabalhos de eleição do policial do mês, fotografias de eventos sociais e comunitários com participação de policiais, os resultados das operações que eram repassadas aos jornais, os pedidos de entrevistas com o comando, a alimentação do site da PM local, as promoções e homenagens.

Desse modo acabei por conhecer vários profissionais de todas as graduações e postos que vinham à Sede em busca de informações de interesses na PM/SP. Após alguns dias, melhor familiarizado com os espaços, fiquei em uma sala ao lado do comando, cedida gentilmente pelo subcomandante de onde avistava toda a entrada do quartel e poderia fazer as entrevistas e realizar conversas com os policiais.

Mas, a sala ampla e bem iluminada, forrada com madeira de lei e com portas para entrada e saída amplas, era a sala de reuniões dos oficiais do Batalhão e de um lado havia a sala do comandante e do outro a sala do subcomandante, com portas de acesso à sala de reuniões. E como na Sede do Batalhão, os policiais se revelavam menos propensos a falar por causa da proximidade do setor administrativo com o comando, não realizei nenhuma entrevista no local para salvaguardar os policiais de que a conversa não fosse ouvida pelos oficiais do outro lado da porta. Daquele espaço conheci as seções que compunham a Sede do Batalhão, que se dispunham como no exército, a diferença segundo um sargento era na letra inicial no “*Exército é Exército I (E1) e na Polícia, Polícia I (P1); (P2); (P3); (P4); (P5)*” e assim se nomeiam as seções.

A polícia é conhecida por sua desconfiança para o olhar de fora da instituição (BROUDEUR, 2003). Essa característica de se opor ao conhecimento perpetrado, sobretudo, pela salvaguarda do segredo faz com que a pessoa interessada em observar os meandros da instituição, seja vigiada, investigada e comentada sobre os seus propósitos. Situação, no mínimo, inquietante em que a polícia mostra-se sobressaltada quando se torna objeto de investigação e observação.

A ansiedade que o estranho causa no interior da instituição se reflete em olhares de desconfianças e intimidadores, indagações sobre o que se está fazendo ali, com autorização de quem e quais motivos, entre outras perguntas, demonstravam a rotina e o caráter investigativo da conduta discricionária do policial e suas tendências a traços de isolamento social e vida em grupo corporativo como demonstra Reiner (REINER, 2004).

Assim, informava a todos os policiais com quem conversava sobre as pretensões da pesquisa, saber sobre os riscos que perfazem a prática do trabalho policial, com ênfase na saúde do corpo com adiposidade, e sempre esclarecendo as dúvidas e respeitando as opiniões sobre o trabalho de pesquisa, em retribuição ouvia relatos indicações, identificações solidárias, ou era simplesmente ignorado, enfim fazia o campo.

Na instituição policial, o pesquisador também é pesquisado como diz Muniz (1999) em sua experiência como pesquisadora da polícia ao relatar sobre o recíproco estranhamento causado no pesquisador, ao ser investigado concomitantemente a sua investigação³. Existem proximidades no ofício do antropólogo e do policial, ambos são investigadores do cotidiano. Os relatórios diários que o policial compõe traduzem as dinâmicas sociais que seu olhar observa cotidianamente, assim efetivam a história do seu campo de atuação, isto é, da cidade e das dinâmicas relacionais entre os seus cidadãos. Ao relatarem os fatos cotidianos os policiais cristalizam o observado em conhecimento institucional sobre a sociedade, e traduzem o saber do fato para a realidade concreta (L'HEUILLET, 2002).

Ao experimentar essa forma de condução investigativa, própria da profissão policial, sempre respondia a todas as indagações fosse ou não relativo ao objetivo da pesquisa. Ao falar sobre o interesse da pesquisa dentro da instituição ouvia mais opiniões a respeito da proposta, e fossem elas favoráveis ou desfavoráveis derivavam de reflexões vivenciadas interpretadas e aceitas pelo policial como certas ou erradas para a sua condução.

“Você explica direitinho o que precisa para fazer o seu trabalho, é educado e se preocupa com a gente, pergunta se a gente quer participar e respeita. Diferente do comando que acha que sabe tudo de nós, mas não vem aqui perguntar se o policial precisa disso ou precisa daquilo. Eles fazem o que acham que é correto para gente fazer patrulha, por exemplo, mas nunca fizeram patrulha, eles cobram para a gente fazer exercícios, mas não temos horários para isso porque cobram a prioridade do CPP, falam da nossa saúde, mas não perguntam se a gente se sente bem, e assim vai...” diz soldado de 48 anos e 23 anos de trabalho na polícia na Cia/PM (F).

³⁴Logo que comecei a superar a estranheza inicial causada pela presença de uma pesquisadora no meio daqueles que estão frequentemente nos observando e pouco acostumados a ser observados com a mesma persistência, rapidamente constatei que eu teria de ser mais efetiva aproveitando, as possibilidades que aos poucos iam se abrindo. (MUNIZ, 1999, p.185).

Para fazer a pesquisa no Batalhão da polícia militar no interior do estado o comando local concedeu noventa dias que foram divididos em três meses, cada etapa com trinta dias. A primeira etapa visou trinta dias para adaptação e reconhecimento entre pesquisador e profissionais no interior da instituição, bem como a realização de convites para participação dos profissionais na enquete; a segunda etapa, também de trinta dias era para coleta de material, com observação participante e programação das entrevistas; a terceira etapa, que consumiu os outros trinta dias, para realização das entrevistas semiestruturadas e as observações adicionais.

O Batalhão de polícia militar pesquisado é responsável pela fiscalização de uma área territorial de 8.794 K², com aproximadamente meio milhão de pessoas habitando 25 municípios e áreas rurais (GODOI, 2012), sua composição física soma um conjunto de 42 unidades, entre a Sede, as Companhias (Cia/PM), os Pelotões (Pel/PM), os Grupamentos (Gru/PM), a Cavalaria, a Força Tática e Unidade Intensiva de Saúde (UIS) e Canil. E para saber os impactos de riscos nas experiências cotidianas dos profissionais da polícia e suas somatizações adiposas foram necessários cerca de sete meses, pois as visitas às unidades policiais eram agendadas antecipadamente.

Como eram quarenta e duas unidades para percorrer em 25 cidades, a opção adotada foi fazer divisões em semanas e agrupar seções para possíveis incursões ao campo. Assim, a Sede do Batalhão que, além das seções administrativas, abrigava a Força Tática (1 unidade), a Cavalaria (1 unidade) e a Unidade Intensiva de Saúde (UIS) (1 unidade) poderiam ser realizadas em conjunto. Para as Companhias que eram cinco também seriam disponibilizadas uma semana para cada visita, estendendo desse ponto a todos os quinze Pelotões e aos dezessete Grupamentos de responsabilidades das Cias/PM. De modo que ao final das 12 semanas concedidas obtivesse uma visão geral e um contato mais aproximado com os profissionais e das dinâmicas que compunham a totalidade das unidades do Batalhão.

As observações iniciaram na Sede do Batalhão, que compreende uma grande equipe de trabalhadores realizando as tarefas administrativas, ou “*internas*”, como é comumente referido pelos soldados, depois as Cia/PM, os Pel/PM e os Gru/PM. Na Sede do Batalhão, como disse, tomei por base nos primeiros dias a P5. Não fui à UIS, apesar de ter desenrolado grande parte da negociação para entrar na instituição entre a sala do subcomandante e a do médico do Batalhão na Unidade Intensiva de Saúde.

Durante a minha permanência na Sede do Batalhão fiz abordagens de reconhecimento em todas as seções, cada uma com suas especificidades e peculiaridades de atuação profissional, que por sua vez derivavam sociabilidades distintas, assim era o caso da

motomecanização ou Motomec, seção de mecânica onde se realiza a manutenção dos veículos da PM/SP. A Infotec, seção de informática que faz a manutenção dos computadores, dos rádios PX, e de todos os aparelhos de comunicação da área do Batalhão. Certo que havia a deontologia da polícia militar como regra norteadora das condutas, mas as maneiras de gerenciamento da conversa dos soldados se diferenciavam. E resultavam em menos incômodo ao falar com quem é de fora.

Da mesma forma, frequentei as seções do COPOM ON LINE, Cavalaria e Unidade Intensiva de Saúde (UIS). Na Força Tática que também ficava na Sede do Batalhão permaneci cinco dias. Em algumas Seções não fiquei o dia todo, não era possível e os policiais geralmente preferiam falar longe dos olhares superiores que comandavam as seções.

Como cada seção se organizava hierarquicamente com o oficial, o sargento, o cabo e o soldado, as conversas se realizavam nos corredores e locais de café nas próprias seções. Quando (os policiais) se certificavam que poderia haver alguma possibilidade de conversa *in off* paravam para falar comigo, assim participava das panelinhas como diz Da Matta (1979) onde as sociabilidades dos profissionais aconteciam e os conluíus revelavam os embates internos entre os policiais.

Como alguns policiais estavam de licença de trabalho, realizei algumas entrevistas em suas residências. Em dias da semana ou nos domingos. Bem como realizei entrevistas com autorização do comando durante o expediente de trabalho. Essa maneira de concessão de entrevistas durante o turno de trabalho do policial foi crucial para o desenvolvimento da pesquisa. Como o Cartão de Prioridade de Policiamento (CPP) deveria ser preenchido com as anotações sobre os horários e os locais para a realização da ronda diária, os policiais ao falarem comigo anotavam em seu relatório que estavam realizando entrevistas ou conversando com o pesquisador para atestarem o porquê não estava no horário em pontos estratégicos especificados no cartão.

Neste momento entrava a importância da autorização institucional, através da leitura do documento o soldado reconhecia a “voz” do comando, e a usava para atestar sua verdade em relação à falta ao local de trabalho indicado pelo CPP, inviabilizando as punições ao descumprimento do policiamento da área expresso no cartão.

A eficácia do documento tornou-se indispensável, pois assim que chegava a um Grupamento ou Pelotão, a primeira providência era mostrar o documento atestando a minha permanência e meus objetivos no local e mesmo que alguns não reconhecessem a voz do comando, ou a usassem para embromar o CPP com possibilidades de se afastar da ronda sempre havia uma resposta.

Em minha permanência nas Cias/PM sentava em uma cadeira, em um canto próximo ao balcão de atendimento para os registros das ocorrências de trânsito ou simplesmente “B.O de trânsito” como diziam os policiais e, assim, ouvia os diálogos entre os profissionais. Em algumas Cia/PM sentava do lado de dentro do balcão e ficava conversando com os policiais ouvindo e observando as suas encenações corporais que interagiam ou não com o ambiente, ou com o que estava sendo dito, modificando e realinhando as dinâmicas representadas no face a face das suas práticas profissionais (GOFFMAN, 1999), ali tive acesso aos policiais que atuavam no policiamento externo que faziam a troca de turno e usavam a Cia/PM de base.

Quando chegava a uma Cia/PM em data especificada pelo comando, o que coincidia com a reunião semanal entre oficiais e sargentos, era apresentado como pesquisador e anunciava os meus propósitos aos sargentos que, por sua vez, recebiam a incumbência do comando de repassar a tropa sobre as minhas visitas nos pelotões e grupamentos.

No interior da instituição os diálogos com alguns policiais eram na maioria das vezes, rápidos e precisos em muitos casos existiam os receios da vigilância hierárquica institucional quando o trabalho era realizado no interno, essa precaução dos policiais regida pela dinâmica administrativa do discurso da perseguição era narrada principalmente por praças e alguns oficiais. Da mesma forma havia dificuldade em conversar com os policiais do patrulhamento que sempre estavam correndo para cumprir o CPP, mas em geral alguns desses policiais quando de passagem nas CIA/PM, e nesses encurtados momentos, relatavam sobre os impactos da experiência do trabalho no corpo e os riscos que derivavam dessas interações.

Nesses encontros, para anotações, sempre usava um bloco de papel – como forma de capturar os acontecimentos *in lócus*. Os policiais em algumas Companhias se mostravam constrangidos com as entrevistas gravadas preferindo as anotações, muitas vezes nem as anotações eram recomendadas, durante as conversas que diziam ser *in off*. Com esta cautela os policiais se sentiam mais seguros por não terem seus nomes expostos, em termos de livre esclarecimento, ou algum tipo de comentários que envolvesse seus nomes à pesquisa.

Essa precaução era assumida como meio de escapar a uma possível sanção do comando. Mas também era usada como meio de se esquivar a apresentar opiniões que poderiam ser usadas como testemunho contra a instituição, ou a si, enquanto elemento reflexível institucional. Somente com o passar do tempo, usei um caderno de campo como instrumento para a coleta de dados na observação participante, sem constrangimentos por parte dos policiais que acabaram aos poucos me reconhecendo como pesquisador e

considerando como um amigo da polícia⁴. E isso se deu em uma Cia/PM em particular, nesta o caderno de campo adquiriu certo valor simbólico de poder.

Esse cuidado com a captura de dados na instituição policial foi possível devido às reclamações dos próprios depoentes que diziam “*aqui a gente faz o que mandam*”, indicação realçada com a frase “*papel aceita qualquer coisa, qualquer resposta*” apontando para as pesquisas realizadas no Batalhão de polícia observado. A advertência incide diretamente nas sondagens da pesquisa que buscou se orientar por critérios que estabeleciam elos entre o que estava sendo observado e as respostas dos participantes, e assim a atenção nos diálogos em grupo poderia desvendar olhares discretos de censura, um franzir de testa, um corte abrupto no diálogo, seja por quem fala ou por outro participante da conversa, essas informações representadas pelo corpo indicavam que o que estava sendo dito poderia prejudicar a equipe de profissionais.

Essas representações, muitas vezes, eram captadas em suas nuances mais tênues, como em um olhar, em uma fala rápida e entre dentes cerrados, em um segundo de descuido que revela que algo está sendo transgredido, ocultado, providenciado ou consentido. São representações que apreendidas rompem com o imediato cênico para se alojar em outra instância do saber, onde muitas vezes o segredo momentâneo é o limite para o pesquisador.

E, quando se estabelecia uma ruptura no diálogo, sempre buscava reavaliar a situação e sondar novamente a informação interrompida, para que a realidade narrada de maneira fragmentada representasse uma perspectiva da totalidade da experiência do depoente. Essa precaução em não se revelarem, ressaltada entre os policiais, sobretudo praças, era sempre mediada pelo medo da retaliação, expressas em regulamentos institucionais revelando a referência à hierarquia como reguladora das informações realizadas sobre a condução institucional, e assim ficava vetado às praças falarem pela instituição.

Sem impedir que os depoentes inserissem suas observações pessoais sobre a instituição ou acerca das escolhas no modo de conduzir a vivência corporal em consonância aos processos institucionalizadores que modulavam o arcabouço organizacional do trabalho. Sempre tinha em mente o roteiro para perguntas com os eixos: risco, trabalho, saúde, alimentação, práticas de esportes e interação profissional interna e externa, como norte do diálogo, e com o passar do tempo inseri a pergunta: “*o senhor tem alguma pasta azul?*”.

A “pasta azul” no Batalhão é usada como referência aos processos administrativos que evidenciam as faltas contra os regulamentos disciplinares da polícia militar cometidos por

⁴ O “amigo da polícia” aqui é entendido quando os policiais não reconhecem a figura do pesquisador como um inimigo a seus interesses. E como a verificação dos riscos e saúde no trabalho era uma maneira, para alguns policiais, de poderem falar de seu cotidiano eu não era observado como ameaça.

policiais de todas as hierarquias, e que são arquivados em pastas azuis no Batalhão de polícia. Essa pergunta muitas vezes incentivava os policiais a dizerem sobre as práticas administrativas de correção que, muitas vezes, eram condenadas pelos excessos por alguns policiais. E sem o caráter de uma entrevista formal as conversações fluíam em tom descontraído, mas sempre recortadas pelos avisos “*vou te falar, mas não diga meu nome*”.

Esse modo de confissão *in off*⁵ surgiu do contato com policiais das mais diversas graduações e postos profissionais, embora o recurso fosse utilizado na maioria das vezes por praças. Quando não estavam dispostos a gravar entrevistas, alegando medo de perseguições institucionais, os policiais utilizavam-se da conversa *in off*: “*Se meu nome não aparecer na pesquisa, posso falar em off, estou saindo para me aposentar e o que eu disser quem sabe pode auxiliar os próximos policiais que estarão em meu lugar no futuro*” diz soldado com 24 anos de profissão na (Sede).

Aqui vale dizer que logo que cheguei ao Batalhão de polícia não tive grandes obstáculos para acessar diálogos seja com praças ou oficiais. Mas de maneira acentuada a grande parte das interações foram com os praças e como conhecia alguns deles a fluidez no dialogo era em algumas Cias/PM de fácil manejo. Muitas vezes chegava a algum Grupamento e era aguardado pelo policial que ouvira falar sobre o meu trabalho e queria falar comigo sobre os riscos que segundo ele havia na PM.

E mesmo ouvindo queixas de ambos os lados da hierarquia, foram os praças que mais colaboraram decerto há maior proporção numérica de praças em relação aos números que oficiais, e nos Gru/PM eram os praças que me recebiam, mas essas aproximações ocorreram em decorrência da própria instituição que ditou seus horários e seus interesses em falar e expor seu pensamento, como diria Douglas (1998).

E, sem uma identificação o ritual da confissão, enquanto matriz de um discurso verossímil sem a referência singular e corporal da voz que discursa, cria porosidades na espessa superfície da instituição e gera possibilidades para capturar as construções cotidianas do eu policial. Da mesma maneira que possibilita o encobrimento daquele que narra como estratégia para fugir do regulamento disciplinar e de uma possível “*pastinha azul*”. E assim se ouvia desde adultérios, denúncias de oficiais que eram acusados de participações em quadrilhas, vícios em drogas e álcool, práticas de QSA, homicídios durante o curso de ações e uma gama de ilegalidade, e faltas morais que não coadunam com a imagem de policiais

⁵ O projeto de lei 1676/1999, de autoria do Deputado Aldo Rebelo (PCdoB) sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa. O projeto em sua proposta alardeou sobre o excessivo uso de palavras estrangeiras em nosso idioma, ao passo que as respostas suscitadas por estudiosos da língua portuguesa no Brasil indicam que essa preocupação é infundada, pois soa como um totalitarismo linguístico que causa a exceção com o banimento de expressões e formas de comunicação que fujam do caráter normativo da língua utilizada. Para um aprofundamento no debate ver Farraco (2001).

exigidas nos regulamentos institucionais da PM.

Conforme Foucault, o discurso ritualístico da confissão é um instrumento que se concretiza ao circunscrever a coincidência do sujeito que fala com o sujeito do enunciado; como um “ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão”. A confissão sanciona os moldes da avaliação, da intervenção, do julgamento que pune e encarcera para correção ou perdoa e liberta. Como um ritual de discurso a confissão revela “onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve que suprimir para poder manifestar-se; em fim, um ritual onde a enunciação de si, independentemente de suas consequências externas, produz em quem articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra de suas faltas” e produz o eu do corpo (FOUCAULT, 2001, p. 61; RAGO, 2011).

“*Falando em off*”, diziam os policiais ao me contatar para conversas. Essa dica era o sinal para que não usasse gravador ou algum meio de identificação que pudesse expor o nome do depoente em sua contribuição. Embora, muitos acreditassem que somente com as pesquisas, vindas com o olhar de fora, alguma coisa poderia mudar na polícia, o *off* os mantinham em segurança. E um dos aspectos do *off* significava o desabafo profissional e institucional, em relação aos problemas cotidianos que envolviam a saúde e as condições de trabalho da tropa, os riscos diários, os horários para alimentação, esportes, horários de lazer, e salários.

Essa forma de confissão foi observada em todo o Batalhão. Sempre que sentiam necessidades de expor suas dificuldades, ou falar sobre algum assunto que consideravam difícil para a polícia, os policiais me chamavam em um canto de maneira discreta, ou sentavam ao meu lado e em tom de confabulação diziam: “*Bóris vou falar em off*”.

Essas narrativas, muitas vezes, eram realizadas em grupo, prática que corrobora com suposta união entre policiais, mas também revelava segurança de não serem delatados ao exporem o cotidiano das relações no interior institucional, ou simplesmente diziam que nada tinham que esconder um do outro, mas preferiam não ser identificados com gravações ou anotações.

O *off the records* (quando não se identifica a fonte) ganhou relevo na imprensa brasileira entre o período de 1960 – 1980, quando o país era regido por uma elite militar. A censura imposta pelo regime político obrigava os jornalistas a ocultarem as fontes de suas diversas denúncias contra o estado, que violando direitos exterminava vidas (MELO, 2005).

E, o *off* usado pelo jornalismo⁶, caiu no uso do cotidiano comum e comunga da prática linguística com os aparelhos tecnológicos que informam o “*on*” e o “*off*”, ligado ou desligado. Sobretudo entre os internautas que usam os termos como parte do vocabulário inscrevendo a palavra inglesa em seu significado a práticas cotidianas de discursividade.

O uso dessa palavra para traduzir verdades gera desconfortos, a falta de um nome para o sujeito da narrativa induz a possibilidade de fraude ou mentira. Mas o mesmo discurso que invalida a confissão em *off* busca com a identificação do depoente, maneiras de geri-lo dentro dos critérios institucionais carregados de poder punitivo. Como se a verdade ao ser revelada necessitasse de um ponto de afirmação para expurga-la de qualquer inverdade. Um saber em *off* estabelece relações de poder, causando formas de luta que transgridem as normativas institucionalizadas realocando os desvios e reconstruindo o cotidiano da polícia.

Essa forma de coleta de dados em campo preserva os atores da cena, mas as cenas descritas e as narrativas do cotidiano efetuadas em “*off*” pelos policiais foram mantidas. Esse critério pautou-se por uma descrição mais próxima da realidade institucional dentro da perspectiva de quem observa. Em muitos casos as descrições das cenas padecem de uma falta de senso aproximando do satírico as manifestações do poder nas relações entre os policiais, que alijados de qualquer otimismo refletem no cotidiano institucional as inúmeras ocorrências da lida diária. Esse poder em muitos casos se apresenta com a jocosidade pueril dos casos discursados, e contrasta com a aparente sisudez institucional, mas estigmatizam e hierarquizam as relações de poder causando danos morais, físicos e psíquicos em seu cotidiano corriqueiro.

Para identificar as correspondências dos discursos com suas áreas de policiamento buscou-se identificar apenas o Batalhão e as Companhias. O Batalhão corresponde à área total do conjunto composto de Companhias, Pelotões e Grupamentos e da Sede administrativa onde se realizam os trabalhos internos, por sua vez, as Companhias são responsáveis pelos Pelotões e Grupamentos e respectivamente as áreas de policiamento dessas unidades.

O critério adotado buscou encobrir os depoentes, mas preservar as áreas onde as cenas, os diálogos e as interações ocorreram. Para identificar os Pelotões e os Grupamentos o referencial foram as Companhias responsáveis por suas áreas de policiamento. Para identificação das cinco Companhias foram utilizadas letras do alfabeto como meio identificador de áreas onde ocorreram as coletas de dados.

⁶ O Observatório da Imprensa traz interessantes reportagens com os equívocos e as denúncias que os jornalistas levantaram ao expor verdades da política nacional em *off*. ver Nery (2003).

Como o estudo centrou-se entre os policiais militares alocados em um Batalhão de polícia militar no interior do estado de São Paulo, aqui reconhecido como Batalhão, o motivo da nomeação com letras do alfabeto para as Cia/PM recai sobre o encobrimento das unidades policiais onde ocorreram as coletas de dados, e dos policiais que prestam serviços nestas unidades que se dispuseram em conversar em *off*, com entrevistas ou participaram da etnografia durante as coletas de dados.

Para as cinco Companhias que compõem a área de responsabilidade centralizada no Batalhão foram utilizadas as letras (C); (D); (E); (F); (G) os Pelotões e Grupamentos foram mantidos em suas referências. Esse procedimento buscou embaralhar as interações e os depoimentos para não causar danos aos policiais, da mesma forma que alcançar maior verossimilhança aos depoimentos e as coletas de dados.

Ao indicar as Companhias evita-se a identificação dos Pelotões e Grupamentos esse critério possibilita encobrir as localidades e o reconhecimento dos discursos que podem identificar o depoente através do conhecimento do caso ocorrido na descrição.

Quadro 1 - Unidades policiais que compõem o Batalhão.

Batalhão (Sede)			
Cia/PM	Pel/PM	Gru/PM	Total Unidades
C	1° Pel/PM;	1°Gru/PM; 2°Gru/PM;	04
D	1° Pel/PM; 2° Pel/PM; 3° Pel/PM; 4° Pel/PM; 5° Pel/PM; 6° Pel/PM; 7° Pel/PM;	1°Gru/PM; 2°Gru/PM; 3°Gru/PM; 4°Gru/PM; 5°Gru/PM; 6°Gru/PM; 7° Gru/PM;	15
E	1° Pel/PM; 2° Pel/PM; 3° Pel/PM;	1° Gru/PM;	05
F	1° Pel/PM; 2° Pel/PM;	1° Gru/PM; 2° Gru/PM; 3° Gru/PM; 4° Gru/PM; 5° Gru/PM; 6° Gru/PM; 7° Gru/PM;	11
G	1° Pel/PM; 2° Pel/PM;	-	03
(05) Cia/PM	(15) Pel/PM	(17) Gru/PM	38
Canil	-	-	01

Força Tática	-	-	01
Cavalaria	-	-	01
UIS	-	-	01

Fonte: Elaborado pelo autor.

A primeira seção descreve o surgimento do soldado e as ressonâncias do corpo moderno pautado na belicosidade, as especificidades da polícia comunitária observada no Batalhão e sua forma de organização através das negociações cotidianas. Ilustra as características da obesidade como fator epidêmico e seus reconhecimentos através do IMC, assim como especifica o corpo exigido para o trabalho policial.

A segunda seção descreve o Batalhão observado com sua área de atuação, sua população de policiais, seus programas de policiamento. Delineia o programa de redução de peso com suas práticas interventivas de manipulação corporal e suas repercussões midiáticas como forma de avaliação de resultados.

A terceira seção expõe a cultura policial e suas dinâmicas internas evidenciadas na violência das interações com a hierarquia e a disciplina como meio organizador do trabalho, revelando rivalidades crônicas e admoestadoras. Descreve a prática profissional em rondas, a suspeição como meio de ação na relação com o outro, e o cotidiano alimentar institucional como meio de luta e cultura propagada na construção do corpo no dia a dia institucional.

A quarta seção discute sobre o corpo do policial e seus processos de subjetivação através das diferenças de atuação entre o trabalho interno e externo, praças e oficiais. Informa sobre a transformação para o trabalho e as formas de investimento da instituição sobre o corpo com a farda e, as ingerências da instituição versus policial na luta e na negociação para o governo do corpo.

1 TEORIA, OBESIDADE E O CORPO EXIGIDO

1.1 Discussão teórica e conceitos fundamentais (como governar a polícia?)

Para observar as experiências no trabalho em suas formas impactantes na condução do corpo do policial militar, subjetivadas nas expectativas de riscos e interações na prática cotidiana de trabalho. Este capítulo busca saber da emergência da polícia para observar as reverberações modernas pautadas sobre as negociações de governo econômico sugeridos na máxima deixar fazer (*laissez-faire*) e poder fazer como espaço de negociações e lutas entre o governo e os governados. Assim como observa os discursos institucionais que organizam as práticas corporais do policial militar durante a sua trajetória institucional, em busca de saber sobre o seu governo em consonância ao apregoado pela instituição para os procedimentos de trabalho.

A opção buscou atender as demandas encontradas em campo acerca do modo de comando centralizado, tal qual ilustrou as pesquisas de Bayley (2006) sobre os aspectos que permitem observar modelos padronizados de polícias contemporâneas. Bem como, as práticas que orientam o policiamento comunitário (SKOLNICK; BAYLEY, 2002) expressos na ordem discursiva pelo comando no Batalhão pesquisado.

Da mesma forma que dirige o olhar sobre a negociação enquanto prática de governo da polícia, contrariando as expectativas de um discurso padronizado organizado pelo direito para a condução do policial, e de seus procedimentos na realidade cotidiana como observa Foucault (2008a, 2008b) e Napoli (2011). Mas, não escapa a noção de cultura policial enfatizada como personificação do trabalho enquanto uma cultura socialmente gerada assentadas nas variáveis “perigo” e “autoridade” que devem ser interpretadas sob a luz de uma pressão constante em busca de resultados eficientes (SKOLNICK; BAYLEY, 2002; REINER, 2004, p.135).

A cultura da polícia em sua perspectiva de valores e normas conduz a conduta do policial, mas não assume um caráter “monolítico” inflexível ou universal. As diferenças que norteiam os pontos de vista dentro e fora da polícia contribuem para observar traços através de variáveis individuais, como a personalidade, trajetória da carreira, patentes e especializações, configurando as características que organizam a cultura policial (REINER, 2004, p. 134).

As novas configurações territoriais na Europa a partir do século XVII e a emergência dos Estados modernos especificaram os modos de condução governamental da população, o

corpo em sua forma atomizada paulatinamente assumiu sua soberania, em contraste a soberania do rei, esse arranjo instrumental permitiu que toda população possuíssem direitos capazes de assegurar a sua liberdade pautada em princípios econômicos de governo (FOUCAULT, 2008b).

O deslocamento iniciado em direção a um governo Estatal gestado nos séculos XVII e XVIII organizou a polícia, a soberania e a força estatal para o contexto social moderno. Nesta organização o Estado deveria expandir sua força através de seus recursos econômicos e populacionais sem a prerrogativa de subjugar outro Estado com força menor, invadindo as suas demarcações territoriais e ferindo a sua soberania. E caso isso acontecesse afetando o acordo diplomático e o equilíbrio da força entre os Estados europeus, outras nações poderiam se unir contra tal investida buscando reorganizar a estabilidade entre as potências. Essa pluralidade dos Estados que emergiram em suas forças desiguais propiciou o estabelecimento da segurança da paz com a ameaça da guerra (FOUCAULT, 2008b, p.390).

Cada Estado deveria desenvolver suas defesas e suas forças representadas em riquezas naturais, econômicas e populacionais, com critérios pautados na razão de Estado em busca da verdade e no conhecimento da realidade de sua população, do seu território, seus recursos naturais e suas riquezas. Essa racionalidade governamental que reflete o próprio governo é organizada com a descoberta da estatística como uma técnica de saber sobre as coisas, dimensão essencial ao exercício do poder, capaz de intervir com o auxílio da publicidade sobre a consciência da população modificando a sua opinião (FOUCAULT, 2008b, p. 365-367).

Justamente a observação sobre a população em sua emergência conceitual engendra a polícia como um aparelho capaz de fazer a razão de Estado funcionar como técnica de governo que intervém no campo da prática cotidiana, propiciando o molde de um novo sujeito para compor o quadro da modernidade. A passagem da rivalidade do poder do príncipe para a concorrência econômica da força pautada na riqueza dos Estados são os elementos que se diferenciam e proporcionam a novidade na mutação que caracterizou a vida política e a história do Ocidente moderno (FOUCAULT, 2008a, 2008b).

Mediada pela força enquanto riqueza de um Estado a prática da concorrência é o divisor de águas que permite a fórmula acerca da razão governamental. A noção de força de Estado fundamentada na população e riquezas naturais permitirá a movimentação da engrenagem moderna mantendo o equilíbrio sobre a balança comercial entre as nações. O príncipe como uma entidade de poder supremo declina frente à eminência da ordem

econômica liberal propiciada com o Estado territorial, a riqueza do rei passa a ser a riqueza do Estado (FOUCAULT, 2008b).

A nova estratégia para o governo se pauta sobre o uso racional de suas forças através do cálculo sobre ela realizado, e como pensamento político será ao mesmo tempo uma estratégia e uma dinâmica das forças econômicas, das riquezas naturais e populacionais. Esse modo de governo que contabiliza seus recursos acionou, além do dispositivo de polícia, o dispositivo diplomático-militar como meio de garantir a manutenção da relação de forças na balança comercial europeia, dos séculos XVII e XVIII, para que se mantivesse o acordo no conjunto das nações (FOUCAULT, 2008b, p. 396).

Por outro lado, com o dispositivo de polícia incrementa-se a garantia de manutenção das forças internas. Essas novidades que se conectam a uma ordem política voltada para a paz continental gestada na Europa, em defesa dos Estados nações prepara a consolidação dos mecanismos de segurança. A equalização das forças propõe a igualdade entre as pluralidades de nações e permite que os Estados figurem sobre uma paz ininterrupta. Essa característica da paz universal, delineada entre as nações europeias, para a condução política utilizada na modernidade, emprega a guerra como instrumento para a manutenção da paz universal. Um paradoxo que modelará toda a vida moderna em sociedade e marcará as nuances relacionais para a prática política cotidiana pautada na belicosidade militar (FOUCAULT, 2008b, p.404, 2008a).

Com o movimento político entre as nações emergentes do século XII e VIII, o soldado aparece como uma conduta moral e política, uma ética para o comportamento do bom cidadão, pois além de ser um estatuto da nobreza, fazer a guerra era também uma profissão voluntária para o soldado. Capaz de se sacrificar e dedicar a causa e salvação comum sob a regência disciplinadora de uma consciência expressa na autoridade pública, ser soldado deixa de ser um destino e passa ser uma conduta social cujas ressonâncias alcançam a vivência contemporânea (FOUCAULT, 2008b, p. 259).

Essa condução moral estabelecida pela guerra no limiar da modernidade lançou as bases cognitivas para a prática política contemporânea no mundo ocidental moderno, privilegiando a mercantilização da vida como esfera regulatória, e a liberdade soberana afiançada pela democracia do poder fazer e do saber fazer como escolha produtiva da população em sua existência unitária e microscópica.

Em uma ordem democrática, onde os princípios da economia de mercado regem as condutas, vale lembrar que o corpo do trabalhador moderno é construído, e assim, fizeram o soldado. Nas escolas de formação policial coagiram e forçaram as suas atitudes, contraíram

seus músculos, tornaram sua respiração profunda, definiram seu ritmo cardíaco, e no seu corpo ereto expuseram a prescrição para a sua posição e compostura (FOUCAULT, 2002, p. 132).

Neste aspecto, o corpo do soldado deve ser trabalhado em todo o seu conjunto, por uma política anatômica que lhe conduza para uma vida elaborada com técnicas socialmente compartilhadas, através dos discursos e práticas. A subordinação ininterrupta, forjada pelo dispositivo policial tático militar disciplinador sobre as forças individuais, realiza sua construção corporal semelhante às engrenagens de uma máquina, todos os gestos e reflexos são cuidadosamente elaborados para a obediência automática e necessária à produção econômica e social (FOUCAULT, 2002).

E assim, a produção do corpo do soldado obedece a uma política que evidencia o modelo militar como meio para prevenir o distúrbio civil. Essa política emerge como uma técnica de paz, cujo dispositivo do exército age em consonância com uma massa populacional tornando-a disciplinada, dócil e útil, tal tecnologia de condução promove saberes capazes de projetar seus esquemas sobre o corpo social, produzindo através de referências discursados ou praticados as especificidades técnicas da sua população (FOUCAULT, 2002).

A imagem do corpo, como uma máquina dócil e produtora para o mercado, repercute desde a aparição da polícia como dispositivo tático militar no século XVIII, construindo e reformando o corpo com habilidades que incidam sobre as suas inclinações (FOUCAULT, 2002). No caso dos soldados além da disposição física, a capacidade discricionária corrobora com a possibilidade de ação, mediando atitude para paz, com instrumentação bélica (SERI, 2011).

Como dispositivo, o corpo máquina criado pelas técnicas militares reflete as orientações para um corpo social cujos padrões sejam presumidos à maneira do corpo do soldado. A subjetividade das técnicas que subsidiam a objetivação da prática corporal obedece através do seu aprendizado, às características funcionais da economia, como os gastos e o tempo utilizado para produção individual (FOUCAULT, 2002).

O capital humano investido nessa construção leva o trabalhador instrumentalizado pela aptidão, a oferecer seu corpo como uma máquina-empresa ao mercado consumidor, que o utiliza conforme a demanda e de acordo com as suas competências o recoloca na esfera do capital como produtor de fluxos e rendas com seu consumo (FOUCAULT, 2008a, p. 309).

Longe de um Estado centralizador, que deliberaria suas ordens a partir de um centro de poder com características totalizantes. Esta dinâmica política se processa através da infinidade de centros de poder, pois levam em consideração o mundo microscópico e suas

capilaridades que se refletem na constituição dos homens como máquina-empresa. Uma pedagogia que revela a arte de governar do sujeito para o sujeito. Nesta ordem, uma clivagem mal definida pode revelar anormalidades na dinâmica processual do aprendizado que, por sua vez, refletem ordenações danosas entre aquele que se produz e o produzido (FOUCAULT, 2008a, 2008b).

As novas tecnologias de condução da vida moderna não fizeram apenas um corpo militarizado para expandi-las como referência do adequado e dinâmico modo de conduzir-se na dinâmica do mercado. Também organizou uma norma para o reconhecimento corporal que invalida qualquer corpo que não seja o belicoso, e continuam a reger sua lógica interativa do cotidiano na atualidade pautada no governo de polícia como meio organizador da política social.

A emergência do Estado de segurança regulado com o princípio da paz possibilita que a polícia encontre na organização do governo social seu espaço interventivo, pautado no princípio do fazer viver e deixar morrer, e na prevenção dos riscos que possam intervir sobre a vida e diminuir a sua qualidade (FOUCAULT, 2008a).

Skolnick e Bayley (2002) observam que a polícia moderna busca equilibrar a força entre os cidadãos ao impedir que soberanias se sobressaiam sobre soberanias mantendo o equilíbrio político na sociedade de direitos. E ao levar em conta o cotidiano contemporâneo e as especificidades discursivas para as práticas da polícia militar como uma instituição que se norteia sob os princípios democráticos de direito, a polícia busca adotar a política de policiamento comunitário, expresso como um policiamento voltado à participação e ao direito do cidadão na manutenção da paz e da ordem social.

A polícia comunitária, neste contexto, visa atender a perspectiva de uma filosofia prática de policiamento em sociedades industrializadas observadas, sobretudo em mudanças de atitudes do cidadão inclusive de policiais, mas não de objetivos interventivos, pois não se trata de abandonar a presença do policial na rua em busca de diminuir as incidências criminais, e sim evitá-las através de uma prevenção continuada, enquanto efetividade de governo para a segurança pública (SKOLNICK; BAYLEY, 2002, p. 121).

Essa prática de policiamento busca consubstanciar a participação efetiva do policial junto à comunidade em um relacionamento de reciprocidade que se organize no par sociedade e polícia vigilante. Onde uma colabora com a outra para a prevenção e manutenção da segurança pública, a população entra com suas necessidades e valores para a condução e efetivação da política de relacionamentos entre os cidadãos e a polícia adere aos imperativos

sociais com seu poder consentido pelos cidadãos na manutenção da ordem relacional e democrática.

Na prática os policiais com maior tempo de trabalho são os que mais sentem dificuldades de aderirem a essa filosofia de policiamento comunitário e tornam-se os maiores obstáculos dentro da instituição para a implantação dessa política de segurança. Mesmo sabendo que de pouco adianta correr atrás de criminosos ou atender outros tipos de solicitações como investigar roubos, a preocupação desses policiais é com a satisfação do público que, por sua vez, espera que ele enquanto policial faça alguma coisa e se satisfazem com a representação e a presença da polícia (SKOLNICK; BAYLEY, 2002).

Neste sentido o policiamento comunitário responderia a essa preocupação com a participação e o direito exigido nas democracias ocidentais como organizador da conduta social e do policial que nela é inserido. Uma filosofia que apresenta uma mudança nos meios e não nos fins, buscando agir na prevenção da criminalidade e não após seu acontecimento, como forma de reduzir o embate entre os adeptos de um policiamento tradicional e os adeptos do policiamento comunitário, através da interação entre modelos encorajando mudanças mútuas seja entre policiais ou entre a polícia e a comunidade (SKOLNICK; BAYLEY, 2002, p. 122).

O policiamento comunitário é um programa de valores que realiza mudanças no comportamento dos policiais em relação às áreas de policiamento e com as pessoas que habitam na comunidade, produzindo acertos na prática da organização da polícia e dos policiais incidindo diretamente na comunidade onde atua. Essa prática obedece às afirmações de um policiamento proativo que conecte seus compromissos junto à população no combate ao crime sem importar com sua classe social ou etnia (SKOLNICK; BAYLEY, 2002, p. 123).

Mas qual a diferença entre o policiamento comunitário e o policiamento tradicional? Como perseguir uma filosofia que adota seus princípios democráticos em uma sociedade pautada sobre a violência entre cidadãos?

Em busca de seguir esses princípios para o policiamento assentado em valores democráticos a Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP) publicou as premissas desse modo de policiamento no “Curso Nacional de Polícia Comunitária” que visa informar as prevalências da polícia comunitária em relação ao modelo tradicional de policiamento.

A polícia tradicional segue as seguintes características:

A polícia é uma agência governamental responsável, principalmente, pelo cumprimento da lei; Na relação entre a polícia e as demais instituições de

serviço público, as prioridades são muitas vezes conflitantes; O papel da polícia é preocupar-se com a resolução do crime; As prioridades são, por exemplo, roubo a banco, homicídios, e todos aqueles envolvendo violência; A polícia se ocupa mais com os incidentes; O que determina a eficiência da polícia é o tempo de resposta; O profissionalismo policial se caracteriza pelas respostas rápidas aos crimes sérios; A função do comando é prover regulamentos e as determinações que devam ser cumpridas pelos policiais; As informações mais importantes são aquelas relacionadas a certos crimes em particular; O policial trabalha voltado unicamente à marginalidade de sua área, que representa no máximo 2% da população residente ali onde todos são inimigos, marginais ou paisano folgado, até prova em contrário; O policial é o do serviço; Emprego da força como técnica de resolução de problemas; Presta contas somente ao seu superior; As patrulhas são distribuídas conforme o pico de ocorrências. (SENASP, 2006, p. 460).

A polícia comunitária, em sua filosofia de trabalho apregoa as seguintes orientações:

A polícia é o público e o público é a polícia: os policiais são aqueles membros da população que são pagos para dar atenção em tempo integral às obrigações dos cidadãos; Na relação com as demais instituições de serviço público, a polícia é apenas uma das instituições governamentais responsáveis pela qualidade de vida da comunidade; O papel da polícia é dar um enfoque mais amplo visando à resolução de problemas, principalmente por meio da prevenção; A eficácia da polícia é medida pela ausência de crime e de desordem; As prioridades são quaisquer problemas que estejam afligindo a comunidade; A polícia se ocupa mais com os problemas e as preocupações dos cidadãos; O que determina a eficácia da polícia é o apoio e a cooperação do público; O profissionalismo policial se caracteriza pelo estreito relacionamento com a comunidade; A função do comando é inculcar valores institucionais; As informações mais importantes são aquelas relacionadas com as atividades delituosas de indivíduos ou grupos; O policial trabalha voltado para os 98% da população de sua área, que são pessoas de bem e trabalhadoras; O policial emprega energia e eficiência, dentro da lei, na solução dos problemas com a marginalidade, que no máximo chega a 2% dos moradores de sua localidade de trabalho; Os 98% da comunidade devem ser tratados como cidadãos e clientes da organização policial; O policial presta conta de seu trabalho ao superior e a comunidade; As patrulhas são distribuídas conforme a necessidade de segurança da comunidade, ou seja 24 horas por dia; O policial é da área. (SENASP, 2006, p. 461-462).

Essa característica da polícia tradicional e comunitária, elencadas em manual educativo para os policiais editado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), informa as diferenças entre os modos de praticar policiamento em consonância com as diretivas democráticas expressas na “Constituição Cidadã” de 1988, no Brasil.

E são justamente as contradições sublinhadas pela agência de segurança nacional que se observa na prática da polícia no interior de São Paulo. Essas diferenças que orientam as expectativas laborais no cotidiano do Batalhão observado influem na saúde e na condução do

corpo do policial militar, que por sua vez, permitem reconhecer seus processos através dos discursos das expectativas subjetivadas e dos riscos interativos na prática profissional. Esses imperativos para as práticas procedimentais evidenciam a contrariedade para a condução de si do policial, e colabora para um policiamento que usa tanto o modelo tradicional como o modelo comunitário em suas formas de atuação. A seguir um pequeno exemplo do policiamento na área do Batalhão observado.

Em uma das pequenas cidades que corresponde a subárea de responsabilidade de policiamento do Batalhão participei da seguinte encenação. Sob um sol quente em uma praça da pequena cidade avistei um soldado que estava sentado em um banco debaixo da sombra de uma pequena árvore. Falava alto em tom amistoso com um habitante que estava do outro lado da rua dentro de um carro.

Em outro banco a alguns metros jovens adolescentes conversavam amistosamente, também sob a sombra refrescante de outra árvore, a praça na ponta da rua dava passagem de um lado ao outro, facilitando a vida dos habitantes que transitavam no pequeno centro. Os vários transeuntes que passavam chamavam o policial pelo nome. Ele retribuía com garbo posto em expressões corporais. Sentado com coluna ereta acenava e dizia seus nomes. Fazia tudo ao mesmo tempo. De costas não observou que eu me aproximava. E para que não rompessem as encenações me inseri no cenário de maneira discreta à percepção do policial. E ao me aproximar o cumprimentei com um aceno de cabeça e parei em um banco ao lado debaixo da sombra. Ele interrompeu a pequena profusão interativa. E disse: “*pois não?*”. Os óculos estilo Ray Ban avião preto reluzia a minha imagem numa pequena demonstração do olhar do outro.

Disse para ele continuar a conversas e ele retribuiu com determinação em me atender. Disse-lhe meu nome e os meus propósitos e apresentei como de praxe os documentos que autorizavam estar ali, somente para amenizar desconfianças. Ele disse que já ouvira falar da minha vinda por outro policial. Levantou-se e disse “*em que posso ajudá-lo?*”. Pedi para que ele sentasse que eu ficaria mais confortável, pois estava muito quente e aquela brisa de quase quarenta graus provocava uma sensação de desconforto e dores de cabeça. Assim, em uma espécie de camaradagem respeitosa acabou por sentar-se no banco ao meu lado. As pessoas que passavam ao nosso lado insistiam em cumprimentá-lo chamando pelo nome. Ele disse: “*eu gosto dessa forma de polícia comunitária*” soldado com 40 anos e 20 de Polícia na Cia/PM (D).

Mas, mesmo com a amizade dos moradores, que acabavam por compreender o uso da autoridade quando “pagava ocorrências⁷” e reconheciam que sua atuação era um tanto truculenta, pois durante “as bagunças não pensava duas vezes para descer a lenha” e acabar com a desordem, e assim a própria descrição dos atos desvanecia a filosofia da polícia comunitária expressa na cooperação entre comunidade e polícia, uma vez que não há discriminação para o uso da força previsto em lei entre o criminoso e os envolvidos em altercações sociais corriqueiras.

O policial em seu relato dizia que também não aguentava mais o trabalho dentro da instituição. As perseguições internas, as faltas de apoio dos oficiais constroem e amordaçavam os policiais. Essas práticas se cristalizavam e não coadunavam com as diretrizes expressas pela SENASP, sobre o policiamento comunitário e as relações entre praças e oficiais pautadas sobre em critérios de boa convivência. Da mesma forma, dizia o policial que não havia nada que pagasse a insegurança de estar ali e em frente à pequena lotérica que recebia pagamentos diários, e a um caixa de bancos para serviços realizados por clientes com o autoatendimento, dizia haver perigo para o policial nas pequenas cidades porque esses estabelecimentos estavam sendo alvos de assaltos por quadrilhas especializadas nas redondezas.

“aqui no fim da linha como costume chamar o lugar onde atuamos aqui no matinho longe da capital, os polícias são mais polícias do que qualquer outro que atua seja na Rota ou na Força Tática, aqui estamos sozinhos longe de qualquer apoio emergencial, caso algum dia a gente precise de apoio para auxiliar em uma diligência, o apoio demora vinte minutos nesse tempo se o soldado tiver que morrer ele morre as coisas durante as ocorrências acontecem em segundos. Esse pormenor faz com que nós policiais aqui no matinho – no fim da linha – e sem nenhum suporte, sejamos muito mais policiais”.

O policial falava educadamente, mas com certa dificuldade estava com rinite e o nariz vermelho escorrendo ressaltava o mal estar. Bem como reclamava do sol quente que aumentava a sensação de desconforto ao corpo. “Não posso parar de trabalhar para me cuidar, não posso perder dias de trabalho, pois se não trabalho não ganho e tenho família para cuidar”, e agradecia a ajuda do pessoal da “unidade de saúde” local que sempre estavam dispostos a ajudarem, seja na forma de conseguir remédios ou na forma de auxílios com inalações durante as crises de rinite.

⁷ “Pagar ocorrência” atender o chamado da população seja pelo chamado 190 via COPOM ON LINE, ou intervir sobre alguma ocorrência que possa ocorrer durante a ronda.

Estava sem colete e mesmo sabendo que poderia ser prejudicado com a falta do acessório obrigatório, caso algum oficial aparecesse de repente ou com alguma ocorrência que poderia acontecer de surpresa. Dizia que era impossível usá-lo devido à alta temperatura do local. O colete “*além de pesado aumenta a temperatura corporal fazendo com que o corpo se desidratasse rapidamente*” disse sem se preocupar com possíveis sanções. Sua respiração ofegante e fala dificultosa eram prova de seu estado de saúde visivelmente alterado.

Essa demonstração acerca do policiamento “comunitário” que o policial relata é ilustrativa na medida em que informa como ocorre na prática à filosofia da segurança pública sugerida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, nesta área do Batalhão. Se de um lado o policial obedece à normativa de interatividade com proximidade ao cidadão, do outro diz que é desrespeitado pelo comando e torna flagrante a contradição no seio da prática de um discurso para o policiamento que deveria ser orientado por oficiais. O mesmo ocorre com a descrição do policial sobre uso do seu poder discricionário para resolver as contendas ao descer “*a lenha*” para aplacar os ânimos, sendo inclusive reconhecido pelos habitantes da pequena cidade como truculento.

E para corroborar com os aspectos da hierarquia das admoestações com a polícia investindo contra o policial e esse contra a população que, por sua vez, responde com achincalhamentos e revoltas. Esse círculo vicioso impede e ofusca as formas de relacionamento pautados na regra da convivência pacífica e na prevenção da desordem, e inviabiliza a vigilância social como forma de democratização das condutas e da promoção da qualidade de vida com segurança.

Assim, para a observação dos impactos experimentados no cotidiano laboral, sobre a saúde e condução do corpo do policial militar, acionadas na subjetivação das expectativas, dos riscos e interações na prática profissional. A indagação sobre quem governa a polícia e quais são as suas atribuições, no caso brasileiro se tornam mais candente, à medida que se pressupõem estimativas históricas de violências entre cidadãos e, entre cidadãos e a polícia (PINHEIRO, 1982) que, por sua vez, no intento de suas ações faz uso ilimitado da discricionariade enquanto representante autorizada do governo para o uso da força, na resolução dos conflitos sociais.

Decerto, que não se observa substancialidade na lida com as questões de segurança pública no país, não existe preocupação com uma agenda política que estabeleça medidas para resolução dos seus problemas comuns, a segurança é tradicionalmente observada como problema de polícia. As resoluções são anunciadas com espetacularidade geralmente associadas a inauguração de um monumento público, ou como meio de soterrar alguma

tragédia ocorrida, ou com políticas públicas que nascem mortas, seja por falta de ingerência do governo sobre as instituições promotoras de segurança, ou pela ingerência da instituição policial sobre os seus policiais (PROENÇA-JR; MUNIZ; PONCIONI, 2009; MUNIZ, 2010).

Apregoadas as incapacidades em resolver problemas estruturais, não por falta de caminhos, mas por falta de vontade em governar em situações adversas, ou por uma teima em não ser governável, no caso da polícia que se encoberta sob o manto da falta de estrutura, seja em relação ao contingente sempre anunciado como inexpressivo, na falta de infraestrutura e locais apropriados para execução do trabalho interno e externo ou na falta de especialização para o trabalho, as políticas públicas espraiam ora na boa vontade do governo que não absorve os impactos recrudescentes dos ingovernáveis – a polícia, ora na descrença com as orientações das práticas políticas que visam, sobretudo, conter ou reorientar o uso da força sobre os governáveis – a população, ou simplesmente por falta de interesse em perseguir aquilo que não é interesse, e neste caso a polícia continuaria expressando-se como aquela que pode e possui o uso indiscriminado da força (MUNIZ, 2010). Assim, qualquer intervenção seria contra os propósitos institucionais de governo interno (contrariando a deontologia policial orientada através da hierarquia, da disciplina e do respeito aos valores institucional), ou as normas externas conforme enfatizam os códigos constitucionais no § 144, acerca da subordinação da polícia ao governo do Estado.

Embora, o problema do governo de polícia seja concomitante a sua emergência junto aos Estados nações na Europa os séculos XVIII e XIX, que necessitando aumentar as dimensões de suas estruturas nacionais impulsionada na reorganização das fronteiras territoriais com, a dinâmica industrial de acúmulo de riquezas, e a sobrecarga dos antigos sistemas de vigilância paroquiais e familiares, bem como, o aumento da população e da criminalidade propiciaram o aparelhamento da polícia como força auxiliar no governo da população (FOUCAULT, 2008b; EMSLEY, 2011).

Desta forma a polícia está intimamente atrelada ao Estado e as suas características culturais de governo social refletem as práticas da sociedade na qual prestam serviços. Ao observar o caso da Inglaterra, Bayley (2006) diz que durante a reorganização política dos Estados nações, os novos reinos emergentes detiveram direitos para produzir suas leis e poderes para criar uma força policial que mantivesse vínculos com os seus governos. O processo de institucionalização dos oficiais e xerifes de polícia pública na Inglaterra estreitou os laços das relações entre o governo e sua polícia, exemplificando a modelagem padronizada da centralização no comando da prática interventiva policial (BAYLEY, 2006).

As inquietações para a construção de uma polícia moderna aparecem no século XIX, mobilizadas por reformas que questionam ações truculentas de policiais e buscam adequar o cotidiano dentro das normas capitalistas de governo de direitos com a gerência burocratizada do Estado. A partir do século XX, a instituição conferiu um novo estatuto às atividades de polícia, reavivando suas funções na manutenção da paz, e com reformas que estimularam a produção do conhecimento e de seu uso no aprendizado de uma experiência contínua da realidade de suas intervenções cotidianas no controle da sociedade (BITTNER, 2003).

Essa polícia contemporânea uniformizada detém uma imagem social reconhecida como “aqueles que podem” utilizar a força através do mandato na aplicação da lei sobre a sociedade. Esse mandato institucional reverbera os apelos citadinos quando “chamam a polícia” para que ela possa agir sobre o “barulho do vizinho, o mau inquilino, a esposa agredida, o freguês assaltado, o jovem desajustado, o paciente mal atendido”, as investidas contra a cidade e os patrimônios públicos, entre outros, e, assim reconstituir a ordem com a imediata submissão do recalcitrante (BITTNER, 2003, p.131-132).

A definição de Bittner (2003), do mandato policial para o uso da força na função da manutenção da paz social, auxilia a pensar o corpo do policial na medida em que é a presença do policial que intervém sobre os distúrbios. Como trabalho a função da polícia contemporânea, seja ela: pública, especializada ou profissional (BAYLEY, 2006), requer uma norma que padronize a execução de suas ações junto ao chamado social. Mas, qual seria o padrão normativo para execução da força do trabalho policial, uma vez que, o campo de atuação: a manutenção da paz social é, por excelência, inconstante? Seria a polícia uma força com função de agir “aplicando a lei ou um serviço social” (REINER, 2004, p.162) ou prestando ajuda realizando o trabalho sujo na sociedade como demonstra Monjardet (2003, p.192)?

As pesquisas realizadas sobre o governo da polícia buscam esclarecer como desde a emergência da polícia moderna: 1) se manifestam o controle sobre as ações policiais (BAYLEY, 2006; EMSLEY, 2011), 2) como se organizam as prioridades que evocam a essas ações o uso da força (BITTNER, 2003; MONJARDET, 2003), e 3) como essa força é aplicada sobre aqueles que são governados (MONJARDET, 2003; BROUDEUR, 2003). Tendo em vista que a forma de governo moderno visa à distribuição de poder entre os cidadãos de maneira simétrica asseguradas em códigos de justiça que promulgam direitos, para que as liberdades não sejam extorquidas com a força de um cidadão soberano em sua liberdade, agindo sobre a soberania de outro.

Frente a profusão do debate que circundam tais questões aqui se enfatiza uma compreensão sobre o que se passa e como se passa parte desses debates no interior da instituição. E que, por sua vez, conferem graus de poder de intervenção em diversas circunstâncias aos policiais, para em seguida perguntar-lhes como governam seus corpos, ou dentro de nuances sistêmicas apregoadas pelo Batalhão como seu corpo é governado.

Enquanto estrutura a polícia centralizada se realiza com a direção operacional dada rotineiramente às subunidades a partir de um único centro de controle. Assim, a partir da emissão da rotina pelo comando central para as subunidades ocorre o processo de descentralização do governo, e à independência da centralidade do comando. Segundo Bayley (2006, p. 68), a “centralização do comando e multiplicidade de comando são conceitualmente distintas, embora a centralização seja uma das maneiras pelas quais a multiplicidade é alcançada”, o “ponto é que a descentralização cria múltiplas forças, mas as forças múltiplas nem sempre são descentralizadas”, ou seja, em sua micro localidades, longe do poder central, a polícia atuaria dentro das especificações do comando central enquanto modelo padronizado de atuação para nortear as suas ações.

Esse poder de controle do governo centralizado no Estado atua como um direito soberano sobre a polícia, que ancorado principalmente no uso da força policial na contenção da violência, encontra respaldo social quando um grupo nomeia um número de pessoas “para regular as relações interpessoais dentro deste grupo através da aplicação de força física”. Nas ocorrências emergenciais, quando o comando de si é transferido para o representante da ordem social, aparecem as interações entre a prática do policiamento e o consentimento dos atores sociais para o uso necessário da força na restrição de sua liberdade física, essa transferência de poder demonstra que a polícia moderna “não se cria sozinha; ela está presa a unidades sociais das quais deriva sua autoridade” (BAYLEY, 2006, p. :20, 122).

Essas observações de Bayley (2006) demonstram a interação entre a sociedade a polícia e o Estado como forma de governo regido por leis que padroniza seus efeitos práticos de governo na regulação social pautados no direito como norteador de condutas. Mas, os éditos seriam capazes de governar, enquanto regulação do direito, uma sociedade de homens que usam a força como prerrogativa de governo? Ou mais precisamente, haveria um traço que identifica a polícia como um corpo reconhecido com uma identidade comum?

Paolo Napoli (2011) questiona se a produção de leis afiançada pelo direito poderia atuar como um meio eficaz para a subjetivação social das normas que regulam a sociedade e as práticas policiais. O direito como positividade para previsão normativa e resposta social ao

governo das leis não corresponde às práticas cotidianas como ordenação eficaz para disciplinar as condutas.

No cotidiano, as relações pessoais são regidas pela barganha social como jogos de ações e reações entre o poder administrativo e judicial com os atores sociais. Neste contexto, é justamente a negociação que organiza as relações entre as pessoas que, por sua vez, induz a corrosão da coerente imagem da autoridade e suas ordenações como caráter decisório. Esse jogo entre poder social e poder de governo alteram as visões monocentristas evocadas como meio de interação vertical entre soberano e sujeito, direito e dever, disciplina e disciplinados.

Para Napoli (2011) o direito como meio de subjetivação da ordem através da jurisdição das práticas sociais indica que as considerações a-priori das leis, como enunciados normativos da prática legislativa, capaz de dirigir a espontaneidade da ação de modo racional não condizem com a real possibilidade de efetividade no cotidiano social. Como meio disciplinar o direito torna-se ineficaz na construção de um dever-ser, pois, as leis caem no esquecimento e de nada vale uma lei desconhecida, diferente da polícia em sua materialização empírica e na dinâmica de suas medidas presenteistas realçadas com o uso do poder discricionário.

A eficácia da ação prática e presencial da polícia revela a força dos enunciados necessários à esfera do dever, da obrigação, do interdito, da razão e da liberdade de governo. Enunciados que representam situações subjetivas pertencentes à lógica da norma jurídica e, portanto, com força de direito. Assim, os dispositivos policiais permitem ampliar o campo semântico da norma para além da extensão obrigação-violação-sanção que reduz o desvio à categoria geral do ilícito. As medidas de polícia visam forjar atitudes, e impor automatismos implantando mecanismos de comportamentos individuais e coletivos, dentro de uma grade de regime que forma e conforma o sujeito dentro dos critérios normalizadores para a vida em sociedade.

A realidade social, por sua vez, se transforma com o conjunto de técnicas introduzidas pela prática policial cujos objetivos incluem a legitimação do uso da força pelo modo jurídico do Estado durante suas atuações. A polícia como instrumento governamental cria força de direito e institui novas versões ao organismo político observado, abrangendo desde fenômenos macroestruturais aos detalhes da vida cotidiana, compreensíveis dentro do binarismo ordem e oposição social, como reprodução conceitual do mando policial e como meio de disciplina do devir.

Neste contexto, o disciplinamento social pode ser revelador de duas bases de observação: 1) como um acontecimento histórico do Ocidente, na origem das unidades

políticas e territoriais; 2) e por uma categoria interpretativa da realidade. O disciplinamento social, enquanto, ambivalência das relações políticas e sociais como viés metodológico de inteligibilidade, reúne a representação do objeto e o diagnóstico social em um só termo. É ao mesmo tempo, meio para análise explicativa das relações de mando-obediência e a descrição dessa objetivação em práticas sociais. Embora essa evidência também não escape ao monocentrismo verticalizado rei/súdito descrito como modelo a-priori para as observações históricas, sociológicas e psicológicas, principalmente como categoria conceitual aos apriorismos legislativos do direito (NAPOLI, 2011).

Neste sentido, a crítica de Napoli ao uso exagerado do conceito de disciplina enfoca o discurso do direito, que efetiva a transcendência da polícia em suas relações práticas e sociais, enquanto elemento disciplinador expresso através de um quadro explicativo que totaliza todas as ações e condutas. Isto é, o direito não é capaz de disciplinar o social com promulgações de leis que visem à manutenção da ordem social devido à distância que se encontra da realidade prática. Enquanto a polícia é uma resposta aos problemas práticos, longe da projeção metafísica ilustrada através de uma busca teleológica, sua ação presume-se ao aqui e agora, no calor do instantâneo.

Essa observação colabora com a perspectiva da pesquisa na medida em que amplia o diagnóstico para além do direito como meio formatador de sociabilidades e ressalta a diferença entre o direito e a disciplina como reguladora de comportamentos sociais e policiais, e o uso da força como estratégia de ação presencial para policiais agirem sobre a ação de outras pessoas. Assim, possibilita uma observação tangenciada, sobre um *lócus*, que investe em uma descentralização centralizada das condutas (BAYLEY, 2006), aproximando-se das experiências sociais cotidianas com suas formas de recusa e de negociações seja entre os policiais em suas diferenças hierárquicas ou nas relações com os cidadãos. E vislumbra a possibilidade de produção de um corpo que possui as marcas da indisciplina como forma de condução sobre os riscos que experimenta.

1.1.1 Breve história do debate sobre polícia

Duas orientações organizaram os primeiros estudos sobre a polícia moderna, uma se ancorou nas observações weberianas, e analisou a instituição como uma agência social do Estado, caracterizada com o emprego do uso legítimo da força coercitiva como requisito do poder estatal moderno, e meio para definir suas fronteiras, assim como, o exercício de controle e poder administrativo burocrático da sociedade. A outra orientação leva em conta as observações das atuações microfísicas do poder realizada por Foucault, que estudou como o poder, em sua forma de persuasão, age em todos os domínios da vida, deslocando o olhar do centro para as periferias, contribuindo para o desenho cartográfico do poder disciplinar e a maneira como esse dispositivo é difuso na sociedade (DURÃO, 2005).

Na década de 60 do século XX, o prisma sociológico e etnográfico possibilitou o conhecimento das polícias em várias partes do mundo, sobretudo entre as nações inglesas e americanas. Essas primeiras observações buscaram as características dos modelos de polícia e policiamento, as políticas internas e as configurações das interações entre policiais no interior da instituição.

A pesquisa de campo realizada por Wesley em 1950 e publicada vinte anos depois, em 1970 inaugurou a trajetória dos estudos sobre a polícia nos Estados Unidos e desenvolveu o interesse acadêmico sobre a temática policial, resultando em pesquisas críticas e teóricas que sublinharam o conhecimento sobre a polícia. Em seus estudos Wesley, focou os problemas de visibilidade da polícia, o que significava o trabalho da polícia e como se organizavam internamente, enquanto meio para entender a mudança social (GREENE, 2010).

A identificação de Simmel, dos três níveis de controle que regulam as condutas humanas: “*societal* (incorporado na lei), *grupal* (incorporado nos costumes) e *individual* (incorporado na consciência ou moralidade)” (DURÃO, 2005, p. 08), permitiu a Wesley observar a construção identitária da ocupação policial (GREENE, 2010). Sua observação influenciou os estudos da época e os seguintes, sobretudo as etnografias que se vincularam a conhecida escola de Chicago, e se identificaram com os estudos da etnometodologia de Irvin Goffman (BROUDEUR, 2003).

A observação acerca da premissa de Weber organizou o intento das primeiras investigações sobre a polícia, enquanto instituição que se traduz como um “braço da lei” e que detêm o “monopólio estatal da violência”, e continuam de certa forma a conduzir os debates sobre a discricionariedade da polícia contemporânea.

Essa afinidade mediada pelo poder de polícia, que usa a força como estratégia de ação discricionária é observada no Brasil, no início do século XX, para distinguir-se do poder de arbítrio que “significava ausência de controle legal ou moral” (SOUZA, 2009a, p. 67). Em contrapartida, no fim do mesmo século se observa que a discricionariedade

é a liberdade de ação administrativa dentro dos limites estabelecidos pela lei e, portanto, não se confunde com a arbitrariedade. Assim, o ato discricionário sempre se desenvolve dentro de uma margem de liberdade conferida pela lei, ao contrário do ato arbitrário, que extrapola os limites desta, sendo, portanto ilegal, (ACQUAVIVA, 1995 apud SOUZA, 2009a, p. 67).

Nos anos 70, formam-se os interesses por temas de pesquisas, e é possível reconhecer e localizar as linhas de pesquisas que se destacavam entre o: patrulhamento; sobre a cultura ocupacional; tráfego e circulação; policiamento nas áreas de narcóticos; formação policial; administração geral da polícia; práticas de controle na organização policial; sindicalismo, e a relação da mídia com a polícia (DURÃO, 2005). No Brasil os estudos iniciais datam da década 1970, representado pelos estudos de Heloísa Fernandes com interesse sobre a polícia militar do Estado de São Paulo, e a sua atuação como exército local no início da República (BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p.164).

Na década de 80, os estudos focaram as discussões sobre a violência, o poder e o uso da força e forjaram a discussão teórica sobre o objeto polícia. Mas, as especificidades das investigações recaem sobre os temas que circundam a prática da violência policial e o seu afastamento da sociedade, que em contrapartida se torna mais violenta. Os estudos sobre a polícia durante esse período se caracterizam com a denúncia em relação à inadequação da prestação do serviço público, e com a denúncia da desorganização moral e funcional das instituições policiais norte americanas, possibilitadas, sobretudo pelo acesso ao interior das instituições policiais (DURÃO, 2005).

O quesito sobre aplicação legítima da coerção passa por uma reformulação, seja do ponto de vista da análise política ou dos conflitos coletivos viabilizados por sua dificuldade de resposta racional, ao violento caráter constitutivo das interações em sociedade como meio de coesão e ameaça a coesão social. Estas linhas de observações corroboram com os aspectos de uma visão governamentalizada da polícia desde a emergência do liberalismo econômico, questionando o aparato que sustenta a representação da soberania deslocando-a para a micropolítica dos corpos. Neste viés, a polícia relaciona-se com as especificidades políticas e se constitui como elemento de sua estrutura, participando da sua definição e de seus fins com

propósitos que lhe atribui sentido de existência de governo (FOUCAULT, 2008a; L'HEUILLET, 2003).

No Brasil as décadas de 80 e 90, mesmo com mudança do regime político militar e certa desconfiança entre as universidades e a instituição policial, estudos sobre a polícia floresceram com pesquisas sobre as práticas policiais com a produção do Ser policial, o encarceramento da cidade, e as práticas da polícia civil na São Paulo republicana, entre outros estudos de relevância que abriram caminhos para o conhecimento sobre a polícia brasileira (MUNIZ, 1999; CALDEIRA, 2000; SOUZA, 2009a).

As pesquisas sobre a saúde do policial realizada com policiais no Estado do Rio de Janeiro iluminaram os corpos dos policiais no país, e elencaram as principais enfermidades que atravessam as práticas diárias do trabalhador da polícia. As investigações sobre o estado de saúde dos policiais revelaram as formas de adoecimento e sofrimento. São recorrentes dores nas costas; defeitos de visão; dores de cabeça, enxaquecas; torção ou luxação de articulação; deficiências auditivas; rinite alérgica e sinusites; hipertensão arterial; problemas de pele, artrites e reumatismos. As aflições subjetivas que se traduzem em nervoso; tristeza; cansaço constante; frequência de dores de cabeça; dificuldade e insatisfação na prática de atividades físicas; falta de apetite; má digestão; falta de interesse pelas coisas; dificuldade de pensar com clareza e para tomar decisões; dificuldade no serviço (o trabalho é penoso e causa sofrimento); sentimento de vida inútil; tremores na mão; e pensamentos em acabar com a própria vida (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

Esses trabalhos realizados sobre a polícia no país ilustram as maneiras que a instituição da polícia militar e os policiais constroem suas expectativas em relação aos riscos no cotidiano, e apontam para os corpos atados às práticas discursivas organizadoras de vivências institucionais, enquanto corpos cansados, sem saúde e em processo de envelhecimento refletindo em uma má qualidade de vida na realidade do trabalho.

1.2 Obesidade como questão de saúde e do corpo

Embora as pesquisas sobre a polícia brasileira permitam um amplo leque de conhecimento realizado e identifiquem suas formas de atuação na prática de trabalho, ainda não se indagou sobre a produção do corpo do policial. Neste aspecto o corpo do policial continua sob uma invisibilidade que invalida qualquer tentativa de reconhecimento seja no âmbito da sexualidade, da saúde, do envelhecimento, e da sua corporalidade fora do padrão recomendado pelo IMC.

Na atualidade o corpo é pressionado por discursos que auxiliam o aumento da percepção e da experiência cotidiana sobre a obesidade. Auxiliado com a rapidez das técnicas midiáticas de disseminação o discurso que aborda a obesidade, seja ele, científico, estético ou político, conquista espaço entre a população, percorrendo suas vontades e anunciando alternativas para a condução da vida.

A discursividade racionalizada em relação à obesidade debruça sua narrativa sobre a transformação corporal que pode ceifar a vida, excluir ou interditar pessoas do meio social. Em suas especificações médicas científicas, o discurso sobre a obesidade visa minimizar fatores de mortandade e as causas correspondentes que se associam a doença (BOUCHARD, 2003). O discurso estético operacionaliza a doença como negativa a apresentação e a representação física da pessoa obesa, como algo temível aos cuidados corporais traduzidos como sujo e vulgar (VIGARELO, 2013). Por sua vez, o discurso político contabiliza e constrói estimativas que permitem minimizar os impactos sociais da doença refreando e interferindo sobre a sua disseminação entre a população (ABESO, 2009; BRASIL, 2011).

Essas especificidades dos discursos produzidos nas mais diversas instituições sociais científicas, religiosas, estéticas, ou outras, promovem saberes que incitam práticas sobre as doenças, e atuam na sua contenção ou na sua dispersão. Como objeto de discurso a obesidade incita a lógica do conhecimento para sua decifração, permitindo ao poder agir na manutenção da sua produção, dos seus cuidados e de seus usos. Essa peculiaridade do poder, ao usar o discurso como evidência de sua eficácia, sanciona transformações no corpo e nos modos de vida e concomitantemente afirma a forma condizente ao corpo físico e como construí-lo (FOUCAULT, 2001).

Para saber sobre os impactos das experiências diárias que incidem sobre a saúde e condução do corpo, acionadas nas expectativas dos riscos e interações realizadas pelo policial militar, está seção observa a obesidade como fator de adoecimento durante a prática de trabalho desses profissionais. Ao olhar sobre o IMC alterado, observa os riscos que permeiam as práticas dos policiais e a violência simbólica sobre a sua corporalidade fora dos padrões, seja em aspectos que circundam o interior da instituição ou nas relações externas com a população.

Assim, antes de responder sobre os riscos de obesidade entre policiais e suas manifestações negativas expressas em estigmas, como o policial “coxinha” que deprecia e causam efeitos danosos à saúde psicológica com sentimentos de inferioridade, e diversas manifestações somáticas que deterioram a vivência do policial expressas nos perigos físicos relacionados ao aumento do IMC, como ansiedade, temores, transtornos físicos e mentais

como o estresse (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008; BORGES et al., 2002), observa-se a obesidade em seus discursos.

Saber sobre os aspectos da obesidade auxilia na compreensão do que se desenrolará a seguir. Desta forma, observa os modos de como a doença é definida e organizada entre os saberes que emitem seus significados. Ao apontar para as definições que tangenciam a obesidade, e a evocam como doença multifatorial, a pesquisa pauta-se na decifração do Índice de Massa Corporal (IMC) como discurso de reconhecimento da obesidade e, portanto, capaz de auxiliar no prognóstico e na regulação normativa acerca do volume da massa corporal.

O IMC, enquanto mensuração antropométrica orientou políticas institucionais como o desenvolvimento do “Programa de Saúde e Qualidade de Vida: desafio da tonelada” realizado no Batalhão observado. Bem como, o IMC organiza referenciais cognitivos para sua percepção social e individual, incidindo sobre a experiência prática cotidiana, com as normas definidoras de padrões para a saúde e para forma física, relacionando o corpo à estética do belo, perfeito, forte, saudável e profilático, e bem conduzido politicamente como boa expressão individual e social (VIGARELO, 2012).

A obesidade enquanto doença multifatorial definida com o aumento do tecido corporal adiposo corrobora como fatores de riscos para outras doenças não transmissíveis (BOUCHARD, 2003). A esta definição da obesidade foi anexada à noção de deficiência, ampliando a sua percepção social como uma doença de significados pejorativos e incapacitantes.

A definição da obesidade como deficiência foi empregada em 1993 nos Estados Unidos, quando a Comissão Federal para as Condições de Igualdade no Emprego determinou a possibilidade de pessoas com obesidade severa pedirem proteção aos estatutos federais contra a discriminação trabalhista. A iniciativa de regulação das condições de emprego demonstra a relação da medida do corpo com o mercado agenciador da produção, revelando que a obesidade traz entraves à eficiência no trabalho, capaz de restringir o seu portador em certas atividades físicas (GILMAN, 2004).

A obesidade também é definida em relação aos fenótipos genéticos do qual se distinguem quatro tipos de distribuição anatômica da gordura corporal descrita como “global, ginóide, andróide, e visceral” (SEGAL; CARDEAL; CORDÁS, 2002). Na obesidade global ou total o tecido adiposo recobre o corpo em sua totalidade e é comum em homens e mulheres. A obesidade ginóide predominante entre as mulheres é também conhecida como obesidade baixa, periférica ou glúteo-femoral. Esse tipo de forma física causada pela obesidade ginóide se associa a forma de uma fruta a pera ao deixar a região dos glúteos com

uma circunferência avolumada e o tronco do peitoral menor. A obesidade androide, por sua vez, é conhecida como obesidade alta, central e troncular é predominante em homens e sua distribuição de gordura no corpo se associa a forma de uma maçã, devido ao desenvolvimento da circunferência abdominal, esta forma de obesidade possui maior prevalência de riscos para complicações metabólicas, associando-se ao acúmulo de gordura nas vísceras (SEGAL, 2002).

A percepção social também cria referências nominais ao problema com inúmeros adjetivos etigmatizadores para o reconhecimento da forma obesa, geralmente expressa como o gordo ou a gorda. Essas maneiras populares de se dirigir ao obeso revelam um discurso zombeteiro sobre a diferença corporal, que se alia a estigmas de identificação moral dos obesos como preguiçoso e glutões imputando estigmas a identidade obesa. E, em meios, a discursos sociais salutarés sobre a prevenção aos riscos à saúde a possibilidade de adquirir adiposidade é vista como relaxo e abnegação da pureza (DOUGLAS, 1998).

Nessas acepções o corpo obeso é desqualificado com as aproximações comparativas com alimentos que fazem parte da sua rotina cotidiana. A relação entre alimento e nomenclatura do corpo obeso faz parte da narrativa social, com achincalhamentos que se traduzem como: mortadela, tocinho, leitão, jaca, barriga de chope e a famosa coxinha como meio identificador de policiais com problemas de excesso de peso. Há também as comparações com animais: baleia, elefante, hipopótamo, javali, capivara e outros, formando o léxico que indica a gramática das formas pejorativas e estigmatizadas de discurso sobre o corpo com adiposidade.

O sobrepeso, por sua vez, difere da obesidade caracterizada por um maior e significativo excesso de tecido adiposo. Essa é a diferença básica entre o sobrepeso e a obesidade. Entre esses dois estados, ou graus quantificados de acúmulo de gordura corporal, o balanço energético positivo – assinalado por um maior percentual de energia acumulada – é mais pronunciado e sustentado por maior período de tempo em pessoas com obesidade em relação à pessoa com sobrepeso.

Outra diferença entre a obesidade e o sobrepeso esta relacionada ao gasto energético, o obeso é mais pesado e gasta maior quantidade de energia para por em movimento sua massa corporal, sua taxa metabólica em repouso é alta, pois, resulta de uma massa maior de tecido respiratório, quando comparado com as pessoas com sobrepeso ou peso normal.

Mas, no entanto, não se observa diferenças claras entre o sobrepeso e a obesidade. Bouchard (2003) indica que o estilo de vida sedentário, ou com nível de atividade mais baixo do que o habitual responde por uma grande quantidade de casos de sobrepeso em adultos e

não significa hiperfagia, enquanto, aumento do consumo alimentar observado como um dos mecanismos responsável em acionar o aumento de peso.

As formas atuais de mensuração para detecção da obesidade utilizam técnicas de imagens como a ressonância magnética, tomografia computadorizada, absorciometria com raios-X de dupla energia (dexa-B), mas o alto custo e a carência de equipamentos inviabilizam, no Brasil, o uso dessas técnicas de diagnósticos na prática médica. As alternativas existentes com a medida da prega cutânea, a ultrassonografia, a análise da espectroscopia de bioimpedância com raios infravermelhos, e o cálculo antropométrico do IMC são alternativas viáveis e com baixos custos no diagnóstico (GODOY-MATOS; OLIVEIRA, 2009).

A obesidade pode ser ressaltada com medidas antropométricas com os números do Índice de Massa Corporal (IMC), enquanto um indicador que quantifica em escala de graus a massa corporal, traduzindo em instrumento mental que padroniza as silhuetas e normaliza o peso em medidas universalizadas. Neste contexto, a obesidade é definida através do cálculo que mensura a relação entre peso (em kg) e o quadrado da altura (em m²). No cálculo do IMC a obesidade é reconhecida com os graus numéricos acima de 30 a obesidade “moderada”, no grau 35 “obesidade grave”, e grau 40 e acima obesidade “muito grave” ou mórbida (VIGARELO, 2012, p. 19).

A obesidade e o sobrepeso como alterações corporais podem ser reconhecidos empiricamente. Basta um rápido olhar para que se detecte um corpo obeso. Já o sobrepeso pode ser menos fácil de reconhecimento, seus graus permitem que o sobrepeso seja menos detectável visualmente principalmente quando se pensa na gradação do IMC, o sobrepeso orbita entre 25 a 30, em seus graus mais tênues 26 e 27, como exemplo, é pouco visível, mas quando o peso corporal aumenta para graus 28 do IMC e acima é possível observar as diferenças no aumento corporal.

A definição antropométrica da obesidade com o IMC é adotada e validada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e auxilia no reconhecimento da doença aumentando as percepções sociais padronizadas e as experimentações individuais quantificadas com cálculos aritméticos. Essa atitude da OMS, em disseminar medidas de quantificação corporal com o IMC, amplia o diagnóstico da obesidade em todas as dimensões sociais, culturais e econômicas e norteia investimentos financeiros em escala mundial, seja através de políticas públicas ou gastos individuais para reversão e diminuição do impacto do problema.

A escala numérica do IMC, como mensuração do volume corporal, evoca o registro estatístico da obesidade detalhando seus estágios e criando novos vocábulos registrados na

palavra do “sobrepeso” que se “banaliza” e torna-se incompreensível aos olhos e ao entendimento indicado na quantificação entre 25 a 30 (VIGARELO, 2013, p. 19). Esse investimento estatístico na padronização do corpo corrobora na avaliação da presença do “mal” facilitando sua contagem e confirmando seu crescimento e suas previsões mundiais, apontando para a necessidade de políticas públicas que atuem na limitação do problema em suas estimativas “400 milhões” de obesos em 2005, com projeção para “700 milhões” de obesos em 2015 (LE MONDE apud, VIGARELO 2012, p.319).

A análise das medidas antropométricas com o IMC, como meio para aferição de medidas faz projeções e sancionam formas físicas que tangenciam cálculos populacionais e pesquisas governamentais. Pautam programas, que enfatizam o índice como parâmetros a serem seguidos e promovem medidas para segurança da vida. A balança enquanto mensuração unitária deixa de satisfazer as expectativas individuais para o reconhecimento do corpo aumentado em suas carnes, e em conjunto com o IMC que ajusta o peso a altura adiciona na regulação física as mensurações das pregas cutâneas e a medida da circunferência abdominal, formando os critérios do corpo saudável em medidas físicas e a sua relação à saúde.

E mesmo que o IMC seja um bom indicador na mensuração da massa corporal seu resultado não é totalmente correlacionado com a adiposidade, e suas limitações podem ser descritas como: 1) o IMC não diferencia massa gordurosa da massa magra, podendo ser pouco estimado em pessoas mais velhas, em decorrência de sua perda de massa magra e diminuição do peso e superestimado em pessoas musculosas; 2) o IMC não informa a distribuição de gordura corporal, já que a medida de distribuição da gordura é importante na avaliação de sobrepeso e obesidade porque a gordura visceral (intra-abdominal) como fator de risco potencial para a doença independe da gordura total do corpo. Indivíduos com o mesmo IMC podem ter diferentes níveis de massa gordurosa nas vísceras. Por exemplo: “a distribuição de gordura abdominal é claramente influenciada pelo sexo: para algum acúmulo de gordura corporal, o homem, tem em média o dobro de gordura abdominal em relação à mulher na pré-menopausa”; 3) o IMC não indica o mesmo grau de gordura de populações diversas, no que se refere à diferença na proporção corporal em regiões. Na população brasileira, tem-se utilizado o IMC como tabela proposta pela OMS para classificação de sobrepeso e obesidade e seu uso apresenta as mesmas limitações constatadas na literatura. O ponto positivo do IMC apresenta, no entanto, semelhante correlação com as comorbidades, enquanto doenças que se associam ao aumento de peso (GODOY-MATOS; OLIVEIRA, 2009, p.12).

Apesar das críticas, o IMC como mensuração antropométrica para detecção da obesidade é largamente utilizado como meio identificador científico da doença. O discurso regulador do IMC enfatiza os prejuízos da obesidade tanto à saúde individual, pelos riscos que acompanha a doença, como os custos à população onerada com a improdutividade recorrente dos seus agravos. As balanças se tornam verdades cotidianas, por meio delas, o indivíduo reconhece as mensurações do IMC e reflete sobre as prescrições para a alimentação e o cuidado com o seu corpo (VIGARELO, 2012).

Mesmo que não haja consenso sobre as definições, causas e os efeitos em termos de saúde e de expectativa de vida em relação à obesidade (GILMAN, 2004), ela aparece em meio à prática médica contemporânea, como princípio causal disperso e de ampla repercussão na produção discursiva do risco a várias doenças (denominadas crônicas e não transmissíveis, como as cardiovasculares, hipertensão, câncer, diabetes, osteoporose, dislipidemias, doenças das articulações, e problemas relacionados à coluna vertebral, entre outras), e na noção de deficiência, que em função do dano repercute na incapacidade do doente obeso nas atividades da vida cotidiana e trabalhistas.

A obesidade não se restringe a um único fator, suas causas são multifatoriais resultando em uma combinação da interação de genes com ambientes sociais estilos de vida e fatores emocionais influenciados pelo estresse da vida moderna. Segundo Coutinho (1999, p. 28), a probabilidade genética para a causa da obesidade pode ser considerada como responsável por 25% de casos de pessoas obesas. Enquanto a transmissão cultural é responsável por cerca de 30%, e 45% como fatores ambientais não transmissíveis.

Essa divisão em percentuais interessa na medida em que auxilia a organização da compreensão dos fatores relacionados às causas da obesidade em termos de quantificação, o que inviabiliza uma resposta única e efetiva sobre o que aciona o desprendimento corporal das normativas subjetivadas socialmente em relação ao corpo normalizado pelo IMC, seja entre grupos de profissionais setorializados, como no caso da polícia militar (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008; CALAMITA, 2007), ou membros da população em geral.

Embora, a verdade sobre a obesidade obedeça a um conhecimento fragmentado e em construção, o desenvolvimento do corpo obeso e os saberes que o circundam indicam como risco de transformação corporal a alta ingestão de alimentos, principalmente os calóricos, além do necessário para manutenção diária da vida, esse comportamento alimentar aliado a pouca atividade física, e aos altos níveis de estresses cotidianos auxiliam o aumento da massa corporal adiposa (SALBE; RAVUSSIM, 2003, p. 79; GUEDES et al., 2009).

As causas sociais e econômicas, bem como a prevalência da cultura moderna são associadas ao aumento de peso com a diminuição da atividade física e do exercício corporal. As rápidas transformações ocorridas no século XX sancionaram estilos de vida que possibilitaram ao corpo um repouso maior em suas atividades cotidianas. As diferenças na produção fabril, com o desenvolvimento de máquinas que extraem do corpo um maior empreendimento intelectual, e uma menor exigência física, a despeito dos computadores e o uso da robótica na indústria e no cotidiano doméstico, permite ao corpo um aprendizado e uma adaptação à máquina sem, no entanto, desprender muita energia física.

Da mesma forma que o uso da tecnologia no trabalho realizou uma maior comodidade física, o aumento da produção tornou-se cada vez mais acentuado exigindo do trabalhador maior adensamento no volume de sua produção. A nova demanda trabalhista requer do corpo aptidões que exigem poucos movimentos, mas em contrapartida exercem uma maior pressão emocional sobre o trabalho intelectual para suprir a necessidade da produção. A exigência produtiva no trabalho resulta no aumento do estresse e uma das suas manifestações negativas a saúde recai sobre a aquisição de adiposidade corporal (BOUCHARD, 2003).

A relação: maior produção econômica é igual maior percentual adiposo, observada, sobretudo, nos países industrializados e em desenvolvimento aponta para uma proporção crescente de pessoas (crianças e adultos) com sobrepeso e obesidade, esse aumento de peso altera de acordo com a idade, sexo, raça e classes socioeconômicas (BOUCHARD, 2003).

Mas, mesmo que se determine uma prevalência de obesidade em países com economia de mercado estabelecida, essa consideração sobre as variáveis da obesidade não pode ser situada como verdade permanente, as variações estão presentes em um mesmo país de uma região para outra, impedindo generalizações. Em cidades francesas como Toulouse 9% dos homens e 11% das mulheres são obesos, enquanto em Estrasburgo no mesmo país 22% dos homens e 23% das mulheres são obesos (SEIDELL, 2003).

Sociedades em transição econômica como o Brasil, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada em 2002-2003 apontou a crescente evolução da obesidade em todas as faixas etárias e sociais. Na observação o aumento de renda tende a ser um fator de risco e o nível educacional, por sua vez, desempenha uma maneira de proteção em relação ao aumento do percentual de gordura corporal em diferentes regiões do país. Mas, o critério educação como fator positivo no combate ao acúmulo de gordura corporal, também não é unânime em todas as regiões, a escolaridade aparece como meio de proteção corporal contra a obesidade em algumas regiões do Centro-oeste, Sul e Sudeste, ao passo que em regiões do Norte e Nordeste a relação renda, escolaridade e obesidade não apresentam diferenças

significativas enquanto meio de profilaxia contra a obesidade (MONTEIRO; CONDE; CASTRO, 2003).

A interpretação dos resultados sobre as incidências da obesidade é complexa e necessita de análises aprofundadas, para a compreensão dos motivos que estão levando a população brasileira ao excesso de peso. Entretanto, as mudanças observadas na estrutura demográfica do país (urbanização e aumento na expectativa de vida), o declínio no gasto energético dos indivíduos (por predomínio de ocupações que demandam menor esforço físico, avanço tecnológico e urbanização das cidades, e diminuição da atividade física associada ao lazer) e o aumento progressivo de consumo de gordura e da densidade energética relacionada com a alimentação estão entre os principais fatores sócio-culturais associados ao aumento de peso entre os brasileiros (MONTEIRO; CONDE, 2004).

O tratamento da obesidade requer relações multidisciplinares, os cuidados variam de acordo com a massa corporal – sobrepeso ou obesidade – mas nenhuma das indicações que envolvem a perda de peso são capazes de produzir resultados sem uma mudança no estilo de vida. Os fármacos geralmente são associados a incidências de distúrbios físicos como as reações adversas, “distúrbios gastrointestinais, aumento da pressão arterial ou dependência dos medicamentos”, entre outros (MANCINI, 2009, p. 27).

A cirurgia bariátrica (CB) é recomendada em casos de obesidade severa, em pessoas com IMC acima de 40kg/m² ou 45kg/m², associado a diminuição da expectativa de vida. Existem várias técnicas para o procedimento da cirurgia bariátrica, e todos devem ser acompanhados de mudanças no estilo de vida, como a práticas de exercícios e rígido controle de ingestão alimentar com adesão de um regime dietético progressivo com baixas calorias, recomendado por nutricionistas. Esse procedimento para controle do peso individual é considerado bem sucedido quando o paciente perde cerca de 50% de sua massa corporal, e como outros procedimentos necessita de uma avaliação multidisciplinar com um conjunto de técnicos especialistas nos cuidados com a perda de peso (MANCINI et al., 2009).

O regime dietético é outro procedimento no combate ao excesso de peso, o baixo consumo de calorias equivale à diminuição da massa corporal, mas deve ser assimilado com cautela, acompanhado por equipe de profissionais especializados que enfatizam as maneiras de como fazer a ingestão de alimentos para a realização da perda de peso com saúde. Neste tipo de tratamento a controvérsia esta colocada sobre como deve ser reduzida a ingestão alimentar (SUPLICI, 2009).

Especialistas em nutrição enfatizam que os pacientes devem considerar como aliado ao regime dietético uma mudança no estilo de vida. Para uma melhor realização do tratamento

deve-se observar: 1) aliar a terapêutica a programas de modificação comportamental; 2) a dieta deve ter um balanço energético negativo e as mudanças nos procedimentos alimentares devem ser para toda a vida; 3) o método, a velocidade da perda de peso, o ajuste fisiológico e a habilidade de manter mudanças comportamentais de dieta e atividade física é que determinarão o sucesso em longo prazo do programa de emagrecimento; 4) a dieta prescrita para restrição alimentar e redução de peso deve considerar a quantidade de calorias, as preferências alimentares do paciente, o aspecto financeiro, o estilo de vida e a necessidade energética para a manutenção da saúde (SUPLICI, 2009, p. 35).

Como epidemia, a obesidade no século XXI, ultrapassou as fronteiras entre países e diferentes grupos sociais, mas possui sentidos específicos quando se coloca em perspectiva a forma física do padrão corporal reivindicado pela profissão policial, para o exercício do trabalho (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008). E, não obstante, em seu aspecto global doenças como a obesidade tornam visíveis as formas corporais distintas que se reproduzem no cotidiano institucional, contrariando as especificidades regulamentadas para a condução de um corpo que desde sua seleção deve manter-se em medidas consideradas saudáveis. E justificam um olhar sobre a sua produção.

1.3 As exigências para o corpo policial

Apesar das relevantes contribuições das pesquisas realizadas em torno polícia no Brasil, seja no campo da historiografia ou na antropologia e sociologia, ainda falta um olhar mais detido e próximo ao observado, dando voz ao policial para saber do seu corpo, das suas dores, angustias, estresses e doenças.

Falta saber sobre as causas dos seus cansaços que lhes proporcionam desgastes físicos e agem sobre a saúde. Sua sexualidade ancorada em uma “masculinidade” refrataria as fraquezas subjetivas e as diferenças sejam elas étnicas ou sexuais reforçadas pelo ethos militar. Bem como, sobre as suas vontades, formas de diversão e prazeres do ócio, e falta falar sobre a sua alimentação, como os policiais se alimentam, como constroem seus corpos durante o dia a dia.

Para saber sobre o corpo do policial e as prescrições para um corpo saudável em consonância com o IMC, busca-se saber sobre a sua admissão e como a instituição seleciona seus corpos aptos para o trabalho. Sabendo de antemão que após a admissão o corpo saudável pode adoecer trazendo consequências para os policiais e para a corporação.

Os editais para convocação de soldados e oficiais traduzem as expectativas institucionais para o porte físico necessário ao futuro policial militar. Na chamada para o exame que qualifica os candidatos aptos para o trabalho, informa as especificações corporais e intelectuais necessárias para a transformação do civil durante o processo para se tornar policial militar. No exame preliminar que auxilia na escolha dos candidatos que melhor se enquadram nas expectativas institucionais, os editais buscam saber das qualidades intelectuais, físicas e morais de cada candidato a soldado ou a oficial.

Esses dados preliminares que o exame extrai dos candidatos visam saber sobre o desenvolvimento intelectual através de “prova escrita” realizada em duas partes, conhecimentos gerais e redação e traduzem as noções básicas apreendidas pelo candidato durante no ensino médio; da “prova de condicionamento físico” que visa saber da saúde e da força física de cada candidato e expressa as proibições acerca do corpo inapto sem saúde para o cargo, a exemplo da obesidade como inaptidão; dos “exames psicológicos” que detecta as características subjetivas do candidato e apontam para possibilidades que oferecem resistências às transformações psíquicas e mudanças nos hábitos que especificam os estilos de vida policial; e a “investigação social” que indica a vida pregressa de cada candidato junto à comunidade onde habita, o intuito é saber sobre os atos ilegais que fazem parte da conduta social moldada pelo estilo de vida de cada candidato.

O exame como processo de identificação de aptidões, segundo Foucault (2002, p. 154) combina com as técnicas da hierarquia, da vigilância e as técnicas da sanção normalizadora. Essa característica tecnológica do exame em unir a vigilância e a sanção da norma permite quantificar, classificar e punir e o torna altamente ritualizado, pois nele “vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade”.

O exame de admissão nos quadros da polícia é um meio de gestão que a instituição utiliza para contabilizar as forças de seus policiais, em suas habilidades individuais o ritual do exame permite o conhecimento de uso do corpo em suas habilidades, bem como classificá-lo como inábil.

Para saber sobre os impactos das experiências laborais cotidianas, sobre a saúde e condução do corpo do policial militar, acionadas na subjetivação das expectativas, dos riscos e interações na prática profissional, esta seção indica os critérios que norteiam as exigências institucionais descritas nos editais de convocação para policiais.

Os editais permitem observar em suas prescrições impressas, os pré-requisitos institucionais para o corpo do policial. Neste contexto, a noção de exame permite que os

editais sejam observados como meio que qualifica e quantifica as aptidões individuais dos candidatos corroborando com a ideia de um corpo sadio e livre de anormalidades para a prática profissional na polícia militar.

Os profissionais que atuam na Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMSP) são inseridos na instituição por meio de duas carreiras, os praças e os oficiais. Os praças ingressam através de concurso público e frequentam a Escola de Formação de Soldados com uma carga horária de 1678 horas, sendo dispostos hierarquicamente como Soldado (1º e 2º classe), Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente. O oficial, por sua vez, se insere na instituição através de concurso público (vestibular) para a Academia do Barro Branco, e sua formação de nível superior perfaz com 6243 horas, compondo as carreiras de Aspirante à Oficial, 2º Tenente, 1º Tenente, Capitão, Major, Tenente-Coronel e Coronel (LUIZ, 2008; SOUZA, 2009b; MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

As premissas dos editais que informam o corpo para a disputa de uma vaga na polícia militar se dividem ao focar suas categorias de profissionais constituídas como os praças e os oficiais. Os primeiros (praças) reforçarão as atividades fins como o policiamento das ruas, serviços de manutenção das dependências, dos objetos que compõem o Batalhão e auxílio nos serviços administrativos, os segundos (oficiais) traduzirão as expectativas da instituição junto aos praças e manterão seus pressupostos deontológicos da polícia militar, explanando os princípios e as regras de conduta e deveres com o trabalho.

Os editais para convocação de “soldados de segunda classe” e para oficiais da PMSP indicam os corpos que preenchem as necessidades institucionais para administrar a manutenção da ordem e os conflitos sociais. Os requisitos para as duas categorias de profissionais enumeram as características físicas que compõem o corpo saudável para o policial no início da carreira, as exigências em algumas modalidades no conteúdo das propostas para avaliação física e moral, em alguns aspectos são distintas e aprofundadas para ambas as carreiras o que reforça os níveis hierárquicos e indicam a disciplina como formato de poder organizador da prática institucional.

Nas suas disposições preliminares, os editais informam que ser brasileiro é o primeiro quesito exigido para ambas as categorias profissionais. Para concorrer à praça, o candidato deve estar entre a idade mínima de 18 anos e a máxima de 30 anos de idade. Os oficiais, caso não façam parte do quadro de profissionais da PMSP, devem contar com no máximo 26 anos, as duas propostas descartam a possibilidade de vagas reservadas para pessoas com deficiências.

Os candidatos a praças devem estar habilitados para a condução de veículos motorizados nas categorias “B” e “E”. O mesmo item que informa no edital a exigência de habilitação para condução de veículos às praças recomenda ao candidato para oficial “estar enquadrado pelo menos no comportamento disciplinar ‘BOM’, se Praça da Polícia Militar, e não ter cometido, nos 2 (dois) últimos anos, transgressão disciplinar classificada como grave”. Para ambas as categorias de profissionais os editais exigem o mínimo de 1,65m (um metro e sessenta e cinco centímetros) de estatura descalço e descoberto para o sexo masculino e 1,60m (um metro e sessenta centímetros) de estatura descalça e descoberta para o sexo feminino (EDITAL..., 2012, p. 02; EDITAL..., 2013, p. 02).

Nas buscas de qualificativos que comporão o soldado para a corporação, o candidato é submetido à prova de conhecimentos gerais e específicos que atestem suas competências intelectuais adquiridas durante a sua formação escolar. Essas provas de caráter eliminatório são elaboradas em suas especificidades, em relação aos cargos almejados – oficiais e praças - com conteúdos programáticos organizados pela Fundação para o Vestibular da Universidade Paulista (VUNESP).

As habilidades adquiridas durante o tempo de escolarização é avaliada pelo exame institucional e visa os conhecimentos gerais dos candidatos que, por sua vez, devem ter concluído o ensino médio. Esta exigência busca saber das qualificações intelectuais do candidato, e poderão auxiliar o uso prático do discernimento, em atuações futuras que envolvam a rapidez do tirocínio policial no trato com a sociedade, como diz Bittner, (2003).

As ressalvas institucionais sobre os candidatos a um cargo na polícia militar avisam em primeira instância, os atributos que representam o corpo como aptos para o procedimento das provas que formarão os futuros profissionais da polícia. As informações derivam dos candidatos. Mas, a instituição para saber a verdade sobre as aptidões busca um exame detalhado da saúde e das condições éticas e morais para que os candidatos possam se enfileirar na carreira de policial.

Os futuros policiais devem se apresentar para exames médicos a uma banca examinadora nomeada pelo comandante geral da polícia, essa exigência é válida para ambas as categorias de profissionais e escrutinam as particularidades corporais de cada candidato, organizando um saber médico que identifica a-priori problemas físicos e estabelece um prontuário sobre cada um dos avaliados.

O exame clínico geral de saúde busca saber sobre o bem-estar corporal dos candidatos e é eliminatório. Essa avaliação, rigorosa, constata as anomalias corporais consideradas como impróprias para a condução do policial durante o exercício da profissão. Esse exame antecede

a possibilidade do candidato, com problemas de saúde, não poder conduzir-se durante sua permanência na instituição policial, para tanto avalia a:

relação peso-altura através do Índice de Massa Corpórea (IMC). O cálculo do IMC será realizado pela fórmula: $IMC = \frac{kg}{m^2}$ (onde o peso em quilogramas, é dividido pelo quadrado da altura, em metros). O IMC que aprovará o candidato deveser estar entre 18 e 25, com circunferência abdominal de no máximo 102 cm. Candidatos que apresentem IMC entre 25 e 30, porém, á custa de hipertrofia muscular, serão avaliados individualmente a critério da Junta Médica de Saúde, observando-se a frequência cardíaca, frequência respiratória, pulsos periféricos, pressão arterial, presença de cianose (central ou periférica), presença de palidez cutâneo mucosa (anemias) icterícias. As inspeções são gerais e específicas, sendo avaliados os sistemas: vascular osteomuscular, cardiorrespiratório, digestivo, pele e anexos, genito-urinário, neurológico, endócrino e cabeça/pescoço. (EDITAL... 2012, p.10; EDITAL...2013, p.09).

Essa exigência acerca das medidas corporais destaca a importância da obesidade como doença que afeta a produção das atividades policiais. A sua mensuração é exposta como fator decisivo para a contratação, a detecção de anormalidades físicas realizadas com o cálculo do IMC, indicando que o sobrepeso ou obesidade desclassifica o candidato.

Na inspeção odontológica o candidato deve, no mínimo, portar 20 (vinte) dentes naturais ou artificiais. Desses 20 dentes são obrigatórias à presença de 04 caninos e dos incisivos superiores e 08 inferiores restantes, pré-molares, que devem ter seus correspondentes antagônicos. Os dentes naturais devem estar devidamente saudáveis e caso estejam restaurados devem contar com material definitivo. Não deve haver nenhuma cárie, “periodontopatias, raízes residuais, fistulas, ou lesões dos tecidos moles; não deve ter prognatismo (maxilar ou mandibular); não ter micrognatismo”; bem como ausência de mordida aberta anterior e posterior; mordida profunda e ausência de cruzamento dos elementos dentais e disfunção da “articulação temporomandibular” (EDITAL..., 2012, p. 10; EDITAL..., 2013, p. 09).

Para os dentes artificiais como próteses fixas unitárias ou múltiplas seu ajustamento deverá ser bom, não apresentando infiltrações e estar aceitável esteticamente apresentando boa funcionalidade, se a prótese for total deve restabelecer a aparência do candidato apresentando boa retenção e estabilidade, se removível estar com sua estrutura metálica e plástica em condições aceitáveis. Essas condições para saúde bucal estão presentes em ambos os editais, seja para oficiais ou praças.

A esses exames somam-se as apreciações oftalmológicas, para detectar patologias oculares. Exame otorrinolaringológico, para verificar excessos de cerúmen, otites, perda da

audição e zumbidos que possam dificultar as funções policiais. Bem como verificar os distúrbios de equilíbrio, cicatrizes de cirurgias otológicas, “deformidades nasais congênicas ou adquiridas, destruição do esqueleto nasal, desvio septal; rinopatias e rinosinusopatias, amidalites crônicas; patologias da laringe como inflamações e outras, surdo mudez e deformidades no palato”. Também perfazem as exigências institucionais para ambos os cargos (EDITAL..., 2012, p. 10; EDITAL..., 2013, p. 09).

Os corpos dos futuros praças e oficiais não devem possuir, por uma razão estética militar, alargadores de orelhas ou outros acessórios, que sejam visíveis quando utilizados os uniformes de treinamento físico, composto por camiseta meia manga, bermudas, meias curtas e calçados esportivos. Tatuagens não podem cobrir regiões ou membros do corpo em sua totalidade, e em particular a região cervical, rosto, antebraços, mãos e pernas. Essas recomendações compõem as exigências corporais para a prática profissional de praças e oficiais.

Essa precaução acerca das deformidades que possam ser detectadas empiricamente, durante o trabalho do policial reforçam as lógicas do uniforme como possibilidade de instrumento da corporação e da identificação rápida do policial. Um policial com uma cicatriz no rosto, a exemplo, pode ser identificado no conjunto uniformizado. O risco de ser identificado pela população ou grupos rivais se amplia ameaçando a vida do policial e causando infortúnios em seus bicos e em seu ambiente doméstico. Existe ainda, entre muitas, as implicações deontológicas que observam que o corpo deve ser imaculado ao representar a imagem da corporação.

O rosto do policial e seus braços são as únicas partes do corpo que ficam descobertas pela farda. Daí, um cuidado com o rosto do profissional que deve ser exibido modelarmente como representação única, mas reforçando o todo da corporação, pois tende a se dissipar no conjunto corporativo institucional. Da mesma forma os braços devem ser livres de tatuagens e deformidades.

1.3.1 O exame psicológico

Neste requisito de caráter eliminatório os exames são realizados pela Diretoria de Pessoal da instituição, os testes acontecem conforme as normativas em vigor dos Conselhos Federal e Regional de Psicologia pautados na Resolução CFP nº 01/2003 que regulamenta a avaliação psicológica em concurso público.

São os próprios profissionais da instituição que se encarregam da avaliação psicológica do futuro recruta. O que informa a importância do exame ao especificar que as hierarquias profissionais participam no endosso da contratação do pessoal, manifestando o poder interno em qualificar hierarquicamente seus novos membros com a somatória de suas avaliações as apresentações em cada teste realizado.

A avaliação psicológica tem por objetivos saber do perfil emocional, buscando estimar suas propriedades cognitivas e sua personalidade como habilidades favoráveis para o desempenho adequado das atividades essenciais à função policial. Os testes que embasam o exame psicológico são objetivos e padronizados com emprego de técnicas científicas, em acordo com as especificações validadas e aprovadas pelo Conselho Regional de Psicologia.

O futuro policial deve possuir as seguintes características psicológicas: controle emocional da ansiedade, impulsividade, domínio psicomotor, autoconfiança, resistência à frustração, potencial de desenvolvimento cognitivo, memórias auditiva e visual, controle e canalização produtiva da agressividade, disposição para o trabalho, resistência à fadiga psicofísica, iniciativa, potencial de liderança, capacidade de cooperar e trabalhar em grupo, relacionamento interpessoal, flexibilidade de conduta, criatividade, fluência verbal, ausência de sinais fóbicos e disrítmico e interesse pela atualização intelectual (EDITAL..., 2012, p. 11; EDITAL..., 2013, p. 09).

As exigências seletivas de corpos com características docilizadas e de fácil manejo para o molde da tecnologia disciplinar institucional, pressupõem a flexibilidade do candidato como atributo que contribui para a modelação da corporalidade policial, permitindo as intervenções físicas e psicológicas que se avultarão sobre ele durante sua permanência diária na instituição policial. Essas investidas sobre o corpo do policial pressupõem que durante sua trajetória na instituição poderá intervir em situações extremas, como acidentes e mortes, incêndios, brigas envolvendo multidões, suicídios, reintegração de posses e tiroteios, como parte da ação policial.

1.3.2 O exame físico

No reconhecimento das aptidões que necessita para o corpo do futuro policial a instituição através do edital informa a necessidade da prova de condicionamento físico. Esta prova idealizada pela Escola de Educação Física da Polícia Militar (EEFPM) é eliminatória, o candidato deve apresentar atestado médico particular que o qualifique como capaz para a realização de testes físicos, emitidos no máximo nos últimos 45 dias anteriores à prova, ou

assinar documento atestando sua preparação e saúde física. Essa precaução institucional em relação a atestados médicos para a realização de provas físicas, aponta para a prevenção de problemas que o candidato possa sofrer quando exposto a exercícios que exigem força física extrema, podendo causar danos corporais ou morte.

Antes do início da prova de condicionamento físico o candidato à praça da PM/SP será mensurado em sua altura com instrumento chamado estadiômetro, devidamente aferido pelo Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo. O candidato que não apresentar altura exigida não participará da prova e conseqüentemente será eliminado do concurso. Essa mesma maneira de aferir a altura é relatada no edital para oficiais, e da mesma forma fica vetado à participação nas provas caso o candidato não tenha altura necessária expressa como exigência no documento.

Para mensurar o condicionamento físico, a instituição utiliza quatro tipos de exercícios, como forma de capturar a verdade sobre a força e a disposição corporal do candidato. Os testes que compõem as provas dos praças são compostos de: “apoio de frente sobre o solo (flexão e extensão de cotovelos) para o público masculino e apoio de frente no solo, sobre o banco (flexão e extensão de cotovelos) para o público feminino”. Resistência abdominal, “em decúbito dorsal (tipo remador)”, corrida de 50 metros e corrida de 12 minutos (EDITAL..., 2012, p. 09; EDITAL..., 2013, p. 08).

Cada teste equivale a 10 pontos e será considerado apto à praça o candidato que somar no mínimo 201 pontos nos quatro testes que mesuram sua força. Caso não atinja a pontuação necessária os testes poderão ser realizados novamente no mesmo dia. A banca examinadora responsável pelos testes de condicionamento físico poderá cancelar ou interrompê-los, caso considere que não existam condições que garantam a integridade física dos candidatos a fim de evitar prejuízos ao seu desempenho. Nestes casos as provas serão remarcadas, sem prejuízo na pontuação, em outra ocasião pelo presidente do concurso.

A contabilização dos pontos, como critério seletivo sanciona valores aos prontuários que narram a existência da disputa para pertencer aos quadros institucionais, bem como um esforço no preparo do físico e intelectual para o exame. Um esforço que será ilustrado no prontuário atestando que passou no exame da polícia militar com tantos pontos. Da mesma forma que o olhar institucional recai sobre esses índices numéricos que quantificam o desempenho individual como sinônimo de melhor capacitado, treinado e igualmente apto para a subjetivação da tecnologia disciplinar que a transformação corporal exige.

Para realização dos testes os candidatos deverão trajar vestimentas adequadas para a prática esportiva como bermudas, camisetas manga curta, e tênis. As mulheres deverão

utilizar top esportivo sob a camiseta. Não se permite calças esportivas exceto “legging” que permita a visualização dos movimentos das pernas, as anormalidades físicas observadas serão anotadas e utilizadas para subsidiar outras etapas.

Os mesmos requisitos para os testes de condicionamento físico são utilizados no edital para convocação de oficiais. As flexões, os abdominais e as corridas de 50 metros e de 12 minutos. A essas quatro modalidades acrescem uma prova de natação de 50 metros estilo livres. O candidato à vaga na escola de Bacharelado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública, no Curso de Formação de Oficiais (CFO) deverá percorrer 50 metros, em piscina, no tempo de 1 minuto e 15 segundos conforme as regras da Federação Internacional de Natação (FINA).

A pontuação que qualifica o candidato apto para a função de oficial está entre o mínimo de 20 e o máximo 100 pontos. Para ser aprovado na prova de condicionamento físico geral o candidato deverá alcançar o índice mínimo correspondente a 20 pontos em cada teste. Caso não obtenha a pontuação mínima o candidato poderá repetir o teste no mesmo dia, uma única vez.

1.3.3 A investigação social

A investigação social realizada por órgão técnico da polícia militar do estado é composta de itens que vasculham a vida pregressa do candidato junto aos seus familiares e conhecidos, em sua especificidade visa saber sobre a condução social, moral, profissional, escolar e outros aspectos da vida em sociedade que compõem uma trajetória. Essa etapa também é eliminatória e visa impedir o ingresso de pessoas pouco sociáveis no quadro institucional.

Como autenticação do reconhecimento, junto à sociedade, da conduta passada os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos: cédula de identidade; certidão de distribuição criminal, expedida pela Justiça Criminal, das comarcas dos municípios resididos até os 18 anos; atestado de antecedentes criminais; certidão emitida pelo órgão que estiver servindo (para os servidores público e militar) informando: atual situação disciplinar e comportamental se responde ou respondeu processo administrativo ou procedimento disciplinar com punições sofridas, bem como, certidão expedida por órgão público que serviu, informando comportamento ou situação disciplinar em que foi exonerado ou licenciado. Esta etapa, também requer: comprovante de ensino médio, comprovando o grau de escolaridade; certidão negativa de débitos no Serviço Central de Proteção ao Crédito.

A investigação social da vida do candidato seja ela passada ou presente atende a especificações de valores morais e éticos necessários ao exercício da prática profissional do policial militar, cujas atividades visam à realização do bem comum, pautados no “patriotismo, civismo, hierarquia e disciplina, profissionalismo, lealdade, obstinação, verdade, honra, dignidade humana, honestidade e coragem” como constados nos Regulamentos Disciplinares da Polícia Militar (RDPM) (SÃO PAULO 2001, p. 03).

A instituição visa saber da conduta do candidato, sobre as suas práticas cotidianas e de seus antecedentes em relação a possíveis envolvimento criminais e ilegalidades, vistos como inadequados a prática profissional do policial. Entre as condutas possíveis que podem desclassificar um candidato estão: o alcoolismo; o toxicômano ou drogadito; possuidor de antecedentes criminais; registro na polícia civil na condição de averiguado, autor ou indiciado; envolvimento em práticas de contravenção penal; ligação com exploração de jogos de azar; ligação com exploração de atividades ligadas a prostituição; autoria de atos infracionais; convivências e conivências com autores de crimes; autoria de crimes; infrações por divergências e intransigência realizadas contra pessoas ou grupos que se caracterizam ideologicamente por preceitos religiosos, étnicos, raciais, sexuais corroborando com a exclusão social (EDITAL..., 2012, p. 13; EDITAL..., 2013, p. 11).

O candidato não pode possuir postura que comprometa a eficácia da segurança pública ou a confiabilidade da polícia militar, hábitos de indisciplina; hábitos negativos junto ao código de trânsito que possam colocar a vida de outros em perigo; hábitos de violência e agressividade; e comportamento que ofendam a hierarquia e a disciplina.

Essas prerrogativas que compõem os editais sugerem um corpo para as atividades profissionais do policial. As características físicas e emocionais desse corpo são quantificadas em moldes que sancionam a deliberação reconhecida pela instituição, enquanto um corpo apto para a subjetivação da corporalidade que o transforme em um servidor público capaz de auxiliar a manutenção do governo social.

Para sua futura tarefa policial o corpo deve apresentar-se, sobretudo, dentro dos padrões relativos à massa corporal, dentro dos critérios internacionais estabelecidos com o IMC entre 20 e 25, considerando que nas exigências institucionais há uma tolerância acerca do aumento da massa muscular (hipertrofia muscular) que permitem a contratação de IMC entre 25 e 30 indicando sobrepeso. Essa observação do edital obtém importância, na medida em que respalda a entrada de sobrepeso na instituição, e arrefece a crítica sobre o sobrepeso como meio identificador de propensão à obesidade.

Para sanear esse problema o edital informa a necessidade do candidato se apresentar para o exame médico, com roupas que permitam ao examinador observar as suas particularidades físicas externas e reconhecer as diferenças entre massas físicas empiricamente. Não obstante, o exame de laboratório informa sobre a dislipidemia sanguínea, ou outras anormalidades que possam ser evidenciadas no sangue e, por sua vez, a clínica médica ratifica as diferenças entre o músculo e a adiposidade. O processo seletivo da instituição é representado por seus próprios profissionais e técnicos administrativos, manifestando o poderio e a importância da hierarquia no ritual de exame admissional da instituição.

O desempenho da conduta social investigado pela instituição deve compor um quadro ilibado da representação do candidato junto da população, que o reconhece com potencialidades para o exercício da função pleiteada, em consonância com a possibilidade para o uso da força, e da persuasão contra os próprios interrogados sobre a condução passada e atual do futuro policial. É no mínimo intrigante essa relação entre polícia e sociedade durante o processo seletivo que qualifica o candidato para a instituição. Interrogada sobre o candidato a sociedade usufruí o poder participando na contratação do policial como diz Bayley (2006) sobre a outorga de poder do cidadão para a polícia.

O exame psicológico quer saber das disposições subjetivas que organizam as atitudes da pessoa que almeja o cargo para função policial. Insistindo sobre as suas possíveis práticas cotidianas a fim de montar um quadro representativo, através de testes validados cientificamente, que indicam o comportamento do candidato legitimando as exigências da instituição.

O exame é “um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir” (FOUCAULT, 2002, p.154). Em sua capacidade de combinar técnicas como a hierarquia e a sanção normalizadora sancionam normas, estabelecendo visibilidades que informam as diferenças e as capacidades pessoais, pois em sua ritualização reúne a cerimônia do poder e a forma da experiência dos avaliadores, bem como demonstra a força e o estabelecimento da verdade sobre o candidato.

O exame de admissão soma-se aos inúmeros outros que farão parte da vida rotineira do policial. Durante sua carreira o policial será examinado cotidianamente, seja através da instituição ou da sociedade. Na instituição as amarras que o definem se estabelecem com o regime disciplinar da polícia que informa sobre a sua conduta e a sua apresentação interna e social, a corregedoria que investigara seus deslizes punindo condutas internas inadequadas expostas no código disciplinar, os exames de saúde anuais informarão da condição física

saudável para o trabalho anualmente, e a massiva presença do quadro hierárquico que organizam as rotinas e cobram seus procedimentos.

A sociedade participa do exame diário da prática policial com sua forma de vigilância ininterrupta. Onde o soldado se move um olhar lhe espreita. A sociedade observa as disposições físicas do policial, o seu caráter e aponta seus erros de condução com denúncias e provas materiais como vídeos e fotos, que evidenciam atos de atrocidades, mandos e desmando. Estabelecendo uma espécie de contraponto institucional que verifica os procedimentos técnicos e práticos da conduta policial.

O exame rotineiro a qual se submete o policial pressupõe um disciplinado cuidado consigo como norteador da vida diária do profissional, evidenciando em seu aspecto a imagem corporativa. A instituição, por sua vez, induz a uma estética militar asséptica, um corpo livre de obstáculos que imputem estigmas, revelem dores e indisciplinas expressas em práticas condenáveis socialmente e que corroborem com uma imagem negativa da corporação. Um policial obeso será objeto de críticas institucionais e sociais. Na instituição será rejeitado pelos amigos e superiores, da mesma forma a sociedade lhe designará estigmas de que salientam os prejuízos da forma física mal conduzida.

Após o exame de admissão o futuro praça fica em regime de aquartelamento durante um ano para que receba as informações referentes à sua profissão no Curso Superior de técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública, ministrados na Escola Superior de Soldados na capital ou interior. Os oficiais admitidos no exame vestibular para o Curso de Bacharelado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública na Academia de Polícia Militar do Barro Branco frequentarão o curso durante quatro anos.

Durante esse tempo, o policial é subsidiado institucionalmente com um auxílio financeiro para suas necessidades físicas diárias, possibilitando a sua permanência no curso preparatório. Os estudantes por sua vez, quando na capital longe da família, ficam aquartelados ou se agrupam com amigos de turma para montarem repúblicas permanecendo apenas nos horários de aulas na escola.

1.4 A fabricação do corpo do soldado após a admissão

Aprovado, o candidato a soldado, segunda classe é convocado para a o Curso técnico, em nível superior, de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública. Após, o ciclo de aprendizado, exame e aprovações, “estará apto ao pleno exercício de suas missões”. O “Manual do aluno” orienta o recruta a aperfeiçoar-se, elevar sempre o moral, e superar as

dificuldades diárias durante o curso de formação. O soldado deve procurar “crescer física, intelectual, emocional e espiritualmente, com o objetivo de servir a Sociedade Paulista”. Em busca desses objetivos diariamente durante o curso, a instituição diz: “estaremos testando sua fibra, têmpera e resistência às adversidades, fatores indicativos do verdadeiro homem, que vence obstáculos e, pacientemente, sabe aguardar o dia de sua glória.” (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2009, p. 02).

Durante o curso de formação o soldado frequentará o “Modulo Básico”, com duração de trinta e seis semanas (08 meses), visando ampliar os conhecimentos do aluno com noções fundamentais sobre a “Instituição Policial Militar e as funções, missões, deveres e obrigações essenciais da atividade do policial militar.” (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2009, p. 08).

Neste período, busca-se enfatizar a apreensão de temas básicos ligados às áreas jurídicas, nesta fase o aluno apreende temas ligados às áreas jurídicas como o

Direito Penal e Processual Penal, Direitos Humanos, Direito Civil e Direito Administrativo, entre outras”, amplia-se o conhecimento da “Sociologia, Psicologia, Comunicação e Expressão, Gestão pela Qualidade entre outras”. E as matérias relativas “à área profissional propriamente dita (Organização e Educação Institucional, Pronto-socorrimento, Polícia Ostensiva, Ordem Unida) e adentra ao preparo físico para exercício das funções (Educação Física, condicionamento físico, defesa pessoal, dentre outras). (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2009, p. 08).

Terminado esse ciclo de aprendizado, o soldado passa ao “Módulo especializado” distribuído em dezesseis semanas (04 meses) durante esse período o aluno apreende as disciplinas policiais referentes

à área operacional em que vai servir: Policiamento Comunitário, Policiamento Ambiental, Policiamento Rodoviário, Policiamento de Choque, Atividade de Bombeiros e Defesa Civil. Após a matrícula e realização das duas fases que, apesar de autônomas, são dependentes, o Soldado PM 2ª Classe é declarado formado, recebendo em solenidade cívico-militar o Diploma de Conclusão do Curso Superior de Técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública (CTecPol) e o direito a ostentar em sua farda o símbolo do referido curso. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2009, p. 08).

O Curso de Formação de Soldados começou, como modalidade de ensino da corporação a partir da “Lei nº 1.036 de 11 de janeiro de 2008, que instituiu a Lei de Ensino da Polícia Militar”. O aluno, depois de formado recebe a “titulação de especialidade superior de Técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública” (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2009).

Essas informações contidas no Manual do Aluno da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2009) atestam a formação do soldado em profissional para o policiamento. O soldado é fabricado. Sua apta corporalidade lhe é inculcada com os mais diversos matizes institucionais desde a alimentação que lhe produz energia, os exercícios que lhe firmam as carnes e avolumam contornos, aos estudos que lhe direcionam a respeito das práticas profissionais, sobretudo na prerrogativa do uso da força em relação aos direitos do cidadão e da sociedade.

Na instituição transformam o cidadão em soldado, capacitado para atender as necessidades sociais de intervenção e distribuição da força. A postura é corrigida e o corpo fica ereto e a cabeça alta, os ombros largos e o peito saliente, os braços longos e dedos fortes, o olhar ousado fixa-se no horizonte, o andar em marcha firma-lhe as coxas e panturrilha produzindo passos firmes e objetivos (FOUCAULT, 2002, p. 117) sem retirar-lhes a elegância afinada durante os exercícios da prática da “ordem unida”.

O investimento institucional sobre o corpo organizará a inaptidão ao corrigir suas posturas, e seus hábitos, influenciando-lhe uma corporalidade semelhante a uma máquina capaz de se conectar a engrenagem da corporação, paulatinamente cada parte do corpo do soldado é trabalhada com a tecnologia disciplinar da instituição, que se assenhoreia dele tornando útil para a obediência da ordem. O trabalho institucional sobre o corpo multiplica a força e dociliza o corpo como parte de seu aparato de poder (FOUCAULT, 2002).

Os relatos que seguem descrevem os detalhes da transformação corporal realizada na instituição, durante a permanência de um recruta na Escola de Formação de Soldados. Com sete anos de dedicação a PMSP, descrevia suas aventuras heroicas ostentadas em cicatrizes que o policial demonstrava com orgulho. Uma espécie de medalha, com valor maior do que qualquer outra tatuagem, demonstrando no corpo a inscrição das histórias cotidianas sedimentadas em práticas de policiamento.

O soldado entrou na polícia aos 18 anos atuou como Soldado Temporário⁸ durante um ano e três meses. Após esta experiência prestou concurso para se efetivar na instituição como Soldado Segunda Classe e com a aprovação nos exames de admissão conta:

“fiquei um ano em caserna, e no meu caso foi em regime de internato na escolinha da polícia em São Paulo. Saí daqui da cidade e fui para São Paulo. Comia e dormia na escola.

⁸ Os Soldados Temporários (ST) ou o Serviço Auxiliar Voluntário da Polícia Militar de São Paulo são contratados através de concursos públicos. Para concorrer é necessário possuir idade entre 18 a 23 anos e não participar de outros programas assistenciais do governo. O trabalho realizado pelo Soldado Temporário consiste na realização de atividades administrativas, liberando o efetivo para atuarem na operacionalidade das ruas. Os candidatos a Soldados Temporários aprovados nos testes seletivos são contratados por “01 (um) ano, prorrogável, por no máximo, igual período, nos termos do artigo 06 da lei estadual nº 11.064, de 08 de março de 2002”. (EDITAL..., 2011, p. 10). Esse programa assistencial do governo visa investir no jovem com objetivos de auxiliá-lo no primeiro emprego, mantendo-o fora do alcance da criminalidade e das ruas.

Quanto à alimentação fiquei surpreso. Achava que não seria de tão boa qualidade, tinha uma ideia pré-concebida, mas o Estado investia bem. Por volta das seis ou sete horas da manhã era o café, eu tomava um bom café da manhã, diga se de passagem. Tinha para escolher café com leite, preto ou chocolate com leite, e se quisesse poderia tomar os três, geralmente havia pães com manteiga, e sempre havia pães com frios e ovos mexidos, um copo de aveia com leite quente, bolachas salgadas e doces (tipo maisena), requeijão geleia e geralmente uma fruta, uma banana quase sempre. Acredito que por conta do potássio para aguentar a pesada rotina diária. No intervalo das aulas teóricas que há entre o café e o almoço havia uns quinze minutos para ir tomar ou comer algo, em uma cantina particular que explorava os serviços no interior do Batalhão, uma bolacha, um café ou um salgado, só para dar aquela forradinha no estomago. O almoço era terceirizado e havia opções para quem fazia regimes, com comidas mais light com cardápios diferenciados. Começava às doze horas, e era muito bom. Havia muitas quantidades de saladas e vegetais, somente a carne era controlada, mas mesmo assim era servida de maneira generosa. O suco podia repetir e a sobremesa um doce, até bem calórico, diga-se de passagem, e uma fruta laranja ou maçã. Era muito bom! À tarde o café era na cantina. No jantar durante os dois primeiros meses, acredito por causa da espera com os tramites para liberação do dinheiro pelos serviços prestados em aquartelamento por parte do Estado, após os primeiros soldos os internos buscavam em grupos alugarem uma quitinete, ou iam para casa de parentes. E os que ficavam no Batalhão eram poucos. E o pessoal (oficiais) disse que ficaria muito caro manter o jantar. De modo que cada um buscava comer fora, um lanchinho ou uma pizza, nos finais de semana pegava marmita. Não tenho que reclamar da polícia no que se refere à questão alimentar, até porque entrei muito magro na polícia. Quando entrei na polícia eu não pesava sessenta quilos tinha uns cinquenta e oito quilos, era magríssimo, se te mostrar uma foto você não vai acreditar. Engordei cerca de quatro quilos em um ano. Fiz muitos exercícios, melhorei muito a minha capacidade física lá na escola preparatória. Meu organismo ficou muito mais forte. Eu sempre tinha muita gripe, muita tossezinha, nunca mais tive nada disso. Obtive um excelente fortalecimento pulmonar. Somente nos quatro meses finais para o termino da escolinha é que fui transferido para outro Batalhão de área em Franco da Rocha, e lá as coisas complicaram havia muita carência na área que é carregada de criminalidade, com poucos recursos. A alimentação era precária e nos os alunos fazíamos as refeições tínhamos uma escala de pessoal para cuidar dos alimentos, havia a formação de um mutirão para fazer o café, o almoço e a janta. Brincávamos com o cardápio um mês era só salsicha, outro só bisteca de porco, mas basicamente era arroz e feijão todos os dias e a mistura, não havia legumes só às

vezes, saladas não havia era uma alimentação bastante calórica. E o sabor deixava a desejar. Em uma escala de 0 a 10 a alimentação na escola de formação de soldados era nota 09 e no Batalhão de área nota 02” depoimento colhido na Cia/PM (C).

Na descrição do cotidiano alimentar, físico e intelectual o policial relembra a sua fase de recruta. Enfatiza o investimento do Estado na transformação do corpo inapto em corpo policial. A alimentação é descrita com detalhes que lhe influi beleza e ostentação. A representação da mesa farta e com alimentos de qualidade, junto a opcionais light operacionaliza o ritual do poder institucional sobre a mesa. Na instituição o corpo experimenta-se com energias gustativas, com propósitos evidentemente institucionais de trabalhá-lo a posteriori com exercícios físicos para aumentar sua resistência física, e assim a instituição realiza uma operação tática ensinando ao corpo as habilidades físicas e intelectuais requeridas para tornar-se policial.

A disciplina institucional organiza o dia a dia corporal com os afazeres cotidianos para concretizar a transformação física e intelectual do policial. De manhã café e após aulas para a organização intelectual e reconhecimento de direitos constitucionais, organização social e distúrbios psicológicos reconhecíveis empiricamente na população. Ao meio dia almoço, após continuação das aulas e exercícios físicos. Nessa sequência organizacional o corpo ganha massa e revigora a saúde perdendo suas tossezinhas, dores, e supera a falta de ânimo.

Em outro depoimento um sargento na Cia/PM (D) narrou que antes de entrar na polícia tinha muitas dores de cabeça causada por uma enxaqueca crônica, depois que passou pela escola de polícia, com os exercícios praticados, não sentiu mais a presença das dores que lhe afligia cerca de três a quatro vezes por semana “*uma enxaqueca daquela que não consegue nem enxergar direito, porque embaça a visão e causa dor horrível na nuca*”. Dizia ser um problema hereditário de família que curou com exercícios. Há vinte anos trabalhando na polícia e há sete anos no trabalho interno, o sargento passou a praticar exercícios com regularidade, e por orientação médica desde que entrou na polícia. Com preferência para exercícios aeróbicos gostava de andar de bicicleta e semanalmente percorria longas distâncias em busca de manter a forma e viver com maior qualidade de vida conforme a prescrição institucional.

A transformação corporal ocorre de maneira rápida em apenas 12 meses o corpo adquiriu carnes e contornos, força para expelir os maus humores e se livrar das doenças crônicas e hereditárias. Neste espaço de tempo o soldado aprendeu sobre sua farda, suas primeiras noções de trato social, e a subserviência hierárquica nos modos regulamentados de

cumprimentos e posições corporais, continências, formas de abordagens ao superior, e aos suspeitos de crime, serão os novos modos que o corpo deverá demonstrar quando solicitado.

As especificações dos editais tangenciam as maneiras que o corpo, a princípio deve ser alocado no interior da instituição e organiza um saber sobre as expectativas da corporação acerca desse corpo, livres de doenças e com ânimo para as diversas tarefas que compõem seu dia a dia profissional. E informam as características que o corpo deve possuir enfatizando os aspectos da obesidade como um entrave para a admissão no trabalho de segurança. E apesar dessas orientações explicitadas nos editais, o corpo do policial adocece e torna evidente as suas dificuldades em relação ao convívio interno na instituição e nas demandas sociais em busca de segurança quando acionam a polícia.

2 O BATALHÃO, O PROGRAMA MODELADOR E SEUS RESULTADOS

2.1 A situação da polícia na região estudada

A PMESP segue o modelo administrativo das Forças Armadas (Exército), constituído através da hierarquia e disciplina dos soldados, seus profissionais são uniformizados e utilizam equipamentos técnicos como carros, rádios, coletes e armas letais para ajudar na mediação dos conflitos que envolvam o uso da força, ou outros tipos de diligências, entre os civis (BRETAS, 1997, 1998; MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008, MUNIZ, 1999). Trata-se de uma instituição total que possui suas próprias regras, rituais, e meios de controle que permite aos seus profissionais circularem dentro e fora da instituição, mas se mantém arredia à colaboração profissional externa e ao controle da sociedade civil (GOFFMAN, 1974, p. 15; MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

O controle da sua dinâmica interna firmada no segredo dificulta saber sobre os seus bastidores e o que há por detrás da aparência pessoal dos seus servidores. Como instituição a polícia militar possui tendências ao fechamento e busca totalizar a condução da vida de seus profissionais. E como algumas outras instituições estabelecidas busca atuar “com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais” (GOFFMAN, 1974, p.17), e no caso da polícia militar a sua existência instrumental se justifica na preservação da ordem e na manutenção do equilíbrio dos direitos do cidadão.

As “instituições totais” como define Goffman (1974, p. 17) são lugares onde “aspectos da vida são realizados em um mesmo local e sob uma única autoridade”. E cada fase da atividade diária do participante é realizada em coparticipação com outro grupo de pessoas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazerem as coisas em conjunto. E como instituição burocratizada tem dois níveis de atuação, a “equipe dirigente” e outra de dirigidos, cada uma fazendo o seu papel (ALBUQUERQUE; MACHADO, 2001, p12). Os diversos tipos de instituições permitem classificá-las de acordo com suas características, algumas têm maiores propensão ao enclausuramento e ao completo isolamento do indivíduo como as prisões, conventos e internatos, outras permitem um contato social diário de seus participantes com a sociedade como as fábricas, a polícia, ou outras instituições de trabalho que ocupam parte da vida de seus integrantes.

O interesse sociológico nas instituições totais reside no seu “híbrido social parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal”, as instituições são “estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu” (GOFFMAN, 1974, p. 22). Essa capacidade das instituições em transformar pessoas em sujeitos dóceis (FOUCAULT, 2002, p. 196), com métodos precisos de “mortificação do eu” com a prática de levar a pessoa a perder seu conjunto identitário com transformações corporais, ou por exposições a mutilações que fundamentam angustias e inseguranças de um ambiente que não “garante a integridade física” (GOFFMAN, 1974, p. 29) perfazem o ambiente de trabalho do policial.

Essas características das instituições totais como diz Goffman (1974:29), ou “completas e austeras” como diz Foucault (2002, p. 195) visam, sobretudo conduzir a vida do indivíduo com meios disciplinares corrigindo suas maneiras e influenciando sobre seu corpo com exemplos de privação do convívio e ameaças constantes através da ritualística das encenações de tortura, e investimentos psicológicos que visam transformar o eu e o corpo.

As formas de subjetivação realizadas pelas instituições totais permitem observar a polícia militar como uma instituição total que se organiza com o máximo de investimento sobre o policial, buscando agir sobre o seu corpo com modos de transformação ininterruptos. Desde a seleção aos exames realizados diariamente, a instituição busca assenhorar de seus profissionais com vistas a conduzir todos os aspectos de sua vida.

Essas características das instituições policiais com tendências totalizadoras permitem verificar contradições da recusa de certa parcela de seus profissionais em se adaptarem aos processos de subjetivação dos discursos efetivados em regras, normas, decretos e leis. Esses policiais compreendem que as manipulações das ordenanças discursivas institucionais podem amenizar a permanência entre o conjunto institucional ajustando-os aos propósitos pessoais, seja através do acatamento de parte das injunções ou na forma de burlar as normativas.

Neste contexto, pode-se observar a instituição como dispositivo técnico capaz de transformar pessoas, ao agir com um conjunto de tecnologias de persuasão sobre o corpo em busca de um domínio total sobre o indivíduo que, por sua vez, recusa e negocia o ordenamento discursivo de acordo com as suas necessidades e interesses, seja aderindo ou não ao projeto institucional discursado e praticado diariamente (FOUCAULT, 2002).

Na instituição da polícia militar os policiais que cometem crimes, com exceção dos homicídios, respondem apenas à justiça militar. Para efeito de punição das ilegalidades e desvios das normas internas e externas, mecanismos administrativos sancionam penalidades para corrigir e disciplinar os infratores do código institucional. Além disso, a instituição

possui sistema de comunicação, academias militares, serviços de apoio, corregedoria e sistema de investigação, independentes das demais instituições de segurança pública do estado (PINHEIRO, 1982; SOUZA, 2009b).

A estrutura do Batalhão observado contabiliza um conjunto com 40 de unidades entre programas de saúde, de policiamentos e unidades físicas distribuídas em uma Sede, 05 Companhias, 15 Pelotões e 17 Grupamentos atuando em 25 cidades. Com uma área de policiamento de 8.794 K² para o patrulhamento.

O Batalhão em seus quadros administrativos contabiliza 726 policiais militares que mobilizam a segurança pública de 502.404 pessoas, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2010), seu número de trabalhadores corresponde a 0,77% do total de policiais do estado de São Paulo. Em 2010, na realização do policiamento preventivo caracterizado pelo policiamento ostensivo realizou 85.079 despachos de patrulhas para o atendimento de diversas ocorrências com o chamado ao COPOM ON LINE - 190, que resultaram em 18.579 Boletins de Ocorrências (GODOI, 2012).

O Batalhão conta com um histórico de gestão de qualidade em policiamento iniciado em 1996 orientado pelo Modelo de Excelência da Gestão da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), o FNQ visa estabelecer parcerias no desenvolvimento das capacidades de governo, através de suas lideranças institucionais (SÃO PAULO, 2010). Esse investimento em qualidade de gestão resultou em conquista com premiações para o Batalhão em relação ao governo de seus profissionais e na eficiência do governo social da segurança junto à população (SÃO PAULO, 2010, GODOI, 2012).

O quadro a seguir enumera o histórico do investimento na qualidade da gestão em policiamento realizado pelo comando do Batalhão em busca de assegurar a segurança de sua área de responsabilidade.

Quadro 2- Histórico de qualidade do Batalhão.

Ano	Atividade
1996	Realização, na Sede da organização, do curso Relações Humanas no Trabalho, desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).
1997	Realização, na sede da organização do curso de Ferramentas Básicas da Qualidade e Gestão da Qualidade – 5S/Housekeeping, sob Responsabilidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

	(SENAI).
1998	Oficiais da organização frequentam as primeiras turmas do Estágio de Formação de Facilitadores da Gestão Pela Qualidade Total, desenvolvido pela 6ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar.
1999	Oficiais da organização frequentam as primeiras turmas do Curso de Formação de Facilitadores da Gestão Pela Qualidade Total, desenvolvido pela 6ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar, em parceria com a FATEC.
1999 e 2000	Oficiais da organização frequentam as primeiras turmas do Curso de Formação de Facilitadores da Gestão Pela Qualidade Total, desenvolvido pela 6ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar, em parceria com a FATEC.
2003	Realização, na sede da organização, do curso Como Desenvolver Lideranças e Estimular a Motivação, sob-responsabilidade do SEBRAE SP.
2003	Certificação em Grau Bronze no Prêmio Polícia Militar de Qualidade, concorrendo individualmente.
2004	Policiais militares da organização frequentam a primeira turma do Curso de Formação de Professores do Curso de Melhoria da Qualidade do Atendimento ao Cidadão – Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP).
2004 a 2006	A organização desenvolve, em parceria com a FUNDAP, o Curso de Melhoria da Qualidade do Atendimento ao Cidadão, dirigido a servidores públicos das Secretarias da Educação, Saúde, Administração Penitenciária, Fazenda, Assistência Social, Agricultura e Meio-ambiente.
2006	Policiais militares da organização frequentam a primeira turma do Curso de Formação de Professores do Curso de Gestão do Atendimento – Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP) – 2006.
2006	Certificação em Grau Prata no Prêmio Polícia Militar de Qualidade, concorrendo individualmente.
2006 a	A organização desenvolve, em parceria com a FUNDAP, o Curso de

2007	Gestão do Atendimento, dirigido a servidores públicos em funções de liderança das Secretarias da Educação, Saúde, Administração Penitenciária, Fazenda, Assistência Social, Agricultura e Meio-ambiente.
2007	Oficiais da organização participam do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG), da Fundação do Desenvolvimento Administrativo. (FUNDAP).
2008	Certificação em Grau Ouro no Prêmio Polícia Militar de Qualidade, concorrendo integrado ao CPI/4.
2009	Certificação em Grau Ouro no Prêmio Paulista de Qualidade de Gestão, concorrendo integrado ao CPI/4.
2010 e 2011	Certificação em Grau Prata, concorrendo individualmente ao Prêmio Paulista de Qualidade de Gestão.
2012	Certificação em Grau Ouro no Prêmio Paulista de Qualidade de Gestão.

Fonte: Godoi (2012)

Esse investimento em qualificação para a gestão da segurança reflete sobre a população, através dos números de atendimentos as chamadas pela polícia expressos nos números de ocorrências atendidas em sua área de atuação.

Segundo Godoi (2012) o atendimento da instituição a população com excelência e qualidade, pautado na contínua modernização da gestão, visa atingir os resultados seguidos de critérios que nortearam a filosofia de trabalho de policiamento expressos com: o aprendizado organizacional, cultura inovadora, liderança, constância, visão de futuro, orientação por processos e informações, geração de valores, valorização das pessoas, conhecimento da população onde presta serviços e responsabilidade social. O “objetivo é ver a região como uma das mais seguras do Estado, reduzindo a menores proporções os índices de criminalidade. Com um trabalho conjunto e totalmente focado no resultado para as pessoas.” (GODOI, 2012, p. 04).

Neste universo de unidades e seções de policiamento que efetivam a presença e os modos de procedimentais dos soldados constata-se uma população de 40% de policiais com idade acima de 40 anos (CALAMITA, 2007; GODOI, 2010). Pesquisas apontam que policiais com maior tempo de trabalho geralmente têm dificuldades em se adequarem as mudanças vindas de fora para dentro da instituição, ou para novidades internas, sobretudo, quando

exigem alterações em seus procedimentos práticos de atuação na manutenção da ordem (REINER, 2004; KANTI DE LIMA, 2003; MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

Pesquisas realizadas com policiais no Rio de Janeiro revelaram que aos 40 anos de idade os policiais começam apresentar dificuldades de manutenção e no gerenciamento do corpo, seja por causa do envelhecimento precoce presente na profissão, ou nas diversas manifestações somáticas que afligem seus corpos como também as luxações, os estresses, e as reclamações ortopédicas como fraturas e dores de coluna, hipertensões, dislipidemias, diabetes, e casos de obesidade, doenças coronarianas, dores de cabeça, gripes, problemas estomacais, o estresse e as gripes, entre outras, colaboram para uma vida vulnerável no ambiente de trabalho (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008; Entrevista com o comandante do Batalhão).

O processo de envelhecimento do policial observado no Batalhão reflete o contraste com a adrenalina juvenil de cadetes que após ingressarem na carreira militar e subjetivarem o processo do Ser policial, e saem para o policiamento de rua com disposição para mudar o mundo atuando como benfeitores e guardiões das leis (ALBUQUERQUE; MACHADO, 2001; CALAZANS, 2004; MUNIZ, 1999; 2010).

“O padrão ouro do Batalhão e feito de sangue dos policiais” diz um policial de 50 anos com 23 anos de trabalho na Cia/PM (F). As exigências sobre um policiamento de qualidade segundo o policial se realiza com a constante pressão para a produção e com ameaças como a escala extra, que tira o policial de suas horas de folga interferindo em seu descanso e contato familiar, e conseqüentemente em sua saúde ao privá-lo do descanso físico.

Por sua vez, as escalas extras pairam sobre a rotina policial como uma forma de punição e ameaça. De um lado os policiais reclamam que nada ganham ao fazerem as escalas extras, pois o dia de serviço realizado não é reembolsado, por outro lado as escalas extras efetivam a coação sobre os policiais ao ameaçá-los em seu lazer e descanso, vulnerabilizando a sua saúde com trabalho excessivo na área de policiamento do Batalhão.

Uma das características observadas em algumas unidades de polícia do Batalhão, como os Grupamentos e Pelotões é que foram construídas com materiais doados pelos moradores e comerciantes. Mesmo os terrenos onde estão situadas as unidades policiais foram adquiridos por meio de cessão da prefeitura, através de diálogos do sargento responsável pelo comando do Pel/PM ou Gru/PM com o prefeito. Da mesma forma a construção da unidade conta com a experiência dos policiais que assentaram os tijolos, colocaram os azulejos, organizaram os encanamentos de água e esgoto e cuidaram da fiação elétrica.

Em outros Grupamentos e Pelotões essas características não são encontradas e mesmo ocupando lugares insalubres, os policiais não conseguem ajuda dos moradores para construção de unidades próprias e com melhores acomodações para o trabalho. Bem como, alguns dos comandantes – sargentos - dessas unidades não se responsabilizam por melhorias, dizendo que é dever do Estado e da PM promoverem a construção das unidades de polícia.

Essas características observadas no Batalhão informam para a interação dos policiais junto à comunidade. Ao colaborar com a polícia na construção de suas unidades a comunidade reconhece a necessidade do trabalho policial, bem como demonstra a capacidade de gerenciamento do comando geralmente expressos na figura do sargento na condução da polícia local. Da mesma maneira que confirmam uma espécie de ingerência quando as unidades policiais padecem da falta de estrutura e não obtém uma interação próxima a comunidade, revelando conflitos interativos entre o comando da unidade e de seus policiais junto à população.

O Pel/PM com menor infraestrutura para seus policiais fica em uma pequena cidade onde também se localiza um presídio. Ali os policiais se mostravam temerosos, pois nos fins de semana as famílias e amigos dos presidiários tomavam conta da cidade. E como os policiais militares dividiam o espaço para o trabalho com a polícia civil em um local insalubre diziam estarem despreparados para qualquer eventualidade que pudessem envolver distúrbios revoltosos entre os presos, obrigando a uma resposta rápida e efetiva junto à comunidade.

Em um universo de 38 unidades e de policiamento distribuídos em 25 cidades foram constatadas duas unidades que não se enquadravam dentro de critérios elegíveis como salubre segundo os policiais. Nestas unidades não havia banheiros adequados, boa iluminação e os móveis eram velhos, as cadeiras quebradas e o espaço pequeno não permitia circulação de corrente de ar.

A precariedade da estrutura interna em algumas unidades policiais que compõem o Batalhão expressas na falta de móveis, como cadeiras apropriadas, mesas, computadores e iluminação estavam presente em basicamente todas as unidades. Em uma Cia/PM a falta de lâmpadas para auxiliar nos trabalhos de B.O de trânsito demorou três meses para serem trocadas, dificultando o trabalho noturno no atendimento as ocorrências.

Outra característica do Batalhão constatada em certos Grupamentos se refere ao sargento que não autorizava que os soldados tomassem a palavra. Certa vez cheguei a um Gru/PM (F) e o sargento, ao me receber e saber dos meus propósitos, discretamente mandou seu subordinado, um policial obeso, sair para fazer ronda. Somente após a saída do profissional foi que ele conversou comigo sobre a pesquisa.

Com certa desconfiança, disse-me que nada que era imposto pelo Batalhão fazia eco entre os soldados, referindo-se ao programa de emagrecimento realizado na instituição: *“O pessoal inventa esses programas, mas obrigam os policiais com problemas de sobrepeso e obesidade a se enquadrarem. Ninguém faz nada obrigado. O polícia até concorda em se submeter, mas do jeito dele”* sargento de 42 anos e com 23 anos de profissão na Cia/PM (F).

Para o sargento os problemas de saúde dos policiais eram diversos, mas falaria por ele, pois tinha um problema de pele e também muita caspa capilar que persistia há muito tempo, apesar das tentativas de buscar auxílio em vários médicos, inclusive os médicos do Batalhão. Salientou que o tempo destinado aos exercícios não eram, muitas vezes, realizados porque os soldados não se sentiam à vontade em praticá-los devido à falta de tempo com o cumprimento do CPP, e não fazer a obrigação da ronda programada de policiamento poderia colocar o soldado em perigo sob a observação do comando.

Sobre os riscos revelou os mais diversos, desde pedradas nas viaturas durante as ocorrências, xingamentos e ameaças das famílias de autuados, *“jogam urina, paus e pedras na gente ameaçam a família e a casa onde moramos, os riscos também se estendem as estradas vicinais que rodeiam a cidade e são utilizadas pelo tráfico de drogas e coloca os policiais do local em risco de ataques criminosos”*.

Outros sargentos de maneira contrária, quando eu chegava à unidade de policiamento, chamavam seus soldados para que os mesmos viessem conversar comigo e saíam para que pudessem falar à vontade. E alguns até insistiram em gravar entrevistas com seus depoimentos para a pesquisa, sempre enfatizando a necessidade de se olhar para os riscos laborais e os impactos na saúde dos policiais, bem como para as atrocidades que se cometiam no interior da instituição sobre esses profissionais.

Essas nuances informam que os comandos locais dos Pel/PM e Gru/PM conduzem as práticas de seus policiais, seja junto à comunidade ou a estranhos expressados na maneira como controlam a informação. Como nos casos em que os sargentos impediam ou deixavam os policiais tomarem a voz da instituição e revelassem os seus segredos.

Outras demandas que parecem, à primeira vista, fugir das especificidades do trabalho policial se referem à alimentação e cuidados do corpo como risco à saúde, seja com a prática de uma hora de exercícios proposta pelo comando aos profissionais do Batalhão durante as terças e quintas feiras, ou nas práticas cotidianas para alimentação com horários alternados para os policiais conforme a sua inserção na corporação. Essa prática acerca do horário para alimentação mesmo que regulamentadas por decreto se diferenciam entre a Sede, as Companhias, Pelotões e Grupamentos.

Essas particularidades que se manifestam no dia a dia apontam para a explicitação de diferentes modos de atuações dos policiais em relação aos cuidados do corpo e a produção da obesidade. O profissional que trabalha “nos serviços de meio” como também é chamado o serviço administrativo, tem um horário fixado para a alimentação, ao passo que os policiais “nos serviços de fins” o chamado patrulhamento de ruas ficam a mercê dos horários marginais entre as ocorrências e os chamados do COPOM 190.

2.1.1 Descrição mais detida do campo

O estado de São Paulo conta com aproximadamente 90.000 policiais militares, sendo que 9.470 são bombeiros. Os oficiais são 3.777, e 650 deles estão previstos para funções auxiliares como médicos, dentistas, farmacêuticos, veterinários e músicos. No decreto 41.136/1996, o efetivo previsto de praças é de 83.229 integrantes, desses 29.965 são designados para funções auxiliares e 53.364 são praças combatentes (SOUZA, 2009b).

O efetivo do Batalhão está disposto nas seguintes funções conforme estabelece a divisão hierárquica da doutrina da polícia militar:

Quadro 3 – Quadro com as principais funções exercidas no Batalhão

Nível	Posto ou Graduação	Principais Funções Exercidas
Gerencial	Tenente Coronel PM	Comandante
	Major PM	Subcomandante
		Coordenador Operacional
	Capitão PM	Coordenador de Companhia
		Chefe de Seção Operacional
	Oficial QOS	Oficial de Saúde
	Tenente QOPM	Comandante de Pelotão
		Chefe de Seção
Tenente QAOPM	Chefe de Seção de Finanças	
	Chefe de Seção de Administração de Material	
Supervisão	Subtenente PM	Comandante de Grupamento
	Sargento PM	
Operacional	Cabo PM	Supervisor de Grupo de Patrulha

	Soldado PM	Auxiliar de Seção Administrativa
		Policimento

Fonte: Godoi (2012)

A forma de recrutamento dos policiais reforça os sinais de hierarquia constatados desde a origem da instituição, que refletem as ressonâncias dos traços históricos de uma sociedade desigual política e economicamente, onde binários pobres e ricos, brancos e pretos continuam a aferir diferenças sociais (BRETAS, 1997; KANT DE LIMA, 1995; HOLLOWAY, 1997).

Como prestadora de serviços públicos a polícia é regida por normativas que sancionam diretivas para o policiamento em forma de sistema único que visam articular as partes ao todo, ou seja, dinamizar o trabalho de maneira padronizada de forma que alcance todos os seus segmentos humanos. O “Sistema de Gestão da Polícia Militar do Estado de São Paulo – GESPOL” enquanto texto diretor para a prática policial tem presença diária no cotidiano institucional, sendo pronunciado de maneira abreviada nas conversas corriqueiras entre os policiais o texto orienta o trabalho diário e como deve estruturar as ações relacionadas à prática policial (SÃO PAULO, 2010).

A “Diretiva do princípio de Responsabilidade Territorial” regula as atividades de polícia ostensiva com as seguintes divisões regionais: Região de Segurança Pública; sub-região de Segurança Pública; Áreas de Segurança Pública; subáreas de Segurança Pública (SÃO PAULO, 2010, p. 64).

Uma “Região de Segurança Pública”, composta de municípios fronteiriços ou não, equivale às delimitações geográficas do estado e auxilia o planejamento estadual no policiamento de responsabilidade das Polícias Civil e Militar. Estas instituições, por sua vez, operacionalizam suas ações através de outros órgãos instituídos em Delegacias Seccionais (DS), Comandos de Policiamento de Áreas (CPA) e Comando de Policiamento do Interior (CPI), na incumbência de assegurar a vida e manter a ordem nas “Regiões Administrativas” (compostas) de municípios vizinhos em uma “sub-região de Segurança Pública” (SÃO PAULO, 2010, p. 66).

O Comando de Policiamento do Interior (CPI) é o órgão responsável pela preservação da ordem pública nos 606 municípios de interior do estado, totalizando uma área de 240 mil Km². O CPI é dividido em nove Comandos de Policiamento de Área (CPA) que comandam 54 Batalhões de Polícia Militar no Interior (BPM/I), por sua vez, os 54 Batalhões são responsáveis por 211 Cias/PM (SÃO PAULO, 2010).

O Comando de Policiamento Metropolitano (CPM) é o órgão responsável pela prestação de serviços policiais em 38 municípios da grande São Paulo, totalizando 6.500 KM² de área. O CPM está dividido em quatro Comandos de Policiamento de Área (CPA), e estes, em 19 Batalhões de Polícia Militar Metropolitana (BPM/M), responsável por 73 Cia/PM. A PMSP conta além do CPM, com mais 06 órgãos que contribuem para sua administração. O Comando de Policiamento da Capital (CPC), Comando do Corpo de Bombeiros (CCB), o Comando de Policiamento Ambiental (CPA), o Comando de Policiamento Rodoviário (CPR), o Comando de Policiamento de Choque (CPCH), um Grupamento Aéreo e um quadro de Diretorias (SÃO PAULO, 2010).

Para chegar ao Comandante Geral da PMSP, há de se galgar ainda mais três instâncias. O Estado Maior e a Corregedoria, o Subcomandante e o Gabinete do Comandante Geral. A Polícia Militar do Estado de São Paulo é uma instituição que integra a Secretaria de Segurança Pública estadual. Em seu mandato está a prestação de serviços ostensivo/preventivo e planejado a fim de assegurar a ordem e os poderes constituídos aos cidadãos.

Em conformidade à diretiva: “1) Área: corresponde ao território do Batalhão (Btl/PM); 2) subárea: corresponde ao território de uma Companhia (Cia/PM); 3) Setor território de atuação de um conjunto de Patrulhas PM; 4) subsetor território de menor divisão de efetivo operacional que é a Patrulha PM”. Essa adequação em áreas regionais vincula o policial a sua área de policiamento e compatibiliza as suas responsabilizações em consonância ao Cartão de Prioridade de Patrulhamento (CPP). Segundo a diretiva, o policiamento em áreas permite ao policial de rua através do CPP percorrer sua área de abrangência previamente determinada mantendo uma interdependência com o comando (SÃO PAULO, 2010, p. 66).

O CPP demarca os locais, dentro de determinada área em que o policiamento deve ocorrer e compromete os policiais a realizarem suas respectivas tarefas de vigilância e monitoramento. O patrulhamento da área tem dupla responsabilidade, a do policial, que desempenha o turno de vigilância, e a do comando, que deve supervisionar sua ronda investindo sobre a presença física dos soldados nos lugares estabelecidos a priori (SÃO PAULO, 2010; entrevista com soldado na Cia/PM (F)).

A “Área de Segurança Pública”, composta por municípios limítrofes, corresponde a “Regiões de Governo” onde o planejamento da segurança é de responsabilidade das Delegacias Seccionais e dos Batalhões. E a “Subárea de Segurança Pública” compreende um ou mais municípios limítrofes, o planejamento operacional da segurança é realizado com

responsabilidade dos Distritos Policiais (DP) e das Companhias de Polícia (Cia/PM) (SÃO PAULO, 2010).

Em 2008 a Polícia Militar do Estado de São Paulo ampliou o número de Batalhões e Companhias. Após a reestruturação, cada Batalhão ficou em média com aproximadamente 700 policiais. Esse número é considerado adequado para uma gestão de qualidade e, supostamente, permite que cada comandante observe e acompanhe de perto o trabalho de cada policial e organize o planejamento das ações do efetivo junto à população. Para essa reestruturação a PMSP realizou poucas contratações e as patentes de 2º Tenente foram restringidas, em prol ao aumento em número proporcional de vagas para tenentes-coronéis, majores, capitães e 1º tenente (SÃO PAULO, 2008).

A proporcionalidade de policiais para o policiamento da população nos municípios é de aproximadamente 01 policial para cada grupo de 750 habitantes, mas pode oscilar havendo também diferenças numéricas de 01 policial para cada grupo de 1.000 habitantes. Uma cidade de 7.000 habitantes terá uma proporção de 01 policial para 700 (Entrevista com Comandante).

Esses dados são contestados principalmente por policiais de rua, que dizem nunca haver profissionais suficientes para o policiamento da população. *“Os policiais tiram férias, adoecem, faltam ou ficam impossibilitados de fazer trabalho externo por conta de alguma infração ao regulamento disciplinar, desfalcando a equipe que trabalha diuturnamente”*. Muitas vezes o patrulhamento nas viaturas motorizadas (VTR) é realizado de maneira solitária, porque um dos policiais está ausente ou em outra função (entrevista com Soldado com 20 anos de trabalho na Cia/PM (F))⁹.

Os serviços realizados para a população são distribuídos em programas de policiamento motorizado como a Rádio Patrulha (RP) que faz atendimentos de 190 em toda área do Batalhão¹⁰. Cada viatura deve policiar um subsetor já prescrito em sua ronda de atendimento, visando reduzir ao mínimo as ocorrências e o tempo de espera das chamadas. Para esse policiamento a experiência do profissional deve se aproximar dos cinco anos de serviço, exigência que visa atendimento às ocorrências realizadas com serenidade e autoridade (GESPOL, 2010; Entrevista com Comandante).

⁹ Por sua vez o comando se defende dizendo que: *“polícia é um serviço caro para quem paga, e a população paga caro pelo policiamento. E é muito comum as pessoas falarem que é preciso de um maior efetivo policial. O aumento numérico desse contingente populacional geraria mais despesas ao Estado através de impostos, neste sentido o que se tem a fazer é trabalhar com aquilo que existe”*. (Entrevista com Comandante).

¹⁰ As informações sobre a organização dos programas de policiamentos e suas funções foram colhidas em entrevista com Comando do Batalhão e policiais, como também observadas no texto diretivo São Paulo: Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Polícia Militar do Estado de São Paulo. **GESPOL**: Sistema de Gestão da Polícia Militar do Estado de São Paulo. 2. ed. São Paulo, 2010.

O Programa da Ronda Escolar está presente em cidades com população acima de sete mil habitantes, mas mesmo em cidades menores, os policiais se posicionam na entrada das escolas durante o início e término das aulas e também nos intervalos. Esse programa busca orientar e prevenir os delitos, proteger as unidades escolares da rede estadual de ensino e fornecer um nível aceitável de segurança aos estabelecimentos, professores, funcionários, alunos e familiares. Esse patrulhamento é realizado com dois policiais com missão de realizar várias rondas em seu turno nas imediações das escolas designadas. Eles são orientados a fazer contatos com a instituição escolar: direção, professores, alunos e familiares, em busca do estreitamento de relações com a comunidade (SÃO PAULO, 2010; Entrevista com Comandante).

O Programa de Policiamento Integrado, composto por viaturas com 01 profissional nas áreas de maior movimento de pessoas, tem como objetivo ampliar a sensação de segurança pela distribuição do policiamento em pontos estratégicos em que o policial garante, numa viatura, o policiamento ostensivo. O Policial deve sempre estar com seu equipamento de proteção individual completo, evitar ficar de costas para a população, atender ao público evitando conversas longas e fúteis, e em casos de atendimento de ocorrências, cientificar o COPOM-190, aguardar apoio, nunca realizar abordagem em inferioridade numérica, estar sempre desembarcado da RP e atento ao entorno (SÃO PAULO, 2010; Entrevista com Comandante).

O Programa de Força Tática (FT) atua de forma preventiva e repressiva nas ocorrências consideradas mais graves como sequestros, roubos, crime organizado, greves, manifestações públicas, tumultos. A Força Tática reforça o efetivo com armamento e treinamento tático especializado. Este tipo de patrulhamento é realizado com uma viatura de maior porte, seus recursos humanos são compostos por um subtenente ou sargento como encarregado, um cabo ou soldado como motorista e um cabo ou soldado como auxiliar e somente utiliza o quarto homem quando emprega ações de choque (SÃO PAULO, 2010; Entrevista com Comandante).

O Programa da Força Tática (FT) é um programa que se distingue dos demais por seu policiamento específico e diferenciado. Prioriza um maior nível de adiestramento dos profissionais para agir em locais de maior incidência de crimes violentos como assaltos a bancos, sequestros, homicídios, tráfico de drogas, cumprimento de mandados de prisão e escolta de presos. (FORÇA..., 2012).

O Programa da Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas (Rocam) utiliza a agilidade das motocicletas, atuando nos grandes corredores de trânsito, nos cruzamentos e

onde há lentidão e congestionamentos, bem como em áreas de interesse da Segurança Pública. Composta por dois policiais militares em ronda, a Rocam deve patrulhar áreas críticas segundo indicadores de criminalidade e critérios institucionais (SÃO PAULO, 2010; Entrevista com Comandante).

O Programa de Policiamento de Trânsito tem como objetivos reforçar o combate à criminalidade no trânsito, melhorar a sua fluidez, fiscalizar o tráfego de veículos nas ruas, bem como reforçar a fiscalização aos motoristas bêbados ou sem documentação regularizada, além de roubos de veículos e transporte de drogas (SÃO PAULO, 2010).

As outras modalidades de policiamento com cães, no Canil da PM, priorizam as drogas e explosivos, com o uso do faro desenvolvido do cachorro nas blitz descobrem onde estão escondidas as possíveis ameaças. O Policiamento Montado a cavalo também constitui uma dessas modalidades, o intuito dessa forma de policiamento declarado pelo comandante é *“possibilitar uma locomoção onde um veículo motorizado às vezes não consegue entrar como apoio nas situações de choque e conflitos, na cidade Sede do Batalhão a cavalaria também é direcionada ao policiamento da periferia”* (Entrevista com Comandante).

O Batalhão observado desenvolve dois projetos da Polícia Militar no estado: o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), desenvolvido entre estudantes do 5º e 7º ano do ensino público fundamental, o Programa de Jovens Construindo a Cidadania (JCC) e, especificamente o Batalhão desenvolve o Projeto Canarinho¹¹, que é uma escola de futebol voltada para a inclusão social de crianças e adolescentes, em consonância com as orientações da PMSP.

Todas as necessidades desse Batalhão são supridas pelos policiais que nele atuam. Aversa ao público externo, a polícia quando necessita de reparos na pintura das paredes, ou reformas na construção das unidades de polícia são os próprios policiais da instituição que realizam a tarefa. O Batalhão visa à autossuficiência, seja com consertos internos em seus veículos, no conserto de seus computadores e material de telecomunicações. Há policiais pedreiros, marceneiros, encanadores, eletricitas e cozinheiros na tropa. Essa premissa não invalida o uso de mão de obra externa em alguns Gru/SP, que usam profissionais cedidos pelas prefeituras das cidades, ou profissionais terceirizados que participam de licitações para prestarem serviços a PM.

A Sede do Batalhão, como seção administrativa, conta com um conjunto de oficiais e soldados de todas as graduações e postos distribuídos em seções, para cuidar dos trabalhos

¹¹ Esse projeto oferecido ao Batalhão teve seu título modificado para que se preserve o local do Batalhão.

administrativos do serviço interno. Os soldados que são designados ao trabalho administrativo podem estar afastados do trabalho de rua por alguma limitação física, como também podem ser especializados em determinadas funções, mecânica, eletricista, técnico em informática, carpinteiro e pedreiro. Podem também ser indicação de superiores oficiais ou estar cumprindo alguma sanção disciplinar por faltas cometidas. O trabalho administrativo não impede escala extra para o trabalho de rua.

A Sede também abriga a Unidade Intensiva de Saúde (UIS), com repartições médicas, odontológicas e psicológicas. Este local é referência a todos os policiais que necessitam de tratamento médico ou afastamentos temporários por motivos de doenças. Somente o médico da instituição pode ou não autorizar os afastamentos do trabalho, mesmo que haja indicações de outro médico que não seja os da instituição. Todos os profissionais que realizam os trabalhos na unidade de saúde são policiais de diferentes graduações e postos, e seus uniformes são sobrepostos por avental branco.

Existem também as seções responsáveis por organizar a rotina diária do policial providenciando as tarefas e possibilitando o andamento institucional. Segundo informações de um policial na Sede do Batalhão, segue-se a nomenclatura do Exército (E1, E2...), e da mesma forma as seções são identificadas como Polícia 1 (P1), Polícia 2 (P2) e assim sucessivamente revela um policial ao me explicar sobre as seções interna na sede do Batalhão.

P1 – Seção responsável pelo Departamento de Pessoal da Polícia Militar, dentro de cada Batalhão, Companhias, Pelotões e Grupamentos. Responsabiliza-se, pelas férias, pagamentos e direitos dos policiais seguindo a regulamentação trabalhista. Sua importância estratégica se refere ao planejamento das escalas do trabalho diário do policial. Nos Pelotões e Grupamentos não há esse tipo de seção, o trabalho fica a cargo do sargento ou de outro policial que cuida de enviar as Companhias os relatórios das presenças, faltas e escalas da sua unidade.

P2 – Seção do serviço de Inteligência da Polícia Militar, o trabalho executado nesta seção esta relacionado às investigações de policiais a paisana executando serviços de policiamento secreto junto ao crime organizado dentro da sociedade civil, contribuindo na ajuda aos flagrantes efetuados pelas equipes do operacional (policiais da rua) esse agente também tem por função investigar a conduta do policial militar visando à incidência de crimes por policiais¹².

¹² Esses soldados em algumas Cias/PM, Pel/PM e Gru/PM são observados com cautela devido a essa função de investigar seus companheiros de trabalho, em muitos locais são hostilizados de maneira velada pelos policiais.

P3 – Seção responsável pelo Planejamento Estratégico da Polícia Militar. Neste local se discutem as estratégias para serem utilizadas nos programas de policiamento e a logística dos procedimentos táticos das atividades policiais diárias, bem como, as estratégias para ação em grandes eventos, ou manifestações populares. Nesta seção é definido o planejamento do policiamento, colocando as viaturas e os policiais em locais estratégicos visando aumentar a sensação de segurança, e também contabiliza os índices de criminalidade observando as áreas de maior contingência e as ações que devem balizar a intervenção¹³.

P4 – Seção de Logística da Polícia Militar – o almoxarifado - é responsável pela distribuição de equipamentos e materiais, cuida das viaturas, armamento e munições, fardamento e insumos de consumo diário, e todos os suplementos necessários para manter o trabalho policial.

P5 – Seção de relações Públicas da Polícia Militar. Cuida das relações entre o público e a população e dos eventos promocionais da instituição.

SJD – Seção de Justiça e Disciplina – responsável pela instalação dos processos de desvios de conduta do policial que se envolvem em demandas processuais, relativos aos direitos constitucionais, militares ou administrativos local da famosa “pasta azul” – em referência a cor da pasta que armazenam os processos disciplinares internos.

GT – O Gabinete de Treinamento – Local onde é escalado o efetivo de policiais que passarão pelo Estágio de Atualização Profissional o (EAP), realizado durante o mês de nascimento do policial, bem como a definição dos instrutores e os conteúdos a serem ministrados durante o curso. Todos os policiais inclusive os do administrativo devem passar pelo EAP realizado uma vez por ano. Com o intuito de observar e intervir com procedimentos atualizados aos policiais durante ações na rua, no curso se desenvolvem aulas teóricas e práticas sobre direito penal com o objetivo de viabilizar uma melhor prestação de serviços aos cidadãos respeitando seus direitos, também ocorrem os Testes de Aptidão Física (TAF), e as aulas de prática de tiros.

Ainda na estrutura física da Sede, se localiza a Motomecanização (Motomec) que realiza reparos nas viaturas de todo o Batalhão, a Cavalaria, o Setor de Informática (Infotec) responsável por cuidar da manutenção de todos os aparelhos eletrônicos da instituição, o

¹³ Aqui vale um adendo complementar e significativo da prática do P3. As equipes do Batalhão que não cumprem o Cartão Prioridade de Policiamento (CPP) com rondas divididas por toda cidade, colaboram através de um programa de policiamento de apoio e patrulhamento das Áreas de Interesse de Segurança Pública (AISP), definidas mensalmente em conjunto com os comandantes organizam tabelas demonstrativas das incidências de crimes em determinada área da cidade. Da mesma forma que semanalmente é realizado a Reunião de Análise Crítica (RAC), que igualmente define as áreas críticas de ocorrências de crimes em menor escala temporal dando um norte as operações que possam minimizar as ocorrências criminais. Conforme a prioridade da necessidade de intervenção as RACs são antecipadas por telefone, na busca de aperfeiçoar o atendimento policial maximizando seu planejamento operacional no atendimento do aqui e agora emergencial (SÃO PAULO, 2010).

COPOM ON LINE responsável pelo atendimento 190, a Cozinha e refeitórios, e a Guarda que cuida da vigilância diuturna do local. Cada seção tem um oficial que comanda seguido de um sargento, cabo e soldado conforme estipula a hierarquia profissional. Em relação às Companhias sua estrutura é igual ao do Batalhão, mas não há o P2, Copom, a Infotec ou Motomec que são serviços prestados na Sede para todas as unidades policiais que compõem o Batalhão.

As Cias/PM funcionam como componentes do conjunto Sede, mas como unidade menor uma subunidade como especifica o Gespol (SÃO PAULO, 2010) tem como comandante um capitão, sua capacidade operacional e suas subdivisões se estruturam como equivalente, em menores proporções em relação à Sede do Batalhão. Nas Cias/PM os profissionais do trabalho interno administrativo também são alocados através de suas especialidades, capacidades ou estão afastados de suas funções de policiamento de rua. Ou são policiais com bom relacionamento com o comando, esses policiais alocados no serviço interno são chamados de “peixe”, e quanto maior for sua influência junto ao comando aumenta sua hierarquia no “aquário” como são denominados os locais para os serviços internos esses policiais passam veladamente a serem chamados de “tubarão”.

Os Pel/PM são componentes das Cia/PM, possui unidades setoriais menores e têm em seu comando um oficial tenente, os Gru/PM, que, por sua vez, se assemelham aos Pel/PM, recebe o comando de um sargento e não realizam trabalhos internos, essa função é repassada as Cia/PM. No Batalhão observado, os comandos dos Pelotões e Grupamentos ficam geralmente a cargo do gerenciamento dos sargentos. Segundo o Comandante do Batalhão *“não há oficiais suficientes para suprir a demanda de Comando nas subdivisões”*. Em cada Pel/PM e Gru/PM os números de policiais oscilam entre 07 e 09 para o policiamento de 24 horas com trocas de turno.

Em 25 cidades com números populacionais distintos o Batalhão está avaliado como eficiente frente às constatações do baixo índice de criminalidade na sua área de atuação. Segundo Godoi (2012), a baixa incidência de criminalidade é resultado da concordância entre o Batalhão e as diretivas do GESPOL incentivadas com a iniciativa da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que em busca de uma gestão de qualidade adotou as especificações da Fundação Nacional de Qualidade (FNQ) como fundamento prático para o policiamento (GODOI, 2012).

As nomeações das estruturas físicas também chamavam a atenção, sempre ouvia a denominação “Polícia 190” como referência as instalações policiais. E ao chegar a uma Cia/PM, Pel/PM, ou Gru/PM observava na fachada principal da instalação a referência no

leiteiro de identificação do prédio: “Polícia 190”. Mas o que significava 190? “*Uma unidade de polícia*” me diziam os policiais revelando uma compreensão concatenada pela experiência do trabalho.

Mas, a dinâmica do 190 é totalmente digitalizada e sua operacionalidade é mediada por um software desenvolvido pela polícia. Uma máquina de vigilância que guia o escopo para a ação policial e corrobora com gestão sistêmica da PMSP. Sua base permite monitorar e direcionar as patrulhas a distância quando a polícia é acionada pela população¹⁴. A população, por sua vez, é orientada para telefonar ao 190 e chamar a polícia, caso existam conflitos a serem minimizados com a intervenção policial.

Essa mediação entre ocorrências de caráter emergencial e tecnologia de controle dos riscos é realizada pelo Centro de Operações da Polícia Militar - COPOM-ON LINE, que ao receber o chamamento (190) por segurança intercepta à viatura, ou viaturas conforme a gravidade da ocorrência que estejam próximas à área de requisição pela polícia.

Essa maneira de administrar as chamadas pela polícia visa, sobretudo, formas de maximizar o controle dos profissionais que estão nas proximidades do local fazendo sua ronda diária e obrigatória programada pelo Cartão de Prioridade de Policiamento (CPP), que determina os locais onde a cada meia hora deve estar uma viatura da polícia fazendo patrulhamento da área estabelecida. Da mesma maneira é realizada uma forma de governo de sua população de profissionais, todas as viaturas estão conectadas com o COPOM através de um sistema GPS que indica onde está a patrulha e se está em conformidade com o CPP e o horário estabelecido pelo cartão¹⁵.

Outra especificidade dessa forma de monitoramento realizado através do COPOM ON LINE é a realização de mapas de incidência de chamamentos pelo 190, com essa organização de mapas é possível visualizar qual área da cidade está com maior probabilidade de ocorrências criminais, ou distúrbios que perturbam a ordem pública¹⁶.

No ato de chamar a polícia se observa a especificidade do COPOM, enquanto forma de condução das práticas interventivas da polícia, entre a solicitação do cidadão para realização do policiamento em tempo real ocorre à *interdependência* entre a polícia os

¹⁴ Essa plataforma de gerenciamento também é responsável pela padronização das operações e atua como meio de aumentar os conhecimentos dos policiais, através de cursos on-line ou em vídeos permitindo a propagação do conhecimento das especificidades da profissão à distância.

¹⁵ Para uma descrição pormenorizada do COMON-ON-LINE ver: GRAEFF (2006, p. 95 e seguintes).

¹⁶ A *interdependência* enquanto uma “metodologia orienta os gestores para a realização mensal de uma Reunião de Análise Crítica (RAC), classificada como nível I, que envolve os gestores territoriais de um Batalhão PM para processar análise dos indicadores criminais e operacionais. De posse do diagnóstico, o passo seguinte é definir as Áreas de Interesse de Segurança Pública (AISP) e, por fim, elaborar o Cartão Prioridade de Policiamento (CPP), a ser entregue a cada uma das patrulhas PM que atuam no setor territorial”. Durante a reunião se dá o uso da metodologia de desenvolvimento com o “ciclo PDCL (Plan – planejar; Do – executar, Check – verificar, e Learning - aprendizagem) da atividade profissional, com o uso do software em diversas demandas institucionais.” (SÃO PAULO, 2010, p.73).

policiais e a sociedade direcionando, onde deve ser realizada a atuação do policial para dissolução de contendas ou outras prestações de serviços assistenciais.

A interdependência, conforme constam as diretrizes do GESPOL para o policiamento no estado, também pode ser observada na interação entre a sociedade a instituição e os policiais. Como forma de governo dos riscos esse mecanismo de relacionamento entre a instituição e a sociedade diminui a distância entre a polícia e o cidadão, que participa do governo social com a sua vigilância, muitas vezes de forma anônima, reorganizando o devir e mudando os índices estatísticos, acerca da segurança, saúde e da qualidade de vida social, corroborando com a moderna forma de gestão da vida, seja denunciando ou calando-se.

2.2 Descrição dos problemas do corpo e dos programas de controle do peso

As atividades policiais aumentam o desgaste físico causando envelhecimento precoce e predispondo a doenças degenerativas que se propagam com o avanço da idade (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008). Em contabilização interna foram constatados que no Batalhão parte dos trabalhadores estão nessa faixa etária, isto é, acima de quarenta anos de idade e média de dezoito anos de tempo de serviço. Corroborando para os impactos das experiências laborais cotidianas e aumentando as expectativas dos riscos subjetivados.

Quadro 4 - Média de idade entre os profissionais do Btl/PM

Item	Oficiais	Subten/Sar g	Cb/Sd	Geral
Media de idade (anos)	40,3	44,0	39,7	40,4
Tempo médio de serviço (anos)	18	23	16	18

Fonte: Godoi (2012).

Segundo Minayo, Souza e Constantino (2008, p. 213), essa variante de idade atua como fator preponderante para o aumento de agravos a saúde, bem como a predisposição para manifestação de comportamentos dissonantes, “como alcoolismo, jogatina, comportamento agressivo, maior exposição a acidentes, ansiedade, insônia, hipervigilância, sintomas de estresse pós-traumático, episódios de explosão emocional e dores crônicas”. Essas

especificidades da profissão convergem para os danos à saúde com consequências para o convívio social e colabora com o aumento de peso e a baixa inatividade física.

A pesquisa em busca de determinantes epidemiológicas para prevalência de fatores de risco para doenças cardiovasculares, realizada com a população do Batalhão por Calamita (2007) descreve o perfil de saúde dessa população de profissionais. Foram analisados aproximadamente 900 policiais, por meio da extração de dados obtidos em fichas de inspeção anual de saúde preenchida com dados dos policiais no ano de 2006, durante a realização do Teste de Aptidão Física (TAF). Foram encontradas as seguintes prevalências dos fatores analisados: 13% para o tabagismo, 39% para as dislipidemias, 3% para o diabetes mellitus, 5,3% para a hipertensão arterial, 38% para antecedentes familiares de doenças cardiovasculares, 18% para a obesidade e 16% para inatividade física; a prevalência do stress foi constatada em 48% dos policiais (CALAMITA, 2007, p. 46).

O TAF realizado anualmente é “*esperado com certa ansiedade pelos policiais*” segundo médico da instituição, este exame é composto de exercícios de resistência e mensurações corporais através de corridas de velocidade, barra de flexões, medidas do peso, e auscultação do coração, indica a disposição física do soldado avaliado, e se sua condição física é compatível com o exercício de trabalho policial nas ruas ou administrativo. Como um passaporte esse exame atua como uma normativa do corpo saudável, fazendo parte do prontuário do soldado desde a sua iniciação institucional. Muitas vezes em campo ouvia “*eu nunca repeti um TAF*” ou “*está tudo certo com o meu TAF*” os policiais com excesso de peso eram os que mais se defendiam em relação ao TAF endossando que o exame confirmava boa saúde.

Neste apontamento realizado por Calamita (2007), a pesquisa epidemiológica acerca dos fatores associados aos riscos coronários identificou que 68% da tropa do Batalhão verificavam-se com peso acima do desejado em relação aos critérios adotados pelo IMC como mensurador da massa corporal. As prevalências de IMC igual ou maior ao grau 30 revelaram uma porcentagem de obesidade em 18% dos policiais, e um percentual de 50% de IMC igual ou acima do grau 25 constatando sobrepeso em metade da tropa (CALAMITA, 2007, p. 46).

A pesquisa revelou outro dado associado à corporalidade em seus padrões métricos tangenciados pelo IMC e a idade dos policiais alocados no Batalhão. Calamita (2007, p. 47) constata que 62% de policiais com idade abaixo de 35 anos estavam com o peso corporal acima do recomendado, e os policiais que estavam acima de 35 anos de idade apresentavam uma porcentagem numérica de 72% no peso acima do recomendado pelo IMC.

Essa amostra representativa do Batalhão faz duas importantes observações. A primeira, sobre o conjunto da população de seus profissionais e sugere a realidade da corporalidade desses policiais em relação ao IMC identificado como sobrepeso ou obesidade. A segunda faz referência à idade como um critério avaliativo para os 912 policiais avaliados com idade que variavam entre 23 e 56 anos, sendo a idade média dessa população de 36,7 anos e contabilizando que 36% desses policiais estavam com idade abaixo de 35 anos (CALAMITA, 2007. p. 46).

A pesquisa realizada por Calamita (2007) estabelece o critério de idade como meio de identificação de doenças epidemiológicas e constata as diferenças entre os resultados coletados acima e abaixo desse critério de observação. A porcentagem de policiais acima da idade de corte para apreciação dos resultados da pesquisa realizada por Calamita (2007) em busca de prevalências epidemiológicas sobre fatores de risco para doenças cardiovasculares indica que a idade de 35 anos, no Batalhão observado, pode ser reconhecida como representativa a essa população de policiais, pois indica através dos resultados obtidos as diferenças de saúde entre os policiais acima e abaixo desse critério de identificação, bem como que o corpo do policial inicia seu processo de desgaste neste período, após certo tempo de trabalho na instituição.

O estresse foi outro fator constado entre os policiais que participaram da pesquisa, e igualmente interessante foi a forma utilizada por Calamita (2007, p. 47), ao extrair respostas condizentes para saber sobre o estresse entre policiais no Batalhão. As mensurações da pesquisa foram realizadas com duas amostras (para respostas simples e direta “você se considera estressado?”): primeiro com a identificação do soldado e a segunda sem a identificação. A primeira amostra identificou que 48% dos policiais que compunham o Batalhão estavam estressados. Nesta mensuração observou-se que a porcentagem de policiais com idade inferior a 35 anos era de 42%, da mesma maneira que o índice se elevava com policiais acima de 35 anos a porcentagem de 51%.

A precaução em realizar as duas amostras se ocorreu devido ao caráter institucional da pesquisa, os policiais ao nomearem os depoimentos estariam se identificando para o comando. Bem como, o preconceito velado em relação aos problemas mentais que envolvem os policiais expressos com o famoso “13”, que identifica o problema mental relacionando ao Artigo 13 do Código Penal¹⁷ rótulo temido que, por sua vez, força os policiais a se adequarem

¹⁷ Art. 13 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40 - CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940. Art. 13 - O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984).

a situações de extrema submissão para não ser enquadrado como louco, ou simplesmente “13” na linguagem policial corriqueira.

Essa identificação quando adere ao policial induz a práticas de reconhecimento institucional que obnubilam os meios para sua expressão como policial alicerçado na imagem da razão, para um sem razão que pode tanto ferir-se como ferir a alguém colocando em risco as prerrogativas institucionais alicerçadas na promoção da ordem. Categoria que inclusive se coloca ao obeso “*aquele Nhonho*”¹⁸, por isso que *esta daquele jeito gordo*” como disse certa vez a uma policial feminina ao se referir à forma de alimentação e ao gosto alimentar de um policial na Cia/PM (C). A precaução do pesquisador, sobre os fatores de risco coronários na instituição, também corrobora com os aspectos do depoimento em *off* que encontrei na área do Batalhão e a recusa do policial em se identificar.

Desta forma Calamita (2007, p. 48) realizou para a segunda rodada amostral, as perguntas em um subgrupo de centro e cinquenta policiais de ambos os sexos e idades distintas, mas sem a identificação dos nomes o resultado foi que 70% desse grupo amostral estavam com problemas de estresses. Essa enquête revelou ainda que na gênese do estresse estavam os problemas de ordens financeiras (36%), dificuldades no serviço (28%), problemas conjugais (14%), problemas familiares (8%), outros problemas não especificados (14%). Ao estratificar o conjunto em grupos através do corte de idade inferior e superior a 35 anos de idade, a pesquisa demonstrou que existe a mesma prevalência de estresse entre os dois grupos (70%), mas constatou uma pequena variação na causa do estresse entre os dois grupos inferior e superior aos 35 anos, o primeiro grupo revelava uma incidência de 42% de policiais estressados e o segundo uma prevalência de 51%.

Os fatores conjugais foram diferentes em ambos os grupos, 17% entre os que estavam abaixo dos 35 anos, e 14% entre policiais com idade superior a 35 anos. A vida financeira e os problemas econômicos prevaleceram com uma porcentagem de 33% entre os policiais abaixo de 35 anos, e 36% acima de 35 anos. Os problemas de trabalho aparecem em maior prevalência entre policiais que estão abaixo de trinta e cinco anos 30% e 27% em policiais acima de 35 anos (CALAMITA, 2007). Há de se salientar que a porcentagem de 70% de estressados apurados com forma de mensuração sem identificação revela-se tão alto quanto ao sobrepeso e obesidade que somados indicam um percentual de 68% no total do Batalhão.

O critério de idade adotado na pesquisa sobre fatores de riscos cardiovasculares revela uma pequena margem que diferenciam IMC entre os números de policiais abaixo de 35 anos e acima dessa faixa etária, os policiais mais velhos apresentaram uma porcentagem de 10% de

¹⁸ “Nhonho” garoto obeso personagem do seriado infantil Chaves. “Nhonho” pode ser também sinônimo de bobalhão.

obesidade em relação os policiais mais jovens. Essa curva relacionada ao sobrepeso que se acentua entre os policiais mais velhos sugere a diferença do aumento do desgaste do corpo, e também que a obesidade age em todas as faixas etárias do policial, mas que, sobretudo se acentua em uma camada de profissionais acima da faixa etária escolhida como critério de observação do estudo realizado em âmbito institucional.

2.2.1 Práticas interventivas e manipulação do corpo do policial

A pesquisa em busca de fatores de risco cardiovasculares entre a tropa serviu de parâmetro para políticas institucionais de cuidados com o corpo e saúde, intervindo sobre a redução da massa de gordura corporal dos policiais alocados na unidade observada. Os dados revelados sobre a alta porcentagem de obesos, sobrepesos que somados atingiam a média de 68% da tropa balizou a intervenção com o “Programa de Saúde e Qualidade de Vida: Desafio da Tonelada” apresentado e realizado pelo comando entre 2010 e 2011 com 726 policiais, como forma de combate ao excesso de peso e ao sedentarismo no Batalhão, bem como no combate aos fatores de riscos a doenças coronarianas, incidências de diabetes, e problemas ortopédicos.

A proposta vinculou-se às políticas públicas de gerenciamento institucional em conformidade ao Planejamento Estratégico da Unidade em consonância com os Planos Plurianuais do Governo Federal, que visam aperfeiçoar as práticas institucionais de governo estadual e municipal e dos recursos financeiros que, por sua vez, deve ser antecipado prevenindo os riscos e desperdícios no uso da verba. Os artigos 165 e 174 da Constituição Federal¹⁹ regulam as diretrizes do plano plurianual, e determinam aos governos planejarem seus gastos e suas estratégias de ação sobre as demandas a serem minimizadas, a exemplo dos projetos de saneamentos básicos no intuito de agir sobre a produção da saúde da população (BRASIL, 1988).

Nesta prática operacionalizada pelo comando do Batalhão captam-se recursos do governo federal para investir em programas que visem à redução dos impactos em saúde com a intervenção de ações profiláticas. Ou seja, o investimento do governo federal foi captado e investido como meio de correções individuais para a normalização das premissas observadas em relação a população de policiais obesos e com sobrepesos. Essa prática interventiva com um programa de redução de peso e controle da obesidade buscou incidir sobre os resultados

¹⁹ Constituição Federal - Seção II – Dos Orçamentos. O artigo 165. Leis de iniciativa do poder executivo estabelecerão: I – o plano plurianual; II – as diretrizes orçamentárias; III – os orçamentos anuais.

da pesquisa realizada acerca dos riscos de doenças coronarianas, intervindo sobre o corpo do policial e alterando sua corporalidade.

Mas, o importante é visualizar a interação no governo dos corpos através de regulações na produção do corpo que podem ser descritas da seguinte maneira: uma diretriz financeira, formulada em nível macro do governo (federal) emite normas para financiar investimentos ao cidadão em seu corpo em um nível microscópico, outra diretriz: a pesquisa sobre a prevalência de riscos coronários realizada com policiais alocados no Batalhão, que de rebote constatou obesidade e sobrepeso, e as medidas adotadas pelos comandantes com um programa de redução de peso, para intervir sobre o sobrepeso e a obesidade enquanto fator de risco a doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), presente em 68% da população do Batalhão. Essas medidas são práticas políticas localizadas que refletem os ensejos dos investimentos em saúde do governo federal como norma geral, e refletem uma pedagogia política que circula do governo para o governado e desse para o governo revelando a dinâmica da biopolítica conforme enfatiza Foucault²⁰ (2008b, p. 126).

Com a realização da pesquisa sobre riscos coronarianos e a descoberta da realidade institucional acerca da obesidade o Batalhão formulou o “Programa de Saúde e Qualidade de Vida: Desafio da Tonelada”. Com objetivos pautados na gestão estratégica governamental, através do Plano Plurianual (PPA), o programa de redução de peso foi balizado dentro das táticas orientadoras propostas para a segurança pública, especificamente a estratégia do PPA de número 03 que visa o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública para o aprimoramento dos serviços de policiamento preventivo a população. Buscando melhorias do emprego dos recursos humanos e materiais da polícia fardada, visando reduzir os índices de criminalidade e aumentando a sensação de segurança do cidadão. Bem como, estabelecendo ações para a redução dos números de armas ilegais em circulação no país.

Essa estratégia alia-se a outra de número 08 que busca a capacitação

²⁰ Na arte de governar existe uma continuidade ascendente e descendente do poder entre o príncipe e o súdito e não uma descontinuidade que faz do príncipe uma entidade isolada que irradia poder. Há uma pedagogia de como convém se conduzir. O governo de si, da família e dos outros configura a ascendência do poder. A continuidade descendente refere-se ao modelo de administração do Estado para os súditos, um Estado bem governado é exemplo para os súditos governarem bem a sua família, suas casas, suas propriedades e riquezas, bem como os indivíduos se dirigem como convém. “Essa linha descendente, que faz o bom governo do Estado repercutir na conduta dos indivíduos ou na gestão das famílias” é chamada de polícia durante os séculos XVI e XVIII, e têm em seu núcleo a “economia política” como peça que dinamiza o governo, tanto para a pedagogia do príncipe como para a polícia no governo da família. “A pedagogia do príncipe assegura a continuidade ascendente das formas de governo, e a polícia, sua continuidade descendente”. Esta comunhão entre o governo ascendente e o descendente permitirá uma projeção de como a “família deve ser administrada em relação a sua economia”. O Estado deve exercer sobre os habitantes a direção da conduta através da vigilância e de controle tal qual o pai de família exerce sobre seus bens. Essas precauções do século XVI no que tange a pedagogia do governo através do campo da economia será o pontapé para uma observação dos modos que a economia será utilizada no século XVIII, e seus desdobramentos que firmarão os processos de governo moderno. Ver Michel Foucault. Segurança, território e população. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. (p. 125, 126).

e valorização dos policiais: promover a educação continuada dos policiais por meio da academia de Polícia Civil, Militar e Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento de Bombeiros, promovendo cursos, inclusive integrados, entre as instituições policiais, treinamentos, estágios, seminários, palestras visitas de estudos, tanto internamente quanto em outras organizações nacionais e internacionais, e dinamizar a educação profissional à distância. (SÃO PAULO, 2008, p. 69, 81).

Segundo relatório institucional do Batalhão:

A Polícia Militar, sempre se pautando pela modernização de sua gestão, visando a atingir resultados cada vez melhores, transcreveu seu planejamento estratégico para o período de 2008 a 2011, alinhado a sua postura gerencial aos direcionamentos governamentais e ao Plano Plurianual – PPA referente ao mesmo lapso temporal. No tocante à Estratégia Gestão de Formação “treinamento de desenvolvimento constante”, [...], o programa de treinamento voltado para o exercício de atividades físicas, visando ao bem estar do policial e a redução de absenteísmo”. E no contexto, em “relação à estratégia de Gestão de Saúde, [...] definiu a importância da medicina preventiva e curativa nos aspectos psicobiossociais, reduzindo-se o absenteísmo por meio de atendimentos em nível primário, secundário e terciário, possibilitando minimizar os afastamentos do efetivo ativo em prol de maximizar o emprego no policiamento ostensivo, e no subitem “e” a importância de manter o efetivo policial militar territorial apto para a atividade operacional. (GODOI, 2012, p. 08).

Seguem também as Diretrizes da Gestão Operacional da Instituição, previstas no Planejamento Estratégico da Polícia Militar do Estado de São Paulo 2008 – 2011 que estabelecem as maneiras para atender aos seguintes objetivos: “valorização profissional e humana do policial militar; preocupação constante com a imagem institucional; autoestima do policial militar; imagem pública do policial militar; postura e desempenho profissional do policial militar.” (GODOI, 2012, p.11).

Essa interação entre o governo municipal e o governo estadual aponta para estratégias de governo em âmbito federal, e reafirma o regime burocrático racional-legal de governo existente no país desde a década de 30, do século XX. A partir desta data a forma de governo no país se alia a prática secular do clientelismo, e a outras três instituições, o corporativismo, o insulamento burocrático e o universalismo de procedimentos, para compor as relações entre o Estado e a sociedade na construção do Estado Nacional aliado a uma crescente industrialização (PEREIRA, 1997).

Esses quatro procedimentos se inter-relacionam e dão a tônica da governamentalidade no país, e dependendo da época uma das instituições se sobressaem para mediar às relações políticas. O clientelismo é a herança secular que persiste como meio para lidar com os políticos e também um comportamento esperado pelos seus eleitores, o “insulamento

burocrático é a estratégia por excelência das elites para driblar a arena controlada pelos partidos políticos”, os procedimentos universalistas por sua vez, durante esse período revelam seus impactos irracionais na política até meados da década de 80 no país (PEREIRA, 1997, p. 28).

Em 1995, a proposta de reforma administrativa que permitisse a transição da administração pública burocrática para a administração pública gerencial foi colocada em pauta no país. E com a democracia restaurada o universalismo de procedimentos passa a se destacar, o clientelismo embora praticado, é depreciado em termos de valor, o corporativismo perde força como forma de organização da sociedade intermediada pelo Estado, e se abriga na estratégia de determinados grupos sociais em busca de defender seus interesses. O insulamento burocrático, por sua vez, passa a ser considerado como antidemocrático.

Lentamente o Estado brasileiro passa a regular e financiar suas ações ao invés de executá-las. Essa estratégia aponta para as “agências autônomas” e as “organizações sociais” (ONG) em busca de um critério administrativo voltado para resultados. Essa forma de governo do Estado brasileiro foge da característica do insulamento burocrático, pois se organiza através de uma alta tecnocracia situada no núcleo estratégico do Estado. Essa forma de governo, após a reforma administrativa de 1995, vislumbrará uma maior responsabilização (*accountability*), onde o controle das ações firmadas vai além dos contratos situados no núcleo estratégico da tecnocracia gerencial, alinhando-se com mecanismos de participação social, onde os cidadãos possam participar de maneira ativa na gestão e no controle dos serviços realizados pelo Estado (PEREIRA, 1997).

A prática efetiva do programa de redução de peso no Batalhão iniciou-se com a mensuração da cintura abdominal em 2010, nas reuniões do Estágio de Aperfeiçoamento Profissional (EAP), quando os policiais militares durante o mês de aniversário se reúnem para o estágio anual com duração de uma semana e quarenta horas de curso presencial (GODOI, 2012). Os treinamentos anuais contidos no EAP se destinam a requalificação profissional para o exercício das atividades cotidianas habituais, propiciando constante revitalização do conhecimento com técnicas para o aperfeiçoamento das habilidades que visam a “correção das atitudes e reforço dos valores morais, sociais e comportamentos adequados.” (SÃO PAULO, 2010, p. 53).

Os objetivos do programa de redução de peso do Batalhão buscaram minimizar os impactos do cotidiano institucional na redução dos números de afastamentos e das faltas diárias no trabalho, que impedem os policiais de exercerem as atividades operacionais, ao

atuar sobre o condicionamento físico do policial em busca de um melhor desempenho e controle de sua saúde. Assim como, interferir sobre a imagem “do policial fardado e a representação de credibilidade e de disposição que esse aspecto deveria representar, pois é notório que o sobrepeso e a obesidade influenciam negativamente nesse sentido” (GODOI, 2012, p. 12).

As diretrizes que organizaram a intervenção do programa de redução de peso do Batalhão se dividiram em 04 eixos:

- Estruturação de um local para treinamento físico, com aparelhos de desenvolvimento do potencial cardiorrespiratório que possibilitassem a sua utilização por portadores de lesões na coluna ou joelho, principalmente aparelhos de fortalecimento da musculatura estabilizadora do joelho e aparelhos que possibilitassem o fortalecimento muscular para todas as articulações;
- Instrução sobre síndrome metabólica, hábitos saudáveis de alimentação e atividade física com um programa básico de condicionamento cardiorrespiratório, com desenvolvimento da resistência muscular localizada por meio de um trabalho com peso (musculação), desenvolvida em quatro aulas durante o EAP;
- A adoção de uma sistemática que conduzisse todos os policiais militares a realizarem, durante o horário de serviço, pelo menos uma hora e meia de atividade física por semana, sem prejuízo da atividade operacional;
- A prescrição médica de atividade física com orientação para pessoas que não a realizavam, porém necessitavam dela para prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida, principalmente em razão de problemas de sobrepeso e obesidade, problemas ortopédicos e dificuldades emocionais, sendo essa prática supervisionada e controlada pelo Major Médico, do Batalhão (GODOI, 2012, p. 13).

Para atender as necessidades práticas do programa de redução de peso o comando do Batalhão articulou-se com empresas privadas, adquirindo aparelhos para exercícios físicos no valor de (29.135,00) reais, e associações com academias de ginásticas que permitissem a intervenção sobre o corpo do institucionalizado e assim reduzir a sua massa corporal.

Com o incentivo da parceria da “Empresa Brudden Equipamentos LTDA” responsável pela fabricação dos aparelhos de ginástica da marca *Moviment*, reativou o Núcleo de Treinamento Físico do Batalhão na Sede da unidade responsável por atender 63% do efetivo da área com: três esteiras ergométricas de última geração; duas bicicletas ergométricas, sendo uma delas com apoio dorsal para a realização do exercício com correção de postura; um aparelho elíptico para permitir o movimento de marcha com sobrecarga e sem incidência de impacto (uma alternativa para portadores de lesão no joelho e na coluna vertebral), um aparelho extensor de joelho; um aparelho flexor de joelho (GODOI, 2012).

Quatro das maiores cidades que compõem o Batalhão possibilitaram acesso para o preparo e manutenção das atividades físicas, com aparelhos de ginástica em suas unidades de polícia, nos demais municípios o Batalhão estabeleceu sem custos adicionais aos policiais parcerias com academias de ginásticas profissionais para a realização dos treinamentos propostos. Essa maneira de associar a empresas privadas demonstra a capacidade de promoção e negociação da instituição militar com a produção dos meios privados.

O treinamento descentralizado contou com a supervisão de nove policiais graduados em educação física, empenhados na promoção de “mudanças de hábitos alimentares e de estilo de vida”. O início da programação para a redução de peso foi no mês de junho de 2011, mês com temperaturas baixas na região do Batalhão. Segundo o relatório o motivo é que a baixa temperatura desmotiva a fazer exercícios físicos e, sobretudo tem grande oferta de alimentos calóricos em razão das festas juninas, e da necessidade de aquecimento corporal. A primeira pesagem contou com todos os policiais, e após um mês ocorreu à segunda pesagem (GODOI, 2012, p. 16).

Os policiais com IMC grau acima de 27 e superior ao grau 30 foram convidados para três palestras realizadas durante a Semana de Prevenção de Acidentes no Trabalho (SIPAT) realizada na unidade. As palestras foram conferidas por nutricionista do Núcleo de Atenção à Saúde da Unimed, e por psicólogos da instituição com temática voltada para o controle da ansiedade como caminho para saúde, e por responsável pelo Centro de Tratamento de Obesidade da Faculdade de Medicina da cidade advertindo sobre os problemas endócrinos que o acúmulo de gordura no corpo pode causar. As palestras buscaram em seu conjunto uma articulação entre os temas de modo que agissem sobre o soldado, em sua conduta a mesa e seus hábitos de sedentarismos como parte do estilo de vida policial no Batalhão.

As palestras realizadas com policiais com IMC acima de 27 durante a SIPAT do Batalhão foram anexadas outras medidas interventivas, que visassem dentro do programa de redução de peso atingir a população do Batalhão:

- O café deixou de ser adoçado com açúcar e todo o açúcar foi recolhido, forçando o consumo do café puro ou com adoçante;
- Os pratos fundos, até então utilizados nas refeições, foram substituídos por pratos rasos;
- Os talheres para pegar a comida também foram reduzidos de tamanho evitando o exagero ao servir os alimentos;
- O suco artificial que era servido junto com as refeições foi substituído por água pura; o preparado para elaboração do suco continha, a cada 20g, 16 g de carboidrato e 3 g de corante;
- Os doces da sobremesa foram substituídos por frutas;

- Diariamente, uma mensagem é passada aos patrulheiros pela rede de rádio da Unidade, para que durante o turno de serviço façam a ingestão de pelo menos um litro e meio de água;
- Todas as terças e quintas, durante 15 minutos, é feita uma ginástica laboral para o pessoal administrativo na sede do Batalhão, procurando com isso melhorar o fortalecimento da musculatura antigravitária que estabiliza a coluna vertebral, como forma de prevenção e melhoria de lombalgias (GODOI, 2012, p.18).

Com essas medidas que interferiram diretamente sobre o corpo do policial, o Batalhão, em seu conjunto conseguiu eliminar durante um mês, após a primeira pesagem, uma tonelada e meia de gordura totalizando 1,3 Kg de massa corporal de cada policial, com o sucesso a programação foi estendida por mais um mês e em nova pesagem constatou 2, 2 Kg de gordura perdido, por cada um dos 726 policiais somando ao todo duas toneladas de gordura corporal perdida.

Essa dinâmica que buscou interferir sobre a singularidade corporal do policial refletiu em grande repercussão midiática. E grande parte do relatório da unidade sobre o Programa de Saúde e Qualidade de Vida: Desafio da Tonelada destina-se aos canais de repercussão midiática dos resultados obtidos.

Segundo o relatório institucional as repercussões em âmbito nacional e internacional foram positivas, e a população local também aprovou a motivação que delineou o interesse do Ministério da Saúde em buscar informações para divulgar a boa prática na gerência dos corpos militares.

Neste contexto, se observa como as políticas de segurança ao agirem com normativas para fazer viver se cristalizam na normatização da saúde em seu nível microscópico, no corpo do policial, como parte dos investimentos econômicos da razão de Estado, interferindo no corpo e modificando sua forma e seu estilo de vida como observa Foucault (2008a) acerca das intervenções do estado sobre o sujeito.

O programa de redução de peso permite observar como os investimentos do governo agem sobre a condução do corpo, de um lado há os decretos, as pesquisas revelando a estatística da obesidade e do sobrepeso, e o programa de redução de peso; de outro lado a perda de duas toneladas de gordura corporal, dois quilos e duzentos gramas para cada policial que compõem a população do Batalhão.

Essa biopolítica da vida observada na prática do Batalhão confirma a existência do poder de governo sobre o corpo, enquanto estratégia que busca regular a vida e incidir sobre o corpo com o combate às práticas prejudiciais a saúde, á exemplo de formas alimentares

excessivas e no combate ao sedentarismo. Com medidas realizadas através da adoção de práticas de exercícios físicos e ginásticas laborais, e a diminuição de consumo de calorias encontradas nos alimentos e bebidas o governo alcança o corpo em sua unidade física.

Essa orientação macro estrutural em consonância ao saber produzido sobre a incidência de adiposidade na tropa através de pesquisas sobre doenças coronárias (CALAMITA, 2007) permite interferir na prática da vida cotidiana do policial e ilumina o flagrante da regulação e da tendência totalitária da norma, especificando e produzindo resultados práticos e objetivando corporalidade.

2.2.2 A interação com a mídia e os resultados do programa

Os policiais militares responsabilizam a mídia pela construção de uma identidade negativa da sua imagem. Esse traço de contrariedade entre a polícia e a mídia é demonstrado com a frase dita por policiais em pesquisas sobre saúde realizada por Minayo, Souza e Constantino (2008, p. 161) “a polícia é um espelho da sociedade e sua existência é em função da sociedade” e, neste sentido, qualquer forma de ação policial deriva-se da conduta política e cultural da população e está em consonância com as formas de interações sociais existentes na sociedade.

O imaginário populacional em relação a violência policial encontra raízes na história da polícia local, e por sua vez, a insistência da mídia em dar destaque as ações violentas permite naturalizar a imagética de uma polícia truculenta que impõem generalizações as práticas dos cidadãos, e dessa maneira aventam para a existência de desvios de condutas com corrupções, torturas e agressões institucionalizadas pela polícia que são justificados pelos policiais como reflexos de uma sociedade violenta e intolerante com a polícia (MUNIZ, 1999, p. 212; MINAYO, SOUZA E CONSTANTINO 2008, p. 161)).

Essa dinâmica interativa entre sociedade, mídia e polícia pode ser observada em outros âmbitos da vida institucional, e revela que o corpo do policial não escapa as injunções reflexivas e práticas do discurso social. A forma de moldagem de uma identidade obedece a fatores culturais e podem ser observadas em relação ao programa de redução de peso realizado pelo Batalhão, ou seja, os corpos com sobrepeso e obesidade refletem a corporalidade da sociedade em que estão inseridos, da mesma forma que a obediência para a redução do peso obedece a uma injunção discursiva e reflexiva para o corpo manter-se em forma.

Decerto que o discurso social não envolve a todos e revela uma prática que contraria suas injunções, a exemplo a existência de corpos obesos, e policiais obesos. Mas, o mesmo discurso ordena que o corpo com obesidade se torne um corpo dentro dos critérios normalizados pelo IMC. A divulgação do problema epidêmico de sobrepeso e obesidade no Batalhão acabou revelando discursos que regulamentados subjetivaram-se em práticas corporais dos soldados, como o processo de emagrecimento. Mas, revelou também que existem forças contrárias ao processo de normalização das condutas entre os policiais, que preferem negociar ou se afastar da imposição normativa e programas interventivos para o corpo, mantendo-se acima do peso e recusando intervenções sobre a sua corporalidade.

As entrevistas e as imagens divulgadas por canais de televisão como o jornal televisivo “*SBT Brasil*” deram voz aos policiais durante a realização do programa de redução de peso, revelando forças contrárias à manipulação corporal pelas políticas interventivas da instituição e descrevendo condução do corpo em situação de risco.

A reportagem sobre o programa de redução de peso no Batalhão foi realizada em tom jocoso, e era dividida em quadros onde a narração se intercalava entre a voz do repórter e as cenas dos entrevistados ou filmados. Na indicação da matéria a apresentadora diz: “Policial gordinho não consegue correr atrás do ladrão, e para evitar esse problema os PMs do interior de São Paulo foram obrigados a emagrecer. Uma pesquisa comprovou que mais da metade da tropa está acima do peso” (SBT BRASIL, 2011).

Em seguida a apresentadora identifica o repórter responsável pela matéria: “O repórter Felipe Esteves conta essa história”. Por sua vez, o repórter em campo enquadrando imagens de policiais narra: “Não adianta mais forçar a barra com o cinto apertado” (SBT BRASIL, 2011). Enquanto faz a narrativa, às cenas exibidas focam um policial sem colete de segurança a prova de balas, que ao abrir o largo cinto de couro na cor preta, onde coldre é afixado para acomodação da arma, revela uma barriga proeminente, com a cintura abdominal fora dos padrões regulamentados pela OMS acerca do Índice de Circunferência Abdominal. Em seguida o policial fecha o cinto. A imagem não revela o rosto do policial apenas os braços em movimento a cintura abdominal e parte das pernas.

“O alto escalão da PM descobriu o que muitos homens a serviço da lei escondem bem debaixo da farda”. (SBT BRASIL, 2011). Concomitante a narrativa a sequência das imagens apresenta o almoço dos policiais no refeitório do quartel. Para em seguida focar dois policiais ao lado de uma rádio patrulha. A imagem a distância mostra o corpo inteiro dos policiais para em seguida focar a barriga sob o colete e depois o rosto: “O pessoal brinca com a barriga de tanquinho, mas nos temos uma máquina de lavar que cabe bem mais né” diz o policial

entrevistado. “Engraçadinho, mais sujeito a censura” comenta o repórter. (SBT BRASIL, 2011).

Em outra imagem mostra um soldado, subindo o colete ao torcê-lo de um lado para o outro revelando a sua barriga fora dos padrões corroborando com a verdade notificada, o repórter continua “no interior de São Paulo a barriguinha acentuada está fazendo a polícia bater pernas além das contas – marcha soldado”. Enquanto as imagens apresentam soldados em marcha de ordem unida e após, malhando em academia interna no quartel “a hora extra na academia depende dessa voltinha na cintura” comenta o repórter, e novamente aparece a imagem de um soldado apertando o cinto.

No refeitório as cenas mostram alguns soldados se alimentando e outros sendo servido com arroz, feijão e repolho cozido, carne e uma laranja. “Só é preciso engolir regras e mais regras, quer dizer, deixar de engolir comida demais. Não se podem dar brechas a comentários maldosos na boca do povo”, (SBT BRASIL, 2011). Enquanto isso, a câmera foca os pratos pequenos gentilmente servidos.

Com um fundo na voz de um cidadão comum, entrevistado na cidade, a reportagem expunha as imagens alternadas do entrevistado e de um filme onde a marca “Z” de Zorro era evidenciada em meio a trovoadas e sobre o abdômen proeminente do Sargento Garcia. O entrevistado pelo jornalista diz: “O sargento Garcia ia pegar o Zorro e não conseguia porque o Zorro era magrinho e o Sargento Garcia gordinho. Então a polícia deve ser mais magra deve comer menos”. (SBT BRASIL, 2011).

Corroborando com o relatório institucional e as prescrições para a diminuição de ingestão alimentar pelos policiais, em sua narrativa o jornalista diz que o comando, de olho na saúde da corporação, trocou o açúcar pelo adoçante, o prato fundo pelo raso, e aumentou os ritmos de exercícios, bem como estendeu o regime para o âmbito doméstico dos policiais.

E o mesmo policial entrevistado, que comentou sobre a diferença entre a barriga de tanquinho do corpo malhado do cidadão comum e a barriga de máquina de lavar do policial, é chamado de exemplo ao aparecer com as compras de supermercado mostrando os itens que comprara para dar continuidade ao processo de redução de peso instituído pelo Batalhão. Em sua cesta havia: “mamão, gergelim, linhaça, vagem, batata, farinha integral” e outros itens corroborando com o discurso social, e do programa institucional acerca da alimentação saudável livre de gorduras e açúcares.

A “barriga de tanquinho” cultuada entre jovens e famosos deve ser cultivada com exercícios abdominais. Ela é reconhecida por deixar proeminentes os músculos abdominais que ressaltados aparentam seis gomos, três de cada lado do abdômen essa característica física

em linguagem popular se transforma em “barriga de tanquinho”. Em referência ao tanque de lavar roupas que tem frisos para ajudar na fricção na hora de limpar as roupas.

A troca de açúcar por adoçante foi especulada pelo repórter em entrevista com o major: “Tudo bem major, mas será que não há risco de um mercado paralelo de açúcar aqui dentro?”, quem responde é o major responsável pelo programa: “nós ainda não abrimos nenhum inquérito de tráfico de açúcar, mas a gente está com algumas denúncias e vamos apurar” o foco da imagem é o rosto do major, cuja aparência jovial, se expressa em tom amistoso. O repórter por sua vez continua dizendo “cuidado soldados o comando está de olho, mas é para o bem da saúde da corporação” (SBT BRASIL, 2011) enquanto a câmera volta a dar imagens do refeitório e dos soldados na fila das guarnições.

Em campo soube dessa forma de burlar o programa de emagrecimento “[...] *foi muito engraçado quando o comando proibiu o açúcar durante o programa, os policiais contrabandeavam o produto de casa escondido para adoçarem o café aqui no quartel, traziam biscoitos e outras coisas que eram trocadas na hora do lanche escondido[...] Ninguém se sentia bem com a arbitrariedade do comando, e os policiais obesos sentiam-se expostos de maneira excessiva às mídias*” revela um policial na Sede.

Da mesma forma, certos oficiais se mostravam preocupados com os policiais com problemas de obesidade. O cuidado era sobre a exposição dos profissionais que se sentiam assediados pelo comando e expostos em sua imagem corporal. Essa reportagem descreve como a população do Batalhão reage às imposições do comando e revela a força das negociações para os cuidados físicos individuais dos policiais.

A forma de burlar as investidas do comando em relação à manipulação do corpo com o “contrabando” de açúcar e outras guloseimas informa a recusa dos policiais, seja na forma de reagir às imposições institucionais, ou simplesmente mudar hábitos gustativos e corporais em favor do adoçante como medida de salvaguardar a saúde conforme anunciam os discursos e a pragmática do programa.

Da mesma forma que a fala do policial ao repórter sobre a barriga de tanquinho como medida de saúde em relação à circunferência abdominal coaduna com os discursos estéticos e do corpo bélico e saudável expressados no ethos policial, e nas dinâmicas sociais juvenis capturadas com a possibilidade de um corpo fabricado conforme as medidas anunciadas para o prazer e a felicidade corporal.

A fala do cidadão ao ser entrevistado também revela a dinâmica do herói às avessas na imagem do Sargento Garcia e sua luta implacável em busca de capturar seu antípoda e benefzejo herói, que “magrinho” conseguia escapular das investidas da lei em benefício dos

pobres e oprimidos. Outra narrativa descrita na reportagem informa as prescritivas para a alimentação saudável imposta pelo consumo de gergelim, linhaça e pão integral como receitas operadoras de corporalidade socialmente difundidas.

Também chama à atenção a barriga de tanquinho em contraposição a forma de uma máquina de lavar ou uma anti-forma dando novo significado a circunferência abdominal dos policiais acima das medidas recomendadas pela OMS, e verificada em um percentual de aproximadamente 68% da população do Batalhão.

Essas narrativas anunciadas na reportagem revelam que o soldado vive dentro dos critérios que regem a sociedade. Sua forma obedece a um problema epidêmico de âmbito mundial (VIGARELO, 2012) e fogem dos padrões apreciados nos editais de convocação para o trabalho policial e, sobretudo revela a inexistência de uma política de saúde que se aproxime do corpo do policial em processo de envelhecimento no âmbito institucional.

Essas características institucionais revelam em consonância às investidas do poder a cultura policial, ensejada nas maneiras de driblar as normativas e os regulamentos que visam mudanças na ordem cotidiana e alteram as expectativas dos policiais frente a sua atuação e aos seus modos de Ser policial. Bem como, revela que o policial é avesso às mudanças em sua rotina de trabalho seja em questões de policiamento e emprego da força, ou nas premissas que invalidam a sua constituição física.

3 CULTURA POLICIAL E SUAS DINÂMICAS: VIOLÊNCIA E COTIDIANO

3.1 Cultura policial: hierarquia, disciplina, trabalho, problemas interativos

Esta seção busca saber das práticas que compõem as interações entre policiais, para informar sobre a sua cultura no dia a dia. Desta forma enfatiza as ocorrências administrativas contra os regulamentos administrativos e as maneiras de persuasão para a manutenção da ordem institucional. E observa as formas de vulnerabilidade traduzidas no excesso de trabalho com a realização do “bico”, enquanto um trabalho extra. Verifica as formas de interações como disputas e achincalhamentos que se realizam entre os policiais, os perigos suscitados com os armamentos e os exames rotineiros realizados pela corregedoria. Bem como, informa os perigos das ocorrências de risco e suas manifestações somáticas no corpo obeso. Traz ainda o cotidiano das abordagens traduzidas nas práticas de trabalho de policiais obeso durante averiguações, e informam sobre a cultura alimentar e as possibilidades de uma vida sem qualificativos durante os cuidados com a manutenção do corpo. Em sua especificidade busca saber dos efeitos do poder na reflexão individual do policial e dos processos de subjetivação e naturalização das relações de poder no interior da instituição.

A cultura representa todo modo de vida de uma sociedade, e se apresenta com um conjunto de regras e valores que informam as práticas definidoras de um padrão normativo com códigos formais para a conduta social (REINER, 2004). Cada instituição possui um sistema de valores que elaboram as especificidades da cultura que a caracteriza com regras que incidem sobre o comportamento (REINER, 2004, p. 132; BRETAS, 1997, p. 21; BATTIBUGLI, 2010, p. 58).

Na instituição de polícia as variantes da cultura que regem as condutas padronizadas para o policial são estabelecidas em códigos, mas não se especificam como algo concreto e inabalável. Existe variantes particulares que informam uma “subcultura” que é definida a margem de uma cultura policial com potencial generalizador, a subcultura é gestada por experiências distintas “associadas a posições estruturais específicas, ou por orientações especiais que os policiais trazem de sua biografia e histórias anteriores.” (REINER, 2004, p. 132).

Para Reiner, a manutenção da ordem com o uso exagerado da força no controle social organiza o problema da autonomia das subculturas, e mesmo que haja uma margem para a ação prática da conduta policial, a exemplo dos abusos com o uso da força física que regem o exercício do poder discricionário não justificado legalmente (REINER, 2004, p. 246). A

característica da subcultura permite a corporação policial uma margem de autonomia frente aos procedimentos operacionais que organizam as práticas para as políticas de segurança do Estado. Essa autonomia inviabiliza a centralização de procedimentos e reorganiza o governo da ordem, pois os policiais durante seu turno de trabalho, seja no interno ou no patrulhamento reconhecem que possuem certa autonomia em relação aos seus superiores durante suas ações, e assim, agem de acordo com o aprendizado cotidiano repassado por policiais com maior tempo de trabalho na instituição e não de acordo com os regulamentos procedimentais que orientam a prática da polícia militar.

Embora seja parte constitutiva da cultura policial de vários países o distanciamento entre o que é ensinado nas academias de polícia, e o que é realizado no dia a dia dinamizam as práticas de uma cultura que se completa à margem dos códigos estabelecidos institucionalmente. Algumas das regras postuladas para a postura do policial são ignoradas e substituídas por regras informais que resultam em condutas com procedimentos ilegais, revelando faltas estruturais entre os dois níveis - a cultura e a subcultura - que perfazem a prática dos procedimentos da polícia (REINER, 2004, p. 134; BITTNER, 2003, p. 183).

Esses níveis são organizados através da articulação entre a legislação, a doutrina policial, os regulamentos internos e as políticas públicas, de um lado, bem como, de outro lado, se expressa em práticas, estratégias, astúcias, e discursos que formatam procedimentos não vinculados com sua parte efetiva, mas primordiais para a compreensão do funcionamento institucional (BATHIBUGLI, 2010, p. 59).

Neste contexto, para pensar a cultura institucional não foram separadas as noções sobre cultura policial e subcultura policial. A cultura aqui é entendida como uma série de acordos, que ajudam os policiais a se superarem e a se ajustarem a pressões e tensões que a instituição confronta na socialização do policial, assim não ocorre de maneira passiva e manipulada. O processo de socialização é mediado por histórias e mitos, que exploram os modelos metafóricos de boa e má conduta e permitem as concepções de natureza prática ser vivenciadas com antecedência ensejando modos de comportamentos a priori (REINER, 2004, p. 134).

Essa constituição da “personalidade de trabalho” policial enquanto uma cultura socialmente gerada indica a combinação de elementos que totalizam o papel da polícia com variáveis que se pautam no perigo e autoridade. Essas variáveis produzem formas interpretativas à luz da pressão por resultados eficientes (SKOLNICK, apud REINER, 2004, p. 134). O perigo justifica a representação das estimativas sobre os riscos de danos físicos e permitem observar que o trabalho do policial não difere de outras profissões. O risco também

está presente nas funções de mineração, de mergulho, na profissão dos lutadores e outros, embora a função policial enfrente ameaças de ataques súbitos vindo de qualquer parte e a qualquer momento durante a sua prática interventiva (REINER, 2004, p. 136).

Os riscos que acompanham os policiais no trabalho são os mais diversos, e não se restringem apenas aos riscos de morte em ocorrências, existem outras maneiras de observar os riscos que envolvem a prática cotidiana do policiamento, ou seja, através de adoecimentos que compõem as anormalidades físicas e as desordens emocionais desenvolvidas no contato diário com situações de abuso evidenciadas nos embates diários, realçando o poder nas relações pessoais e forçando negociações para as ações na prática do governo institucional.

O governo do Batalhão busca em sua prática a condução dos policiais com meios que ritualizam a hierarquia e as formas de disciplinamento para a prática do trabalho. Os exames e os discursos internos alicerçam as regras expressas em manuais e decretos, as perseguições organizam as formas de tratamento institucional entre os seguimentos hierárquicos que, por sua vez, se dividem tornando o poder de mando negociável como diz Napoli (2011).

E através de desafios abertamente reconhecidos entre os níveis hierárquicos oficiais e praças constroem as expectativas dos impactos experimentados diariamente na prática do trabalho, reforçando a condução do corpo seja em direção ao governo disciplinar ou contra ele. Essas práticas de subjetivação das expectativas dos riscos durante a prática profissional podem ser reconhecidas na descrição dos mandos durante as os discursos confessionais dos policiais.

Durante o tempo que permaneci no Batalhão sempre estava junto ao serviço de B.O de trânsito e como este serviço é prestado à população diuturnamente com dois turnos diários de doze horas para cada troca de policiais, esse ponto permitia durante o dia participar de interações em todas as seções e, assim me comunicava com todo o efetivo que prestava trabalho no administrativo ou no policiamento de rua e sempre participava dos cafezinhos, das conversas na cozinha, e ouvia as narrativas ditas em *off*, e muitas vezes com uma ressalva “*mas pode escrever isso, alguém precisa saber disso*”.

Essa forma de confissão próxima à denúncia tornavam flagrantes as investidas de poder entre oficiais e soldados: “*aqui a dificuldade é em relação ao convívio entre policiais*”. E muitas das conversações aqui descritas foram narradas por policiais durante rápidos encontros nos “cafezinhos”. Nas seções que compunham a Sede do Batalhão ou nas Cia/PM sempre havia uma pequena mesa colocada em um canto para que os policiais pudessem de alguma maneira interagir com os demais, quando não era na seção era na cozinha, e assim sempre estava falando com algum policial que não conhecia e que procuravam falar algo

comigo sobre a luta entre oficiais e praças “aqui *quem está em cima não está nem ai com quem está aqui em baixo*” disse um tenente no Batalhão.

E como os cafezinhos eram rotativos, um policial substituía outro, para não fazer rodinhas de bate-papo. Outro soldado que tomava café e comia pão com margarina ria e justificava sua comilança dizendo que “*tinha os ossos grossos*”. Obeso falava que precisava comer sem se importar muito com os discursos sobre a corporalidade existentes dentro ou fora do Batalhão. Enfatizava o assunto sobre as diferenças entre praças e oficiais “*eu não sei como eles (oficiais) conseguem desunir os praças. Entre eles percebe-se, mesmo que se odeiem uma espécie de união, e se um praça for contra eles o praça está perdido, eles se unem contra o praça. Nós soldados somos uns coitados, entre os oficiais existem processos que são de arrepiar, aqui na unidade tem até oficial chefe de quadrilha, ladrão que rouba prefeitura*”. Enquanto comia rapidamente parou de falar seus olhos indicavam que estava sob a vigilância da hierarquia e rapidamente percebi seu mal estar. Após sua indicação expressa fisicamente sobre a vigilância do sargento saí do local do cafezinho discretamente, enquanto ele engolia o restante do pão e voltava para sua mesa de trabalho.

Neste depoimento o policial revela a rivalidade entre as hierarquias, ele não apenas denuncia à falta de união entre os policiais de baixa patente, mas também informa que os valores morais que os oficiais pregavam e deveriam adotar segundo as normativas institucionais eram adotadas como meio de corromper a própria disciplina que cobravam ultrapassando “a tênue fronteira da corrupção” como diz Reiner (2004, p. 143).

Igualmente o depoimento informa que as rivalidades não se encontram apenas entre as diferenças hierárquicas, mas também entre os iguais na escala de hierarquia segundo o soldado os oficiais “*mesmo se odiando eles se unem*”. E, revela a angústia de se sentir estigmatizado na representação da patente “*nós soldados somos uns coitados*”. Como também expressa faltas cometidas por oficiais, revelando não apenas a presença de práticas de crimes entre os superiores hierárquicos, mas reforçando agudamente as rivalidades entre as patentes.

E como nas seções sempre havia o espaço do cafezinho, muitas vezes, saía de um e parava em outro, sempre conversando e ouvindo em tom baixo as confissões. Certa vez ao chegar a uma seção uma soldada temporária (ST) estava dialogando com o sargento sobre seus afazeres e relutava dizendo que o que pediam para ela fazer não era sua função. Em seu edital de contratação não estava estipulado que deveria fazer serviços de capinagem em campo de futebol. Aparentemente apreensiva com as investidas de seu superior – um sargento - abriu uma página no computador que trabalhava para observar o edital de convocação que

norteava as práticas de atuação institucional para o soldado temporário e estabelecia as normas para o trabalho voluntário e leu para os presentes na sala.

Depois da leitura disse que não estava desobedecendo a ordens do comando, apenas não achava justo mandarem fazer um trabalho para o qual não fora contratada. Como o dia estava frio e chuvoso capinar e retirar os entulhos do campo de futebol “*nem pensar*” dizia. Enquanto um policial a instigava dizendo que ela tinha que fazer a capina. “*Aqui sobra tudo para o soldado temporário eles fazem serviço de guarda do quartel, e até policiamento, isso não é desrespeito a ordens e sim luta pelos direitos*”, disse irritada.

O tom da brincadeira, e a falta de certeza das funções, torna a rotina muitas vezes insuportável para o policial, às ameaças diárias vulnerabilizam com amedrontamentos, possibilidades de desempregos ou humilhações com processos administrativos, mas encontra oposição como no caso da soldada temporária que utilizava o edital de convocação para defender sua postura contra um trabalho que julgava não ser o da segurança e nem uma prática para o qual fora contratada. E, neste contexto as práticas de trabalho dos policiais entravam em colapso, uma vez que, não há uma definição do verdadeiro trabalho policial como observa (REINER, 2004).

3.1.1 Pasta azul (processo administrativo)

Segundo um depoente na Cia/PM (G) “*os policiais tem medo de estranhos porque acham que serão denunciados por algo que possa ter cometido*”. Mesmo que ele esteja com consciência de que nada fez de errado, teme que outro policial possa investir contra ele para prejudicá-lo, seja soldado, oficial ou civil. Essa demonstração do reconhecimento da possibilidade de punição institucional se expressa, sobretudo em forma de “consciência”, revelando as maneiras de como a cultura da polícia militar se estrutura em forma de constrangimentos, propiciando uma reflexão individual: “o que foi que eu fiz”, como informa Muniz (1999, p. 146), acerca das investidas do comando sobre os soldados e demonstra a influência dos Regulamentos Disciplinares da Polícia Militar (RDPM) como meio para conduzir ações no dia a dia do trabalho policial e causa de angústias.

O medo de processos administrativos orbita o cotidiano do policial. Esse mecanismo utilizado como meio de disciplinar o policial em suas posturas interna ou externa a instituição, visa coibir os excessos de discricionariedade em relação à população, associação a crimes, desleixos com a farda e seus acessórios enquanto sua “ferramenta de trabalho” (SIRIMARCO, 2009), cuidados corporais e outros procedimentos que não são considerados “normais” para a

prática policial. O processo administrativo conhecido no Batalhão como “pasta azul” atua como dispositivo de controle das ações dos policiais e servem como prontuários que organizam a trajetória do policial, armazenando o histórico das retaliações e as improbidades procedimentais do policial observadas e confirmadas por seus superiores hierárquicos.

“Você sabe como o policial se sente quando lhe entregam uma “pasta azul”. Ele sente tristeza, desgosto fica estressado acha que seu serviço não está sendo bem realizado. A pasta azul é aquilo que ele mais teme, pois todo o procedimento realizado por ele pode ser questionado. Por exemplo, quando um policial da uma tapa em um “craqueiro”²¹ que esta batendo na mãe para roubar-lhe a pensão. A própria mãe do “craqueiro” denuncia o policial que vai responder sobre a sua ação, e seu procedimento pode gerar um processo que será armazenado em uma pasta azul”, diz Soldado na Cia/PM (C).

A pasta azul é um elemento disciplinar que evoca o exercício do poder dos regulamentos e examina a postura do policial em relação aos seus procedimentos práticos, neste caso de agressão junto à comunidade, o policial interfere no devir assegurando a integridade física ao impedir a possibilidade de ferimentos, ao equilibrar o poder quando o mais fraco (a mãe) é subjugado pelo mais forte (o filho) que em crise de abstinência pela falta de drogas investe com violência sobre o outro. O exemplo é um caso que merece atenção: se o policial não agisse o filho causaria ferimentos a mãe, agindo com “vigor” para assegurar ambas as probidades físicas poderia ser denunciado e processado pela justiça militar institucional.

“Somos julgados internamente pelo Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM). Até recentemente não éramos defendidos por advogados, agora existe essa possibilidade. Aqui o juiz julga e procede como advogado. Começa com os capitães de equipe às vezes o julgamento é realizado por ele, quando se prolonga a ação é o comandante quem julga. O resultado pode ser a detenção de um dia ou uma semana, advertência verbal ou escrita. Na maior parte das vezes o resultado do julgamento é endereçado ao policial envolvido na forma escrita. Depende da maneira como você se relaciona com o comando, se tiver um bom relacionamento às coisas ficam mais suaves”, comenta um policial sobre a pasta azul na Cia/PM (C).

O jogo das negociações e dos relacionamentos interpessoais que pautam as formas de trabalho da corporação incide sobre os julgamentos e formam meios para driblar as retaliações de acordo com o governo pessoal de cada soldado, e da sua habilidade em se relacionar com o comando, firmando práticas que orientam as interações entre os policiais.

²¹ Referência aos usuários de crack.

“Acho que é esse militarismo que atrapalha o desenvolvimento do trabalho policial. O soldado temporário a exemplo entra e cumprimenta outro soldado que, por sua vez, logo lhe aponta a tarjeta com a identificação de sua patente. Exigindo que se bata continência e o trate conforme protocolo interno. O soldado sai para rua e exige do cidadão um tratamento diferenciado, confundindo as formas de tratamento militar com o civil ao buscar que a sociedade lhe trate como se fosse superior, tal qual acontece dentro do Batalhão quando ele reconhece a autoridade de seu superior” revela um sargento no Batalhão.

“A polícia ainda vive na Idade Média com o militarismo que ela busca instituir somos obrigados a tudo e se não fizermos somos execrados pelo regulamento disciplinar. Você acha que ainda é necessário usar uniforme isso nos deixa vulneráveis e nos diferencia trazendo riscos como se fossemos alvos ambulantes” diz policial ao se referir à prática militarista e ao uso de uniformes na polícia na Cia/PM (C).

Segundo Muniz, o militarismo como influência em assuntos de segurança pública no Brasil, desconsidera as especificidades do trabalho do policial, principalmente os policiais que trabalham em “atividades fins” no patrulhamento onde a pouca visibilidade colabora com a prática ostensiva e com os recursos discricionários em ações individualizadas como meio de fazer o policiamento, sem um meio de censura o policial reproduz práticas conservadoras no procedimento da polícia alavancando as formas de exclusões e violências (Muniz, 1999).

A prática do militarismo, mesmo que condenada pelos policiais é um meio de reavivar as ações conservadoras, que obnubilam as práticas de policiamento pautadas sobre o direito, mas fundamentam as intervenções com bases na hierarquização social onde o superior hierárquico detém o poder sobre aquele considerado inferior e sem direitos institucionalizados no quadro da hierarquia.

3.1.2 Hierarquia, bico, obesidade

O trabalho na polícia também exige que os policiais se mantenham apartados da sociedade (REINER, 2004) e obriga a assumirem padrões de vida, cujas finanças não coadunam com os ganhos mensais, sobretudo, na função de praças de polícia aumentando os riscos de violência contra o policial que, por sua vez, são obrigados a dobrarem o orçamento com trabalhos fora da instituição.

Uma das reclamações acerca dos riscos que os policiais experimentam diariamente é em relação ao “bico”, ou seja, o segundo emprego. Geralmente os policiais saem do turno do trabalho na polícia e passam para outro. Essa maneira de uso do corpo traz ao policial a

possibilidade de envelhecimento precoce e outras maneiras de adoecimento, mas a exigência do trabalho na polícia com a necessidade de manter o status do poder policial acompanha a necessidade de uma renda financeira maior e acaba gerando estresses e doenças.

“Aqui é só aparência. Todos os policiais que você conversar vai falar sobre as dificuldades do trabalho do polícia que realmente faz policiamento. Aqui nós que vamos para rua sabemos como é difícil nossa missão, o comando nada sabe eles falam aquilo que eles querem falar e o que vai favorecê-los. Esse horário de 12 horas por 24; e 12 horas por 36 no noturno, nos mata saio daqui às 5 horas da manhã e vou pegar em outro trabalho (no bico). Como a gente pode viver assim. Durante o nosso turno não temos tempo para ir ao banheiro, não tem horário para comer um almoço. Ai quando adoecemos dizem que fazemos corpo mole, quem vai à casa da gente saber como estamos são os amigos, o comando não pega no telefone para saber como estamos, somos tratados como lixo. Quando o polícia engorda eles acham que o cara é um sem vergonha que engorda porque ele quer. Não param para saber o que causou isso, se é ou não resultado pela rotina diária do policial. Eu vou dizer para você, todos os dias nós lidamos desde pessoas da mais alta classe como também com o lixo de pessoas, e quando chegamos para troca de turno dizemos “sem novidades”. Estou para aposentar não aguento mais isso aqui”, desabafa Soldado com 24 anos de polícia na Cia/PM (C).

Na confissão narrada pelo policial os embates constantes em torno de exames e das maneiras de disciplinamento ressaltam as investidas da instituição sobre o corpo e sobre as maneiras de conduzi-los. Não há espaços para as necessidades orgânicas, os horários de trabalho são extenuantes e os bicos completam as investidas sobre a saúde e influenciam nos processos de subjetivação de riscos com os impactos causados diariamente durante as interações profissionais.

Essas condicionantes que orientam as necessidades sociais do policial militar expressas com o segundo trabalho (bico) como fator que deteriora a saúde, perfazem horários de trabalho que não coadunam com as necessidades dos profissionais e impedem a socialização com os demais cidadãos e amigos da instituição, o trabalho na polícia e no bico muitas vezes é seguido pelas temidas “escalas extras” em dias de folga. Com o trabalho ininterrupto sem folga para descanso semanal e em estado de alerta permanente o policial adoce, envelhecendo rapidamente com ao desgaste físico e emocional propiciado com o excesso de trabalho (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008, p. 222).

O depoimento acima ilustra também as formas de transformações corporais resultante desse estado “vigilante” que vive o policial “quando adoecemos dizem que fazemos corpo

mole”, e quando os policiais engordam são estigmatizados como “*sem vergonha*”. Essa ressalva do policial é ilustrativa na medida em que a pesquisa sobre os fatores de risco coronarianos constatou que uma das características físicas do Batalhão é o excesso de adiposidade corporal presente em 68% da população dos profissionais. E aludem às retaliações acerca do corpo disforme sem uma reflexão das causas que agiram sobre a sua corporalidade causando a doença.

Outra evidência que corrobora para a forma de uso do poder expresso no depoimento é em relação aos procedimentos do soldado nos relatórios que informam ao comando as ocorrências diárias realizadas com todos os tipos de pessoas, seja da alta classe ou com o “lixo” de pessoas, isto é as habituadas a chamarem a polícia e que compõem o repertório da prática policial como diz Reiner (2004, p. 143). Os policiais escondem aspectos das ocorrências para não terem de explicar seus procedimentos e serem julgados pelos oficiais.

Essas evidências asseguram o mal estar entre os policiais, sejam em diferentes níveis hierárquicos ou entre os policiais de baixa patente, que invariavelmente, além dos oficiais, sentem a força do poder dos cabos e sargentos. Os sargentos enquanto “elo” que compõem a tropa atua como uma espécie de elemento “neutro” que recebem as ordens dos oficiais e as repassam aos cabos e aos soldados, por sua vez, o sargento devem ter boa relação com os cabos e os soldados seus subordinados diretos, pois são responsáveis pelo mau procedimento nas ocorrências e nas apresentações da tropa que esta sob o seu comando.

“Não temos vida social fora da polícia. Nosso mundo é junto aos policiais, não podemos ir a um bar tomar uma cerveja como todo cidadão de bem, pois lá pode haver alguém que nós ajudamos a prender. E a comunidade muitas vezes rejeita o policial. Quando saímos temos que ir a restaurante ou a um lugar frequentado por pessoas com um potencial financeiro mais equilibrado, diferente de nós. Como não podemos frequentar esses lugares ficamos reduzidos à casa de familiares ou dos próprios colegas de trabalho que também sentem o distanciamento” diz um policial na Cia/PM (F).

A falta de recursos financeiros que os praças da PM reivindicam não se restringem apenas a eventos sociais, o trabalho na polícia e o reconhecimento social do policial trazem desconfortos também a sua família: *“coloquei meu filho para estudar em uma escola particular porque na escola pública nas proximidades de casa ele estava sendo perseguido pelos outros alunos devido a minha profissão. Ser policial acaba gerando obstáculos à família que nada tem a ver com isso. Não somos criminosos, mas temos que viver escondidos”* diz policial com 23 anos de trabalho na Cia/PM (C).

Essa característica que aparta o policial de seu meio social e o restringe ao local de trabalho aumenta o estresse e o obriga, para aumentar a renda, a buscar recursos financeiros em outro trabalho que lhe propicie maiores condições para o sustento da família dentro dos padrões que o trabalho na polícia lhe impõe. Essa dupla e excessiva jornada aumenta o desgaste físico e assinala para outras manifestações físicas e mentais, “*o policial não desliga*” como dizem os policiais no Batalhão. Esse esforço diário conduz a doenças e desconfortos diários ilustradas em dores de estômago, enxaqueca e sofrimentos psíquicos como vontade de acabar com a vida, entre outras manifestações evidenciadas com o estresse (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008, p. 225).

“O bico é uma cultura entre os policiais. Existem os mais diversos tipos de bico. Não é porque está na segurança vai ser bico na segurança. Depende do policial às vezes existe um que é pedreiro, outro encanador, garçom, técnico em informática são suas habilidades que determinam o bico. Eu trabalhava como condutor de Perua Van. Tinha uma Perua Van e a princípio fazia viagens curtas ou alugava. Até abri uma firma onde eu mesmo dirigia, transportava crianças em uma escola infantil. Imagina você trabalhar doze horas e depois fazer bico de motorista”. Relato um cabo na Cia/PM (C).

“O policial trabalha em dias de chuva, frio, sol ele tem que estar na rua. A carga horária de 12 horas de trabalho também acaba com o soldado. Até 8 horas o policial trabalha bem após ele sente fadiga, perde o reflexo o cansaço vêm. Mas o que mata é o bico. O policial tem que se virar para aumentar a sua renda e garantir o seu. Daí fica difícil conciliar trabalho e bico” diz policial na Cia/PM (E).

Essas demonstrações acerca do bico como meio de aumentar a renda doméstica influem diretamente na saúde do policial com a redução das horas de descanso e lazer. E possibilitam uma sensação de desconforto como ilustra a narrativa acima, após oito horas o policial sente fadiga perde parte dos reflexos e fica com a atenção diminuída e torna maior a possibilidade de ser alvo de violências. O que, por sua vez, obriga um esforço máximo para manter-se vigilante aumentando o desgaste físico e causando desconfortos nos relacionamentos institucionais e fora dele.

3.1.3 O ciúme de homem

Uma das peculiaridades ressaltadas no Batalhão como meio para causas de estresse e constrangimentos é o chamado “*ciúme de homem*”, e é certo que essa estranha maneira de referência a um acontecimento interno causa desconforto a quem é envolvido na disputa e

ouve comentários dos amigos de trabalho sempre carregados de sarcasmos e repreensão, seja aos descontentes ou aos beneficiários que participam da disputa.

Essa possibilidade que gera precaução é, por muitos policiais, chamada de cuidado com os “falsos”. Há uma premissa entre os policiais de que seus companheiros possam prejudicá-los em favor a seus interesses próprios. Assim, de um lado, existem os oficiais que podem através do poder hierárquico ameaçá-los, e de outro os soldados que trabalham ao seu lado podem de alguma forma interferir em sua rotina diária, acarretando trocas de turnos, ou mudança de velhos companheiros de ronda acostumados a trabalhar em conjunto durante muito tempo e já reconhecidos na comunidade.

Esse procedimento ocorre quando há interesses na troca de turno para realização do bico ou outro tipo de necessidade que venha interessar ao policial. Quando um policial precisa mudar seu turno investe sobre o turno de outro companheiro desmembrando uma dupla antiga. Isso gera desconfortos porque muitas vezes há incompatibilidade entre os novos integrantes da dupla no policiamento de área.

O policial que reclama da alteração da troca de turno recebe críticas ao seu comportamento e acaba acusado pelos companheiros de estar com o “ciúme de homem”, e mesmo que essa acusação não seja unânime, o policial sofre as sanções por estar em desacordo com o outro que tornou possível a mudança em seu turno e a troca de seu companheiro de ronda. Essa mudança torna o policiamento da área, ou trabalhos internos desconfortáveis para os policiais que tem sua rotina alterada. Há a turma do companheirismo que observa nas reclamações dos queixosos certa propriedade e chamam a mudança de turno de favorecimento de algum policial de “*trairagem*”.

Ao mesmo passo que o policial que consegue alterar a dinâmica do patrulhamento fica devedor de favores a quem intermediou a troca. “*Mexeram nos meus horários. Por causa disso desorganizaram toda a minha vida. Minhas folgas com meus churrascos em família, minha fisioterapia durante as quartas- feiras, minha organização, minhas cervejas tudo foi modificado por causa do ego do subtenente. São quatro pessoas que estão descontentes, para satisfação do ego de apenas um homem. Eu que tomo dois remédios controlados. Tenho pinos no corpo e cirurgia na coluna, como podem fazer isso com a gente?*” disse um policial na Cia/PM (E).

Os policiais que observam neste procedimento mais um dos abusos contra os seus companheiros, dizem que basta ter um “*figurão*” dentro da PM como padrinho e “*puxar bastante o saco dele*”, entregando o praça que acabou efetuando um procedimento inadequado em suas ações de rotina, ou informando sobre o uniforme roto usado durante o trabalho ao um

oficial ou outros tipos de procedimentos que visem prejudicar o companheiro de instituição, que serão beneficiados quando precisarem de trocas de turno ou outros benefícios que organizam o dia a dia institucional.

Essa descrição colabora para o aspecto enganoso a respeito da solidariedade entre os policiais, existem conflitos entre os policiais do policiamento, bem como, intrigas entre os policiais do administrativo, e não apenas entre os policiais de patrulhamento contra os policiais do interno (REINER, 2004, p.141), as disputas ocorrem entre policiais seja entre as diferenças hierárquicas ou entre policiais de baixa patente.

As contendas internas fazem com que os discursos institucionais emergjam em confissões e revelam as formas que o corpo adoecido vive na prática do policiamento “*tenho pinos no corpo*” devido quebras ocorridas no trabalho, ou o uso de medicamentos controlados que viabilizam a rotina diária carregada de poder sancionador que complementam o estresse e traduzem vivências subordinadas ao desgaste físico e emocional.

3.1.4 O Recolhimento das armas

Durante a minha permanência em campo, houve um recall das armas PT.40 pistolas fabricadas pela empresa brasileira Taurus que apresentaram defeitos. E como houve casos de disparos acidentais inclusive ferindo alguns policiais, o comando mandou recolher as armas. Essa decisão do comando coincidiu com uma vistoria da Corregedoria do Comando de Policiamento do Interior (CPI).

A chamada para o recall desagradou os policiais que eram chamados a devolver as armas durante seus dias de folga. “*Eu ainda não entreguei a minha arma, ontem eu estava de folga fazendo uma consulta quando me ligaram às 16h00min. Era do quartel e pediam para eu entregar a arma até às 18h00min. Como eu faria isso? Estava no médico, no meu dia de folga e teria que entregar a arma no quartel, moro distante não dá para conciliar as coisas na hora que o comando requisita. Estou trabalhando com a arma ela ainda não disparou e se Deus quiser não vai e amanhã entrego*” diz policial na Cia/PM (C).

No trabalho policial as informações que podem prejudicar a tropa estão sempre na pauta do dia. E quando a corregedoria apareceu para fazer vistorias, todos foram avisados pelo rádio ou quando apareciam na Cia/PM para resolver alguma pendência recebiam a missão de repassar aos outros policiais.

“*Os homi te pegaram hoje o que houve*” perguntou o cabo para o soldado. “*Estava sem o coldre de travamento da arma*”, o coldre “anti-arrebatamento” como é chamado. Nesse

coldre há uma trava que ao puxar a pistola PT.40 ela não sai, o policial deve destravar o dispositivo para poder retirar a arma do coldre. O policial com vinte quatro anos de trabalho na polícia se defendia dizendo que o recall era para as pistola PT.40 e não para o coldre, essa falta de informação lhe rendeu uma pasta azul que poderia ocasionar um dia de prisão comentava.

“Em São Paulo os polícias correm da corregedoria às vezes você vê um policial correndo ele esta correndo da corregedoria. Ela inspeciona se você esta de barba feita, com a farda engomada, com os sapatos engraxados. Agora você imagina o policial que entra as 05h30min da manhã passa o dia todo fazendo ocorrências ou sentado no administrativo são doze horas de trabalho. Nessas doze horas o policial amarrota a farda, sua barba cresce, ou seja, ela desponta como a “correge” pode querer que fiquemos arrumados o dia todo?” fala um policial na Cia/PM (C).

Os conselhos e avisos de um profissional ao outro eram para não que levassem sacolas dentro da Rádio Patrulha. *“A “correge” manda abrir tudo”. “Cuidado com as coisas do Paraguai que vocês carregam”* brincavam os policiais. O conselho era acatado e na troca de turno os policiais cuidavam para não deixarem seus pertences ou de outro policial dentro da Rádio Patrulha e serem autuados pela corregedoria que buscariam explicações sobre o conteúdo transportado dentro da viatura.

O motivo do exame e as investidas do Comando de Policiamento do Interior (CPI), sobre o Batalhão eram os supostos envolvimento de policiais em assaltos a caixas eletrônicos. *“Esta havendo muito assalto em caixas eletrônicos nas cidades do interior. Aqui na área mesmo, no fim de semana passada aconteceram dois... Primeiro eles mandam um paisano P2 que vem como não quer nada para fazer a investigação. Depois eles aparecem. Você sabe que no nosso meio tem de tudo e como esse tipo de ocorrência vem aumentando em cidades pequenas eles desconfiam de policiais envolvidos, pegaram um policial de uma cidade próxima”* revela um cabo em off na Cia/PM (E).

Essa forma de exame organizada pelo governo da instituição desagradava a todos os policiais, mas era de certa forma reconhecida como necessária, principalmente quando havia a possibilidade de envolvimento de policiais em roubos ou outras criminalidades. E como disse o depoente acima *“neste meio têm de tudo e se não houver um controle o que iria ocorrer em uma instituição que abriga no estado mais de noventa mil homens”*.

Assim as opiniões se dividiam sobre a necessidade de *“separar o bom policial do mau policial”*, ou sobre a possibilidade de exageros por parte do comando: *“existem dois tipos de polícias, os praças e os oficiais. Hoje com o problema de roubo a banco temos que fazer*

ronda de meia em meia hora na frente das agências da área, e mais cobrir o resto da área em que atuamos para cumprir o CPP. São coisas que não se conciliam, tem mais, quando fazemos a ronda em bairros problemáticos somos questionados, por que estamos priorizando aquele bairro, aquela favela, qual nosso interesse com isso? O tráfico? Pergunta o comando” diz policial no Batalhão.

O esquema de vigilância sobre o policial entra em contradição com o CPP, enquanto um organizador da rotina policial. Como narra o policial ele deve fazer ronda nas proximidades das agências bancárias, mas não podem se demorar em Áreas de Interesse de Segurança Pública (AISP), pois passam a ser suspeita de envolvimento com o tráfico ou com o uso de drogas, bem como, com a receptação de produtos de roubo que servem de moeda nas “biqueiras” onde se negociam a venda de drogas.

3.1.5 Riscos e mortes no dia a dia de trabalho

Certa vez a convite do Batalhão participei de uma palestra sobre os riscos que circundam a profissão do policial. Um oficial durante seu relato disse que sendo de família de policiais era o único que atingiu o oficialato. Seu irmão também soldado em troca de tiros com bandidos na grande São Paulo, quase morrera e após o incidente pediu para sair da polícia.

O caso ocorreu em uma noite de patrulhamento em uma área na periferia da cidade, quando ele e o companheiro avistaram os traficantes apontados pelo COPOM saíram a pé em perseguição dos bandidos, mas infelizmente acabaram sendo surpreendidos pelo poder de fogo dos quatro meliantes. Quando ele viu que os bandidos mataram o seu companheiro, ele se escondeu atrás de um poste marcador de energia de luz, mas um cachorro latiu e ele descarregou seu último cartucho para silenciar o animal. Foi quando avistou os quatro bandidos que vinham em sua direção. O policial palestrante disse que o irmão só teve tempo de falar: “*Deus me acuda*” e instantaneamente ele ouviu a sirene da rádio patrulha policial que vinha em auxílio e os bandidos, ao ouvirem a sirene fugiram. “*Naquele momento ele foi convertido*” e passou a frequentar uma igreja evangélica revela o policial na palestra conferida no Batalhão. “*E olha que meu irmão já tinha sete homicídios, e mesmo possuindo várias condecorações não conseguiu segurar a barra de ver seu amigo sendo executado com dois tiros na cabeça*”.

Em outro relato um policial disse sobre uma experiência que lhe causou impacto na profissão. “*O que mais me desnor-teou durante o trabalho na polícia foi quando vi um*

trabalhador da coleta de lixo morto. Era hora de almoço e o lixeiro estava sentado comendo sua marmitta. O caminhão estacionado a meio fio foi atingido por outro veículo e se deslocou atingindo o pobre do trabalhador que estava sentado em sua frente para livrar-se do sol. Rapaz quando vi aquilo, aquele coitado trabalhador que estava comendo sua comida fria com a cabeça esmagada. Achei que Deus não existia”, diz um soldado no Batalhão.

Essas ilustrações sobre os impactos laborais na experiência cotidiana expressam as maneiras que os riscos são subjetivados, e traduzem momentos de trabalho que compõem e desgastam o corpo influenciando na saúde mental durante a rotina do policial (MINAYO; SOUZA, 2003). Essas interações com a violência extrema durante a rotina do profissional de polícia são definidas como “estressores psicossociais, ou seja, valores e circunstâncias do ambiente em que o indivíduo está inserido, capazes de perturbar seu comportamento normal ou exacerbar um transtorno psíquico.” (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008, p. 217).

Essas experiências com a violência se traduzem em sofrimento relacionado ao perigo e causam manifestações diversas. Uma policial obesa na Cia/PM (E) após uma ocorrência envolvendo atropelamento e morte de um idoso ficou “impressionada” com o que viu e apesar de não haver desfiguração do atropelado narra que o episódio não saía de sua cabeça.

Dizia que após essa ocorrência, além das perseguições de um sargento durante seu turno começou a ter transtornos mentais e muita ansiedade. Sonhava com o atropelado, muitas vezes acordada achava que o homem que viu morto era alguém que ela conhecia e começou a desenvolver sintomas psíquicos que a obrigava a fazer escarificações na pele. E mesmo quando foi internada em um hospital psiquiátrico ouvia a voz do homem atropelado com se pedisse ajuda. *“Ele já era um velhinho eu não sei se tinha família ou não, mas aquilo me deixou angustiada depois disso comecei a desenvolver vários sintomas de doenças mentais inclusive a obesidade”.*

Outro policial obeso disse que um sobrinho sofreu um acidente de moto em uma serra próxima a cidade onde se instalava a unidade policial que prestava serviços, após quatro dias do desaparecimento teve um choque ao ajudar na busca e encontrar o corpo do sobrinho desmembrado da cabeça. *“O rapaz era gente boa e teve uma morte tão violenta”.* Disse que depois dessa ocorrência percebeu que as coisas começaram a piorar, já estava em processo de mudança física, por causa da perseguição de um sargento, mas a aproximação da morte na família o deixou *“transtornado”* e, após o incidente começou a beber em maior quantidade e a engordar com mais rapidez.

Essas situações de vulnerabilidade encontradas entre policiais não são unânimes, nem todos de uma mesma família, cultura ou período histórico respondem com a mesma

intensidade a uma situação dada. O que é sofrimento para um pode ser prazer para outro, “um acontecimento como algo capaz de provocar um espanto, em um determinado momento pode significar sofrimento; em outro, pode ser vivenciado como satisfação. Resta ainda lembrar que no sofrimento é possível encontrar uma mescla de prazer e dor simultaneamente” (BRANT; MINAYO-GOMES, 2004, p. 215).

Certa vez, junto ao balcão de B.O de trânsito, após ouvir no HT (rádio) o chamamento para uma ocorrência de suicídio disse ao soldado que gostaria de participar da ocorrência. Muito gentil o soldado logo achou uma viatura para me levar até o ocorrido. E as coisas na polícia acontecem com rapidez e em sete minutos, após o suicídio estava no local acompanhado por um policial. Ao chegar ao local observei que a polícia civil iniciava a realização dos procedimentos de causas mortis e os policiais militares organizavam para que os curiosos se mantivessem afastados. Como estava acompanhado pela PM pude ter acesso aos diálogos que estruturavam os procedimentos dos policiais militares e suas narrativas em relação à situação que levou ao desfecho com uma vítima.

O rapaz estava na esquina onde ficava o trabalho da namorada e após insistir em falar com ela, e não recebendo retorno satisfatório retirou a própria vida. Eram três da tarde de um dia ensolarado e com alta temperatura, no chão o rapaz caído tinha na parte da cabeça uma poça de sangue que se expandia vagarosa e viscosamente rumo à sarjeta, trajava calça jeans, camiseta e calçava tênis. Caído ao chão tinha ao seu pé a arma, um revólver “*Trade Mark cano de 6 polegadas, calibre 38, 6 tiros com 5 intacto e um deflagrado*” como disse um policial descrevendo a arma do suicídio, e o boné que lhe cobria no momento em que atirou contra a própria cabeça. Enquanto a polícia civil manuseava o corpo mensurando o tamanho do ferimento que o projétil havia causado na lateral da cabeça do rapaz, os policiais militares conversavam sobre o acontecimento informando uns aos outros sobre o suicídio.

A essa altura havia o carro da Força Tática e mais três viaturas no local. Os policiais diziam que apesar da idade do jovem rapaz ele não devia ter realizado um ato tão brutal contra a própria vida, e diziam que isso era prova de uma imensa covardia: “*o difícil é viver*”, pois ele acabara com a sua vida e a da garota que carregaria esse trauma para o resto da vida. Apesar de olhares que pareciam dispersos os policiais nada diziam a não ser sobre a covardia do ato e dispersavam as pessoas curiosas em torno do corpo caído na calçada quente.

Após aproximadamente trinta minutos o corpo inerte do rapaz foi recolhido do chão quente e colocado em um furgão do IML. Antes dos policiais se dispersarem a preocupação era com o sangue que a essa altura brilhava e se enegrecia recoberto com a luz do sol. Quem iria limpar o sangue? Os cachorros poderiam lamber, ou alguma criança pisar no sangue que

poderia estar contaminado, essa era a maior preocupação dos policiais. E continuou quando o policial que me acompanhou até o local me levou de volta para a Cia/PM (D). A sua preocupação era justamente com a limpeza do local, dizia que deveriam jogar água, ou pó de serra antes que o sangue coagulasse.

Ao chegar na Cia/PM alguns policiais do interno esperavam para receber os policiais que atenderam a ocorrência. E o mesmo parâmetro interpretativo ditava o ritmo da conversa *“um otário covarde, onde já se viu acabar com a vida de duas pessoas ao mesmo tempo”*. Como não era a primeira vez que eu tinha contado com mortes violentas não me abalei muito no momento. E apenas respondi a pergunta de um sargento *“o que você achou Bóris?”* Respondi em tom encabulado *“era apenas um jovem”*. Fui imediatamente censurado pelo sargento *“ele era uma covarde e tinha mais que morrer você tem explicação para isso?”*. Naquele momento compreendi instantaneamente que qualquer sentimento de dor poderia abalar a equipe que realizou a ocorrência. E ali era lugar para os fortes que, por sua vez, não admitiam fraquezas subjetivas.

No dia seguinte no B.O de trânsito o pessoal admirando minha coragem dizia: *“aqui nunca apareceu pesquisador, muito menos interessado em participar dessas ocorrências brabas”* e naquele dia vários policiais vieram falar comigo sobre a ocorrência, em um misto de camaradagem e de confiança.

Mas, o certo é que ouvira durante a minha estada no Batalhão vários policiais em *off* dizendo que acidentes com vítimas fatais, suicídios e homicídios eram os casos mais difíceis de trabalhar. E de certa forma, a representação da “coragem” que ouvi durante os comentários na cena do recolhimento do corpo sem vida do suicida, e os comentários que o apontavam com *“um covarde”* corroborava para afirmar uma espécie de amortecedor da realidade que a interação com a morte causava aos policiais.

3.2 Cultura policial: violência e relação com o outros

A polícia é reconhecida como uma instituição que utiliza a força como meio de executar seu trabalho. O mandato legal para o uso da força em suas diligências visa equilibrar as forças sociais e manter a ordem com consentimento dos cidadãos e se fundamenta na garantia de sua segurança (BITTNER, 2003; MONJARDET, 2003).

Ao agir em lugares onde ninguém mais quer agir, e a possibilidade do uso da força neste amplo espectro de procedimentos os policiais militares são equipados com uniforme composto de acessórios que viabilizam a intervenção com tonfa (espécie de cassetete que

possibilita vários movimentos), algemas, canivete, gás de pimenta e a arma como acessórios para a negociação gradual durante ocorrências de vulto que se inicia com as conversações, mas se esse procedimento não for suficiente aumenta a força com a possibilidade de intimidação e imobilização, a arma deve ser o último recurso a ser utilizado.

Certa vez, durante patrulhamento em área de prioridade de policiamento da Cia/PM (D), enquanto o carro era conduzido com pouca velocidade e entusiasmado conversava com os policiais responsáveis pela ronda avistamos dois homens saindo de um bar localizado em uma esquina. A uma quadra de distância distinguia-se as características dos homens, um era branco vestia-se com camisa branca (sem as mangas) e calça comprida surrada manchada de tinta, nos pés calçava tênis, o outro era negro e usava uma camiseta branca, shorts de tecido tãctel e tênis.

Quando estávamos a meio quarteirão de distância os homens se separaram, indo cada um para um lado da esquina. O sargento desconfiou e disse “*da um carambole e volta nos dois caras que estão passando ali*”. Recomendou-me para não sair da viatura e ordenou ao soldado “*você vai nesse e eu no outro*” referindo-se aos dois homens que caminharam em sentidos diferentes, mas sem pressa.

O soldado que dirigia era obeso androide, ou seja, com a circunferência abdominal fora dos padrões admitidos pela mensuração da cintura abdominal requisitada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), ao seguir o comando do sargento imediatamente acelerou a Rádio Patrulha (RP), e antes que os dois suspeitos se distanciassem demais foram interpelados. O soldado de tez branca estava todo avermelhado e apenas cumpriu o comando e nada disse. O assento do motorista do carro estava bastante inclinado para trás possibilitando seus ágeis movimentos no comando da rádio patrulha, sua circunferência abdominal o impedia de sentar-se em um ângulo reto para as costas, mas não impedia seus movimentos com os pés no acelerador e freio e de suas mãos na direção e controle das marchas do automóvel.

O outro policial por sua vez, tinha o corpo magro com aproximadamente um metro e sessenta e cinco de altura, praticante de *jiu-jitsu* e luta livre, uma modalidade de luta marcial, suas orelhas eram inchadas pelos golpes que já havia levado nos treinos da luta marcial, esse aspecto da orelha é de certo modo ostentado pelos lutadores de “vale tudo” como sinal de valentia e força. Seus cabelos eram bastante pretos e lisos que eriçados davam um contorno a forma de pentear. Usava filtro solar e seu rosto tinha uma camada esbranquiçada pelo produto. O sol forte da região fazia-nos padecer e a alta temperatura com o uso do colete protetor aumentava a transpiração e a sensação de calor acentuadamente.

Quando a rádio patrulha chegou próximo aos suspeitos a ostensividade aumentou. Com a manobra do soldado o carro modelo Sedan parecia que ia saltar sobre um dos “suspeitos”, pois balançava a parte dianteira como se testasse os amortecedores, o giroflex e a sirene, ligados na hora da abordagem chamavam a atenção dos homens. O carro parou ao lado do homem branco, enquanto o negro continuava a se distanciar. O sargento do lado do carro que estava o homem negro disse “*ohhh... pixiii... hou*”.

Com o carro parado concomitantemente se desvencilharam do cinto de segurança abriram as portas e agilmente saíram do carro que parou bem no meio da esquina. O sargento saiu com a metralhadora em direção ao sul, isto é, mirando ao chão (sul como é exposto no manual da Ordem Unida da PM que indica as maneiras de portar as armas) e foi até ao homem negro que a essa altura estava parado e esperando conforme indicou o policial. Ao aproximar-se pediu ao homem se dirigir a calçada do outro lado da rua.

Como o assento do motorista estava afastado para trás o soldado obeso para descer do carro deu apenas um giro e as suas pernas saíram do carro e, após impulsionou o resto do corpo para a saída total, com uma das mãos sobre o coldre do revólver, uma pistola PT.40, pediu para o suspeito erguer as mãos e caminhar até a calçada e encostar-se à parede. O homem branco que estava ao lado do carro da polícia respondendo aos comandos do policial caminhou até a calçada, enquanto o policial o seguia dizendo para ele erguer a camiseta e virar-se de costas. A essa altura já estava com a arma PT.40 na mão mirando o sul.

Na calçada, e encostado na parede como solicitou o policial, esvaziou os bolsos e colocou seus objetos no chão. Uma carteira com documentos e as chaves do carro Ford Escort para onde estava se dirigindo ao ser abordado. O procedimento para erguer a camisa é para averiguar se o suspeito estava armado. Ao esvaziar os bolsos o soldado pediu para ele se virar novamente à parede de mãos para cima.

Quando o homem se posicionou de rosto em frente à parede onde o soldado indicou, iniciou-se a revista corporal através do toque com as mãos sobre o corpo do suspeito. Começando pelo dorso passando as mãos na altura dos bolsos da camisa e descendo apalpando até a cintura e descendo em busca de armas no tornozelo. Em seguida começou com as perguntas. “*Tá fazendo o que? já teve passagem? onde trabalha?*”.

Enquanto, isso na outra esquina o outro policial fazia o mesmo procedimento com a vantagem de o seu suspeito estar de shorts o que facilita a revista, aproveitou e trouxe o seu suspeito até o outro que estava sendo examinado em revista pelo soldado. A metralhadora voltada para o sul enquanto caminhava até o soldado, conduzindo o suspeito para juntar-se ao outro, dava-lhe um ar de poder que ele acintosamente parecia se orgulhar. Assim que se

aproximou o soldado começava verificar os documentos do seu suspeito. Lado a lado e de costas para o muro os dois homens respondiam as perguntas iniciadas pelo soldado.

O homem branco disse que trabalhava de pintor e que o outro em sua companhia era seu ajudante. Haviam acabado de fazer um trabalho na cidade e retornaria ao local onde morava em uma pequena cidade a trinta quilômetros dali, sua calça suja de tinta assim como suas mãos corroborava para o que dizia. Pararam para tomar uma cerveja para aplacar o calor, e deixar o seu ajudante que morava a apenas algumas casas onde se realizou a abordagem.

Com os documentos do homem na mão o soldado se dirigiu ao veículo da polícia para fazer uma busca sobre a situação dele com a justiça, essa busca é comumente chamada entre os policiais de “buscar a capivara”. Enquanto conversavam com o policial o homem disse que o conhecia da pequena cidade e relatou a situação fazendo os soldados lembrarem-se.

O soldado, por sua vez, esperava o resultado do dialogo para digitar os dados dos suspeitos quando o policial interrompeu dizendo que não precisava. Que ele conhecia o homem de outra cidade onde havia realizado uma ocorrência. O soldado saiu da viatura entregou o documento ao suspeito. O policial e o soldado se desculparam pela realização da abordagem e enfatizaram a necessidade do procedimento como rotina de trabalho.

Fora da viatura o homem branco dizia *“eu sou certinho seu polícia é que eu separei da mulher e estou solteiro, e o senhor sabe como é né a gente fica com mais liberdade por isso estou aqui ainda”* enquanto o policial e o soldado dizia para eles não esquecerem os documentos, pois o homem negro estava sem os seus para identificação. Os dois homens aparentemente aliviados disseram compreender o trabalho dos policiais demonstrando certa cordialidade, enquanto o policial e o soldado se dirigiam ao carro encerrando a abordagem suspeitosa.

No carro os policiais disseram que a atitude os homens chamaram a atenção, pois eram duas horas da tarde e quando eles perceberam a rádio patrulha se separaram apresentando uma atitude de desconfiança. No rádio o COPOM dava instruções sobre algo que o policial retrucou, o *“COPOM está enchendo o saco”*, Com certa pressa o sargento disse ao soldado *“vamos embora... bora”*.

Na rádio patrulha em movimento o policial dizia que essas abordagens são realizadas porque, através desse procedimento chega-se a um bandido que pode estar *“armando para fazer uma padaria, praticar um estupro, e se eles estivessem com alguma intenção à abordagem coibiu”*, dando como exemplo a saída dos dois suspeitos do bar e padaria. E mesmo que não haja nada de errado a *“gente paga para ver”* disse o soldado ao justificar seu tirocínio na escolha dos cidadãos para a abordagem.

Enquanto reforçava a sua atitude para a abordagem dizia que na cidade eles eram conhecidos porque buscavam ser carismático com a população do “bem” independente de quem seja, e tratar com força quem é do mal e que a atitude dos dois homens ao avistarem a polícia e se separarem chamou-lhes a atenção, bem como o corpo tatuado de um dos suspeitos e a falta de documentação.

Sobre a interrupção na busca a capivara dos suspeitos pelo soldado, o policial explicou que já conhecia o dono do carro Escort de outra ocorrência, e foi recordado pelo soldado que disse ser de uma ocorrência de pensão alimentícia e que o mesmo era um trabalhador. “*A polícia quando realiza a entrevista durante a abordagem é justamente para que não haja enganos em relação aos suspeitos e assim cometer algum erro de procedimento*” disse o sargento. E continuou dizendo que com o passar dos anos a experiência profissional, lhes possibilitam o entendimento da situação para buscarem a verdade sobre os envolvidos em abordagem. Enquanto voltávamos a Cia/PM o policial indicando o caminho para o motorista disse ao chegar a um cruzamento “*pode quebrar aqui contra mão mesmo*”.

3.3 Cultural policial: o cotidiano institucional

3.3.1. Na hora do Rancho²²

Uma das especificidades do dia a dia que compõem a vida dos profissionais da polícia é relacionada à cultura alimentar, assim para observar os riscos que perfazem a profissão subjetivada nas expectativas laborais, aqui se observa a maneira como os policiais fazem manutenção corporal através de seu estilo de vida alimentar. Como se organizam as práticas alimentares que garantem um corpo saudável ou sua desmedida como é observado os excessos de adiposidades corporais encontradas entre a população de policiais que prestam serviços no Batalhão.

No cotidiano da instituição uma das preocupações observadas era com a forma de alimentação dos policiais que “tiram rua” e como se especificam os horários para eles se alimentarem durante a rotina diária de trabalho. Segundo os trabalhadores alocados no

²² O Decreto Nº 52.054, de 14 de agosto de 2007. dispõe sobre os horários de trabalho e registro de ponto de servidores públicos estaduais da Administração Direta e das Autarquias, consolida a legislação relativa às entradas e saídas no serviço, e dá providências correlatas. Artigo 5 – A jornada de trabalho nos locais onde os serviços são prestados vinte e quatro horas diárias, todos os dias da semana, poderá ser cumprida sob regime de plantão, a critério da Administração, com a prestação diária de doze horas contínuas de trabalho, **respeitando o intervalo mínimo de uma hora para descanso e alimentação**, e trinta e seis horas contínuas de descanso. Parágrafo Único – Aplica-se o disposto “caput” deste artigo aos servidores pertencentes a atividades fim das áreas de saúde, **segurança pública** e administração penitenciária. (SÃO PAULO, 2007, Grifo do autor).

Batalhão, os policiais que fazem atendimento de rua não têm um horário normalizado para se alimentarem. Eles só comem quando estão sem ocorrência e quando a sua área de atuação fica perto da sua casa, e após comunicar e forem liberados pelo sargento responsável pelo turno de trabalho. Neste caso ele para por algum tempo para se alimentar. O que não ocorre sempre, geralmente, o policial fica horas sem comer.

“Certa vez eu fiquei 12 horas sem colocar nada na boca – nenhuma gota d’água. Você imagina o que é não ter horário para comer e nem ir ao banheiro? Pois é, o pessoal que trabalha na rua passa por isso. Neste dia não deu tempo para nada. Só quando terminou o expediente que paramos em uma padaria e nos ofereceram algo para comer. O dono disse que não tinha mais marmite, arroz e feijão comida que alimenta de verdade. Comi três salgados de uma vez. Quando cheguei a minha casa estava exausto caí na cama e dormi. No dia seguinte fui trabalhar mais doze horas no turno da noite, a noite inteira” relata policial com 23 anos de profissão na Cia/PM (G).

Os sobressaltos vividos pelos policiais na hora do almoço ou jantar corroboram para uma vivência inadequada, capaz de produzir um corpo adoecido e alheio às especificidades profissionais. Nas Cias/PM, no B.O trânsito o horário para alimentação também obedece aos fluxos dos acidentes. Como é um trabalho essencial oferecido pela PM nas vinte e quatro horas do dia, os profissionais que atuam nesta função trabalham em sistemas de revezamento. Cada profissional dedica, dia sim dia não, doze horas de trabalho ininterrupto e mais trinta minutos para a transmissão do posto, prática que consiste em fazer um relato das ocorrências do turno.

O motivo pelo qual esses policiais não se alimentam em horários que sejam adequados ou em conformidade com discursos dos setores médicos, nutricionais e institucionais que enfatizam horários preestabelecidos para a alimentação e uma boa manutenção do corpo, para em sequência obterem uma melhoria na qualidade de vida, ecoam nas demandas discursivas para as práticas institucionais em busca de um policiamento de acordo com as especificidades da demanda social, ou seja, enquanto a sociedade estiver chamando a polícia não há tempo para as necessidades físicas e a construção diária de um corpo saudável.

Esse entrave na hora de se alimentar se observa ora no avolumado número de ocorrências de acidentes de trânsito, ora na falta de policiais para atenderem as notificações, ou no próprio descuido do policial que se adapta aos horários ditados pelo trabalho e não pelos discursos, ou necessidades físicas que regem os cuidados corporais.

Muitos desses operadores de segurança saciam a fome com a famosa “beliscadinha” e assim passam suas doze horas com uma alimentação inadequada: *“eu como a hora que dá”*

diz um policial enquanto come cinco mini esfirras às dezesseis horas da tarde em frente ao computador, onde insere as ocorrências no sistema de armazenamento em rede da PM. Cabe enfatizar que o início do seu turno começa às seis horas da manhã, e o policial mesmo se alimentando fora do horário, não pausa o trabalho que termina às dezoito horas.

Esse mesmo policial afastado do trabalho da rua por motivos de saúde teve seus dois rins paralisados. Emocionado conta que foi sua mãe com 67 anos quem lhe doou um dos seus rins, e por isso estava vivo. Reitera que em sua casa acorda às sete horas da manhã e, por não fazer bicos, toma seu café da manhã com suco, queijo branco e pão diet ou integral, após três horas come uma fruta, no almoço come frango grelhado arroz, feijão e salada, e toma suco de frutas. Durante a tarde se alimenta com outra fruta e no jantar come arroz, feijão, carne de frango grelhado e saladas.

Mas no serviço não prosseguia a dieta alimentar, pois estava sempre tratando com as pessoas envolvidas em acidentes, que por sua vez chegavam a Cia/PM, nervosas após colidirem os veículos, ou atropelarem alguém e nestas condições ficavam visivelmente abaladas necessitando de um atendimento rápido e eficaz. *“Não posso fazer o cidadão esperar enquanto almoço, eles já estão estressados após as ocorrências, com os prejuízos das batidas nos veículos”* narra o policial na Cia/PM.

Embora haja dificuldades para conseguir uma hora para o rancho, muitos profissionais da linha de frente criam formas de camaradagem na hora de se alimentar e, assim estabelecem durante o expediente a divisão das contas do alimento, ou a captação dele através do QSA enquanto meio de angariar alimentos junto à sociedade sem a necessidade de pagá-lo em moeda corrente, trocando muitas vezes a prestação de serviços e segurança com alimentação. Desta maneira solidificam-se os laços entre os profissionais e em momentos de prazer se espairose a dificuldade do trabalho, ou simplesmente sacia-se a fome, pois, como é enfatizado, *“policial que tira rua não tem hora para comer”*. E da mesma forma que o policial que realiza ronda durante o dia, o policial que tira plantão à noite, também está à mercê das contingências das chamadas para policiamento em sua área de atuação.

“A gente come a hora que dá... quando estamos em serviço a gente come marmitas. O dinheiro sai do nosso bolso. A gente pega duas marmitas e divide em três, cada marmita vem muita comida e não é preciso uma para cada um. Geralmente compramos no posto que serve janta aqui perto do quartel. Da mesma forma fazemos com a água toda viatura carrega 5 litros de água. Isso também ajuda no ânimo. Tomamos água fresquinha boa da mina”, revela soldado com 22 anos de profissão (Sede).

Mas a atividade profissional é carregada de estresses, seja por meios da ostensividade diária no contato com a população, ou das pressões oriundas das formas de tratamentos institucionais, mediados com a prática da posição social e da “autoridade ameaçada” como diz Da Matta (2006. p. 193-194), dos oficiais para com as praças. Essas práticas engendram querelas no cotidiano profissional tornando o policial disperso de seus afazeres dificultando, muitas vezes, os laços que solidificam a camaradagem entre profissionais.

Um oficial bem relacionado com a tropa, durante a sua ida até o refeitório, foi parado em sua trajetória diversas vezes pelos soldados, que insistiam em agradecê-lo pelo seu convívio harmonioso com a tropa. *“Aqui manda quem pode e obedece quem tem juízo. Certa vez, após uma medida interna realizada pelo comando no refeitório, fui chamado atenção de maneira humilhante em frente a todos os meus colegas de profissão. Eu não sabia sobre a nova forma de retirar o alimento que deveria começar do feijão, passar pelo arroz e por fim a carne. Fiz neste dia como sempre fiz peguei o arroz, o feijão e a carne. Foi o suficiente para que o oficial me achincalhasse em frente a todos os meus colaboradores. Esperei o fim do almoço e após disse a ele que essa não era a forma de tratar seus iguais. Ele desconcertado após alguns dias veio me pedir desculpas. Mas suas desculpas não foram em público, como ele fez comigo, e sim de maneira escamoteada, às escondidas. A dificuldade aqui está na comunicação, não existe comunicação entre a ponta com Rádio Patrulha e o comando. Os oficiais não olham para o soldado com respeito e muitas vezes suas ordens são escalonadas passando de um subordinado a outro. Quando chega a base o soldado não sabe de onde a ordem veio e sua função é apenas cumprir. Nós policiais vivemos em um estado de exceção permanente. Eu estou aqui para supervisionar, não vou contra os meus colaboradores. Todos que aqui trabalham são pessoas que devem ser observadas individualmente. A polícia parou sobre os teóricos como Beccaria, Maquiavel, e o chinês da arte da guerra. Não se atualizou. Não temos cursos de aperfeiçoamento, o que nos ajudaria na compreensão de certos episódios, que poderiam minimizar certos constrangimentos e riscos a saúde”* disse o oficial na Sede.

Como meio para solidificar o laço social durante o ato alimentar, a instituição ao promover práticas que confirmam humilhações na hora de produzir o corpo apto a seus interesses perde seus parâmetros para espelhar um bom governo para o outro. Segundo Foucault, a empresa moderna investida de capital humano ignora seus objetivos quando investe contra seu próprio capital, pois invalida a necessidade de aumentar o conhecimento acerca do seu próprio trabalho, e assim permite a possibilidade de alienação em relação ao seu produto fim, ou seja, diminui o investimento no capital humano exigido pela aptidão e

competência para poder fazer alguma coisa e, dessa forma, incide contra a realidade de um governo biopolítico expresso na aquisição de técnicas desenvolvidas que viabilizem a possibilidade e aumentar o conhecimento do trabalhador (FOUCAULT, 2008a, p. 309).

“Eu estava com meu companheiro e mais dois outros policiais de outra viatura no pátio da CIRETRAN. Eram aproximadamente vinte horas e trinta minutos, não havia nenhuma ocorrência e paramos para jantar. Compramos uma pizza e uma coca-cola e estávamos ali comendo, quando chegou um oficial e disse que nós estávamos cometendo uma infração. Disse-lhe que não havia ocorrências e paramos para jantar. Ele disse que deveríamos ter-nos dividido de dois em dois e as viaturas deveriam ficar fora do pátio. Disse a ele que o horário da alimentação era um momento de confraternização, como nunca jantávamos ou almoçávamos com as nossas famílias, aquele era um momento onde podíamos conversar e nos sentirmos unidos. O oficial ficou louco. Principalmente quando lhe ofereci um pedaço de pizza. Ele recusou e disse que as viaturas estavam em lugar impróprio, tudo para arrumar confusão e me entubar (prejudicar na gíria da polícia). Disse que a viatura dele também estava em lugar inapropriado. Foi a gota d’água para ele meter a canetada. Não demorou em aparecer a “pasta azul” indiciando eu e os outros que estavam jantando. A primeira vez que me mandaram eu não fiz nenhuma defesa escrita. O pessoal perguntou se eu estava louco. Disse a eles para fazerem o mesmo. Na segunda vez que reenviaram à pasta azul pedi o testemunho dos outros três guardas que estavam comigo e também o Governador do Estado José Serra para minha defesa. Quando me apresentei ao comando para fazer a minha defesa e após os guardas que estavam comigo se pronunciarem. Eles perguntaram sobre essa outra testemunha e disseram que era impossível que ela se apresentasse. Disse que a presença do Governador podia ser expressa pelo regulamento sobre o horário de alimentação dos profissionais que trabalhavam em um turno de doze horas. E apresentei o regulamento contendo as informações. O pior que eles (oficiais) não sabiam da existência desse documento que pregava sobre os direitos a alimentação em trabalho. Enfim o processo morreu e não fui condenado a pagar nenhum dia de prisão. Mas, os outros dois policiais que estavam junto jantando comigo ficaram cada um deles um dia preso. Acho que ficaram com medo de enfrentar o comando, sei lá. E acabaram aceitando a repreensão. Eu não devia nada, e estava no meu direito de poder me alimentar durante o trabalho”, concluiu o policial no Batalhão.

A alimentação saudável é item do discurso para a governamentalidade institucional²³. Através de artigos em revistas dirigidas aos policiais a instituição demonstra através de práticas de gerenciamento do oficialato os cuidados com a comida, bem como a preferência alimentar entre os policiais na ativa. “Strognoff, lasanha, feijoada e filé de frango com creme de milho são os pratos mais comemorados pelo policial que chega ao refeitório do Centro Médico na hora do almoço” revelam os profissionais que atuam no preparo da alimentação para os profissionais no hospital da polícia militar (ALIMENTAÇÃO..., 2013).

Segundo artigo sobre alimentação e saúde em revista para policiais, anualmente cerca de 100 mil refeições são servidas aos policiais e alunos ingressantes na corporação no Centro Médico da Polícia Militar. O número de refeições abrange desde o desjejum, almoço e jantar. Em geral a maior demanda por alimentos ocorrem nos dias úteis, nestes dias a quantidade de profissionais em serviço superam os dias de domingo e feriados (ALIMENTAÇÃO..., 2013).

No Centro Médico da instituição militar cerca de vinte e quatro funcionários se revezam no preparo da alimentação salientando rigores acerca da higiene e das boas práticas na manipulação dos alimentos. O cardápio é baseado em hortaliças e frutas da época garantindo o frescor dos produtos adquiridos diariamente (ALIMENTAÇÃO..., 2013).

A dieta é complementada com carnes, grãos, ovos e massas. E como sobremesa há doce ou uma fruta, de acordo com a opção do policial. Os nutricionistas do Centro Médico da polícia militar buscam dentro das normativas para uma alimentação saudável harmonizar a textura, as cores e a variedade no sentido de garantir um sabor palatável para os policiais (ALIMENTAÇÃO..., 2013).

Enquanto, no Batalhão o ambiente do refeitório é amplo, mas suas vidraças pequenas e próximas ao teto diminuem os facho de luz, deixando o ambiente em tom opaco. No teto dois ventiladores e as marcas de mofo que circundam as goteiras formando descamações na pintura. As mesas contêm cadeiras acopladas que acomodam cerca de cinquenta e oito soldados sentados.

Há também separação entre os refeitórios dos oficiais, dos sargentos e dos soldados. Segundo alguns policiais essa separação é uma vergonha, mas a prática de almoçar em

²³ O Convênio nº MJ707211/2009, firma parceria entre a Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP) com a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMSP), através do Programa Permanente de Valorização Profissional (PPVP). Os objetivos do projeto buscam ampliar os recursos e práticas relacionadas à Valorização Profissional, à Qualidade de Vida e à Gestão Estratégica de Recursos Humanos, por meio da integração e de investimentos específicos nos órgãos relacionados ao atendimento e sensibilização de público interno da Polícia Militar de São Paulo. Entre as ações estabelecidas figuram a produção de livretos ilustrativos para a Campanha do PPVP, entre os quais o livreto: **Programa Permanente de Valorização Profissional: Campanha e Clínica de Controle – Busca do Peso Ideal.** (PROGRAMA..., 2013).

conjunto, segundo sua hierarquia é defendida por muitos oficiais e sargentos que preferem seus pares a se misturar com os outros policiais de baixa patente.

Sobre as instalações do refeitório, as goteiras geram protestos: *“há no andar de cima sobre o refeitório dos soldados um banheiro que o encanamento está com problemas causando o gotejamento, bem aqui na porta de entrada, e há muito tempo estamos chutando as medidas paliativas que servem de alívio ao problema”* diz policial apontando para balde no chão para aparar as goteiras, enquanto cai uma gota de esgoto em seu copo de café. Risonho com a coincidência de sua descrição dispensa o café e pega outro, nada fazem sobre isso, comenta soldado com 23 anos de profissão no Batalhão.

A cozinha é grande e fica anexa ao refeitório dos soldados. A equipe que cuida da alimentação é composta de três soldados que estão próximos a se aposentar e diz um deles *“temos proximidades com as panelas”*. *“Aqui na cozinha tem que ter espírito de equipe respeitar os horários e auxiliar sempre, pois enquanto um soldado cozinha o alimento, outro soldado auxiliar limpa a cozinha lavando os pratos e panelas, e assim por diante. Mas o rancho dos policiais deve estar na mesa no tempo certo”*.

A mesa de alimentação elétrica conserva o alimento quente sobre o vapor e ostenta o cardápio do dia: arroz, feijão, ovo frito e carne enrolada (bife a role). *“A comida é boa, mas quando era uma empresa terceirizada era de melhor qualidade. Nesta empresa havia nutricionista e a mesa de frios, continha saladas e legumes e na parte do quente o arroz, o feijão e a mistura eram muito bons”*, reitera o soldado.

O preço da refeição por pessoa é de aproximadamente quatro reais, *“baratinho comer aqui. A comida é simples, mas é gostosa”* diz um soldado temporário (ST). *“Eu gosto de comer bem devagar, mastigando bem os alimentos. Vejo muitos soldados comerem correndo, preocupados com o tempo que vão gastar durante a alimentação, não gosto que me incomodem ou me apressem acho que isso é muito ruim. Hora de comer é hora de comer”* fala um soldado com 23 anos de trabalho policial.

O ticket alimentação é outra reclamação dos soldados. Cada policial recebe cerca de R\$120,00 reais para alimentação quando está em serviço, mas conforme a graduação profissional perde-se o direito, o soldado quando sobe de cargo na hierarquia perde o auxílio alimentação. Essas práticas institucionais, em consonância a horários irregulares na hora da alimentação, propiciam aos profissionais aderirem ao fornecimento de quentinhas em bares, restaurantes e lanchonetes, seja através QSA como meio de conseguir alimento sem pagar, ou com a compra de seu próprio alimento. Enquanto muitos soldados não sabem o valor do seu

auxílio alimentar²⁴. Os embates acerca da alimentação acontecem na visibilidade das formas adiposas e na indisciplina contra uma corporalidade saudável e em conformidade as práticas do limpo e asseado.

Já diziam os antigos: a saúde começa pela boca! Com certeza não se referiam apenas ao fato de cuidar dos dentes e higiene bucal, mas muito mais da ingestão alimentar. [...], sobretudo, a necessidade de, além de optarmos por uma alimentação balanceada que atenda as necessidades de cada pessoa, que essa alimentação seja feita com refeições regulares e distribuídas ao longo do dia e não, ao contrário de que alguns pensam comer só quando estamos com fome. (PROGRAMA..., 2013, p. 27).

Com estas ilustrações institucionais do “Programa Permanente de Valorização Profissional da Polícia Militar de São Paulo: Campanha e Clínica de Controle – Busca do Peso Ideal” acerca do ato alimentar da tropa, é possível observar que a instituição busca insistir sobre uma regulação saudável na produção corporal dos policiais. Mas, como algo estranho ao dia a dia e as necessidades dos policiais, principalmente os que atuam na linha de frente nas ocorrências das chamadas policiais, as regulações institucionais ficam muitas vezes sem respaldo, pois não ressoam entre o efetivo porque não coadunam com a prática cotidiana de seus servidores, como expressa a citação:

Assim não adianta fazer a dieta do camelo: faço um estoque depois fico muito tempo sem comer. Se adotarmos esta dieta o nosso organismo vai entender que irá passar por longos períodos sem receber alimentação e, desta forma vai procurar acumular nutrientes e energia o máximo que conseguir, sendo que esta energia será estocada na forma de gordura. Por isso devemos fracionar a nossa alimentação em 5 ou 6 refeições diárias, comendo a cada 2 ou 3 horas. (PROGRAMA..., 2013, p. 27).

Essas recomendações do Programa Permanente de Valorização Profissional da Polícia Militar de São Paulo: Campanha e Clínica de Controle – Busca do Peso Ideal, apesar de

²⁴ Na página do Orkut da Segurança Pública de São Paulo, os relatos dizem: Anônimo - 30/01/2010. Qual o valor de um policial em São Paulo? “... é justo um policial militar que trabalha 12 horas por dia ganhar um ticket de 4,00 o dia e somente o dia que ele trabalha, então quer dizer que ele só se alimenta 15 dias depois fica sem alimentação, outra o ticket é alimentação e não ticket restaurante, esse sim é pra almoço, pelo que eu sei o ticket alimentação é para fazer compras no mercado, será que é lá que eles os nossos valorosos policiais vão almoçar, sem contar que ele só tem direito a se alimentar uma vez ao dia, um prato feito custa em torno de 7,00 em um restaurante dos mais baratos”. Disponível em: <http://www.orkut.com/Main#CommMSGs?tid=542618304561305529&cmm=90814067&hl=pt-BR>. Acesso em: 05 jul. 2013.

Outro anônimo em 2010 diz: “governador, os policiais do interior não aguentam mais viver com um salário de 1685.00+120,00 de ticket alimentação...” Disponível em: [http://www.orkut.com/Main#CommMsgs?cmm=90814067&tid=5426183045691305529&na=2&npr=3&nid=>acesso em: 05 jul. 2013.](http://www.orkut.com/Main#CommMsgs?cmm=90814067&tid=5426183045691305529&na=2&npr=3&nid=>acesso%20em%2005%20jul.%202013)

corretas segundo o discurso médico para manutenção de um corpo saudável, não se adequam à prática cotidiana de trabalho dos policiais militares. Seja devido às especificidades do excesso de trabalho diário com os mais diversos tipos de afazeres como também a uma ingerência individual, que não vislumbra uma possibilidade de saúde a partir de discursos institucionais para a sua condução.

3.3.2 Uma vida desqualificada

Entre os vários aspectos que compõem as práticas para o corpo do policial como os exercícios, os cuidados com a prática moral, as orientações acerca da representação durante rotina profissional, entre outras, a prática alimentar também pode viabilizar meios para observar as inter-relações entre sociedade e polícia. Segundo Reiner, a característica que engendra o comportamento do policial com o distanciamento social (REINER, 2004, p. 140), expressos nas práticas e relatos de policiais que narram sobre a dificuldade de se misturarem com os cidadãos, bem como a rejeição de certos segmentos sociais referentes a natureza do trabalho relacionada ao recurso do uso da força, não interrompem a onipresente ostensividade imagética da corporalidade policial.

A recordação da imagem do policial pode intervir sobre intencionalidades sociais e individuais. Seja na recordação da repreensão do crime pelo castigo, ou na presença física imediata com seus uniformes e insígnias, o corpo do policial é chamado para o trabalho interventivo, a menção da famosa frase: “chama a polícia” intimidam ações perigosas redirecionando histórias e acontecimentos da vida ordinária do cidadão. O poder ostensivo do soldado é antes de tudo corporal e imagético. O corpo é parte da representação de uma imagem que não se deixa desaparecer.

A recordação social, por parte dos cidadãos também pode ser negativa: “*Outro dia estava passando em um posto de gasolina e vi um policial gordo. Que policial era aquele? Policial mais sem compostura, como pode isso?*”, diz um cidadão sobre a obesidade entre policiais. Ou através do reconhecimento das insígnias policiais por um homem que cumprira 30 anos de prisão por matar um policial civil: “*Mano o cara foi meu amigo na infância, nós brincamos juntos... Outro dia a gente se trombou, e ele se recordou da nossa infância a mãe dele mora na esquina de casa. Aí mano vi ele dentro do carro, tava fardado e logo pesquei seus três macarrão no braço*²⁵”.

²⁵ Desenho da insígnia que informa a patente de terceiro sargento. São três formas triangulares com dois revolver cruzados que aumentam conforme a grau de sargento, quatro para o segundo sargento e cinco para o primeiro sargento.

O reconhecimento da polícia através de seus uniformes, do corpo obeso e sem medidas destaca um corpo em estado de exceção. Suas marcas, suas mazelas, suas conduções os resvalam para uma orla que ninguém quer estar. O poder de matar ou morrer intercambia, através da reflexividade com a prática política de um Estado fundamentado na violência como diz Pinheiro (1982), e ultrapassa as cancelas institucionais representando os cuidados na condução da saúde, e na preservação da vida da população atendida por essa polícia.

Em uma ordem democrática, onde os princípios da economia de mercado regem as condutas, vale lembrar que o trabalhador moderno é construído e assim produziu-se o soldado (FOUCAULT, 2002, p. 132). O capital humano investido nessa construção leva o corpo do trabalhador apto a oferecer sua máquina-empresa ao mercado consumidor, que o utiliza conforme suas competências para as necessidades do mercado, da mesma forma como o recoloca enquanto máquina-empresa na esfera do capital como produtor de fluxos e rendas com seu consumo (FOUCAULT, 2008a, p. 309).

Esta dinâmica se processa através da infinidade de centros de poder, pois levam em consideração, o mundo microscópico e suas capilaridades corporais que refletem a produção de homens máquina-empresa (FOUCAULT, 2008a, p. 309). Essa maneira de gerir o Estado moderno indica uma pedagogia que revela a arte de governar do sujeito para o sujeito, enquanto prática política que ocorre de maneira horizontal, diferente da dinâmica do governo verticalizado onde o governador irradia poder de cima para baixo na condução do cidadão. Neste contexto, a gestão política horizontalizada de corpos obedece a práticas indicativas de que um espelhamento mal produzido traduz-se em indicativos de anormalidades na dinâmica processual e reflexiva do aprendizado que, por sua vez, reflete ordenações danosas entre aquele que se produz e o que se deseja produzido (FOUCAULT, 2008a, 2008b).

4 O CORPO DO POLICIAL E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

4.1. Cultura policial: hierarquia, disciplina, trabalho, problemas interativos

4.1.1. Controle sobre o corpo (corpo sem ação)

Passavam de dez horas da manhã quando uma policial avisou o sobre o local da sala onde ocorria o Estagio Aprimoramento Profissional - Desenvolvimento Psicoemocional (EAP). O EAP é indicado para os profissionais que durante alguma ocorrência tenham passado por circunstâncias trágicas que se traduziram em estresses pós-traumáticos proporcionando distúrbios ao organismo e ao estado emocional do soldado.

Essas ocorrências geralmente são traduzidas em cenas fortes como tiroteios, mortes de amigos de profissão, suicídios, salvamentos, desastres de automóveis de civis e com viaturas da polícia, confrontos com opositores na prática de crimes durante procedimento. A descrição das cenas operacionalizavam os diálogos e organizavam as falas dos profissionais, traduzindo suas dores subjetivas em consonância com o exigido profissionalmente na representação do poder social.

Esses transtornos são chamados Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) é uma manifestação interna de ansiedade precipitada por um trauma. O traço essencial desse transtorno é que seu desenvolvimento está ligado a um evento traumático de dimensão extrema. Uma fração significativa dos sobreviventes de experiências traumáticas desenvolvem vários sintomas agudos do transtorno, que pode ser dividida em três grupos: revivescência do trauma, esquiva ou entorpecimento emocional e hiperestimulação autonômica (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008, p. 218).

A terapia realizada em grupo contava com palestrantes da própria instituição e na dinâmica eram realizadas diversas temáticas, que buscavam auxiliar o policial em suas dores subjetivas incentivando-os a superarem os traumas vivenciados durante as ocorrências perigosas. Havia também preparação física com dinâmica de grupo que visava ajudar os policiais a combaterem a vida sedentária com exercícios propostos por profissional da área de educação física do Batalhão.

Segundo a instituição, esses riscos são constatados com a exposição involuntária do profissional, em ocorrências que exigem respostas imediatas e que superam a sua capacidade pessoal de ação. O experimento do perigo iminente afeta a qualidade de vida e causam

estresses com consequências físicas e emocionais. E para esses profissionais a PMSP, desenvolve dinâmicas psicoemocionais que, por sua vez, tem uma boa aceitação dos profissionais que necessitam utilizar o serviço e o avaliam como um bom instrumento da PM em relação ao bem estar da tropa que passou por situações de vulnerabilidade (SÃO PAULO, 2011).

Durante o curso no treinamento e preparação física três policiais obesos que participaram do EAP se juntaram aos outros profissionais para reclamarem da condução dos exercícios físicos. Um deles me sugeriu para ficar afastado das propostas realizadas pelo comando em relação ao programa de emagrecimento sugerido pelo Batalhão aos seus soldados, e isso após ter passado aproximadamente mais de dois anos da realização do programa de emagrecimento. Diziam que era uma truculência do comando querer emagrecer a todos sem uma avaliação individual e que a cobrança não coadunava com os afazeres cotidianos do policial.

Mesmo com as reclamações todos foram à quadra para a prática dos exercícios e estimulação física. Dos três obesos dois estavam com obesidade andróide, ou seja, com o aumento significativo da circunferência abdominal e participaram normalmente dos exercícios elaborados pelo professor, e sem nenhuma dificuldade aparente acompanharam os movimentos propostos para o condicionamento e relaxamento físico, o outro tinha uma obesidade total que lhe recobria todo o corpo e teve exercícios elaborados separadamente na sala de ginástica.

O soldado com obesidade total severa dentro da academia do Batalhão caminhou na esteira e tentou algumas abdominais, mas sem sucesso voltou-se à bicicleta ergométrica que lhe acomodava melhor o corpo. Quando o policial obeso saiu da academia os outros ainda estavam sob o sol da manhã de primavera brincando de jogar bola no campo de futebol, mas o jogo consistia em jogar de mãos dadas com os colegas de trabalho. Segundo o instrutor dos exercícios essa dinâmica buscava fortalecer os laços entre os soldados, ao passo que aumentava as suas coordenações psicológicas e motoras e aprimorava o seus sentidos de alerta quando em missão conjunta.

Durante o exercício no campo de futebol os participantes, de ambos os sexos, de mãos dadas pareciam brincar e riam das faltas de coordenação das duplas em busca da bola. O soldado com obesidade mórbida, ou seja, IMC 53,3 não participou dessa modalidade.

Após essa dinâmica o oficial sugeriu outro exercício que consistia em rolar o corpo no chão em um movimento sincronizado com os demais. Nesta dinâmica o soldado foi convidado para participar, mas recusou alegando que sentia dores no joelho e não conseguiria

realizar o exercício proposto. O exercício propunha que os soldados sentados em círculo com uma das pernas dobradas rolassem o corpo no chão para se posicionar sobre a outra perna dobrada e tocar outro policial que estava ao lado, que por sua vez, repetia o mesmo movimento até tocar em outro policial e assim por diante.

Mesmo com a insistência do oficial que dizia *“faça o que conseguir o importante é você tentar”*, o soldado irresoluto dizia: *“não consigo”*. O instrutor dos exercícios compreendeu e continuou com os cuidados com os outros participantes ao informar diversas vezes como era a forma de praticar o movimento.

Com a camisa molhada de suor o soldado obeso se dirigiu aos profissionais da área de saúde que estavam presentes. Parecia buscar apoio na sua decisão e os profissionais disseram para que ele fizesse apenas aquilo que seu corpo conseguia. Com 1,65 de altura e 145 quilos o soldado conseguiu mobilizar os profissionais e manteve-se a distância dos exercícios.

O policial em tom entristecido dizia *“eu não aguento professor”* ao instrutor que insistia dizendo *“faça o que puder sente e levante-se isso já é movimento e participação”*. A cena gerou revolta na ala da saúde que em apoio ao policial o incentivavam com um *“não vá”*. Este pequeno fragmento cênico revelou a luta pela posse do corpo durante o discurso e a prática de saúde no Batalhão. De um lado os profissionais de baixa patente responsáveis pela saúde do Batalhão estimulavam o policial que estava com obesidade mórbida a fazer apenas o exercício que seu corpo aguentasse, do outro o discurso do comando que ministrava os exercícios físicos como forma de domínio do corpo e produção de bem estar, expunha que sem estímulos o corpo não alcançaria os objetivos institucionais para a redução de peso e melhoria na qualidade de vida.

“O instrutor quer condicionar os profissionais que estão participando do EAP em apenas poucos dias e na marra isso não têm cabimento. Esse tipo de ajuste deve ser de acordo com a predisposição do soldado. Assim ele acaba prejudicando a proposta do EAP, que visa à manutenção do equilíbrio emocional do policial”.

Dizia a policial com 18 anos de trabalho na PM. Segundo as narrativas, o instrutor não era muito bem quisto pelos policiais, por essa insistência em querer buscar o condicionamento da tropa a qualquer custo. E alargavam a críticas com as referências da participação dele no programa de redução do peso realizado no Batalhão.

Assim que terminou, após uma hora, a bateria de exercícios elaborada pelo profissional graduado em educação física os profissionais voltaram para a sala onde se desenvolvia as palestras do EAP. Entusiasmados diziam *“graças a Deus acabou... esse oficial*

não deve ter mais nada para fazer né... fica aqui judiando da gente” disse um policial, que suado enxugava o rosto com a camisa.

O soldado obeso que teve sua participação diferenciada durante os exercícios físicos saiu sem conversar com ninguém. Somente conversou com os profissionais da área de saúde e comigo relatando seu problema de aumento de peso *“Foi depois que rompi os ligamentos do joelho que comecei a engordar e já faz dez anos que luto contra a balança hoje estou com 145 kg e isso me incomoda muito, mas não deixo de trabalhar”*. Essa foi a única vez que consegui falar com esse policial que se recusava a conversar comigo e com os outros policiais, permanecendo sempre a distância quando fora da sala e sempre com algum alimento na mão comendo compulsivamente.

Nesta mesma ocasião após, a dispersão dos policiais falei com o instrutor que narrou a dificuldade de fazer exercícios com a tropa.

“Bóris outro dia eu quase apanhei do pessoal da saúde que disseram que os meus métodos estavam maltratando os policiais. Eu apenas quis fazer com que esses homens e mulheres sentissem seus corpos, e o colocassem para movimentar, não existem exercícios que não provoquem uma reação do corpo, e isso é bom para que estimule a vivência corporal. O corpo deve ser estimulado para produzir suas próprias defesas, como o exemplo, da serotonina que auxilia nas mais diversas funções vitais” oficial com 20 anos de profissão na Sede.

A disputa entre o certo e o errado torna muitas vezes inviável conduzir a tropa. O profissional disse ter preparado uma bateria de exercícios estimulantes para que os policiais sentissem que seus corpos estavam vivos, mas os resultados não foram muito agradáveis, pois alguns policiais sentiram seus corpos doloridos e diziam que não conseguiam no dia seguinte ao trabalho corporal realizado pelo instrutor mexerem as pernas ou dirigirem seus carros sem sentirem dores no corpo.

Nos diálogos sobre a condução do corpo com IMC alterado no Batalhão as conversações eram muitas vezes tensas. Entre os que comandavam e os comandados havia uma disputa, revelando a busca da efetivação e centralização do poder nos oficiais e a sua efetivação prática entre os policiais de baixa patente.

4.1.2 Peixe e tubarão no aquário administrativo

“Há duas polícias em uma. Uma polícia dos oficiais e uma polícia das praças” diz soldado na Cia/PM (G). Essa dicotomia revela que, além das hierarquias de mando, existem

outras diferenças que sancionam as relações interpessoais que se expressam através das corporalidades distintas na polícia, ou seja, a formatação diferenciada de corpos funcionais para a prestação de segurança pública também obedecem aos ditames dos instrumentos utilizados no trabalho.

Essa diferença corporal pode ser observada entre os soldados que realizam patrulhamento a cavalo, seu corpo, sua farda, sua postura e suas dores, principalmente na coluna vertebral, se assemelham aos policiais que fazem patrulhamento motorizado em motocicletas (Rocam) a exemplo, mas diferem de policiais que fazem a ronda de viatura, ou trabalham no administrativo. São corporalidades profissionais que se distinguem uma das outras, mas que ritualizam suas atuações de acordo com seus experimentos cotidianos e dentro de um suporte identitário subjetivado que indica uma mesma orientação profissional (AGIER, 2001), e que produz um corpo modulado de acordo com a inserção dentro da instituição.

Os policiais da Força Tática, devido a sua ostensividade nas patrulhas desenvolvem um semblante carrancudo e muitas vezes são criticados por não cumprimentarem os outros profissionais. *“Eles se sentem mais policiais que nós. Antes eu também pensava assim, achava que quem era do administrativo eram puxa sacos, baba ovos, mas agora eu dou o devido valor. Aqui no interno há humilhações quando os policiais mais graduados perseguem algum outro de baixa patente, e de fora com os policiais de rua que dizem que não fazemos nada e que o trabalho interno não é trabalho de polícia nem para homens”* diz soldado, afastado do trabalho de rua por problemas de saúde na Cia/PM (C)²⁶.

“Aqui os policiais do administrativo são tratados como se não fossem policiais. O verdadeiro policial é aquele que está na rua prendendo bandidos” revela cabo 23 anos de polícia militar na Cia/PM (C). Esta afirmação perpassa a maioria dos policiais que atuam no administrativo, através dessa confissão é possível observar posturas distintas causadas pelos diferentes programas de policiamento que a instituição fornece ao público como parte dos seus serviços de segurança.

O policial da Força Tática, segundo o soldado pensa ser melhor que os outros policiais que fazem policiamento de rua essa constatação empobrece as relações profissionais, marcada pelo forte traço hierarquizador e disciplinar presente entre soldado e oficiais, assim como as

²⁶ Em relação à Força Tática – a sua representação social também se reveste de maneira diferenciada. Esse programa de policiamento tem mais respeito dos “criminosos” devido a sua forma de policiamento com ostensividade. O Uniforme, o braçal, e a viatura diferenciada também corroboram com uma adesão interna dos policiais que alimentam a diferença da representação policial, dentro e fora da polícia.

práticas hierárquicas que orbitam as interações entre soldados que fazem patrulhamento e os que fazem serviço interno reforçam o distanciamento entre os profissionais.

Há também uma analogia ao entre o administrativo e um aquário de peixes²⁷. Segundo vários policiais, os profissionais que trabalham no interno são considerados peixes, pois estão em uma estufa de vidro resguardados dos perigos da rua. Os policiais que executam tarefas no administrativo são acusados de serem protegidos dos oficiais e quanto maior o apadrinhamento interno maior o peixe que passa a ser chamado de “tubarão” revela policial feminina com 18 anos na Cia/PM (F).

Mas, o perigo e as admoestações que se encontram no trabalho interno também danificam a saúde e diminuem as expectativas dos policiais para o desenvolvimento de suas ações diárias. Assim que cheguei ao Batalhão, em minha primeira incursão em suas seções, encontrei um soldado que tomava um comprimido para dor de cabeça causada por sinusite que lhe acompanhava há vários anos.

Com quarenta anos de idade, pele parda e cabelos brancos e rentes à cabeça. Seu trabalho interno obrigava a usar macacão com tecido comum, não protegendo contra chamas, nos pés botas meio cano na cor preta, na cabeça uma cobertura da mesma cor da roupa ostentava a logomarca da PMSP. Após tomar o remédio nos apresentamos. Trabalhava na mecânica de autos e o remédio era para minimizar os sintomas da doença, que agravava com a chegada do inverno.

Após as apresentações ele me convidou a ir a sua seção de trabalho. Gentil e atencioso, prática costumeira dos policiais quando não usam de recrudescimento. Em sua seção enquanto trabalhava com mais outros três policiais ouvia músicas de funk religioso em baixo tom em seu celular. A oficina mecânica estava limpa mostrava um assoalho branco que chamava a atenção das vistas. Sobre o macaco hidráulico duas viaturas suspensas estavam sendo desmontadas. Em um canto uma pequena mesa com uma garrafa de café, açúcar copos e xícaras, e ao seu redor três bancos de madeira.

O soldado indicou o banco para eu sentar enquanto sentava ao lado. Colocou café em duas xícaras e serviu-me. Outro soldado que estava fumando um cigarro ao lado após as apresentações saiu de maneira discreta para não incomodar com a fumaça. De modo enfático o policial disse sobre a importância de um olhar externo sobre a necessidade de melhorias para os profissionais da segurança. E de chofre revelou que as pessoas ali sofriam com a falta de material apropriado para a realização das tarefas propostas no trabalho diário.

²⁷ Kant de Lima (2003) também observa o peixe em suas pesquisas com policiais.

“Falta de tudo! Desde máscaras para respiração (aqui respiramos pó de ferro, fuligens), roupas adequadas e anti-chamas, luvas. Aqui trabalhamos sem nenhuma proteção, certa vez quase morri sob um carro que despencou do guindaste. Fiquei debaixo o carro que só não me esmagou por vontade de Deus. Outro incidente foi quando um carro que consertava pegou fogo, e desta vez senti como se fosse morrer. O pior é que aqui na mecânica não existe extintores”.

A falta de equipamento de segurança no trabalho interno vulnerabiliza o profissional, mas de maneira diferenciada não há uma interação direta com os cidadãos, promovendo os embates cotidianos. Os perigos existentes no trabalho interno se revelam através das perseguições ou da falta de materiais para execução do trabalho e afetam o cotidiano do policial atingindo a sua saúde e a sua qualidade de vida profissional.

O relato do profissional acima indica que o trabalho interno, expressa o risco à saúde com perigos que poderiam ser solucionados com investimentos em equipamentos como roupas que evitem fogo, bem como uso de máscaras que inviabilizem a respiração de fuligens causadoras de danos e de má qualidade de vida, a manutenção dos aparelhos como os guindastes que permitem a realização do trabalho protegendo a saúde.

Os problemas relacionados à coluna vertebral eram as principais queixas dos policiais e esse problema é narrado em todo o Batalhão em todas as graduações e postos, mas afetam principalmente os praças. O peso do material que compunham o fardamento era um dos vilões do dia a dia dos policiais. O uso do revolver faz o corpo pender para um lado quando andam, e em conjunto com o colete deixa a coluna torta quando estão na viatura, os efeitos da dupla arma e colete é sentido principalmente pelo motorista da viatura que ao sentar fica com a arma pressionada pelo colete inviabilizando uma postura adequada ao dirigir, e assim o policial é obrigado a ficar com a coluna inclinada para o lado durante todo o turno de trabalho.

O equipamento de segurança para o policial pesa sete quilos e inclui o cinturão, a arma, a algemas, canivetes, munições, spray de pimenta, e o colete a prova de balas. *“O colete é um seca rins, além de incomodar no desempenho de certas atuações, se meu peso é de oitenta quilos quando entro para o trabalho e o fardamento pesa sete kg tenho quase 10º de peso a mais para carregar durante doze horas”* dizem os policiais. *“Mas é um dos equipamentos indispensáveis para a proteção do polícia e somos responsabilizados se acontecer algo e não estivermos protegidos está no regulamento”*, essa reflexão sobre os equipamentos de segurança para o policiamento da rua foi observada em todo o Batalhão.

Se no trabalho interno as preocupações com os riscos a saúde se revelam de maneira comum a outras profissões como a respiração de fuligens e falta de equipamentos necessários para um bom andamento dos afazeres com qualidade para a saúde. No dia a dia o policial patrulheiro se aventura no terreno da adrenalina com práticas que coloca seu corpo em situações de risco de maneira diferenciada. Um soldado na Cia/PM (C) com uma cicatriz de mordida no braço revelava as marcas corporais da profissão. O caso ocorreu da seguinte forma, conta o soldado:

“Era época de eleição, e nos fomos avisados pelo COPOM que um marido estava querendo matar sua esposa. Ela era candidata à vereadora e não ganhou. Mas, o prefeito de seu partido conseguiu se eleger e seus colaboradores estavam comemorando em uma rodinha no centro da cidade. Soubemos pelo COPOM que o marido em surto estava atrás de sua esposa armado de revólver e que iria matá-la. Ele já havia procurado em outros lugares onde a sua esposa frequentava e não encontrando foi até o centro da cidade na esperança de encontrá-la. Quando o avistamos ele estava sobre uma moto e fugiu saímos em sua perseguição e o encurralamos próximo ao teatro municipal da cidade. Quando paramos para fazer a averiguação ele partiu sobre o sargento que me acompanhava na rádio patrulha dando tiros. O sargento desmaiou e eu por sorte consegui me desvencilhar do homem que era muito forte. Consegui com um golpe desmaiá-lo, mas ele caiu sobre mim e eu não conseguia tirá-lo de tão grande e forte que o sujeito era. Foi quando ele começou a acordar e me mordeu tirando um pedaço dessa parte do músculo do meu braço. Foi aí que o sargento conseguiu recuperar os sentidos e voltou para me ajudar e por mais que eu tentasse tirar o cara de cima de mim não conseguia. O sargento o pegou e eu consegui me livrar, mas ele acabou rapidamente rendendo o sargento e deu uma chave de braço no pescoço e começou a enforcar o sargento que desmaiou novamente, foi quando atirei em sua perna e ele cessou o ataque. O mais impressionante era a população em volta querendo nos linchar. Essa ocorrência me deixou parado por uns dias também precisei tomar antitetânica, fiz exame de HIV e até hoje não recebi os dias que tive que ficar parado por causa desse incidente”.

Essas ilustrações cotidianas buscam iluminar as diferenças nos tratamentos entre os policiais. Se de um lado existe uma rivalidade entre os soldados e oficiais, entre os patrulheiros e os administrativos. O mesmo não ocorre quando um soldado está em perigo, quando isso ocorre os traços de solidariedade se realinham na busca de afirmar a prática do espírito de corpo existente entre essa categoria de profissionais revelando a cultura corporativa que permeia a prática policial (REINER, 2004).

Por outro lado evoca a decepção do soldado em não receber o salário dos dias em que necessitou ficar parado para se recuperar da mordida efetuada durante o procedimento na tentativa de homicídio. Bem como revela a angústia de estar cercado pela multidão que via na luta entre os policiais como uma ação de truculência, por não saberem sobre a coibição de um assassinato.

Na Cia/PM (D) um policial confirmou a dificuldade de trabalho que operacionaliza formas de agonia durante o turno:

“Somos desrespeitados em nossos direitos, aqui a imposição da regra é pela força nunca pela educação. Por isso o polícia não consegue enxergar os lados, ele somente vê o fim do túnel. O mundo lá fora é amplo! Aqui não conseguimos nos desestressar, sabe por que, nós não nos identificamos com quem nos pune. Demoramos cerca de duas horas para relaxar e atenuar o estresse do dia trabalhado quando chegamos a nossa casa. Sei que durante o dia vou encontrar descumprimento da lei e arbitrariedades em ocorrências principalmente as de grande vulto, mas se se o oficial perguntar sobre a forma de atuação na rua tem que tomar cuidado ao descrever, pois o oficial sempre vai buscar uma forma de desqualificar a sua atuação na ocorrência e sempre no sentido de causar mal estar para gente, nos desqualificando. A Polícia Militar tem que saber que somos a extensão da governabilidade do cidadão, mas como isso vai acontecer se os direitos dos polícias são desrespeitados”. Diz policial com 12 anos de profissão na Cia/PM (D).

Certa vez, no centro de uma das cidades pertencentes à área de policiamento do Batalhão na Cia/PM (F), em uma conversa com soldados que faziam o policiamento e atendimentos de B.O de trânsito em uma viatura foram-me descritos o envolvimento de policiais com drogas como o crack e a cocaína, e os soldados que descreviam os acontecimentos exacerbavam essa condição dizendo serem *“sintomáticas do regime interno da polícia militar expressos nos regulamentos disciplinares”*.

Perguntaram se ninguém havia me dito quem eram os *“cheiradores de pó”* e usuários de *“pedras”*, respondi que não havia tido tempo de falar sobre o assunto, mas já havia sido informado do problema, eles se contraíram em relação aos nomes dos envolvidos, mas descreveram uma experiência interessante sobre um policial usuário de drogas e como foi o desfecho suicida da sua carreira militar.

Durante essa encenação interativa dentro da viatura estava eu com dois soldados, sempre preocupados com o que estava passando ao seu redor principalmente, porque durante aqueles dias poderia ocorrer uma inspeção surpresa da corregedoria com oficiais da casa e de fora do Batalhão. Um dos policiais enquanto conversava observava um notebook conectado a

internet, o outro se sentou em minha frente e o terceiro estava do lado de fora na traseira da viatura com a porta aberta, esse pouco conversou, mas participou da conversa ilustrando os casos, como estava do lado de fora do carro ficou nos atendimentos e cumprimentos aos transeuntes do pequeno local e parecia dar cobertura para que os outros conversassem.

Um dos policiais disse que se pudesse sairia da polícia militar se não perdesse todos os 19 anos trabalhados. Comparava a sua vida a do outro policial a sua frente, com a mesma idade e tempo de serviço, dizia que não tinha a mesma estrutura financeira e se tivesse não ficaria um dia a mais na instituição.

O outro policial, por sua vez, dizia justamente o contrário, que gostava da PM e esperaria a aposentadoria tranquilamente se a vida continuasse vertendo em “*benefícios físicos para si e para a família...*”, como naquele momento que passava pelos seus quarenta anos de vida. Enquanto conversávamos sobre riscos, estresses perseguição policial e as fragilidades institucionais e individuais sobre os riscos de trabalho, a conversa informal fluía solta sem medos e interrupções.

Durante o diálogo um dos policiais confessou-me estar com obesidade leve, mas não quis dizer seu peso e altura relatou estar estressado e que tomava calmantes todos os dias, o tom da voz embargado contrastava com a costumeira altivez policial se esfacelou e um olhar de tristeza tomou o rosto do soldado ao fazer o relato. Disse que andava com os remédios tarja preta e me ofereceu um dos comprimidos ao retirar-os do bolso da camisa e ingerir um, com um copo de água que o outro policial lhe repassou.

Ele disse que o remédio era fraquinho e servia apenas para amenizar o dia. “*Polícia Bóris, polícia tem medo. Tem medo do comando, da sociedade, do amigo, pois é uma classe desunida. Tem medo de atirar contra bandido*”. O policial que estava em frente ao micro computador conectado no youtube.com via algo e ouvia interagindo. Nesta hora entreviu dizendo que “*polícia tem medo mesmo você não viu no youtube.com um polícia que morreu porque não atirou no bandido?*” perguntou. Eu disse que não e ele abriu a página e mostrou a cena da morte de um policial que frente a um homem com revólver em punho não reagiu e foi alvejado por alguns disparos vindo a óbito. “*Você compreende policial tem medo de matar prefere morrer porque se ele mata ele tem que responder processo interno. Ele prefere morrer*” narra policial com 19 anos de trabalho na Cia/PM (F).

“*Aos quarenta anos o pessoal começa pedir ‘baixa’, isto é, sai para o interno ou pede afastamentos médicos, alguns pedem a conta, não aguentam mais a desvalorização a instabilidade da profissão, a desautorização por oficiais das suas opiniões, os abusos contra os ganhos desrespeitando os abonos. Não aguentam mais o assalto do sistema militar contra*

a democracia. A submissão excessiva do comando em relação ao tratamento diário dos policiais como inferiores, porque aqui nos tratam como burros. Na minha família me tratam como uma pessoa inteligente, respeitada amiga, meus filhos sentem orgulho de mim. Minha família é o meu castelo” diz soldado com 40 anos de idade e 19 anos de polícia na Cia/PM (F).

A cultura da hierarquia como premissa da polícia militar encontra ressonâncias na sociedade. Onde a máxima “você sabe com quem esta falando” observada por Da Matta (1979) aferem condutas referentes aos mandos de uma classe dirigente subjugando outra classe. E reflete as formas de exceção que o regime capitalista desenvolveu no país com a demasiada submissão dos pobres trabalhadores e a vida de ostentação que vivem os ricos. Neste contexto, a polícia enquanto instituição pública, que se organiza sobre a égide da disciplina e da hierarquia, instaura formas de convivências e reflete os conflitos sociais, auxiliando na organização do modo de tratamentos e da interatividade entre pessoas seja na polícia ou fora dela.

4.2 Estratégias de subjetivação do corpo do policial (o corpo em ação)

4.2.1. O corpo como espelho, a farda como imagem

Para saber sobre os impactos das experiências laborais cotidianas, sobre a saúde e condução do corpo do policial militar, acionadas na subjetivação das expectativas, dos riscos e interações na prática profissional, das especificidades da obesidade e suas correlações na instituição policial, esta seção observa a farda do policial como objeto que visa se imprimir sobre o corpo em busca de subjetivar e aperfeiçoar o seu uso entre os policiais.

“*A farda é a nossa menor prisão*” (Diz policial na Cia D), a investida da farda contra o corpo pode ser observada, desde a manutenção do objeto em casa com os cuidados disponibilizados para a sua manutenção, como durante a prática de trabalho com o preventivo/ostensivo, e também nas suas investidas para o ajuste corporal, seja devido à desproporção corporal traduzida no IMC e suas especificidades estéticas com o “fora de forma física”, ou em relação ao tamanho numérico dos equipamentos que a compõem, cinturão, armas, coletes, calças e camisas e calçados.

Enquanto objeto que discursa uma ordenação a farda como investidura busca subjetivar em seu usuário o corpo necessário para a representação do policial. Segundo Sirimarco (2009, p. 32) a farda como um objeto de personificação se imprime como artefato de poder sobre o corpo, e com a sua prática discursiva promove corporalidades e um sentimento coletivo de reconhecimento entre os policiais. A “farda como investidura” informa as técnicas corporais indispensáveis que compõem o ordenamento institucional para o seu uso e a sua representação (SIRIMARCO, 2009, p. 32).

Quando em campo no Batalhão tive oportunidade de observar os efeitos produzidos sobre os policiais durante um exame de vistoria da corregedoria da PM. Durante a sua passagem pelo Batalhão às lições cotidianas, aprendidas durante anos de prática profissional eram acentuadas e os cuidados refletiam mutuamente nos policiais e na instituição. Os policiais se posicionavam um em frente ao outro e pediam para que fossem observados em exame pelo companheiro de farda. Nessa preocupação estética da representação policial era visível que um policial se tornava espelho do outro confirmando o caráter uniformizador da instituição.

“*Cuidado com os cabelos e barba*”, dizia um sargento, após um policial da Cia/PM (E) receber advertência por estar com o cabelo um pouco maior, segundo os critérios estéticos da corporação averiguados pelos oficiais corregedores. O cabelo do policial não deve encostar-se

ao colarinho da camisa. *“Perguntaram há quanto tempo estou na polícia, eu disse que já faziam mais de vinte anos. E eles falaram que eu ainda não tinha aprendido a me apresentar”*, relatou o policial chateado com o acontecido e tendo que se esclarecer aos companheiros de profissão o porquê da sua falta frente aos examinadores. Neste relato a advertência foi devido ao corpo do policial não estar em consonância para com o uso da farda, essa incorreção poderia macular a imagem da instituição.

A descrição da punição do soldado realizada pela corregedoria pulverizou dentro da Cia/PM e rapidamente para toda instituição, suscitando os mais diversos debates, agindo sobre as práticas imediatas expressas no rigor do exame diário, coletivo e individual. Alguns sargentos pediam para que seus homens se mostrassem para exame: os calçados, os cintos e arma eram vistoriados e insistiam para que não se esquecessem do trato com as coberturas. Nada poderia estar fora das exigências contidas nos regulamentos institucionalizados durante a prática de inspeção da corregedoria, essa falta média acarretaria dissabores disciplinares ao policial.

Outro policial teve como pivô de sua advertência na inspeção da corregedoria à bandeira do estado de São Paulo, que o uniforme apresenta em uma das mangas da camisa do fardamento. A bandeira estava puída devido às inúmeras lavagens, e diferente dos modelos de outros uniformes - que a bandeira é colada com velcro - a sua era costurada e não saía para que se pudesse higienizar a peça separadamente. O resultado é que ele foi advertido e quase levou uma “pasta azul”, por desrespeito a um símbolo estadual.

As sanções, no descuido do policial com a farda, além da punição individual recaem sobre a corporação, os sargentos e oficiais no comando do destacamento são responsabilizados pela apresentação do policial. Enquanto imagem institucional a farda concomitantemente subjetiva os cuidados da corporação nos cuidados individuais com o corpo, sua manutenção como um aparato institucional é de responsabilidade do policial discursiva o Regulamento de Uniformes da Polícia Militar (RUPM).

O fardamento deve estar sempre limpo para corroborar com a área de pureza que o trabalho da polícia representa na prática da profilaxia ao crime e outras chamadas para “atuar onde ninguém mais quer” (MONJARDET, 2003), suicídios, recolhimento de cadáveres, brigas, mortes violentas em trânsito, ataques de fúria e inúmeras outras situações que se impõem como risco, bem como ajudar uma criança ou prestar alguma ajuda a um cidadão, a farda se impõe socialmente.

A importância dos cuidados com o fardamento seguem os princípios do Regulamento do Uniforme da Polícia Militar (RUPM), e o descuido com a farda viabiliza punição de nível

médio conforme previsto no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM)²⁸. O regulamento de uniforme prescreve as ocasiões e os seus usos para cada apresentação do policial, em dias de solenidade usa-se o uniforme de gala, no policiamento diário usa-se o uniforme formal. Como instrumento de representação do poder o uniforme do policial é tratado como um ente, algo que possui aquele que a utiliza ditando regras e influenciando corporalidades. “O Uniforme é símbolo da autoridade e seu uso correto é fator primordial na apresentação individual e coletiva do policial militar, contribuindo para o fortalecimento da disciplina e para boa imagem da Corporação” regula o Artigo 2º do (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1996, p. 06).

A farda usada por policiais atua como uma representante da instituição, sua imagem auxilia na coibição de ações sociais delituosas como informa Muniz (1999), reforçando a prática policialesca sobre a perturbação da paz ou impondo-se ao opositor em suas intenções criminais, mudando o curso da ação e interferindo na realidade cotidiana ao representar o poder de polícia.

Essas possibilidades de interpretações individuais e distintas do ordenamento discursivo da farda permite presumir que a estrutura institucional não existe fora das pessoas que a constituem, mas sim na encarnação das suas práticas substancializadas em seus corpos (SIRIMARCO, 2009). A instituição através desse mecanismo discursivo expresso na farda se inscreve no corpo do policial com práticas disciplinadas (FOUCAULT, 2002), e traduzem em representações cênicas os relatos corporificados da sua pertença ao grupo, mas rompem-se na medida em que as compreensões e interpretações fogem da realidade prescritiva da instituição (GOFFMAN, 1999).

4.2.2 O corpo disciplinado

Ao fazer uma entrevista em uma residência, observei certos aspectos na prática diária do cuidado com a farda. O policial atuava no programa da Força Tática e recusava a deixar a farda aos cuidados da esposa, calado e com ar circunspecto sua aparência pouco mudava em casa. A testa franzida, o olhar direcionado, a barba rente, harmonizava o rosto como traços pincelados pela disciplina institucional para a moldura da farda que cobriria o corpo, deixando

²⁸ **Regulamento do Uniforme da Polícia Militar** (RUPM) encontra-se referido na bibliografia como: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Regulamento de uniformes da polícia militar. 3. ed. São Paulo: Setor Gráfico do CSM/Mint, 1996. **O Regulamento Disciplinar da Polícia Militar** (RDPM) encontra-se referido na Bibliografia como: Lei Complementar nº 893, de 09 de março de 2001. Regime Disciplinar Polícia Militar do Estado de São Paulo. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.polmil.sp.gov.br/paginas_pm/mnu_institucional/lei_complementar_n893_09MAR01.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2011.

nas linhas da aparência os vestígios da sua corporalidade. Ao olhar o policial, cuidando da farda, se percebia que sua feição se desvanecia em uma espécie de possessão pelo objeto da representação profissional.

A imagem da encenação informava que o cuidado com a sua imagem de policial perpassava pela consistência dos cuidados com o uniforme, e ali naquela prática cotidiana o momento cristalizava a ação da instituição se avultando com o uniforme sobre o corpo do soldado. Através da sua face anódina, que parecia conversar consigo absorta e das investidas do seu corpo forte, manuseando o ferro de passar sobre o tecido de cor cinza bandeirante²⁹ da calça para compor quinas paralelas e alinhadas, a maneira como colocava a calça no cabide, para depois manusear a camisa de manga curta, e da mesma forma as dobras do tecido sob o ferro obedeciam a um conhecimento indicando que uma corporalidade disciplinada foi desenhada para agir ininterruptamente, em busca de produzir a configuração da subjetividade corporal do policial.

“Aqui em casa ninguém pode chegar perto da farda do meu marido”, dizia à esposa que ele ficava bravo quando ela ou alguém da família reivindicavam auxiliar no preparo da farda para sua atuação institucional. A camisa e a calça deveriam ter vincos que segundo ela só ele sabia fazer. Enquanto conversávamos, sob as mãos do policial o ferro de passar quente deslizava sobre o tecido, aumentando o aspecto de limpeza do fardamento e revelando a pertença do policial a instituição.

Essa pequena observação informa como a representatividade da corporação através do uniforme se imprime no cotidiano da vida doméstica do policial, produzindo seu corpo durante as vinte quatro horas do dia em busca de mantê-lo como policial. A farda imprime ao seu usuário as exigências institucionais e como sua primeira representante implica cuidados na sua ostentação como o estandarte corporativo.

O uniforme trabalha o corpo do policial para que ele possa ao usá-lo fluir uma imediata correção na postura, ao andar ou se estacionar durante a condução no trato das ocorrências frente aos cidadãos, bem como, no zelo com os armamentos, as insígnias, os braçais, a cobertura. Aliam-se as exigências dos regulamentos, as lições praticadas com a “ordem unida” e o cotidiano institucional que forçam a manutenção das tradições sempre vigiadas e cobradas por superiores, a exemplo da continência, a forma de descanso, a maneira correta de tirar a cobertura e coloca-la debaixo do braço, bem como toda a forma de apresentação social do soldado.

²⁹ A cor cinza bandeirante do tecido poliéster ou gabardine é a adotada como padrão pela Polícia Militar do Estado de São Paulo para seus uniformes. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1996, p. 6).

Esse jogo que ocorre entre policial e a instituição, intermediado, sobretudo pelo corpo e pela farda, enquanto dispositivos que se conectam e se desconectam de uma identidade construída diariamente, permite de acordo com a insistência e a necessidade institucional práticas para se assenhorar do corpo em seus mínimos detalhes, desde os cuidados individuais dos policiais às exigências profissionais de manutenção da corporação e da identidade policial. Como elemento que permite a conexão entre o corpo e a identidade o uniforme atua como um tecido epitelial que recobre as práticas corporativas vivenciadas durante o aprendizado diário do Ser policial. “*A farda é nossa segunda pele*” diz policial na Cia/PM (F).

4.2.3 A transformação do personagem policial

No campo junto ao programa da Força Tática observei as seguintes nuances acerca do uso do uniforme. Os policiais começavam a chegar para o turno de trabalho aproximadamente 13h30min para o turno que se iniciava às 14h30min. Ao chegarem à paisana, se reuniam para relatarem as ocorrências do trabalho realizado no turno anterior, e aos poucos se transformavam com os implementos que compunham o fardamento para o dia de trabalho.

Enquanto isso, alguns policiais conversam e outros tomavam banho e faziam a barba³⁰ no vestiário da unidade. Durante os diálogos as narrativas se referiam as sentenças que os profissionais elegiam como corretas para as abordagens com criminosos. E na preparação para a rotina diária no trato com a segurança, sempre era possível ouvir algo como: “*aquele vagabundo tinha que morrer... é sangue ruim*”, ou as formas de atuação que indicavam que os procedimentos anteriores poderiam ser melhorados, intensificados ou suprimidos. Durante esse tempo de organização as expectativas dos policiais se refaziam e se reestruturavam com as narrativas passadas em outros turnos de trabalho, essa prática corroborava com a solidificação diária do paulatino processo de como se tornar policial.

Após o banho os policiais vestiam uniformes para exercícios físicos³¹, mas apenas enquanto organizavam seus implementos de farda. Lustravam os calçados o cinto e o coldre, após colocavam no sol para secar e obter mais brilho, também limpavam as coberturas e coletes com pano úmido e os colocavam no sol para secar e retirar o mau cheiro, com o braçal o cuidado era a parte, havendo certa solenidade ao manuseá-lo, os policiais lustravam e o

³⁰ Certa vez observei um policial que acabara de chegar ao Batalhão e ao bater continência ao sargento responsável pelo grupo pediu desculpas por sua barba ainda não estar feita. Sinal de respeito à hierarquia, informavam também que os cuidados com corpo e com os regulamentos na prática profissional moldaram tal atitude, assim como demonstrava o cuidado com a imagem individual em consonância com a imagem do grupo.

³¹ Short azul e camiseta branca. Nos pés meias e tênis como calçados, essa vestimenta também é um dos uniformes utilizados pela instituição. Muitos policiais no trabalho administrativo, em dias de calor e exercícios passam parte do turno com essa vestimenta no Batalhão.

olhavam de longe buscando manchas e imperfeições, esse movimento era repetido algumas vezes, até se constatar que o braçal estava limpo e sem manchas, após eram colocados ao sol para reluzir.

Os cuidados com o uniforme se estendiam a viaturas que, por sua vez, eram lustrados os bancos e o assoalho higienizados, nos pneus os policiais passavam um produto que o enegrecia deixando com aparência de limpos. As armas pesadas eram acomodadas no interior da viatura, bem como as garrafas com água para aplacar a sede durante o turno.

Enquanto organizavam as peças que compõem o conjunto da farda e na medida em que o tempo passava, os diálogos se tornavam rarefeitos, como se cada peça do conjunto ao ser anexada no uniforme aumentasse e acentuasse a transformação como a impressão de uma identidade que acompanhava o policial, mas que e a partir daquele momento tomava-o em uma espécie de incorporação ritualística.

A cada peça do ritual de transformação a configuração do policial se tornava mais precisa, a camiseta branca, a camisa de mangas curtas, as calças e os sapatos. Os acessórios como o cinturão e seus apetrechos eram reexaminados, cartuchos de balas, algemas, gás de pimenta, o canivete, a lanterna, o coldre e a arma. Depois se colocava o colete a prova de balas, o braçal e a boina como cobertura.

Logo apareciam os policiais uniformizados com suas fardas, a partir desse momento os diálogos cessavam e os policiais se tornavam monossilábicos. Seus corpos como um passe de mágica tomavam outro vulto. A aparência do rosto tornava-se circunspecta, a testa franzida era realçada com a boina adornando a cabeça, o colete aumentava-lhes a aparência da caixa torácica ao comprimir a cintura abdominal, aumentando a impressão de força e de vigor físico³².

Transformados com o fardamento os homens e pais de famílias se tornam os policiais, aqueles que vestidos de heróis são observados como se possuíssem poderes secretos e que “ninguém mais compartilha” e “na esperança de que suas presenças vão deter as forças da escuridão e do caos”, eles “devem preservar os restos das pessoas de entrarem em confrontação direta com o que for terrível, perverso, enganoso e perigoso”, assim os policiais atuarão sobre “algo que o resto de nós não teria estomago para fazer!” (BITTNER, 2003, p. 99).

“*Ao colocar o uniforme o policial muda, é instantâneo*” disse um policial na Cia/PM (E), a cautela redobra, os cuidados básicos de manutenção da vida são acionados, a adrenalina

³² Em entrevista um sargento diz que muitos policiais pediam o número da calça ou da camisa menores para que ficassem apertadas dando a impressão de serem mais musculosos e fortes. A estratégia dos coletes servia para disfarçar o aumento da circunferência abdominal e disfarçar o aumento de peso.

aumenta (MUNIZ, 1999) e com ela os batimentos cardíacos fazendo parte do cotidiano como parte da vida e uma necessidade do Ser policial. Justamente essa adrenalina que realça a possibilidade de ostentar o símbolo da instituição em suas representações de masculinidade expressa na virilidade corporal enfatizada, sobretudo, pela farda nas representações de poder e respeito junto à sociedade não recobre todos os soldados que compõem a instituição. Esse efeito contrário, traduzido pela falta de aderência da farda e dos regulamentos sobre o corpo, se expressa com fragilidades emocionais e físicas atingindo diretamente o corpo do policial como veículo que ostenta a farda.

4.2.4 A farda como elemento de identificação

Como nem sempre a aderência desse objeto empírico e palpável, que é a farda, sobre o corpo ocorre como expresso nas orientações dos códigos normativos que regulam a prática discursiva da instituição policial (SIRIMARCO, 2009). Alguns policiais podem ficar incapacitados de vestir a farda ou utilizar parte dela quando afastado do trabalho por licença médica. E como os afastamentos são descontados do salário, o policial sempre encontra uma maneira de não desfaltar a equipe ou fazer trabalhos internos como meio de escapar a perda salarial.

Quando a instituição percebe que seus profissionais estão abalados psicologicamente, por alguma contingência ocorrida no seu dia a dia, a primeira providência é retirar-lhe o armamento. Essa medida visa coibir o uso inapropriado da arma pelo policial que alterado em sua saúde pode ferir com violência segmentos da sociedade ou a si próprio (entrevista com o comandante).

Na Cia/PM (G) um policial que conheci estava realizando trabalho administrativo no balcão do B.O de trânsito. Seu olhar distante e suas maneiras bruscas para com os usuários da Companhia assemelhavam a stress e cansaço. Em *off* dizia-se perseguido por um sargento e, certa vez, me confidenciou que os oficiais queriam retirar-lhe a arma, ele relutava dizendo que não estava acontecendo nada com ele, apenas passava por momentos difíceis com doença na família.

“*Já me tiraram da rua e me colocaram no interno*”, prática que para os praças é reconhecida como indigna, “*agora querem retirar a minha arma*” insistia o policial. Como profissional da segurança pública há aproximadamente 20 anos, o policial compreendia que a arma obtinha uma espécie de função orgânica comparada por alguns policiais como um órgão fora do corpo.

Durante o tempo que permaneci em campo observei que vários policiais quando estavam em serviço, a todo o momento realizavam um movimento com a mão em direção a sua arma, como se buscasse constatar sua presença no lugar de costume, no coldre atrelado ao cinturão. Devido à rapidez da execução o movimento seria pouco perceptível, não fosse a sua frequência. Esse movimento era realizado por policiais como se fizesse parte da corporalidade que compõem a apresentação social do policial fardado. Quando esse movimento não era executado os policiais colocavam sua mão sobre a arma envolvendo o cabo por alguns segundos, após retiravam a mão em um movimento somatizado como parte da sua rotina diária.

A experiência corporal do soldado está conectada à arma, ela dita a atuação nos territórios onde o policiamento assume aspectos de guerra. O policial ao apreender o manuseio desse instrumento de trabalho ajusta seu corpo ao uso da arma (ALDOIN-ROUZEAU, 2008). Desde as maneiras de averiguar a sua permanência em local estipulado no corpo, como no movimento acima descrito, bem como com a mecânica do uso, a arma requer um aprendizado que conforma os movimentos corporais com as técnicas de tiros desenvolvidas para aumentar a segurança do policial dando maior precisão na hora de atirar³³.

Ao retirar a arma do policial imputa-se o fracasso em relação aos códigos que norteiam a prática institucional. Como se o seu aprendizado corporal perdesse a utilidade e a eficácia física assemelhando-se a um corpo doente sem o órgão vital que lhe dá sustentação. Sem o revólver o soldado fica em uma espécie de limbo institucional, cujo significado apregoa-se em inaptidão profissional, o corpo perde a funcionalidade para o policiamento.

O policial ao ser constatado como inapto para o policiamento de rua é alocado para fazer os trabalhos administrativos. Esse movimento de realocação do policial, em outras funções de trabalho na instituição, individualiza o corpo com medidas que sancionam técnicas de vigilância que o examinam ininterruptamente em busca de alguma projeção física que invalide suas ações, e indique que o policial está em situação que necessita de observação. Geralmente os primeiros a constatarem uma mudança comportamental são os próprios amigos de profissão que acionam os primeiros cuidados da instituição para com o policial.

No caso do depoente que fora colocado em trabalhos interno, ele dizia que queria sair da polícia. A atribuição do trabalho no administrativo da Cia/PM o abatia, *“não vim para a polícia para fazer trabalho de faxina da Companhia, lavar banheiros, limpar a cozinha. É*

³³ No Estado de São Paulo a técnica utilizada para uso da arma esta organizada no “Manual: Tiro defensivo na preservação da vida. ‘Revolver’ curso para professores e usuários”. Da Polícia Militar do Estado de São Paulo. (GIRALDI, [2002]). Essa técnica é amplamente citada entre os policiais é reconhecida como o método Giraldi, em razão de seu idealizador Cel. Nilson Giraldi.

humilhante para um polícia ter que limpar cestos de banheiro e jogar lixo ou limpar que os outros deixam sujos. Sou um policial”.

Ao observá-lo fazer as tarefas do interno notava-se que seu andar mudava. Sua coluna esticada com a doutrina da estética corporal militar se arqueava como se pendesse para frente com o peso da cabeça, seu olhar de desafio tornava-se evasivo e colado ao chão ao passar pelos companheiros com a vassoura, ou os cestos de lixo como os novos acessórios que compunham sua prática de trabalho policial no interno.

O estigma impresso em seu corpo por sua permanência no trabalho interno estava subjetivado na tropa como um trabalho sem valor e refletia em sua experimentação corporal diária. Não se reconhecia fazendo outro trabalho que não o de policiamento, seu corpo não fora treinado para a função que estava realizando, bem como, dentro da moral policialesca se tornou um inválido. O policial doravante era “*Um 13*” como são chamados os profissionais que desenvolvem traumas psíquicos na polícia militar, e que deviam ser monitorados ininterruptamente, através dos mais variados meios de vigilância. Essa maneira de tratamento dado ao policial auxilia para o agravamento dos quadros de estresses que organizam o cotidiano institucional.

Essas formas de manutenção do estresse do profissional policial tem relação, sobretudo, com a organização hierárquica da instituição e que faz pesar sobre o policial uma onipresente pressão para resultados. Há também o fato que existe uma associação à ideologia de como as forças policiais se posicionam na sociedade se expressando com manifestações de agressividade, enquanto fenômenos isolados ou apenas corporativos. Segundo pesquisas as origens desses diversos fatores estão socialmente contextualizadas na cultura do autoritarismo, nas falhas de formação, e idiossincrasias pessoais, e também existem os reflexos da desigualdade social e da violência traduzidas em classes sociais no país (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008, p. 39).

A dura disciplina e a hierarquia dentro da instituição colaboram com o estresse dos praças a eles cabe cumprir as ordens que vêm de seus superiores sem questionamentos, mesmo quando estão envolvidos em atividades de alto risco. Os oficiais, segundo os praças, determinam as ordens que seriam muito mais efetivas e eficazes se pudessem ser discutidas na ponta junto aos soldados na realização de ações. Neste contexto, o trabalho do policial militar configura um espaço de dominação e submissão do trabalhador, mediante a hierarquia militar, embora os conflitos e as brechas de insubordinação expressas nas negociações e lutas continuam a desafiar as diretivas da corporação (MINAYO, 2004).

4.3 Estratégias de subjetivação do corpo do policial (o corpo rebelado)

Embora no Brasil constata-se que a atuação policial esteja ligada a um grande número de situações delicadas e controversas relacionadas à nossa organização social (DA MATTA, 1982; PINHEIRO, 1982; ADORNO; 2002), e quando as pessoas chamam a polícia para intervir no cotidiano, o reconhecimento do risco subjetivado é acionado, e os resultados imediatos do conflito podem envolver o cumprimento da lei, por meio pacífico, como também sua desmedida, revelando tensões na garantia dos direitos civis seja para salvar vidas ou desencadear mortes (NEVES, 2002; BITTNER, 2003; MUNIZ, 1999).

E, mesmo que a disposição para viver no risco presente entre policiais jovens que se arriscam em aventuras heroicas em busca de adrenalina na rotina diária das grandes cidades, em seus confrontos traduzidos no alto índice de criminalidades e mortes violentas de policiais e civis que, por sua vez, anima as representações do uso da força (MUNIZ, 1999). O outro lado dessa faceta informa que a aptidão para o risco reforça os temores subjetivos e expressões de angústias ressaltadas em problemas emocionais e físicos refletindo em danos diversos à saúde do corpo do policial e para as interações sociais (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

A imagem do risco constatada nas pesquisas e mídias sobre a violência em relação ao policial e desse em relação à população, se naturaliza nas expectativas de mortes durante os confrontos, reforçando a atenção para os perigos dos conflitos urbanos que enfatizam a mortalidade e as sequelas sociais relacionadas às ações com resultados violentos e fatais.

Essas informações sobre ações violentas entre civis e policiais militares que se naturalizam através da presença constante no discurso midiático e social coloca a mídia brasileira em foco entre os policiais. Segundo os policiais as repercussões de agressões e de mortes seja de policiais ou civis fazem da mídia uma grande vilã, que ofusca o reconhecimento de suas ações positivas junto a sociedade. Para os policiais, a família, a sociedade e, até trabalhadores de dentro da corporação estão expostos a influências das matérias jornalísticas que invalidam seus benefícios em prol de erros que acontecem durante os embates desfavorecendo as atuações de risco e as vivências que perfazem o cotidiano do policial (MINAYO; SOUZA, 2003).

Essa “imagem um tanto desfavorável” como diz Monjardet (2003), observada pelos policiais como causadora de estresses, pode também ter faces diferentes em relação à afronta direta com o crime. E ressaltam uma visão pessimista da realidade relacionada ao corpo obeso do policial e foge da lógica dos confrontos diários apresentadas nos “reality show” acerca da

do dia a dia da polícia militar, enfocando a permanência do policiamento 24 horas na busca de resolução de contendas.

Neste contexto, a imagem do policial americano comendo *donut* parece emblemática e revela alguma realidade, nos mais diversos modos que a vimos, seja nos filmes de comédia, aventura, trama, espionagem policial, entre outros, que usam como figurante a famosa rosquinha americana. Esse reconhecimento parcial da realidade profissional dos polícias americanos pode operacionalizar aproximação identitária entre rosquinhas e soldados americanos obesos para o espectador, mas existe alguma correlação a exemplo? No Brasil a identificação fica por conta da “coxinha”, alimento de formato bojudado na base e afinado na ponta, que corrobora para uma personificação da obesidade e as suas correlações com a polícia.

Essa aproximação entre alimento e risco foge das noções costumeiramente visualizadas na mídia quando se pensa em riscos e trabalho policial, geralmente e as imagens são de corpos sem vida, ensanguentados por ferimentos a balas ou lutas corporais no enfrentamento a criminosos. Decerto que não devemos menosprezar o poder da imagem, como produtora e formuladora de opiniões. Mas, a imprensa aparece como uma das geradoras de estresses da PM, e em muitas unidades de polícia observava quando os policiais se referiam a Rede Globo de Televisão era com tom de descaso, “*ela só difama os policiais*”³⁴, diz policial na Cia/PM (E).

O homem coxinha vestido de Policial Militar causou desconforto entre os artistas, a PMESP e o Metrô de São Paulo que, em apoio a um projeto de grafites do Serviço Social do Comércio - SESC Pompéia na cidade, cedeu o muro do canteiro de obras da estação Adolfo Pinheiro na época em construção, para a intervenção artística. Após a intervenção que o artista denominou de “uma crítica social bem humorada sobre as atitudes violentas da polícia militar”, a imagem foi apagada (BEDINELLI, 2011).

A imagem original continha uma coxinha vestida de policial militar com cassetete em punho correndo atrás de um grupo de pessoas, além da frase “*todo vagão tem um pouco de navio negreiro*”. Outro grafite foi refeito no lugar do que havia sido apagado, desta vez o homem coxinha vestido de PM aparecia mandando um grafiteiro apagar uma suposta imagem.

³⁴Minayo relata a fala de um Soldado capturada em um grupo focal ao realizar pesquisa: “A mídia amarga à qualidade de vida do policial”. (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008, p.165). Jaqueline Muniz, também relata que uma das queixas mais constantes entre os policiais que pesquisou no Rio de Janeiro foram às exposições demonizadas que os meios de comunicação, sobretudo a televisão que faz seu discurso das mazelas que pairam sobre os polícias como alcoolismos, corrupção, truculências ilustrando os “péssimos exemplos de comportamento e, por causa disso promovendo não só a “banalização da violência” como também uma destrutiva inversão dos valores da sociedade”. (MUNIZ, 1999, p. 231).

Com um dedo apontava para o muro e na outra mão um cassete escrito “*só leis não bastam*”. Esta imagem também apareceu manchada com tinta.

Essas investidas da mídia sobre a imagem policial revelam a inter-relação entre a leitura social do discurso sobre a segurança e a apresentação do policial com o IMC alterado indicando adiposidade. O tom de denuncia que o grafite utilizou parodiando a classe de profissionais chamou a atenção da imprensa que investiu sobre a notícia chamando a atenção para o corpo obeso do policial no estado de São Paulo. Mas existe uma relação entre a coxinha vendida nos bares e lanchonetes e o policial da polícia militar?

Em campo ouvi sobre o “QSA” como uma prática para granjear alimentos sem a necessidade de pagar a conta, seja em troca de algum favor na área onde os policiais estão de ronda, como um policiamento mais expressivo onde ficam os estabelecimentos comerciais, ou “um jeitinho” na hora da multa, entre outros benefícios que favoreçam as partes interessadas.

Em notícia sobre o cafezinho como incentivo a patrulha e um suposto QSA aplicado por policiais em horário de ronda, a Rede Globo de Televisão chamou a atenção da cúpula da PMSP, que ameaçou processar seus jornalistas. Em carta do Comandante Geral da PMSP publicada no UOL, se observa o seguinte comentário:

A Polícia Militar é uma Instituição séria, que presta um inestimável e relevante serviço em prol da sociedade, muitas vezes desempenha atividades afetas a outras esferas do governo e atua 24 horas por dia. Reconhecemos que temos falhas, que nossos policiais cometem falhas, que não somos perfeitos em tudo que dispomos a realizar, aceitamos as críticas, pois é por meio delas que conseguimos corrigir as inconformidades ou eventuais falhas. Não posso me calar, na condição de comandante-geral da PM de São Paulo, diante de tanta desconsideração por parte dos apresentadores. Eles podem não aceitar/concordar com os argumentos apresentados pela Polícia Militar em razão da matéria exibida, mas não podem macular a imagem de toda a corporação ao insinuarem que para se ter segurança basta oferecer um ‘cafezinho e o pão com manteiga’ em troca de policiamento nos estabelecimentos comerciais. Vamos entregar a cópia do vídeo aos advogados da entidades de classe para análise do conteúdo e avaliação das medidas judiciais cabíveis ao caso. A nós, policiais militares, honestos e íntegros, só nos resta lamentar. Respeito é sinônimo de educação. (MEIRA apud MARQUES, 2013).

“*O polícia come demais, depois não que ser chamado de coxinha*” diz soldado com 22 anos de PM na Cia/PM (C). “*Nosso trabalho geralmente exige muito pouco esforço físico aqui no interior, e não é toda hora que se corre atrás de bandido. Ficamos a maior parte do turno sentado na viatura e não nos movimentamos com frequência, é uma profissão sedentária. Quando se trabalha a noite, após o turno passamos o dia todo dormindo, e geralmente não temos tempo para fazer exercícios*” revela outro policial na Cia/PM (D).

O QSA defendido ou criticado pelos policiais é uma realidade no Batalhão, e se apresenta das mais diversas formas, seja com um pedaço de bolo de aniversário mandado pela senhora que mora próxima à unidade de policiamento, ou ao encontrar a viatura na ronda, seja através de negociações junto a empresas de alimentação para aquisição de balas, biscoitos e outros insumos, ou nas marmitas que empresas fornecem para a polícia. Seja através das quentinhas fornecidas pelo restaurante, o café com leite “pingado” na padaria, ou a coxinha na pastelaria, o “0800” funciona como uma forma de esticar o cobertor da polícia como diz Muniz (2007) e dessa forma os corpos dos soldados são construídos.

Com essa possibilidade de alimentar-se com a ajuda da sociedade sem a necessidade de pagar pelos insumos adquiridos, os policiais com excesso de peso são condenados social e institucionalmente como antípodas do corpo normalizado, cujas medidas contrariam o IMC como regra para uma boa saúde, e acabam reconhecidos como responsáveis pela sua condição corporal vivenciando as exclusões da sua experiência obesa.

“A Polícia Militar tem dentro do código de ética, que é nosso regulamento disciplinar, previsto como infração disciplinar a falta de preparo próprio, uma violação a ética. O policial militar tem como dever ético estar preparado fisicamente. E existe, além das recomendações, por exemplo, de um tempo para cá, o prejuízo financeiro para o policial quando ele se afasta por acidente, por lesão que não seja decorrente do serviço. O policial que se afasta por qualquer motivo de saúde que não seja doença profissional ou acidentes em serviços, vai perder esse tempo que ficou parado - sem trabalhar - além de perder os direitos as licenças prêmios, e o adicional salarial vinculado ao local de exercício de sua prática efetiva de trabalho. O policial terá uma redução salarial se ele não tiver o cuidado consigo próprio. Um acidente em horário de folga jogando bola no domingo de manhã, aquele acidente de trânsito no horário de folga, ou até aquela situação, por exemplo, de obesidade que não entra no reino da atividade policial. Nos não temos aqui a cultura do americano de comer rosquinhas, mas se tivéssemos não é de rosquinhas aquilo ali, aquela obesidade é dele. E pode gerar um afastamento, o afastamento gera prejuízo para ele” (Entrevista com comandante do Batalhão).

Mas, no frenético vai e vem entre a Cia/PM e a rua, a edificação imagética do corpo policial está em permanente construção interativa com a sociedade. Os códigos institucionais criadores de ritos e preceitos normatizam as práticas desses servidores mantendo uma visão corporativa, a sociedade, por sua vez, analisa e rege de maneira favorável ou desfavorável as suas práticas policiais (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008; MUNIZ, 1999).

Assim, na troca interativa, onde o “eu” é dramatizado dentro de um quadro de representação mediado por um público, a ação protagonizada pelo ator ganha sentido na visibilidade adquirida pela plateia. Nesta dinâmica da formação da identidade as interações sociais são representações que se solidificam na medida em que propiciam a construção do “eu” (GOFFMAN, 1999).

Nesta perspectiva, a construção do corpo policial está em constante transformação, confirmando a diversidade corporal encontrada no interior da instituição policial, e além dos seus muros, na sociedade. As regulações traduzidas com as ordenanças firmadas nos regulamentos disciplinares (RDPM) inferem padrões estetizados para a condução física e moral e, neste contexto, o corpo do soldado obedece à lógica das interações que se volatizam a cada instante tornando-o flexível frente aos processos institucionais e sociais que constroem e reconstroem corporalidade disciplinadas de acordo com a orientação discursiva utilizada.

Decerto que a imagem corporal, é uma das preocupações da instituição policial desde o recrutamento do soldado, através dos editais de contratação. O corpo deve ser saudável. E em relação ao IMC (Índice de Massa Corporal) o corpo do futuro soldado deve estar de acordo com as normas evidenciadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Não obstante, o tratamento diário para a manutenção do corpo fica totalmente na responsabilidade do policial. A instituição produz apenas o norte que deve ser seguido, em sua jornada cotidiana o soldado está perante a sua própria condução. Cabe a ele durante seu dia a dia escolher, quando puder a melhor maneira de manter-se saudável e dentro dos limites apreciáveis ao julgo dos olhos sociais. Neste contexto a legalidade do permitido muitas vezes fica a mercê da necessidade ou do “jeitinho” como um “QSA” para conseguir o alimento.

No cotidiano dos policiais alocados no Batalhão observado, a manutenção da vida se demonstra de maneira precária. Os baixos salários, carga horária muito extensa e o bico, enquanto meio de aumentar a rentabilidade financeira, organizam as vivências dos policiais e produzem corpos sem as medidas que perfazem a prescrição institucional. A “falta de reconhecimento e o menosprezo por parte da população, dirigido justamente a eles que têm a missão de lhe servir; a desvalorização por parte do Estado e dos governantes”, e a rigidez interna sob o manto hierárquico corporifica e envenena o soldado com medidas que inviabilizam o salutar e a qualidade de vida (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008, p. 297).

“O policial pede esmola para comer em sua ronda. O vale alimentação fornecido para ele se alimentar é uma vergonha. Se ele não pedisse na sua área de policiamento aos donos de botecos, restaurantes, trailers de lanches e padarias, muitos passariam fome. Decerto que

já passam fome, pois não tem hora para se alimentar. O polícia conta com o apoio da população da área que ele atua na hora de tomar um lanche ou fazer uma refeição. Isso é uma vergonha” diz policial com 24 anos de trabalho no Batalhão.

Esse intercâmbio entre a população e o soldado descreve uma intrigante interface o soldado, muitas vezes, almoça e janta na mesma cozinha que come a população. São filhos dessa população. É no trailer da esquina, que pegamos nosso lanche vegetariano ou com bacon, e na pizzaria experimentamos e nos identificamos com o inesquecível sabor e o cheiro aromatizado do orégano fumegando. Decerto que lá também comem os policiais e, assim partilhamos uma cultura alimentar.

A preferência dos policiais militares por comidas mais pesadas é uma característica comum da população brasileira. Vale lembrar que este profissional é muito ativo e que sua saúde é monitorada por meio de exames rotineiros realizados na corporação. Seguindo dicas saudáveis e fazendo pequenas mudanças na alimentação diária, é possível ter saúde por toda a vida. (ALIMENTAÇÃO..., 2013, p. 15).

A distância da população do trabalho policial ajuda a compor o estranhamento entre o corpo do cidadão, despojado de arreios institucionais, e corpo do policial idealizado como pertinente para zelar pela manutenção da ordem assegurando o ir e vir. O incômodo em ver um policial na padaria, causa uma precipitação de ordem moral no cidadão. “Será que ele vai pagar?”.

A população precisa, dentro da discursividade social, de segurança e os soldados, por sua vez, usam o seu *métie* para descolar um refrigerante, uma coxinha, ou um lanche durante o seu expediente. “*O mesmo faz o cidadão quando parado por um policial relata que o soldado “fulano de tal” esteve na sua lanchonete para almoçar ou jantar com a família, se esquivando assim de uma multa, por algum ato infracional”*, diz soldado na Cia/PM (C). Estas práticas são códigos de reconhecimento que operacionalizam através da permuta das quentinhas, dos favores nas mais diversas instâncias, as normativas para o direito e deveres individuais dos policiais (MUNIZ; PROENÇA JR, 2007).

O escambo enquanto forma de negociação privilegia o dono do estabelecimento, que tem à sua porta uma rádio patrulha parada. Prudência que restringe possíveis assaltos, mendicância, ou atos de vandalismo contra o estabelecimento, bem como, a ostensividade que a rádio patrulha produz estacionada em frente ao comércio corrobora para uma visão oblíqua de polícia da comunidade, pois os policiais vistos nas dependências reforçam através da sua visibilidade corporal a importância do policiamento no combate a insegurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas realizadas em torno do uso do poder de polícia sugerem um amplo aspecto de discussões, seja no âmbito do trabalho interno ou externo durante as interações de trabalho para prática de governo e controle social e constituem um dos pontos centrais das reflexões acadêmicas sobre a instituição policial.

A dificuldade de estabelecer parâmetros para a atuação da polícia, em consonância com os direitos civis, amplia o leque das preocupações para o alcance de uma polícia que se pautar sobre a defesa democrática como poder político. No Brasil, os pressupostos políticos que demonstram tais necessidades em gerenciamento corroboram para uma falta de controle das atividades policiais, e encobrem as especificidades da rotina e da prática de trabalho pautada no risco e na falta de investimentos humanos e materiais na instituição policial.

Os dados históricos de violência (policial) associados à profunda desigualdade social corroboram para que o trabalho de polícia ressoe como algo negativo junto a seguimentos da população, que observa as investidas de poder policial como algo nefasto e danoso ao governo, mesmo que as atitudes policiais e as chamadas a polícia para a dissolução de contendas sejam observadas como necessárias. Essas formas de atuação prática observadas em ações policiais revelam as tensões existentes entre a população e o governo de polícia, em busca de manutenção da paz em seu poder interventivo a polícia muitas vezes, confunde o seu poder com a arbitrariedade, sobretudo junto aos menos favorecidos economicamente.

Ao buscar saber sobre o corpo do policial com um viés biopolítico, se observa os riscos do trabalho que organizam as práticas diárias de intervenção social, e as características que perfazem o trabalho interno da instituição. O cotidiano do policial repleto de riscos coloca seu corpo em constante estado de vigilância, e evidencia uma prática de trabalho que reflete os cuidados com a vida expressos no interior da sociedade.

Também, é possível observar que os policiais praticam uma filosofia de policiamento comunitário agregando valores incrementados com negociações, entre a sociedade e o e a instituição policial, essas práticas por sua vez, são retratadas nas disputas internas com as diferenças de níveis hierárquicos ou dos profissionais com a mesma gradação hierárquica. Essas disputas em torno das negociações em busca de poder no trabalho investem sobre o corpo, aumentando a possibilidade de riscos de envelhecimento precoce e desgaste na saúde física e mental e altos níveis de estresses.

A investigação com os parâmetros da biopolítica possibilitou em consonância com a etnografia das interações e das análises discursivas, observar a instituição em suas propostas

de saúde ao seu conjunto populacional, mas com um olhar próximo ao policial e a partir de seus discursos sobre práticas experimentadas. Essa forma de captura de dados apontou para as diversas formas de adoecimento e práticas cotidianas que acompanham o policial durante a sua trajetória na instituição, possibilitando uma observação ao seu processo de adoecimento através das imputações acerca do IMC.

Da mesma maneira, descreveu as investidas da mídia como forma de intervenção e de negociação dos policiais contra as impropriedades do comando junto à população do Batalhão observado. Bem como, evidenciou as práticas de governo de saúde proposta como forma de gerenciamento dos corpos em busca de minimizar os impactos do IMC indicando sobrepeso e obesidade entre a população do Batalhão.

A técnica de pesquisa ilustrada com o conceito de biopolítica permitiu ainda observar o poder como dinâmica institucional interna que usa a violência das interações entre policiais como meio intensificador da organização do trabalho. Esse mesmo poder que produz violências colabora com os riscos subjetivados em dores e estresses cotidianos que se traduzem na concreção corporal e se expressam nas doenças que caracterizam o Batalhão, agindo como um fator preponderante para obesidade entre os policiais.

Através da obesidade, por sua vez, é possível vislumbrar o governo biopolítico dos corpos. De um lado, as investidas do governo da instituição com um programa de redução de peso para estimular a qualidade de vida, do outro lado, a repercussão do governo disciplinar em sua unidade microscópica enquanto um governo que conduz para os cuidados individuais diários na manutenção da saúde e da vida.

Essas características de governo biopolítico alinhado a constância da vigilância e do exame social e corporativo como meio de observação, possibilita a crítica ao excesso de uso do poder no interior da instituição, sobretudo, nas investidas realizadas sobre o corpo do policial com excesso de peso, pois traduzem as formas físicas com práticas que extrapolam as ordenanças discursivas institucionais e sociais, e reforçam as práticas de negociação e de luta pelo corpo na instituição.

Assim como, indica para formas de alimentação que se contradizem dentro de um esquema que visa disciplinar e docilizar o corpo com IMC acima do recomendado pela OMS. A biopolítica antes de ser um instrumento que infere padrões para análise permite observar as formas de embate que circundam o corpo e as suas necessidades, ao apontar para uma gerência de trabalho que não coaduna com a realidade institucional da população prestadora de serviços, bem como não alcançam os propósitos individuais para alimentação, que por sua

vez, se situam no âmbito das negociações e do controle do corpo pelo soldado como um proprietário de suas forças, de seus prazeres e necessidades físicas.

São essas lutas pelo corpo institucionalizado que a biopolítica ilumina ao flagrar os depoimentos que giram em torno do QSA enquanto um mecanismo que possibilita a manutenção alimentar do policial seja como meio para a sobrevivência orgânica, ou como prazeres físicos proporcionados com a ingestão de alimentos durante as patrulhas. Ao mesmo tempo permite invalidar as prescritivas do governo estatístico do Batalhão no reconhecimento da obesidade como problema de saúde e risco na polícia, pois durante o embate entre a prática discursiva no interior da instituição as prescritivas para o corpo saudável são ignoradas, seja por oficiais responsáveis pela organização do trabalho ou por soldados que tem seu rendimento diário comprometido com o pagamento da alimentação e, assim adquire meios diferenciados para suprir suas necessidades físicas durante a alimentação.

Contudo, as inúmeras investidas do governo biopolítico em suas faces de gerência populacional e de governo individual constituem os estilos de vida e as práticas observadas no Batalhão, e perfazem as vulnerabilidades associadas à condição de saúde do corpo com obesidade. E torna passível de reconhecimento os efeitos de poder na reflexão de si do policial e suas repercussões no descontrole pessoal em relação à necessidade e ao prazer alimentar, e nos riscos a saúde objetivados na experiência da doença obesidade.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. IN: MICELI, S. (Org). **O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002**. 4 v. São Paulo: Sumaré; Anpocs, 2002. p. 267-309.
- AGIER, M. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **MANA**, v.7, n. , p. 7-33, 2001.
- ALBUQUERQUE, C. L.; MACHADO, E. P. O currículo da selva: ensino, militarismo e Ethos Guerreiro nas Academias Brasileiras de Polícia. <<http://revistas.luz.edu.ve/index.php/cc/article/viewFile/163/159>> Acesso em: 20 set. 2013.
- ALIMENTAÇÃO saudável. **PRO-PM**, Ed. n. 38, p.14-15. Disponível em: <www.propm.org.br>. Acesso em: 03 mar. 2013.
- ALVAREZ, M. C. SALA, F. A.; SOUZA, L. A. **Políticas de Segurança Pública em São Paulo: uma perspectiva Histórica**. São Paulo: 2004
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA - ABESO . **Diretrizes brasileiras de obesidade. 2009/2010**. 3. ed. Itapevi, SP: AC Farmacêutica, 2009.
- AUDOIN-ROUZEAU, O corpo e a guerra. In: História do corpo - III. As mutações do Olhar: O século XX.Org: Alain Corbin;Jean-JaquesCurtine; Georges Vigarello. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BATTIBUGLI, T. **Polícia, democracia e política em São Paulo (1946 - 1964)**. São Paulo: Humanitas, 2010.
- BAYLEY, D. H. **Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- BEDINELLI, T. Metrô apaga grafites com desenhos de ‘PM coxinha’ e ‘vagão negreiro’. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 dez. 2011. Folha Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/13881-metro-apaga-grafites-com-desenhos-de-pm-coxinha-e-vagao-negreiro.shtml>>. Acesso em: 20 set. 2013.
- BITTNER, E. **As funções da polícia na sociedade moderna: uma revisão dos fatores históricos, das práticas atuais e dos possíveis modelos do papel da polícia**. In: _____. **Aspectos do trabalho policial**. Tradução Ana Luisa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Edusp, 2003. p. 93-218.
- BORGES, L. O. et al. A síndrome de burnout e os valores organizacionais: um estudo comparativo em hospitais universitários. **Psicol. Reflex. Crit.**, v.15, n.1, p. 189-200, 2002.
- BOUCHARD, C. **Atividade física e obesidade**. Barueri, SP: Manole, 2003.
- BRANT, L. C.; MINAYO-GOMES, C. Sufferingand its destines in workingmamgent. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.10, n. 4, p. 935-956, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 mar. 2013.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado Maior de Exército. **Manual de campanha: ordem unida**. 3. ed. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Obesidade. **Cadernos de Atenção Básica**, n. 12, 2006. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção de Saúde. **Vigitel Brasil 2012: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**. Brasília, 2013. 136p.

BRETAS, M. L. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907 – 1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____.; ROSEMBERG, A. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, v. 14, n. 26, P. 162-173, jan./jul. 2013. Disponível em: <www.revistatopoi.org>. Acesso em: 20 set. 2013.

BRODEUR, J.P. Les Visages de lapolice: pratiques et perceptions. Montreal: Les Presses de L'Université de Montreal, 2003. 393 p. (Collection Paramètres).

_____. Sociologia da força pública. **Caderno CRH**, Salvador, v.17, n. 42, p. 481-489. set./dez., 2004.

CALAMITA, Z. **Análise de fatores de risco para doenças cardiovasculares no policial militar com o enfoque preventivo**. 2007. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais)- Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores, Polícia Militar do Estado de São Paulo. São Paulo, 2007.

_____. ; SILVA FILHO, C. R. CAPPUTTI, P. F. Fatores de riscos para doenças cardiovasculares no policial militar. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, São Paulo, v. 8, n.1, p.39-45, 2010.

CALAZANS, M. E. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **Perspec.**, São Paulo, v. 18, n.1, p. 142-150, 2004.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.

COSTA, M; ACCIOLY Jr, H. O. J; MAIA, E. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. **Rev Panam Salud Publica**, v.21, n. 4, 217-222, 2007.

COUTINHO, W. Consenso Latino-Americano de obesidade. **Arquivo Brasileiro de Endocrinologia Metabólica**, v. 43, n. 1, p. 28, fev., 1999.

DA MATTA, R. Você sabe com quem esta falando? In: Carnavais, malandros e heróis. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 139-193.

_____. As raízes da violência no Brasil. In: PINHEIRO, P. S. P. **A violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 11-43.

DOUGLAS, M. **Como as instituições pensam**. São Paulo: EDUSP, 1998.

DURÃO, S. Patrulha e proximidade: uma etnografia da polícia de Lisboa. 2006. Tese (Doutorado)- Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2006.

EDITAL de abertura de inscrições Nº DP – 002/321/12. **Diário Oficial**. Poder Executivo, São Paulo, Seção I, v. 122, n. 093, p. 132-136, 18 maio 2012.

EDITAL de concurso público Nº DP – 3/321/13. **Diário Oficial**. Poder Executivo, São Paulo, Seção I, v. 123, n.196, p. 142-146, 16 out.

EDITAL de concurso público Nº DP – 003/321/2011. **Diário Oficial**. Poder Executivo, São Paulo, Seção I, v. 121, n. 138, 01-16, 23 de Junho 2011.

EMSLEY, C. Los modelos de policía em el siglo XIX. In: GALEANO, D.; KAMINSKY, G. (Coord.). **Mirada (de) uniforme: historia y crítica de larazón policia**. Buenos Aires: Teseo, 2011. p. 21-48.

FARRACO, C. A. (Org.) **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2001. 191p.

FERNADES, H. R. **Política e segurança**. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

FORÇA Tática: Excelência no combate ao crime. **Destak Policial: Jornal de Divulgação de Notícias Policiais do Estado de São Paulo**, n. 78, 09 mar. 2012. Disponível em: <http://destakpolicial.blogspot.com.br/2012/03/forca-tatica-excelencia-no-combate-ao.html>> Acesso em: 11 set. 2013.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade, I: a vontade de saber**. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. **As verdades e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

_____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **A microfísica do poder**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000b.

_____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **A ordem do discurso**. 6 ed. São Paulo: Loyola, 2000a.

_____. **O sujeito e o poder**. In: Dreyfus, H. e Rabinow, P. Michel Foucault uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

- _____. **Vigiar e punir**: nascimento das prisões. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. **Resumo dos cursos do Collège de France 1970 – 1982**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- GILMAN, Sander L. *Obesidade como deficiência*: o caso dos judeus. In: Cadernos Pagu (23). Julho-dezembro de 2004, pp. 329-353.
- GIRALDI, N. **Tiro defensivo na preservação da vida**: Método Giraldi: Manual Revolver. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo, [2002]. Disponível em: <www.corregedoriageral.rn.gov.br/.../giraldi-tiro%20defensivo-revolver>. Acesso em: 02 mar. 2012.
- GODOI, F. Programa de saúde e qualidade de vida: desafio da tonelada. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 5. 2012, Brasília. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://consadnacional.org.br/wp-content/uploads/2013/05/029-PROGRAMA-DE-SA%C3%90ADE-E-QUALIDADE-DE-VIDA-DESAFIO-DA-TONELADA.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2013.
- GODOY-MATOS, A.F.; OLIVEIRA, J. Sobrepeso e obesidade: diagnóstico. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA – ABESO. **Diretrizes brasileiras de obesidade 2009/2010**. 3. ed. Itapevi, SP: AC Farmacêutica, 2009. p. 9-15
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. **Manicômios prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. **A representação do eu na vida cotidiana**. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- GRAEFF, B. P. **O policial em tempos de mudança**: ethos, conflitos e solidariedades na Polícia Militar do Estado de São Paulo. 2006. 243f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2006.
- GREENE, J. R. Pioneers in policeresearch: Willian A. Westley. **Police Practice and Research**, v. 11, n. 5, p. 454-468, 2010.
- GUEDES, E.P; CARRARO, L; GODOY-MATOS, A. LOPES, A. C. Obesidade: etiologia. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA - ABESO. **Diretrizes brasileiras de obesidade 2009/2010**. 3. ed. Itapevi, SP: AC Farmacêutica, 2009. p. 17-22.
- HOLLOWAY, T. H. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Coordenação de Índices de Preços. **Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003**: análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**: antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro, 2011.

KANT DE LIMA, R. Direitos civis, estado de direito e “cultura policial”: a formação policial em questão. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v 41, p. 241-256, 2003.

_____. Direitos civis, Estado de direito e cultura policial: a formação policial em questão. **Revista Preleção**, v. 1, p. 67-87, 2007.

_____. **A Polícia da cidade do Rio de Janeiro**: seus dilemas e paradoxos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

L’HEUILLET, H. La généalogie de la police. **Cultures & Conflits**: La Revue, avril 2003. Disponível em: <<http://conflits.revues.org/index907.html>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

LUIZ, R. S. **Educação policial-militar**: necessidades, práticas e a matriz curricular nacional. 2008. 139f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

MAGALHÃES, B. R. A saúde como estilo e o corpo como objeto de intervenção. IN: SOUZA, L. A. F.; MAGALHÃES, B. R. (Org). Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito. Marília, SP: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 133-154.

MALUF, S. W. Corpo e corporalidade nas culturas contemporâneas: abordagens antropológicas. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 9, n. 9, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/582/9828>>. Acesso em: 19 set. 2013.

MANCINI, M. C. Obesidade: tratamento. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA - ABESO. **Diretrizes brasileiras de obesidade 2009/2010**. 3. ed. Itapevi, SP: AC Farmacêutica, 2009. p. 25-30.

_____.; MAZA, F. C; BITTAR, T; BENCHIMOL, A. K. Tratamento cirúrgico da obesidade. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA – ABESO. **Diretrizes brasileiras de obesidade 2009/2010**. 3ª ed. Itapevi, SP: AC Farmacêutica, 2009. p. 73-83.

MARQUES, G. **Polícia magoada**: Comandante da PM de SP ameaça processar jornalistas da Globo. Disponível em: <<http://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/comandante-da-pm-de-sp-ameaca-processar-jornalistas-da-globo-1236>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

MELO, P. B. Um passeio pela história da imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. **Comunicação e Informação**, v 8, n. 1, p. 26 – 38, jan./jun., 2005.

MERINO, P. S. Qualidade de vida na PMESP. **A chama**, São Paulo, n. 6. nov. 2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R. (Org). **Missão investigar**: entre o ideal a realidade de ser policial. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

_____; _____.; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23, n.11, p. 2767-2779, nov, 2007.

_____.; _____.; _____. (Coord.). **Missão prevenir e proteger**: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

_____.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 7-32, 2000.

_____.; ASSIS, S.; OLIVEIRA, R. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos Policiais Civis e Militares do Rio de Janeiro. **Ciência e Saúde Coletiva**. No Prelo. Disponível em:

<http://www.abrasco.org.br/cienciasaudecoletiva/artigos/artigo_int.php?id_artigo=1723>.

Acesso em: 15 mar. 2013.

MONJARDET, D. **O que faz a polícia**: sociologia da força pública. São Paulo: EDUSP, 2003.

MONTEIRO, C. A.; CONDE, W. L. Evolução da obesidade nos anos 90: a trajetória da enfermidade segundo estratos sociais no Nordeste e Sudeste do Brasil. In: MONTEIRO, C. A. **Velhos e novos males da saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças**. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 2004. V 1. p. 421-430.

_____.; CONDE, W. L.; CASTRO, I. R. R. A tendência cambiante da relação entre a escolaridade e risco de obesidade no Brasil (1975 – 1997). **Cad. Saúde Pública**, v.19, p. S67-S75, 2003. Disponível em: < <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v19s1/a08v19s1.pdf> >. Acesso em: 15 mar. 2013.

MUNIZ, J. **Ser policial é sobretudo uma razão de ser**: cultura e cotidiano da polícia militar do Rio de Janeiro, 1999. ____f. Tese (Doutorado)– Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 1999.

_____. Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa. **Cadernos CRH**, Salvador, v.23, n.60, p.449-473, 2010.

_____. ; PROENÇA JR, D. Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são. **Estudos Avançados**. v. 21, n. 61, p. 159-172, 2007.

NAPOLI, P. Policía y sociedad: la mediación simbólica del derecho. In: GALEANO, D.; KAMINSKY, G. (Coord.). **Mirada (de) Uniforme**: historia y crítica de la razón policial. Buenos Aires: Teseo, 2011. p. 411-448.

NERY, S. Off em cheque. **Observatório da Imprensa**, 15 abr. 2003. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimpresa.com.br/artigos/asp160420039.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

NEVES, P. S. C. Espaço público, polícia e cidadania: em busca de novas formas de sociabilidades. In: NEVES, P; RIQUE, C.; FREITAS, F. (Org). **Polícia e democracia: desafios à educação em direitos humanos**. Recife: GAJOP; Bagaço, 2002. p.

ORTEGA, F. Biopolíticas da saúde: reflexões a partir de Michel Foucault, Agnes Heller e Hanna Harendt. **Interface: Comunic., Saúde, Educ.**, v.8, n.14, p. 9-20, set.2003/fev.2004.

PEREIRA, B. L. C. Prefácio. In: NUNES, E. O. **A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

PINHEIRO, P. S. Polícia e crise política: o caso das policias militares. In: **Violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 57-91.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Regulamento de uniformes da polícia militar**. 3. ed. São Paulo: Setor Gráfico do CSM/Mint, 1996.

_____. Diretoria de Ensino Cultura Escola Superior de Soldados “Coronel PM Eduardo Assumpção” Curso Superior de Técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública Ctecpol. **Manual do aluno**. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo, 2009.

PONCIONI, P. M. **A polícia e os pobres: representações sociais e práticas em Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro**. 1995. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)– Escola de Serviço Social, Um iversidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

PROENÇA JR, D; MUNIZ, J; PONCIONI; P. Da governança de polícia à governança policial: controlar para saber; saber para controlar. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Ano, 3. n. 5, p. 14-50, 2009.

PROGRAMA Permanente de Valorização Profissional: campanha e clinica de controle: busca do peso ideal. 2009. Disponível em: <<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/eef/ppvp.html>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

RAGO, M. A aventura de contar-se: Foucault e narrativa de si de Ivone Gebara. In: SOUZA, L.A.F; SABATINE, T. T. MAGALHÃES, B.R.(Org.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília, SP: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 1-18.

REINER, R. **A Política da polícia**. São Paulo: EDUSP, 2004.

ROSEMBERG, A. **De chumbo e festim: uma história da polícia paulista no final do império**. São Paulo: EDUSP. 2010.

SALBE, A.D; RAVUSSIN, E. As determinantes da obesidade. In: BOUCHARD, C. **Atividade física e obesidade**. Barueri SP: Manole, 2003 . p. 79-116.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Lei nº 10261 de 28 de outubro de 1968. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários do Estado. São Paulo, 1968. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=28593>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Decreto 52054 de 14 de agosto de 2007. Dispõe sobre o horário de trabalho e registro de ponto dos servidores públicos estaduais da Administração Direta e das Autarquias, consolida a legislação relativa às entradas e saídas no serviço. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=73532>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

_____. Secretaria de Economia e Planejamento. **Plano Plurianual 2008-2011**: Lei nº 13123 de 8 de Julho de 2008. São Paulo, 2008.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Polícia Militar do Estado de São Paulo. **GESPOL**: Sistema de Gestão da Polícia Militar do Estado de São Paulo. 2. ed. São Paulo, 2010.

_____. Secretaria de Segurança Pública. **Ações de segurança**: novas unidades da Polícia Militar. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.ssp.sp.gov.br/acoes/acoes_novas.aspx>. Acesso em: 09 out. 2013.

_____. Lei Complementar nº 893, de 09 de março de 2001. Regime Disciplinar Polícia Militar do Estado de São Paulo. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.polmil.sp.gov.br/paginas_pm/mnu_institucional/lei_complementar_n893_09MAR01.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2011.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública. Polícia Militar do Estado de São Paulo. Diretoria de Pessoal. Centro de Assistência Social e Jurídica. Categoria: Atendimento ao Cidadão. Tema: Programa de atendimento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM). 2011. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/PAAPM.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

SBT BRASIL. Jornalismo. Notícias. **Companhia da PM de Marília entra em regime para ficar em forma**. (Matéria exibida em 21/06/2011). Disponível em: <<http://www.sbt.com.br/jornalismo/noticias/6632/Companhia-da-PM-de-Marilia-entra-em-regime-para-ficar-em-forma.html#.U8850-NdVq0>>. Acesso em 13 out. 2011.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – SENASP. Curso Nacional de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho. Portaria SENASP nº 014/2006 – Brasília – DF, 2006.

SEIDELL, J. C. A atual epidemia de obesidade. In: BOUCHARD, C. Atividade física e obesidade. Barueri SP: Manole, 2003. p. 23-33.

SEGAL, A; CARDEAL, M. V; CORDÁS, T. A. Aspectos psicossociais e psiquiátricos da obesidade. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v.29, n. 1, p. 57-58, 2002.

SERI, G. Discrecionalidad policial y la ley no escrita: gobernando em El estado de excepción. In: GALEANO, D.; KAMINSKY, G. (Coord.). **Mirada (de) uniforme**: historia y crítica de larazón policial. Buenos Aires: Teseo, 2011. p. 349-410.

SIRIMARCO, A. **De civil a policia**: una etnografia del proceso de incorporacion a la institucion Policial. Buenos Aires: Teseo, 2009.

_____. A vida com a farda: a vestimenta policial como relato institucional em disputa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, p. 32-43, 2013.

SKOLNICK, J.H; BAYLEY, D. H. **Policciamento comunitário**: questões através do mundo. São Paulo. EDUSP, 2002.

SOUZA, E. T.; MINAYO, M. C. S. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10, n. 4, p. 917-928, 2005.

SOUZA, L. A. F. **Lei, cotidiano e cidade**: polícia civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889/1930). São Paulo: IBCCRIM, 2009a.

_____. (Org.). **Políticas de segurança pública no estado de São Paulo**: situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009b.

_____.; SABATINE, T. T. MAGALHÃES, B. (Org.). **Michel Foucault**: sexualidade, corpo e direito. Marília, SP: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura, 2011

SUPLICI, H, L. Obesidade: tratamento dietético. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA - ABESO. **Diretrizes brasileiras de obesidade 2009/2010**. 3. ed. Itapevi, SP: AC Farmacêutica, 2009. p. 33-41.

VIGARELO, Geoges. **As metamorfoses do gordo**: história da obesidade no Ocidente: da Idade Média ao século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.